



Universidade de Brasília

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: Políticas Públicas e Gestão da Educação

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

O Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins

NEILA NUNES DE SOUZA

BRASILIA/DF

Maió/2017

NEILA NUNES DE SOUZA

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:
O Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins

Tese apresentada à Banca examinadora no âmbito da linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Abádia da Silva.

BRASILIA

Maior/2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Neila Nunes de
SS0729 POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: O
p Programa Estrada do Conhecimento no Estado do
Tocantins / Neila Nunes de Souza; orientadora Maria
Abádia da Silva. -- Brasília, 2017.
272 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) - -
Universidade de Brasília, 2017.

1. Programa Estrada do Conhecimento - PEC. 2.
Educação Básica. 3. Gestão. 4. Banco Mundial. I.
Silva, Maria Abádia da, orientadora. II. Título.

SOUZA, Neila Nunes de. *Política e Gestão da Educação Básica Pública: O Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins*. Tese apresentada à banca examinadora no âmbito da linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em Educação.

Banca Examinadora

Professora Dr^a. Maria Abádia da Silva - UnB
Orientadora

Professor Dr. Antônio Lisboa Leitão de Souza - UFCG
Examinador Externo

Professora Ivanete Boschetti – UnB
Examinadora Externa

Professora Dr^a Marília Fonseca – UnB
Examinadora Interna

Professor Dr. Erlando Rêses – UnB
Suplente

*Dedico ao meu companheiro amado **Mauricio Alves da Silva**,
pelo apoio incondicional em todos os momentos.*

AGRADECIMENTOS

Fazer escolhas, nesse período foi uma constante, para encontrar respostas que se anunciavam em perguntas, que muitas vezes não conseguíamos realizar.

Inicialmente registro o agradecimento especial a minha orientadora Profa. Dra. Maria Abádia da Silva pela sua dedicação, competência e determinação no compromisso e defesa da educação pública.

À Professora Marília Fonseca, pela generosidade. Abriu às portas de sua casa e o seu acervo, verdadeiras preciosidades de documentos que contribuíram substancialmente para a pesquisa. Obrigada pelas contribuições na Banca de qualificação e por aceitar participar da Banca de defesa da Tese.

Ao Professor José Vieira de Sousa, por sua sabedoria e referência intelectual. O carinho recebido, para quem sabe da dureza do trabalho. Obrigada pelas contribuições na Banca de qualificação!

Ao Professor Antônio Lisboa Leitão de Souza, pelo que representa na luta no movimento docente. Obrigada pelas contribuições na Banca de qualificação e participar da Banca de defesa da Tese.

Ao Professor Erlando Rêses, pelo que me ensina com sua leveza intelectual e pela luta em prol dos menos favorecidos.

À Professora Ivanete Boschette pelo carinho e aprendizado na Disciplina de Teorias da Política Social e da Cidadania, e por aceitar o convite para participar da Banca de defesa da Tese.

Aos interlocutores das escolas e da Seduc, durante o período da coleta de dados no trabalho de campo empírico, determinantes, na feitura desta Tese.

Aos colegas do grupo de pesquisa “Águia”, pelo debate e aprendizado, durante o percurso do doutorado.

Aos colegas de docência na UFT, em especial o carinho e a sustentação lúcida da amiga Olivia Aparecida Silva. À Maria da Glória Castro Azevedo, obrigada pelas correções no projeto e capítulos da tese. Ao querido amigo Fábio Henrique Duarte, pela luta empreendida no movimento docente. À meu amigo desde a chegada ao TO, José Filadelfo da Silva, lá se vão mais de 20 anos. À querida amiga, irmã Elzimar Pereira Nascimento, no mestrado, construímos nossa história. À minha amiga Daniella Corcioli Azevedo Rocha, a leitura desde as primeiras produções, obrigada por tudo. Especialmente e determinante na

finalização da tese com as correções precisas, traduções, Carlos Ludwig, o feriado da semana santa, devo a você! Esses colegas, amigos e companheiros na construção deste trabalho. Ainda, aos meus amigos Junio e Elaine, na transcrição das entrevistas. E aos meus alunos, gostaria de nomear a cada um deles.

Aos amados Mak e Jeanny Estephany (Pequena), pelo afeto, apoio e por todas as vezes que encurtaram as distâncias entre o TO e Bsb para impressão do texto e chegar às mãos da orientadora.

À querida colega Leda pela gentileza e atenção a mim dispensados!

Às nossas famílias Souza e Alves da Silva! Dona Mauricia, só carinho! À nossa querida Mariana! Além de Seishin (Jitchan, *in memoriam*) e da tia Mitsuko.

À minha família, trabalhadores, exemplos de garra e coragem, obrigada pelo apoio! Ao meu pai, Leonidio, minha mãe Neiva (*in memoriam*), Tia Sila, Tia Edelina. Aos meus irmãos amados Ronaldinho e Leonisio, minhas queridas irmãs cunhadas Geminia, Alexandra e Angélica. Aos sobrinhos Murilo, Fabiane, Isabela e Joaquim. Danilo, Talia e João que logo chegará. Karolina, Lizandra, Marina e Ramiro. Também aos amigos Tio Assis e Tia Estela.

Aos motoristas do ônibus especialmente o senhor Domingos Soares da Silva, que oferecia as caronas quando chegava do retorno de Brasília.

Aos nossos companheiros, nossos bichos, em nome da Kapituska, nossa cachorrinha e Zé Guela, o gato feio.

Com este título, reafirmo minha luta em defesa da educação pública e nos princípios fundamentais da gratuidade e socialmente referenciada.

Obrigada!

RESUMO

SOUZA, Neila Nunes de. **Política e Gestão da Educação Básica Pública: O Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins.** 2017. 272 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Esta tese tem como objeto de estudo o Programa Estrada do Conhecimento – PEC na relação entre as proposituras do Banco Mundial e da Secretaria de Educação do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e sua configuração em seis escolas públicas, sendo cinco dos anos finais do ensino fundamental e médio e uma dos anos finais do ensino fundamental, localizadas em seis municípios às margens da BR-153, entre 2011 a 2016. Para compreender como as políticas do Banco Mundial se inserem nas escolas públicas no Estado do Tocantins, com o foco no Programa Estrada do Conhecimento – PEC, elegeu-se como objetivos específicos: 1- *Apreender* a ocupação do sertão goiano, a configuração histórica e formação do Estado de Tocantins; 2- *Analisar* se as formas de atuação e ação dos governadores e secretários de educação apresentam consonância com os ditames da nova gestão pública com o foco na descentralização do Estado no sistema de ensino público do Tocantins; 3- *Analisar* como se dá a presença e atuação do Banco Mundial no Estado do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e como se constitui o Programa Estrada do Conhecimento – PEC; 4- a) *Compreender* como a *avaliação* medida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb foi um critério de escolha das escolas. b) *Analisar* como as parcerias, reformas e a jornada escolar modificou a gestão das escolas; 5- *Compreender* a gestão dessas escolas em situação de vulnerabilidade social. Indagou-se como se dá a implementação do PEC no Estado do Tocantins, que tem o mote da vulnerabilidade social e a inserção do Banco Mundial na educação pública do Tocantins. As aproximações com o materialismo histórico-dialético nos conduziram no estudo, e no intuito de revelar o objeto optou-se pelas seguintes estratégias metodológicas: a) contextualização do campo empírico, por meio de revisão bibliográfica; b) entrevistas semiestruturadas; c) análise documental. Na busca para desvendar a relação do Estado do Tocantins com o Banco Mundial e as implicações para a educação básica pública no movimento dos contrários e por meio da mediação, sobressaíram às categorias de conteúdo: patrimonialismo, autoritarismo e a gestão escolar, com foco no diretor e a nova gestão pública entendida como face do gerencialismo, pautada nos mesmos princípios da lógica empresarial. O estudo aponta como resultado: o Banco Mundial se insere na Educação básica pública, com a anuência e mediação da Secretaria Estadual de Educação do TO, na implementação de seu projeto econômico, tendo como propósito reafirmar a nova forma de gestão nas escolas públicas de educação básica, via diretores escolares.

Palavras-Chave: PEC, Gestão Escolar, Gerencialismo, Banco Mundial, Políticas e Gestão da Educação Básica.

ABSTRACT

SOUZA, Neila Nunes de. **Politic and Management of Basic Public Education: The Road to Knowledge Program in the State of Tocantins**. 2017. 272 f. Thesis (doctorate) – Faculty of Education, University of Brasília, Brasília, 2017.

This thesis aims to study the Road to Knowledge Program (PEC) regarding the proposals of the World Bank and the Department of Education of Tocantins through the Integrated and Sustainable Regional Development Project (PDRIS) and its configuration in six public schools, among which five of them offer the final years of primary and secondary education and one of them the final years of elementary education, located in six municipalities on the highway margin of BR-153, between 2011 and 2016. To understand how World Bank policies are inserted in public schools in the State of Tocantins, with the focus on the Road to Knowledge Program (PEC), it was chosen as specific objectives: 1- To understand the occupation of the Sertão Goiano, the historical configuration and formation of the State of Tocantins; 2- Analyze if the forms of action of the governors and secretaries of education are in line with the dictates of the new public management with the focus on the decentralization of the State in the public education system of Tocantins; 3- Analyze how the presence and performance of the World Bank in the State of Tocantins occurs through the Integrated and Sustainable Regional Development Project - PDRIS and how the Road to Knowledge Program (PEC) is constituted; 4- a) To understand how the evaluation in the PEC is measured through the Basic Education Development Index (IDEB) was one of the criteria to select the schools; and b) To analyze how partnerships, reforms and full-time school proposal has changed the school management and 5- Understand the management of those schools in situations of social vulnerability. It was inquired how the implementation of the PEC in the State of Tocantins takes place, which has the motto of social vulnerability and the insertion of the World Bank in the public education of Tocantins. Approaches to historical-dialectical materialism led us in the study, and in order to reveal the object we chose the following methodological strategies: a) contextualization of the empirical field, through a bibliographical review; b) semi-structured interviews; c) documentary analysis. In the quest to unveil the relationship of the State of Tocantins with the World Bank and the implications for public basic education in the movement of opposites and through mediation, the empirical content categories are: patrimonialism, authoritarianism and school management, focusing on the director and the new public management understood as a trait of managerialism, based on the same principles of business logic. The study points as the following result: the World Bank is inserted in the basic public education, with the consent and mediation of the State Department of Education of Tocantins State, in the implementation of its economic project. It has the purpose to reaffirm the new form of management in public schools of basic education, via school principals.

Key-Words: PEC, School Management, Managerialism, World Bank, Elementary Education Management and Policies.

RESUMEN

SOUZA, Neila Nunes de. **Política educativa y gestión básica pública: Programa de la Rutadel Conocimiento em el Estado de Tocantins**. 2017. 272 f. Tesis (Doctorado) - Facultad de Educación de la Universidad de Brasilia, Brasília, 2017.

Esta tesis tiene como objeto de estudio el Programa Camino del Conocimiento - PEC en la relación entre las proposiciones del Banco Mundial y de la Secretaría de la Educación del estado de Tocantins a través del desarrollo regional integrado y sostenible - PDRIS y su configuración en seis escuelas públicas, cinco que ofrecen los últimos años de la educación primaria y secundaria y una que ofrece los últimos años de la escuela primaria, que se encuentra en seis municipalidades a lo largo de la BR-153, a partir de 2011 a 2016. Para entender cómo las políticas del Banco Mundial están integradas en las escuelas públicas en el estado de Tocantins, con el foco en el Programa Camino del Conocimiento - PEC, fueron elegidos como objetivos específicos: 1. comprender la ocupación de Goiás interior, el marco histórico y la formación de la provincia de Tocantins; 2- Analizar si las formas de acción de los secretarios de educación y del gobernador están en consonancia con los dictados de la nueva gestión pública, o sea, con el foco en la descentralización del estado de Tocantins, en el sistema de educación pública; 3 - Analizar cómo son la presencia y actividades del Banco Mundial en el estado de Tocantins a través del desarrollo regional integrado y sostenible - PDRIS y cómo es constituido el Programa Camino del Conocimiento - PEC; 4- a) Entender cómo la evaluación medida a través del Índice de Desarrollo de la Educación Básica - IDEB fue uno de los criterios de elección de las escuelas; b) Analizar cómo las asociaciones, reformas, la escuela de tiempo integral y la jornada son elementos que modificaron las seis escuelas públicas; y 5 - Comprender desde la concepción hasta la aplicación del PEC, la gestión de estas escuelas en situación de vulnerabilidad social. La cuestión que se busca responder es cómo se hace la aplicación del PEC en el estado de Tocantins, que tiene el lema de la vulnerabilidad social y la inclusión del Banco Mundial en la educación pública del Tocantins. Los enfoques para el materialismo histórico y dialéctico, nos llevaron en el estudio, y con el fin de revelar el objeto fueron elegidas las siguientes estrategias metodológicas: a) contextualización del campo empírico a través de la revisión de la literatura; b) entrevistas semi-estructuradas; c) el análisis de documentos. En la búsqueda para desvelar la relación del Estado de Tocantins con el Banco Mundial y las implicaciones para la educación pública básica en el movimiento de los contrarios y por medio de la mediación, se destacan las categorías de contenido: patrimonialismo, el autoritarismo y la gestión de la escuela, centrándose en el director y la nueva gestión pública entendida como una face de la gerencia pública, basado en los mismos principios de la lógica de negocio. El estudio señala como resultado: el Banco Mundial está incluido en la educación pública básica, con el acuerdo y la mediación del Ministerio de Estado de la educación, en la ejecución de su proyecto económico, que tiene como propósito de la nueva forma de gestión de las escuelas públicas de educación básica, a través de los directores de escuela.

Palabras-clave: PEC, Gestión Escolar, Gerencialismo, Banco Mundial, Políticas y Gestión de la Educación Básica.

LISTA DE SIGLAS

AAEs - Associações de Apoio às Unidades Escolares

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AGETRANS - Agência de Máquinas e Transportes do Tocantins

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BC – Banco Central

BCG - Boston Consulting Group

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BR – Rodovia Federal

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS - Country Assistance Strategy

CE - Constituição Estadual do Tocantins

CEE - Conselho Estadual de Educação

CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

CEM - Centro de Ensino Médio

CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CENOG - Casa do Estudante Norte Goiano

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNI - Confederação Nacional da Indústria

COFIEX- Comissão de Financiamento Externo

CONED – Congresso Nacional de Educação

CONORTE - Comissão de Estudos do Norte Goiano

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

COPESE - Comissão Permanente de Seleção

CPG - Centro de Professores de Goiás

CPS - Estratégia de Parceria de Pais

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DEM – Partido Democratas

DEPERTINS - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins

DF – Distrito Federal

DFID – Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

DGRF - Diretoria Regional de Gestão e Formação

DO/TO – Diário Oficial do Tocantins

DOE – Diário Oficial do Estado

DOETO – Diário Oficial do Estado do Tocantins

DRE – Diretoria Regional de Ensino

DRU - Desvinculação das Receitas da União

EC - Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – United States of América/*Estados Unidos* da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo Nacional de Educação Básica

FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

FUNDEF - Fundo Nacional do Ensino Fundamental

FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola

GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

IFC - Corporação Financeira Internacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITC – Instituições Públicas de Ciências e Tecnologia

JK - Juscelino Kubitschek de Oliveira

LC - Disaster Management Project/Projeto de Gestão de Desastres

LC - Lei Complementar

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MATOPIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MEC – Ministério da Educação

MIGA - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

MP – Medida Provisória

MST - Movimento de Salvação do Tocantins

NASFE – Núcleo de Apoio a Saúde da Família

NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins

NGP – Nova Gestão Pública

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAR - Planos de Ações Articuladas

PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCCR – Plano de Cargo Carreira e Remuneração

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PCPR - Projeto de Combate à Pobreza Rural

PDC - Partido Democrata Cristão

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

PDRIS - Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável

PDRS - Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEAGC – Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada.

PEC – Programa Estrada do Conhecimento

PECGC - Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada

PEE – Plano Estadual de Educação

PEE/TO – Plano Estadual de Educação do Tocantins

PEENZ - Programa Evasão Escolar Nota Zero

PES – Planejamento Estratégico da Secretaria

PFL – Partido da Frente Liberal

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PGFN/COF – Coordenação Geral de Operações Financeiras da União

PIER - Projeto de Infra-estrutura Rural

PLC - Projeto de Lei Complementar

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PLS - Projeto de Lei do Senado

PLV - Projeto de Lei de Conversão

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE - Programa Escolar Nacional de Alimentação Escolar

PNE - Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianuais

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PROGESTÃO– Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares

PROINFO - Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RCL - Receita Corrente Líquida

RDM - Relatório de Desenvolvimento Mundial

READ – Fundo Fiduciário do Programa Russo de Ajuda à Educação para o Desenvolvimento

RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAETO – Sistema de Avaliação da Educação do Tocantins

SALTO - Sistema de Avaliação, Monitoramento e Valorização da Educação do Estado do Tocantins

SANEATINS - Companhia de Saneamento do Tocantins

SBL – Mutuário Único do Banco

SCIELO - Scientific Electronic Librari

SDD – Partido Solidariedade

SEAGRO - Serviços Administrativos, Agricultura e Pecuária

SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais

SEB - Secretaria de Educação Básica

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUC - TO Secretaria Estadual de Educação, Cultura, Juventude e Esportes – Tocantins

SEFAZ - Secretaria da Fazenda

SEINFRA – Secretaria da Infraestrutura

SEMADES - Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEMAS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Modernização da Gestão Pública

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SGE – Sistema de Gerenciamento Escolar

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

SINTET - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

SisAPTO - Sistema de Avaliação da Aprendizagem Permanente do Estado do Tocantins

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TdRs – Tracking And Data Relay Satellite

TO – Tocantins

TPE - Todos pela Educação

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCB – Universidade Católica de Brasília

UCG – Universidade Católica de Goiás

UDR – União Democrática Ruralista

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEx - Unidades Executoras

UF - Unidade da Federação

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFF - Universidade Federal Fluminense
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UGP – General Coordinator Assistant
UnB – Universidade de Brasília
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNITINS - Universidade do Tocantins
USP - Universidade de São Paulo
UT – União do Tocantins
UTE – Unidade Técnica Executora
ZEE- Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - DRGF, características das seis escolas públicas.....	32
Quadro 2 - Sujeitos da pesquisa.....	52
Quadro 3 - Principais documentos analisados no desenvolvimento da pesquisa.....	53
Quadro 4 - Linha Histórica da criação do Estado de Tocantins.....	82
Quadro 5 - Administração Pública Gerencial.....	93
Quadro 6 - Governadores do Tocantins, período de mandato e a forma de eleição.....	95
Quadro 7 - Secretários de Educação do Estado do Tocantins, governos e ações: 1989 – 2015.....	96
Quadro 8 - Plano de Metas – Secretaria de Educação – TO: 2002-2009.....	117
Quadro 9 – PDRS: regiões contempladas, municípios, valores e metas.....	147
Quadro 10 - Recursos oriundos do 3º empréstimo do Banco Mundial ao Estado do Tocantins – 2012.....	151
Quadro 11 - Índice de Desenvolvimento Humano e Incidência de Pobreza nos Municípios Contemplados no PEC.....	160
Quadro 12 - Empréstimo do Banco Mundial para o Tocantins destinado à Educação básica pública.....	161
Quadro 13 – Itens financiáveis nas reformas das escolas - Programa Estrada do Conhecimento - PEC.....	162
Quadro 14 - Indicadores de atividades previstas no PEC – 2011.....	165
Quadro 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (4º ao 9º ano)...	174
Quadro 16 - Planilha de Custos utilizados no PEC – 2011.....	180
Quadro 17 - Bens e serviços: Programa Estrada do Conhecimento - PEC.....	193

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios onde se localizam as Escolas públicas no PEC pelas BR 153 e BR 226, Estado do Tocantins.....	33
Figura 2 – Categorias de análise da pesquisa.....	47
Figura 3 – Crescimento mais rápido, mais inclusivo e mais sustentável sob o ponto de vista ambiental, com estabilidade macroeconômica.....	141
Figura 4 – Órgãos que compõe o PDRIS.....	149

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1. Proposição do objeto de estudo.....	22
2. O Estado do Tocantins no contexto das políticas públicas no capitalismo.....	23
3. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC: definição das premissas teóricas e filosóficas.....	29
4. Aproximações com o método de estudo: o materialismo histórico e dialético.....	38
5. As categorias na concretude do estudo.....	46
6. O percurso metodológico: instituições, interlocutores e técnicas.....	50
7. Organização e estrutura da tese.....	54
CAPÍTULO 1.....	56
ANTECEDENTES HISTÓRICOS: FORÇAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS NA FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO TOCANTINS.....	56
1.1. A conformação do Patrimonialismo no Tocantins.....	57
1.2. História: o rio, a mata, suas riquezas e população nos anos 1900.....	62
1.3. Elementos culturais na produção da vida material.....	68
1.4. Das disputas à criação do Estado de Tocantins: o poder de mando e o autoritarismo das forças políticas e econômicas.....	76
1.5. A continuação do movimento de separação do Norte ao ano de 1988.....	79
CAPÍTULO 2.....	89
A GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DE TOCANTINS, 1988 a 2014 - GOVERNOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	89
2.1. O político e histórico nacional na lógica gerencialista da educação pública.....	90
2.1.1. Governadores e Secretários de Educação do Tocantins - Política e Gestão.....	94
2.2. Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 1989 – 1991 e as práticas dessa gestão.....	98
2.3. Política e Gestão da Educação no Governo de Moisés Avelino - 1991 a 1995.....	100
2.3.1. O Conselho Estadual de Educação do Tocantins – 1989.....	103
2.4. Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 1995 a 2002.....	104
2.4.1. Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.....	108

2.5. Política e Gestão da Educação no Governo Marcelo Miranda - 2003 a 2009 e Carlos Henrique Amorim - 2009 a 2010.....	116
2.5.1. O Planejamento Estratégico – Seduc – PES Marcelo Miranda.....	116
2.5.2. Regulamentação do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.....	121
2.5.3. Plano Estadual de Educação – PEE 2006 - 2015.....	122
2.6. Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 2011 a 2014 e Sandoval Cardoso - abril/2014 a 01/01/2015.....	127
2.6.1. Programa Estrada do Conhecimento – PEC, práticas e ações na gestão escolar.....	128
CAPÍTULO 3.....	139
OS EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL NO ESTADO DO TOCANTINS E CONCEPÇÃO, OBJETIVOS, AÇÕES E ATIVIDADES PREVISTAS NO PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC.....	139
3.1. Reflexos - Relatório nº 63731 – Estratégia de Parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012 a 2015 e sua relação com a Educação básica pública.....	140
3.2. O Banco Mundial no Estado do Tocantins – após o ano de 1988.....	146
3.2.1. Os Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS nos anos de 1994 e 2004 no Estado de Tocantins: dois empréstimos financeiros.....	146
3.2.2. Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS.....	149
3.3 O Programa Estrada do Conhecimento – PEC e a relação com o Banco Mundial para a educação pública.....	154
3.3.1. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC: concepção, objetivos, ações e atividades previstas.....	159
CAPITULO 4.....	170
O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC E AS FORMAS DE ATUAÇÃO NAS SEIS ESCOLAS ESTADUAIS PÚBLICAS – TO.....	170
4.1. No Estado do Tocantins: o sistema de avaliação.....	171
4.2. Mecanismos de atuação: parcerias e reformas nas Escolas Públicas.....	177
4.3. Dos editais às reformas em seis escolas públicas.....	182
4.4. A reorganização da escola.....	188
4.4.1. Funcionamento das escolas em tempo integral.....	193
4.5. Os recursos financeiros na manutenção das escolas públicas.....	195

CAPÍTULO 5.....	202
AS FORMAS DE PROVIMENTO E ATUAÇÃO DOS DIRETORES NA GESTÃO ESCOLAR.....	202
5.1. Os marcos legais da gestão democrática.....	203
5.2. Os diretores das escolas públicas: formação, eleição e atuação.....	204
5.3. A gestão democrática na Rede Pública Estadual de Ensino do Tocantins e a ingerência política.....	206
5.4. A Vulnerabilidade Social preponderante na implementação do PEC.....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
REFERENCIAS.....	237
ANEXO 1 – Termo de Consentimento.....	258
ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista.....	259
ANEXO 3 – Carta aos Tocantinenses.....	263
ANEXO 4 – Contratos do PDRIS.....	266
ANEXO 5 – Unidade Executora.....	269
ANEXO 6 – Planilha de Custos.....	271
ANEXO 7 – Prêmio Gestão.....	272

INTRODUÇÃO

1. Proposição do objeto de estudo

Esta tese integra a Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação – POGGE, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, vinculada ao grupo de pesquisa Organismos Internacionais e Gestão da Educação Básica. Elegeu-se como objeto de estudo o Programa Estrada do Conhecimento – PEC¹, implementado a partir das proposituras do Banco Mundial e da Secretaria de Educação do Tocantins, por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS² e sua configuração em seis escolas estaduais, entre 2011 a 2016.

A aproximação com o campo deste estudo decorre da minha formação em Pedagogia e da vivência na docência em escola pública e, num período curto, em instituição de ensino superior particular. Os primeiros anos de minha vida profissional foram na escola pública, multisseriada na zona rural. Na educação superior pública, atuo com os componentes curriculares de Prática de Ensino, Didática, Política e Legislação da Educação Básica, Planejamento Educacional e História da Educação. Essas experiências me possibilitaram vivenciar a realidade das escolas públicas, tendo como mediadores estudantes e professores dos cursos de licenciatura, nos quais, nesse fazer, me construo.

No que tange às políticas sociais, o movimento docente me proporcionou enxergar os diferentes lados e as contradições entre o que é apregoado, o que se aplica efetivamente em educação e com que fins. Ainda, as experiências na gestão pública, bem como a militância política me possibilitaram adquirir uma visão global do processo educacional.

Envolvida diretamente nas questões educacionais no Estado do Tocantins e com políticas sociais/públicas, o presente estudo problematiza a relação do Estado do Tocantins com as forças políticas de governo para a educação básica pública, com o foco na gestão escolar, tendo como horizonte a presença e atuação do Banco Mundial, no Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

Parte-se do entendimento da educação como prática social, ou seja, participe do processo de transformação das condições da sociedade, constituída e constituinte dessas

¹Programa Estrada do Conhecimento - PEC. Elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes – Seduc/2011.

² Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS. Aprovado pela Lei estadual /TO/nº 2.271, de 29 de dezembro de 2009. Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins – DOETO/nº 3.046.

relações, num movimento dialético, na luta, sem trégua, pela superação e mudança em direção às condições de uma educação que promova, em um processo histórico social, imerso em contradições, constituído de homens e mulheres “ativos e, a partir de seu processo de vida real”. (Marx, 1982, p. 37).

Estudar o Programa Estrada do Conhecimento proposto na educação básica pública no Estado do Tocantins pressupõe partir do dinamismo histórico. Neste programa, estão imbricados as múltiplas determinações, nos aspectos filosóficos e pedagógicos, assim constituídas sob três fundamentos: primeiro, por meio das políticas públicas, desvendar a gestão da educação básica pública, que se apresenta como gerencialista; segundo, apreender a realidade política e econômica, decorrente da implantação de políticas carreadas e travestidas de recursos para melhoria das unidades escolares; terceiro, a presença e atuação do Banco Mundial na educação básica pública do Estado do Tocantins.

2. Estado do Tocantins no contexto das políticas públicas no capitalismo

A formação histórica desse Estado³ jovem e não jovem, de um lugar e não lugar é o ponto de partida para compreendermos a atuação de um Banco, na Educação básica pública do Estado do Tocantins.

Um estudo dessa natureza pretende desnudar a dureza dessa realidade e tentar “essa tradução” pelos escritos do célebre Florestan Fernandes, que apresenta a poesia como um dos componentes que pode, por exemplo, explicar a complexidade da condição humana em sua maior profundidade. Em Fernandes (1986), poesia e verdade apresentam a possibilidade de ir mais longe que outras criações, porque elabora todas as dores, vence o medo, sublima o desespero, recorta as esperanças e a negação utópica da realidade.

Neste contexto e tempo, na busca da verdade inebriada pela poesia, embarcamos de carona com Paternostro (1945) para desvendar o Tocantins, sua história e sua população. Com o autor acompanhamos a maior parte de sua viagem de canoa e de batelão pelo Rio Tocantins⁴, de norte a sul. Também nos propomos a embarcar em caminhão, fazendo o

³Os relatos demonstram que por volta de 1610 “O primeiro descobrimento do atual território de Tocantins, deve-se provavelmente, a expedicionários franceses”. “[...] os corsários franceses procuravam agradar os índios, com os quais iniciaram desde logo intenso comércio, sendo eles os descobridores do Rio Tocantins pela foz. [...]”. (Silva, 1996, p.28).

⁴Rio Tocantins com nascentes no Planalto Central, nas proximidades de Brasília/DF; deságua no Oceano Atlântico, próximo da cidade de Belém/PA. Para o Estado do Tocantins representa o caminho natural de entrada dos povos primitivos e dos povos colonizadores. A palavra Tocantins significa na língua indígena nariz bicudo ou nariz de Tucano.

registro histórico dos longos percursos em que o autor andou no lombo de burro. Eram os anos entre 1934 e 1938, no século XX em que, a realidade do norte goiano, sobretudo, na educação observada por Paternostro. Nessa viagem, encontramos e convivemos, em muitas ocasiões, com índios, negros, sertanejos, colonos, coronéis, poucas mulheres professoras e poucas escolas.

A história do Tocantins e o entendimento da constituição desse Estado da Federação não podem ser vistos em um quadro linear. O intuito desse estudo é entender a história, sua população, a relação entre as forças políticas, a cultura, como também de que forma se configura a política do “mando”, inclusive, a submissão desse povo, nessa parte do país, e o lugar que a educação básica pública ocupa na política do Estado. Recorre-se a Freire (1996) quando ele diz que não existe consciência crítica sem comprometimento histórico, assim como à poesia e às possibilidades da viagem para justificar a importância desse estudo.

Assim, no Brasil, na década de 1990, tem em seu bojo a atuação dos organismos internacionais no “ideário da Reforma, buscava conciliar as diretrizes internacionais para a constituição de uma nova forma de gestão da educação e da escola, no marco de mudanças regulatórias próprias do novo modelo hegemônico do papel do Estado, [...]”. (Krawczyk e Vieira, 2012, p. 53). Para as autoras, havia naquele momento a urgência de tratar “do ensino fundamental e médio e dos altos índices de fracasso e evasão escolares”, (idem), de exclusão e desigualdade educacional, na educação básica.

Naquele movimento, o governo brasileiro participou de eventos internacionais, dentre os quais selecionamos cinco deles: a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990)⁵; Conferência de Nova Delhi (1993); Semana Nacional de Educação para Todos (1993); Encontro de Dakar (2004) e Reunião do Grupo de Alto Nível de Educação para Todos (2004). O entendimento é que os eventos prescreveram as proposituras para a educação básica, sobretudo para os países que contraíram empréstimos do sistema financeiro internacional.

Começamos então em março de 1990, quando o Brasil participa da Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia. Essa Conferência foi convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, pelo Programa das Nações Unidas para o

⁵Tem sido comum associar o início de uma articulação internacional em torno de uma agenda prioritária para a educação à Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia (5 a 9/3/1990).

Desenvolvimento - PNUD e pelo Banco Mundial, que tange aos acordos e “ajudas” foi criado no intuito de manter e sustentar a ordem econômica mundial.

Essa instituição financeira volta-se para a educação básica pública, em parceria com outras organizações. Dessa Conferência Mundial de Educação para Todos, emana a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que se compromete em assegurar a universalização da educação básica a todas as nações e garantir a todos os conhecimentos necessários a uma vida digna, humana e justa. Para Torres (2009; 2011), o Banco Mundial transformou-se na principal agência de assistência técnica em educação para os países em desenvolvimento. Para isso, seus técnicos manifestam sobre a educação dos países juntamente com governos nacionais, sustentam e subordinam a educação a um modelo econômico.

O segundo evento foi a Declaração de Nova Delhi de Educação para Todos, realizada em 1993 com líderes dos nove países eleitos na Conferência de 1990. Naquela ocasião foi reiterado o compromisso do atendimento às necessidades básicas de aprendizagem. O documento reforça a necessidade de as instituições financeiras internacionais reafirmarem o compromisso com a meta de *educação para todos* até o ano 2000. É a partir de Jomtien, o Brasil passou a integrar o grupo de nove⁶ países em desenvolvimento com problemas de universalização da educação básica e de analfabetismo.

O terceiro evento foi um encontro mundial realizado, em Dakar, no Senegal, em 2000, que se comprometia a alcançar os objetivos e as metas de Educação Para Todos para cada cidadão e cada sociedade. Destacamos a ênfase à educação das meninas, mulheres e gênero. Visava também fazer uma avaliação da década e definir novas estratégias para os próximos quinze anos e políticas de alívio da pobreza até 2015.

Para alcançar a Educação Para Todos, no documento de Dakar, reescreveu-se que era “essencial que novos compromissos financeiros concretos fossem firmados pelos governos nacionais e também pelos doadores bilaterais e multilaterais, incluindo-se o Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento, a sociedade civil e as fundações”. (Dakar, 2000, p.4). No documento consta, a previsão de estratégias para os excluídos das oportunidades educacionais, com o compromisso da educação de meninas e a equidade de gênero.

No Brasil, acontecem dois eventos, nos quais apresentamos como quarto evento em Brasília, em 1993 a Semana Nacional de Educação para Todos. Nesse evento, foram

⁶ Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão.

discutidas questões estratégicas da política de educação básica e assinado tanto pelo Governo como pelas entidades presentes o Compromisso Nacional de Educação para Todos, documento balizador do Plano Decenal. O documento em sua abertura evoca a conferência de Jomtien e as “posições consensuais de luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, assim como o compromisso de elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos”. (p. 4). Além disso, também incluiu como meta basilar para Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, os princípios de Educação para Todos.

Em 2004 o quinto evento que parece orientar as políticas para a educação foi o da Declaração de Brasília, reunião denominada de Grupo de Alto Nível de Educação para Todos. Foram definidos três focos para o alcance da meta de educação primária universal até 2015: os professores, o gênero, a educação de meninas e os recursos financeiros. Percebe-se, assim, nesses eventos o protagonismo do Banco Mundial, uma instituição financeira, nas políticas para a educação brasileira.

Assim, na década de 1990 foram criadas as condições para a reforma da educação brasileira que definiu uma nova organização e gestão do sistema educacional e das escolas. Os organismos internacionais põe em curso um projeto hegemônico apostando no setor educacional privado como inovador e necessário, portador da modernidade, para alavancar crescimento econômico no País.

As transformações mundiais no processo de globalização, segundo Mészáros (2008), Vieira (2009) e Frigotto (2010) intensificam as demandas por educação e serviços sociais. As crescentes reivindicações da sociedade civil buscam possibilidades de participação, nos processos decisórios de políticas e gestão da educação pública. Estas trouxeram as questões sociais, para os governos federal e estaduais. As disputas na aprovação de leis é uma das formas de materialização nesses processos.

Destarte, entendendo como Cheptulin (2004) em cada formação material pressupõe uma “contradição e que ela é a unidade dos aspectos contrários” (p. 307), nas tensões existentes na aprovação da LDB, da educação como prioridade, nas lutas democráticas e mesmo às pressões dos organismos internacionais, juntamente com o setor privado, bem como forças políticas conservadoras, demonstram as contradições, seja na política orientada por uma perspectiva democrática, seja nas políticas gerencialistas, na condição denominada de nova gestão pública.

Percebe-se nesse processo um movimento de reconfiguração da escola pública, aos ditames das empresas. A tensão que esteve em jogo e perdura, foi à desconcentração do Estado com a educação básica pública, no que se refere aos recursos, assim como sinaliza formas de controle aprimorado, sob os diretores escolares.

As novas formas de gestão da educação nos estudos de Neto (2012) não significa que o Estado tenha diminuído o seu controle sobre o sistema educativo, nem o fim do sistema educacional. Pelo contrário, o Estado detém o controle estratégico desses sistemas educativos. A relação evidente entre o transnacional, o nacional e o local põe nessa lógica que “as instâncias locais são permanentemente constrangidas por uma regulação nacional e esta, por sua vez, pela regulação transnacional que vem orientando as reformas da educação em escala global, em todos os níveis [...]”. (Neto, 2012, p. 35).

Na década de 1990, foram eleitos governadores nos Estados e o Congresso Nacional renovado no ano de 1995, representando um marco na “proposta educacional, na ótica do capital, pois este, se robustece, uma vez que a nova correlação de forças deixava entrever a supremacia, [...] da proposta neoliberal de educação nacional. (Neves, 2008, p.10). Por outro lado, a autora mostra a profunda crise do País no período as medidas modernizantes, bem como a atuação do Banco Mundial, nos termos dos acordos da dívida externa. Percebe-se nos estudos de Silva (1999) que a crise se manifesta desde a década de 1980, prossegue e chega à década de 1990⁷, em que “praticamente todos os países da América Latina e do Caribe implantaram reformas econômicas, seguindo as prescrições deliberadas no Consenso de Washington”. (Silva, 1999, p. 152).

Havia uma crença absoluta na modernização, na política de mercado livre e comércio sem fronteiras, descentralização, racionalidade, privatizações, desnacionalização, liberalização, desregulamentação e flexibilidade num movimento de expansão do capital. Desde a década de 1980 “houve uma explícita intervenção político-ideológica e financeira do Banco Mundial [...] nas decisões econômicas e sócio educacionais do país, avalizada pelo consentimento do governo federal e das elites dirigentes”. (Silva, 1999, p. 149).

Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 60 antecipa um compromisso firmado entre os nove países de reservar 50% dos recursos vinculados à educação no período de uma década, eliminando o analfabetismo e universalizando o ensino fundamental. Já o Art. 205

⁷ Os estudos de Fonseca (1998 e 2001a), Leher (1998), Silva (2002), Scaff (2013) revelam que as políticas do Banco para o País priorizavam as reformas econômicas e na década de 1990 e, também nas subsequentes, o Banco passa a se ocupar das políticas sociais.

da Constituição Federal de 1988, diz que: “a educação é direito de todos” [...] “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania” [...]. Isso é percebido nos textos dos documentos legais referentes ao financiamento da educação nos Arts. 212, 213 e no Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. O Art. 212 prevê a vinculação de recursos, o 213 a possibilidade de transferência de recursos para as escolas privadas, como também o Art. 60 do ADCT prevê o comprometimento financeiro das diferentes esferas da administração pública com a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

A Emenda Constitucional (EC) nº 59, de 11/11/ 2009, acrescentou o § 3º ao art. 76 do ADCT para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União - DRU incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal. Foi dada nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos, tanto quanto ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica.

Assim, para o ensino médio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9394/96 dispõe, nos artigos 35 e 36, a duração mínima, as finalidades, currículo e educação profissional. Ao que é necessário a observância, de outras leis e regulamentações, mas, especialmente a Lei 13.415/2017, que trouxe a chamada reforma do ensino médio⁸.

O tema financiamento da educação é tratado no título VII, da referida LDB compreendendo os Arts. 68 a 77, as Emendas Constitucionais nºs 14/1996 e 53/2006 (Fundo Nacional do Ensino Fundamental - Fundef e Fundo Nacional de Educação Básica – Fundeb), sendo que o segundo o que está em vigência.

Outra mudança refere-se a Lei nº 12.061, de 27/10/2009, que alterou o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O que antes era dever do Estado de assegurar uma progressiva extensão da obrigatoriedade e

⁸De forma acelerada tramitou a Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo, apresentada em 22/10/2016, por meio da MP 746/16 e em 30/11/2016, aprovada pela comissão Mista do Senado, e, sob nova denominação, PLV 34/2016. O governo justifica a flexibilidade e a modernidade, diante das possibilidades de escolha dos alunos de acordo com suas aptidões, a obrigatoriedade recairá apenas sob os componentes curriculares de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, os outros componentes serão contemplados no currículo como conteúdos. No País esse período foi marcado por manifestações, sobretudo ocupações nas escolas por secundaristas e universitários, também em protesto contra PEC, inicialmente a 241/55, que fixa os gastos da União pelos próximos 20 anos, limitando os recursos na área de educação.

gratuidade ao ensino médio torna-se dever de assegurar a universalização do ensino médio gratuito.

Concordamos com Oliveira (2008) quando ele diz que: “o aumento da demanda e do acesso ao ensino médio (15 a 17 anos), incluindo a educação de jovens e adultos, significa, de certa maneira, maior democratização das oportunidades educacionais nesses níveis de ensino”. (p.73). No entanto, a realidade demonstra que não basta ampliar o acesso, é preciso garantir as condições para que os alunos permaneçam na escola aliando a qualidade da educação.

Sendo assim, a educação como prática social desempenha importante função para os menos favorecidos e faz-se necessário que se materialize na escola pública. É nesta base material que nos conduzimos com intenções de que as escolas dos filhos dos trabalhadores sejam estudadas na perspectiva da emancipação, sobretudo no Estado do Tocantins.

Para isso, localizamos no estudo, o entendimento sobre política pública e gestão da educação. A política educacional⁹ se dá no âmbito do poder público e as políticas públicas se referem à gestão dos governos. Assim, “as intenções do Poder Público traduzidas em políticas, ao serem transformadas em práticas, se materializam na gestão. A gestão pública integrada por três dimensões: o valor público, as condições de implementação e as condições políticas”. (Vieira, 2009, p.24).

No Tocantins, percebe-se as políticas públicas formuladas por governos, trazem uma nova lógica de gestão, tendo como balizador as políticas nacionais, orientadas por organismos internacionais e conduzida pela Secretaria de Educação Estadual que exerce poder nas escolas, nos diretores. Em certa forma silencia, modifica a formulação das políticas para a educação básica no Tocantins.

3. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC: definição das premissas teóricas e filosóficas.

O estudo se deu a partir da vigência da Constituição Federal e no marco da criação do Estado do Tocantins em 1988. O Programa Estrada do Conhecimento foi construído em (2011-2017) pela Seduc, para integrar o grupo de secretarias estaduais e autarquias que dispunham de dinheiro advindo do Banco Mundial, via Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS. Dessa forma, a Secretaria de Educação Estadual

⁹ Sobre o assunto: Behring e Boschetti (2011); Vieira (2009).

desenvolve o Programa Estrada do Conhecimento com argumento para implantar nas seis unidades escolares que apresentavam altos índices de vulnerabilidade social. O PEC é direcionado para seis escolas públicas estaduais e seis municípios do Tocantins, localizadas às margens da rodovia.

Com vista a localizar o estudo, neste percurso, fez-se necessário retomar a história da criação da BR - 153, e é por ela que começamos. Chamada em quase todos os escritos de Rodovia Belém-Brasília¹⁰, tem sua origem no governo de Juscelino Kubitschek - JK (1956 - 1961), obra prevista no seu plano de metas, da integração nacional, que “aquele governo levou até o limite do equilíbrio contraditório entre uma ideologia nacionalista-desenvolvimentista e a efetivação de uma política de abertura ao capital monopolista estrangeiro”. (Aquino, 2002, p. 319).

Os estudos de Aquino (2002) demonstram que até mesmo a decisão de construir a rodovia deu-se no antigo norte goiano, em solo Tocantinense, denominado de Cercadinho¹¹, com a presença de Juscelino Kubitschek de Oliveira, após certificar-se que esta parte do País era região Amazônica, “sem perda de tempo, JK mobilizou representantes de nações estrangeiras¹² para que elas testemunhassem a presença do seu governo na Amazônia”. (idem, p. 324).

Assim, a abertura da estrada desvela a presença do capital estrangeiro no país e a priorização do modelo de transporte por rodovias, mais caros e mais lucrativos. Deixa para trás a “navegação fluvial sempre é difícil em qualquer época do ano, o que não evitou que o Tocantins fosse, durante mais de dois séculos, a única via de acesso ao sertão goiano [...]”. (Valverde e Dias, 1967, p. 262). Os autores elucidam que: “com o declínio da mineração, os povoadores saíram das regiões das aluviões auríferas, estabelecendo-se em grandes fazendas de gado”. (idem). As pastagens propícias à criação de gado atraíram pessoas desde o Maranhão ao Goiás. Prevaleram “a ação missionária, aldeando e catequizando o elemento indígena, facilitou a ocupação regional”. (p. 262). Nessa nova realidade, não são raros os

¹⁰ No PEC consta na denominação do referido Programa situado as margens da Rodovia Belém-Brasília, nos estudos de Silva (2013): “É comum associar a BR-153 nominando-a de Belém-Brasília, na verdade isso já está no consciente coletivo [...] a verdadeira Belém-Brasília é a BR 010, saindo de Brasília- DF, rumando ao Norte pela margem direita do Rio Tocantins. Constata-se ainda, que a referida rodovia apresenta grande trecho de sua extensão sem pavimentação. (Silva, 2013, p.111).

¹¹ Localidade próxima ao município de Aliança do Tocantins, um dos municípios que se situa uma unidade escolar contemplada com o Programa Estrada do Conhecimento.

¹² Sobretudo dos Estados Unidos, visto que a construção da estrada havia sido distribuída entre diversas empresas daquele País.

registros de choques armados envolvendo grileiros e posseiros, sendo, mais contundentes, no então norte de Goiás.

Na mata aberta, o comércio tem seu itinerário realizado, não mais pelo rio, mas pela estrada. Os escritos demonstram essa passagem histórica: “Outrora a empresa possuía três barcos para transportar a produção para Belém, fazendo dois transbordos. Hoje não tem mais serventia; a viagem para a capital paraense é feita por caminhões, em 2 ou 2 ½ dias, deixando a mercadoria na porta”. (Valverde e Dias, 1967, p. 214).

Essa passagem nos estudos de Silva (2013) explica o que significou para os comerciantes, sair da navegação, para trafegar pela estrada que corta o país, no carregamento das mercadorias, produtos e artefatos. Enfim, o significado dessa transposição foi traduzido em progresso e no empobrecimento de parte da população local.

Estudos de Aquino (2002) apontam relatos sobre o êxodo rural, as ilusões com a cidade, bem como as possibilidades dos filhos irem à escola que fizeram com que camponeses vendessem as suas pequenas propriedades por pouco dinheiro e fossem para a cidade, morar na periferia, para desempenhar pequenos serviços para prover o sustento de suas famílias.

O relato do dono da empreiteira responsável pela construção do trecho da rodovia denominada de goiano-tocantinense ‘ao longo da estrada era reservados seis quilômetros de cada lado, para serem distribuídos entre colonos [...]’. (p.330). Não se concretizou, porque “imediatamente chegavam os latifundiários, que ofereciam algum dinheiro, compravam aquelas terras dos colonos e, assim, a margem da rodovia foi-se transformando em latifúndio”. (Aquino, 2002, p. 330).

Outra questão apontada que teria dificultado a permanência das pessoas em suas terras eram os perigos que estavam expostos na beira da estrada. Por esse motivo, as casas eram escassas, tinham de ser construídas longe, pois se queixavam que passava todo tipo de gente, dentre esses, os malfeitores.

Assim, observa-se que, apesar da abertura da BR – 153, o isolamento do norte de Goiás perdurou. Nesse contexto, o Estado do Tocantins foi criado em 1988 e as forças políticas e econômicas continuam acomodando aos interesses e administrando os conflitos agrários, sob outro poder, bem como a corrida do interior para a capital nos cargos e funcionalismo público.

Com esses elementos, pelo asfalto, pela rodovia que secciona o País de Norte a Sul, a BR – 153 é por ela que continuaremos, para aproximar e apreender o objeto do estudo. No quadro 1, observa-se a Diretoria Regional de Gestão e Formação, os municípios e as características das seis escolas públicas.

Quadro 1 - DRGF, características das seis escolas públicas.

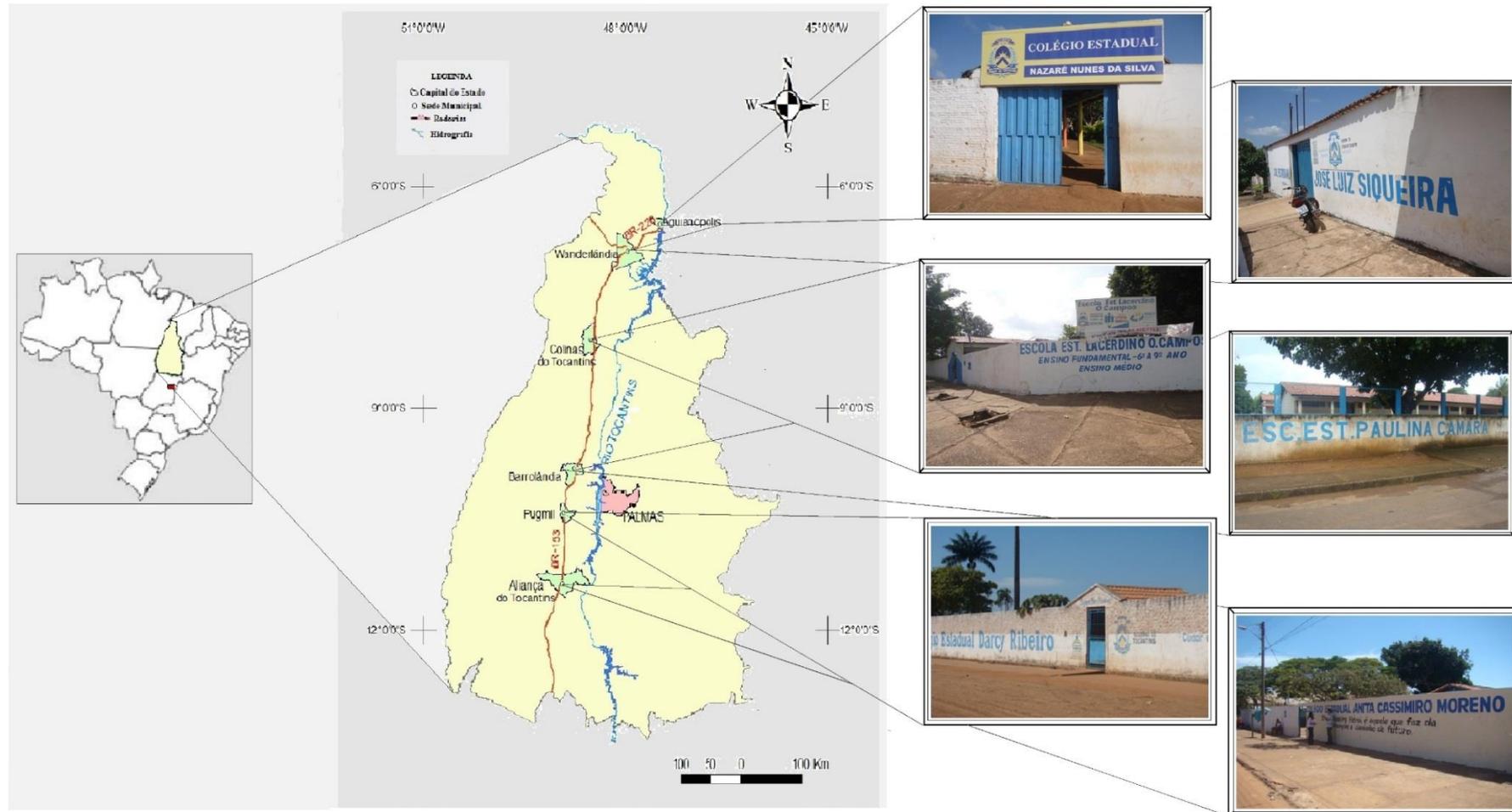
DRGF¹³	MUNICÍPIOS	UNIDADES ESCOLARES
Gurupi	Aliança do Tocantins	CEM – Anita Cassemiro Moreno: Atualmente com um número de 378 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino médio, funcionando nos períodos matutino e vespertino e noturno; 13 professores; 29 funcionários. A gestão conta com um diretor e um secretário.
Tocantinópolis	Aguiarnópolis	CEM – Nazaré Nunes da Silva: Atualmente com um número de 542 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino médio, funcionando nos períodos matutino e vespertino; 28 professores; 45 funcionários. A gestão conta com um diretor, um secretário, 3 coordenadores e um orientador educacional.
Paraiso do Tocantins	Barrolândia	Escola Estadual Paulina Câmara: Conta com 147 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental, funcionando nos períodos matutino e vespertino, 14 professores, 9 funcionários. A gestão conta com um diretor, um secretário, 3 coordenadores.
	Pugmil	CEM – Darcy Ribeiro: Possui 250 alunos (as), nos anos escolares entre o 8º ao 9º ano do ensino fundamental, funcionando nos períodos matutino, vespertino e noturno, 13 professores, 28 funcionários. A gestão conta com um diretor, um secretário, 3 coordenadores.
Colinas do Tocantins	Colinas	Escola Estadual Lacerdino Oliveira: Com um número de 570 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino médio, funcionando nos períodos matutino e vespertino; um total de 22 professores, sendo 18 contratos; 19 funcionários. A gestão conta com um diretor, um secretário, 2 coordenadores.
Araguaína	Wanderlândia	CEM José Luiz Siqueira: Número de 380 alunos (as), nos anos escolares entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental e Ensino médio, funcionando nos períodos matutino, vespertino e noturno; 20 professores; 23 funcionários. A gestão conta com um diretor e um secretário e 2 coordenadores.

Fonte: Dados coletados nas Unidades Escolares. (jul. a set./2016). Organização: Souza, N. N. (2017).

Na figura 1 a localização geográfica do Estado do Tocantins com destaque a BR - 153 e BR - 226, rodovias essas que seccionam os municípios onde estão localizadas as escolas inseridas no Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

¹³Diretoria Regional de Gestão e Formação, a qual estão subordinadas às unidades escolares, são em número de treze no Estado do Tocantins.

Figura 1- Municípios onde se localizam as Escolas públicas no PEC, seccionados pelas BR 153 e BR 226, Estado do Tocantins.



Organização e Adaptação: Silva, M. A. (2014/2017). As figuras são adaptadas a partir de fotos da autora.

O propósito desse estudo na educação básica pública do Tocantins prioriza gestão escolar, sobretudo, a partir do Programa Estrada do Conhecimento –PEC, oriundo do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, financiado com recursos contraído do Banco Mundial com vista à melhoria nos transportes rural e de maior oferta de serviços públicos para o Estado do Tocantins. Os recursos totalizam trezentos e setenta e cinco milhões de dólares americanos, aprovado em Lei Estadual em 2009 e a aprovação no Senado Federal em 2012. Com esses aportes foi firmado acordo de compromisso (Nº 8185-0/BR) entre o Banco Mundial e o governo Brasileiro.

Oriundo do PDRIS, o Programa Estrada do Conhecimento – PEC tem uma parcela de recursos para ser gasto no período dos anos de 2012 a 2017, destinados à educação pública. O empréstimo firmado entre Banco Mundial e o Brasil, para o Estado do Tocantins, é de caráter intersetorial e conta com a participação de nove Secretarias. Cada Secretaria de Estado elaborou um projeto para executar a partir de suas necessidades e submeter ao PDRIS. Nestes termos, a Seduc propôs o Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

A Secretaria de Educação Cultura, Juventude e Esportes apresenta o Programa Estrada do Conhecimento como um programa do governo e tem como objetivo “promover educação efetiva e integrada de modo a viabilizar o acesso à qualidade de vida e a inclusão social das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social às margens da Rodovia Belém Brasília”. (PEC, 2011, p.7).

Os estudos de Fonseca (1998) e Pereira (2009) colaboram para o entendimento da disposição do Banco Mundial para a concessão de créditos aos setores sociais, inclusive à educação. Desta forma “para fundamentar a política social, o Banco produziu, a partir dos anos 1970, um discurso de caráter humanitário, respaldado por princípios de sustentabilidade, de justiça e de igualdade social”. (Fonseca, 1998, p.37).

Assim, a justificativa no documento Programa Estrada do Conhecimento se dá nos seguintes termos: “o Governo do Tocantins sedimentou em suas forças políticas o slogan *Cuidar das Pessoas*, firmando-se assim, um marco de responsabilidades para todos os propósitos de uma nova gestão das políticas públicas que se instaura como um Novo Tocantins”. (PEC, 2011, p.9).

No PEC consta que o Banco Mundial dispensaria US\$ 5 milhões de dólares e o Estado do Tocantins, a contrapartida equivalente a US\$ 1 milhão de dólares, totalizando US\$ 6 milhões de dólares, que seriam utilizados na execução do Programa Estrada do

Conhecimento. Do PDRIS para a Secretaria de Educação, constituído o PEC, consta de seis milhões de dólares, para a reforma de seis escolas públicas estaduais. Assim, para uma parcela da educação básica pública no Estado de Tocantins, a partir deste empréstimo previsto advir dos recursos do Banco Mundial.

Para integrar o Programa Estrada do Conhecimento – PEC foram eleitos no Estado, os municípios em situação de extrema pobreza, considerados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2010. O Estado do Tocantins apresentava em números absolutos 1.383.445 de habitantes e o índice de pobreza de 41,28%. E também utilizou dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. No documento Relatório nº 63731 – BR (2011) que fundamenta o Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável – PDRIS (2012), apresenta que a qualidade da educação no Brasil está melhorando e exige um monitoramento dos resultados, dando ênfase à qualidade do Ideb, bem como: “a) qualidade dos professores; b) índices de repetição e distorção de idade-ano escolar [...]; e c) qualidade do ensino médio”. (Relatório nº 63731 – BR, 2011, p. 145). Esses elementos utilizados como norteadores para a construção do Programa Estrada do Conhecimento – PEC (2011) fazem parte da política, materializado o projeto do Banco Mundial no Tocantins.

Isto posto, o **problema** central do presente estudo pode ser descrito assim: a) questões sociais: o Estado do Tocantins possui 510 unidades escolares estaduais, marcadas por todo tipo de carência: prostituição, desemprego, alimentação, desnutrição, drogas, a pobreza, desumanização, trabalho precarizado, além das estruturas precárias dos prédios escolares. b) questões do capital: a execução do Programa Estrada do Conhecimento – PEC, implementado a partir de recursos financeiros, contraídos via empréstimo do Banco Mundial, foi direcionado para reformar seis escolas públicas, pondo em prática um *modus operandi* dessa instituição financeira, impingindo novos *habitus* na gestão escolar e expandir os negócios econômicos nessa parte do País.

Com esse aporte, este estudo assume as seguintes **premissas**: A *primeira*, afirma que a história da criação do Estado, população nortense evidencia as carências e faturas desta parte do País, palco de lutas, privilégios e conformidades, sobressaindo os aspectos econômicos e políticos. Na busca pela divisão do Estado de Goiás, emergiram as práticas de autoritarismo e patrimonialismo e reconfigurou o espaço de luta de classes nessa parte do País.

Assim, a *segunda* premissa parte do pressuposto de que a gestão dos governadores e secretários de educação, notadamente a gestão do sistema estadual de ensino, além dos elementos da dinâmica capitalista presente nesta parte do País orientam a educação e direcionam as políticas, por meio de programas desenvolvidos para as escolas públicas. Os fundamentos dessas políticas, na aparência se apresentam com preceitos de autonomia e descentralização, quando o que está posto são os ditames da nova gestão pública, na lógica compreendida como gerencialista. Esses elementos atendem as políticas para a educação, no âmbito das políticas oriundas da Reforma do Estado Brasileiro, desde 1995.

A *terceira* premissa considera as questões econômicas, tanto quanto a atuação das forças políticas em decorrência de recursos financeiros advindos de empréstimo internacional, para reconstrução da malha viária. Uma pequena parcela desses recursos foi dispensada para programa piloto voltado para a educação básica pública. As mudanças empreendidas no sistema de educação básica pública do Estado estão imbuídas das orientações fornecidas pelo Banco Mundial implementado com aporte técnico, recursos financeiros e colaboração dos gestores locais.

A *quarta* premissa reafirma a escola pública como um direito social e conquista dos trabalhadores. Na gestão no Programa Estrada do Conhecimento estão os motivos para implementação do projeto do Banco Mundial no Tocantins, com um simulacro de recursos para a educação. De fato, o que está em questão são ações para consolidação de conceitos preponderantes da reforma do Estado brasileiro, introdução das proposituras do Banco Mundial, com a concordância da Seduc, no Tocantins.

A *quinta* premissa apreende a educação básica pública e, nela, a gestão do sistema escolar nas unidades escolares partícipes do Programa Estrada do Conhecimento. O PEC introduz o Banco Mundial na educação pública do Tocantins na gestão escolar com a anuência da Seduc. A vulnerabilidade social, nos seis municípios, tornou-se um dos mecanismos de inserção do Banco na educação básica pública. O foco do Banco Mundial está nos diretores, não só das seis escolas do PEC, mas da totalidade das escolas de educação básica pública.

Neste processo, os diretores são indicados para assegurar a conformação da cadeia produtiva que viabiliza o projeto econômico. Os diretores sofrem com as práticas autoritárias e a ingerência política nas escolas. No fundo, está posto a luta de classes nas relações entre

os negócios do Banco Mundial, das elites locais, como também os direitos e a luta dos trabalhadores pela sobrevivência.

Assim, busca-se examinar as contradições no projeto de educação básica do Estado, com foco na gestão, as implicações para os aspectos social e as mudanças empreendidas que possibilitam a inserção do Banco Mundial, por meio do Programa Estrada do Conhecimento com a anuência dos poderes estaduais.

Nesse contexto histórico, o **objetivo geral** deste estudo é analisar o *Programa Estrada do Conhecimento – PEC* implementado a partir das proposituras do Banco Mundial e a Secretaria de Educação do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e sua configuração em seis escolas públicas estaduais.

Para tanto, elegeu-se como **objetivos específicos**:

1- Apreender a constituição do sertão goiano, a configuração histórica e formação do Estado de Tocantins.

2- Analisar se as formas de atuação e ação dos governadores e secretários de educação apresentam consonância com os ditames da nova gestão pública com o foco na descentralização do Estado no sistema de ensino público do Tocantins.

3- Analisar como se dá a presença e atuação do Banco Mundial no Estado do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e como se constitui o Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

4- a) Compreender como a avaliação medida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb foi utilizada como um critério para as escolas que foram escolhidas para a implementação do PEC; b) Analisar como as parcerias, reformas e a jornada escolar modificam a gestão das escolas.

5- Compreender a gestão das escolas partícipes do PEC em situação de vulnerabilidade social.

Questões de investigação:

1- Como foi constituído o Estado do Tocantins, sua história, riquezas e a população que habitam essa parte do País?

2- a) Como se apresentam as forças econômicas e políticas após 1988, com o foco nos governadores e secretários de Educação do Tocantins, quanto à gestão da educação? b) Como foi concebido o Programa Estrada do Conhecimento - PEC em seis escolas públicas do Tocantins?

3- a) Quais são os projetos e ações do Banco Mundial no Tocantins, após a constituição do Estado? b) Que concepção de gestão conduziu a implementação do Programa Estrada do Conhecimento - PEC nas unidades escolares?

4- a) Como a avaliação se apresenta nas escolas, já que ela é uma das condicionantes para a implementação do PEC? b) Como ocorrem as reformas nas seis escolas partícipes do PEC?

5- a) Como a vulnerabilidade social na estrada serviu de mote para o Programa Estrada do Conhecimento nas seis escolas públicas?

6- Como se configura a gestão escolar, especialmente a atuação do diretor após a implementação do PEC? Considera que há ingerência política na escola? Em que direção?

4. Aproximações com o método de estudo: o materialismo histórico e dialético.

A reflexão acerca do método busca prover os meios para análise das políticas sociais, especialmente da educação e a sua relação com o Banco Mundial no Estado do Tocantins, por meio do Programa Estrada do Conhecimento - PEC. Os instrumentos metodológicos da pesquisa, sobretudo, o *como investigar*, o método se impõe como escolha política do pesquisador. Assim, busca-se expor em que bases se assentam as políticas e o lugar que ocupa a educação pública no capitalismo, nas aproximações com o materialismo histórico e dialético.

Um estudo sobre política pública impõe que se localize o tempo histórico e, para isso, alguns apontamentos sobre o capital¹⁴ e o capitalismo¹⁵ são necessários: em Mészáros (2007) e essencialmente tratado por Marx (1982) no livro primeiro do capital, no modelo de reprodução social total do capital¹⁶, na superprodução, na tendência de queda da taxa de lucro, todos combinados.

¹⁴ “[...] é uma relação social de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa. Para que uma quantidade de mercadorias, de valores de troca, assuma o caráter do capital, é necessário que se torne um poder social autônomo, isto é, na posse de uma parte da sociedade, sempre mais acrescida como troca pela energia de trabalho imediata viva”. (Marx e Engels, 1988, p.20).

¹⁵ “Por volta de 1860, uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo”. “[...]. Sua origem talvez preceda 1848, como foi sugerido na *Era das Revoluções: 1789-1848* (1982a), mas uma pesquisa mais detalhada sugere que raramente tenha ocorrido antes de 1849 ou tenha ganho amplo uso antes da década de 1860”. Ver Hobsbawm E. *A era do capital: 1848-1875*. (1982b, p.21).

¹⁶ “O capital está conosco há muito tempo, de uma forma ou de outra; de fato, em algumas de suas formas mais limitadas nos acompanha há milhares de anos. No entanto, somente nos três ou quatro séculos assumiu a forma do capitalismo que pôde realizar plenamente a lógica auto-expansiva do capital, por mais devastadoras que fossem as consequências para a própria sobrevivência da humanidade. (Mészáros, 2007, p.74).

Para Sanfelice (2002) o Estado age traçando as políticas sociais, comandado pelo capital. Dessa forma, “a política educacional, na sua forma ampla, constitui-se em parte integrante destas políticas sociais. A política educacional especificamente na escola pública, em seus diferentes níveis e modalidades é apenas parte daquela”. (idem, p. xv).

Nesse sentido, entende-se por políticas educacionais, situadas no capitalismo, como medidas implementadas pelos governos em um determinado tempo histórico para adequar aos novos tempos à lógica do capital. Nessa lógica, as políticas educacionais são partes do sistema e as forças produtivas *dos de baixo*, relegadas a esse sistema, com possibilidades reduzidas de insurgir-se. Na lógica do capital, as políticas educacionais:

“não somente constituem prescrições claras acerca das ações que devem empreender as instituições e os sujeitos, mas também são enunciados nacionais de ações desejáveis para os governos com ou sem a prescrição precisa de como implementá-las”. São instrumentos legais de âmbito nacional que viabilizam as ações do Estado para a educação escolar formal. (Silva, 1999, p. 68).

Entretanto, nesse contexto de relações, o que se caracteriza como público, de interesse geral para a sociedade e de valorização das pessoas emerge carregado de disputas de interesses. A educação como política social deve ser analisada considerando as tendências políticas que influenciam a educação enquanto política pública. Segundo Behring e Boschetti (2011), nas produções no campo marxista, tem-se as possibilidades dos avanços sociais, sobretudo, os educacionais, pois se “[...] problematiza o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes [...]”. (p.37).

As políticas sociais, na prática, se dão efetivamente na correlação de forças políticas e econômicas do Estado capitalista. Mesmo que possa parecer reducionista nominar os aspectos políticos e econômicos, são esses interesses que sobressaem e se impõem em favor da manutenção do capital. No capitalismo é inerente a acumulação e concentração de renda que “desafiadoramente impõe ao Estado a função de manter um certo equilíbrio e uma forma de harmonia social que satisfaçam certos interesses das classes dominadas, desde que se mantenham nos limites permitidos pelas classes dominantes”. (Cury, 2000, p.54).

Nas condições materiais e limites do capital que subjuga os *de baixo*, emergem outras demandas dos trabalhadores, para se manter nessa sociedade e constituir espaços de lutas. Na busca pela transformação e perquisição de alternativas aos trabalhadores, aqui me incluo!

Ainda na problematização sobre o papel que a educação ocupa na sociedade capitalista, vemos que: para que se dimensione as políticas sociais é preciso considerar e

explorar “as contradições inerentes aos processos sociais” [...] e o reconhecimento de “que as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital”. (Behring e Boschetti, 2011, p.37-38).

Assim, com esse entendimento sobre as políticas sociais, busca-se aproximações com o materialismo histórico dialético e compreender as questões educacionais por meio do PEC no Estado do Tocantins. Os estudos de Florestan Fernandes apontam que: “mesmo no campo restrito da filosofia das ciências, a obra metodológica de Marx é a primeira reação no século XIX contra os métodos naturalistas, em particular em sua forma positivista, e contra a ideia de sua aplicação pura e simples dos fenômenos sociais”. (1946, p. 18).

Quanto ao significado da teoria para Marx, “não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta [...] de seu movimento visível”. (Netto, 2011, p.20). Pressupomos uma teoria como uma modalidade peculiar do conhecimento, que deve ser prática, aplicado ao cotidiano, imbuída do compromisso de reverter em melhoria de vida, para as pessoas.

Quando Marx & Engels (1986) afirmam que “o primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos” (p.27), nos reportamos à necessidade de transformação, da existência das pessoas, na superação de forças que oprimem e aniquilam o ser humano. É assim que entendemos as razões da pesquisa compromisso teórico e compromisso social.

Para analisar o Programa Estrada do Conhecimento partimos da realidade caótica, ou da aparência do fenômeno como Marx (1982) nos ensina na busca da “rica totalidade de determinações e relações diversas” (p.14). Nesses apontamentos, a obra de Marx *Para a Crítica da Economia Política*, “é vista no processo do pensamento de Marx, um ponto de chegada e um ponto de partida”. (Netto, 2011, p. 54).

O ponto de chegada é como se fosse o resultado “de todo o trato teórico anterior, pois contém uma adequação da posição (perspectiva) do pesquisador às exigências do objeto”; o “ponto de partida, porque traz essencialmente um novo tratamento do objeto. “Assim, podemos apreender que a pesquisa deve encontrar no cotidiano, na prática, seu ponto de partida e o concreto pensado é o ponto de chegada”. (Rêses, Sousa, Silva, 2016, p.30). Os autores expõem que é no desenvolver das suas determinações e mediações “que possam ser

revelados os nexos constitutivos do objeto de estudo, para que os sujeitos possam, pela unidade pensamento-reflexão, vir a transformar a realidade de si mesmos” (idem).

A investigação em Marx tem como pressuposto sair da aparência para chegar à essência. É no movimento de ir e voltar da aparência para a essência e vice-versa, como condição para saturar o objeto com determinações, significa que, quanto mais se satura o objeto com determinações, mais se conhece sobre ele. Além de que na investigação sujeito e objeto interagem, em uma relação dialética, o histórico e o social falam, conversam, na realidade objetiva de constituição do sujeito, também se constrói o objeto.

Em outras palavras, Fernandes (1980) diz que é necessário saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas. Assim, se busca desvendar a educação básica pública do Tocantins, bem como os aspectos da gestão escolar com o foco no Programa Estrada do Conhecimento. Dessa forma, o método pressupõe uma atitude no sentido de extrair do objeto as suas múltiplas determinações. Nessa perspectiva, reafirma-se que o ponto de partida em Marx é a aparência do fenômeno, que ainda não chegou à essência. A tarefa da pesquisadora vem da luta como professora para sair do campo imediato, partindo da aparência dos fenômenos e ser capaz de abstrair além da essência do mediato.

Perseguiamos em nossos estudos sobre o PEC, iniciando pelo real, pelo concreto, caótico nas múltiplas determinações, as possibilidades de análise, nesse caminhar, pressupõem os conceitos, as abstrações. Marx distingue o que se refere à realidade do objeto, do que é conhecimento do sujeito “começa-se ‘pelo real e pelo concreto’ que aparecem como *dados*. Pela análise, um e outro situados são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples”. (Netto, 2011, p. 42). O autor diz que este é o caminho a percorrer, se preferir, o método científico.

Nestes termos, o próprio Marx (1982) diz que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo [...]”. (p.14). E Marx diz ainda que o resultado geral a que chegou, serviu de fio condutor aos estudos, e, segundo ele, pode ser formulado em poucas palavras:

“na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais”. [...]. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o ser social que determina sua consciência. [...].

“Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material [...]”. (Marx, 1982, p. 25-26).

Assume-se aqui as aproximações com os estudos de Marx e nos ancoramos também em Fernandes (1946) e Mészáros (2007, 2009). Não é demais um apontamento sobre a terminologia marxista e o ‘modo de produção’ que “implica todo um complexo sócio-cultural, extremamente típico e variável. Compreender as noções de forma social e de conteúdo material em sua correspondência efetiva”. (Fernandes, 1946, p.19). O método em Marx parte da realidade concreta e histórica para explicar o fenômeno, no tempo em que se localiza no seu complexo, histórico-social, em uma sociedade capitalista em movimento.

Quanto à sociedade capitalista no “*Prefácio*” de Marx à sua Contribuição à crítica da economia política, Mészáros destaca duas proposições: que a ordem sociometabólica¹⁷ do capital “[...] é a última forma de reprodução social antagônica na história humana; e que as condições materiais para superar o antagonismo estrutural da ordem socioeconômica, agora dominante, são elas mesmas criadas no interior da estrutura da sociedade burguesa dada”. (Mészáros, 2009, p.189). Com efeito, o capitalismo contemporâneo apresenta elementos novos, assumindo outras facetas, outras formas de reprodução e exploração do trabalho e dos trabalhadores.

Mesmo que no tempo histórico em que Marx viveu não tivesse o capitalismo na sua forma avançada e avassaladora como a que vivemos na atualidade, dos alimentos deteriorados expostos nas gôndolas de supermercados, impróprio para o consumo não só de

¹⁷É o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital. “o sistema de sociometabolismo do capital é poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo que estas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema”. (Antunes, 2002, p.16). “As características definidoras da ‘nova forma histórica’ advogada por Marx – a alternativa hegemônica do trabalho no modo estabelecido de reprodução sociometabólica – devem ser formuladas em seus próprios termos de referência. Mas tal processo não pode originar-se de um vácuo histórico. O ponto importante de contato teórico entre a ordem social existente e a sociedade alternativa vislumbrada pode ser apenas a economia política clássica uma vez que esta contém genuinamente a ‘anatomia da sociedade civil’. (Mészáros, 2009, p.220).

humanos, ou das catástrofes ambientais ao armamento bélico, como também ao perigo a que está exposta a humanidade em todos os espaços, ele anteviu o poder do capitalismo¹⁸, na mão dos humanos. “Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites”. (Marx, 1982, p.138).

No cerne das transformações, está o ser social, os homens e mulheres que são construtores da direção a ser tomada, a partir de suas condições materiais. Condições essas, que acontecem no movimento dialético que Prado Junior (1980) aponta como primeira condição para abordar dialeticamente qualquer assunto, é que se impõe a necessidade de colocar-se no interior dos fatos, e, dos processos com que o conhecimento se elabora. A dialética suscita controvérsias, já que não pode ser entendida por quem não a vivencia. “Para compreender a dialética é preciso pensar dialeticamente, [...]”. (Prado Junior, 1980, p. 12).

Na dialética o que permanece é a mudança. Nossa luta para que os homens e mulheres estejam imbuídos do sentimento de superação do capitalismo. “A dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção de homem, da sociedade e da relação homem-mundo”. (Gadotti, 2012, p.18). A dialética pressupõe o estudo da história, apropriando-se em todos os sentidos do objeto. Nestes termos a “historiografia se torna indispensável para recuperar a historicidade e o devir histórico dos fenômenos”. (Gamboa, 2012, p. 153). Ainda segundo o autor, na dialética o caminho de volta é condição, pois vai do todo às partes e das partes ao todo. Não é demais reforçar que saturar de determinações é apreender o objeto de diferentes ângulos, posições, visões e faces.

Assim, o conhecimento dos elementos que constituem a realidade, no concreto real, envolvido na universalidade, singularidade e particularidade, só pode ser proporcionado, por meio das categorias, que dão suporte, interagem e são parte da explicação do fenômeno. No que tange às categorias¹⁹: contradição e mediação, nesse estudo, elas são nucleares, determinantes para compreender as condições concretas da implementação do Programa

¹⁸Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o aumento do ‘círculo de consumo’, para benefício do ‘indivíduo social pleno’ de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois do perverso ponto de vista do ‘processo de realização’ do capital, consumo e destruição são equivalentes funcionais. (Mészáros, 2007, p.201).

¹⁹ “As categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade”. (Cury, 1987, p.21).

Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins. Os homens estabelecem as relações sociais, em acordo com a sua produtividade material, assim, as ideias, as “categorias são tão pouco eternas quanto às relações que exprimem”. Elas são produtos históricos e transitórios. (Marx, 1985, p.106). Embasada nesses elementos propostos por Marx que trataremos das categorias metodológicas e de conteúdo.

As categorias, são formas de pensamento, são “a forma lógica do conteúdo da dialética materialista”. (Kopnin, 1978, p.108). A lógica dialética de conceitos e categorias está estreitamente vinculada à historicidade da sociedade e ao momento, bem como o contexto único em que é realizada a investigação do Programa Estrada do Conhecimento - PEC no Estado do Tocantins.

As categorias como nos ensina Marx (1982) “[...] apesar de sua validade para todas as épocas, são contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade se não para essas condições e dentro dos limites destas”. (p.17). No dizer de Cury (1987) as categorias têm “a função de intérpretes do real e indicadores de uma estratégia política”, oferecendo “subsídios nos atos de investigar a natureza da realidade social e as vinculações das propriedades da educação nessa mesma realidade [...] ajudam a entender o todo, cujos elementos são os constituintes da realidade e, nele, os elementos da educação”. (Cury, 1987, pp. 26-27).

As categorias não possuem um fim em si mesmas, ganhando sentido como instrumentos de compreensão de uma realidade social concreta. Elas existem no movimento e a partir de um movimento, descontextualizadas, é como se deixassem de existir. A cada época apresentam-se categorias específicas, tendo como ponto de partida do processo de aprender, o real concreto, “o conhecimento percorre escalas necessárias do intuitivo empírico ao abstrato e, deste, ao concreto pensado, que retorna, enquanto totalidade das múltiplas determinações, ao concreto real”. (Gorender, 1982, p.xiii). Na organização expositiva, as categorias apresentam um sistema explicativo estruturado, elas “[...] não se situam na exposição sistemática conforme sua sucessão na história, mas de acordo com as conexões internas determinadas por sua essência conceitual [...]”. (idem).

Com esses preceitos, assume-se as categorias no movimento histórico dialético. Iniciemos por uma das categorias basilares propostas por Marx que é a contradição que tem na unidade dos contrários o princípio instituidor da dialética. Ao que possa parecer, não se trata simplesmente da disposição em sentido contrário, aliás pressupõe uma outra categoria

metodológica que é o movimento, como algo concreto, vivo, que perpassa, que vivencia conflitos e contradições, estamos nos referindo a historicidade, ou melhor, a história das pessoas, realizadas por cada um, no tempo histórico.

Em Marx (1985), esse movimento se dá a partir da tese, desse pensamento, “desdobra-se em dois pensamentos contraditórios, [...] o sim e o não. A luta entre estes dois elementos antagônicos, compreendidos na antítese, constitui o movimento dialético” (p.105). É nestes dois elementos contraditórios que constitui o que Marx designa de “pensamento novo”, que é a síntese. A educação em sua complexidade tem como pressuposto o contraditório, sobretudo, na sociedade capitalista, que nega direitos aos *de baixo*, ao mesmo tempo em que, sobrepõe à condição da maestria do desempenho do trabalho. Sobre o trabalho é uma categoria determinante no *edifício teórico de Marx*.

Em outras palavras, a categoria contradição deve captar ao movimento e unidade de resultado dos contrários, “o pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre os pólos dialeticamente relacionados, buscando compreender como e onde se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade [...]”. (Kuenzer, 2005, p. 65). É neste movimento que buscamos compreender porque o Programa Estrada do Conhecimento foi implementado no Tocantins em seis escolas públicas, sob a justificativa da vulnerabilidade social e os indicadores do Ideb.

Buscar a essência do PEC faz-se necessário considerar a natureza do capitalismo e o papel do Estado no âmbito das políticas econômica e social, bem como as forças políticas impulsionadoras das ações que se sobrepõem à educação pública. Em síntese, como mostrou Marx “a história moderna e contemporânea é dominada pelo Capital”. (Marx, 1973, p.236), motivos pelos quais devem ser consideradas todas as forças em disputa, no que “todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma força política”. (idem, 1986, p.98). Ao que somos alertados por Mészáros (2009) “devemos ter sempre em mente que o capital não é uma ‘mera coisa’, mas um modo dinâmico de controle sociometabólico, com sua estrutura de comando específica desenvolvida ao longo da história não apenas no terreno da reprodução material, mas também da política”. (p.245).

Na busca para desvendar a relação do Estado do Tocantins com o Banco Mundial e as implicações para a educação básica pública situamos o movimento dos contrários, e pela categoria da mediação, que, em Mészáros (2009) é a categoria que ocupa o maior grau de

importância tanto teórica quanto prática nesse tempo de transição histórica. Para o autor, a mediação é

teórica, porque em vista da magnitude do desafio que temos que enfrentar, nada pode ser conquistado com êxito sem uma concepção *intelectualmente coerente* e verdadeiramente *abrangente* da mediação. E, na prática, porque é impensável instituir na ordem social estabelecida as mudanças qualitativas exigidas sem adotar as formas apropriadas de mediação prática que podem fazer historicamente viável no futuro nosso iniludível modo de reprodução sociometabólica – como seres mediados por si próprios da natureza [...] mudanças qualitativas são necessárias em absoluto porque a destrutividade crescente de seus antagonismos consolidados e definitivamente explosivos torna insustentável ao extremo a ordem existente de reprodução social, sob o domínio do capital. (Mészáros, 2009, p.277).

A necessidade da categoria mediação, nesse estudo sobre a educação, ela se torna imprescindível, “porque a educação, como organizadora e transmissora de ideias, medeia às ações executadas na prática social”. (Cury, 1987, p.28). A mediação une dialeticamente as ideias e a ação. O campo teórico e o prático só podem se relacionar de modo dialético quando expõe o movimento dos contrários e por meio da mediação e articulação da totalidade do PEC. As múltiplas determinações econômicas, sociais, políticas e culturais são consideradas diante do fenômeno e se constituem em uma totalidade. Nos movimentos de mediação e contradição buscamos compreender a gestão nas escolas, bem como a inserção do Banco Mundial na educação pública e o que se impõe para os diretores escolares no contexto da nova gestão pública. Saviani (2015), Kuenzer (2005), Cury (1987).

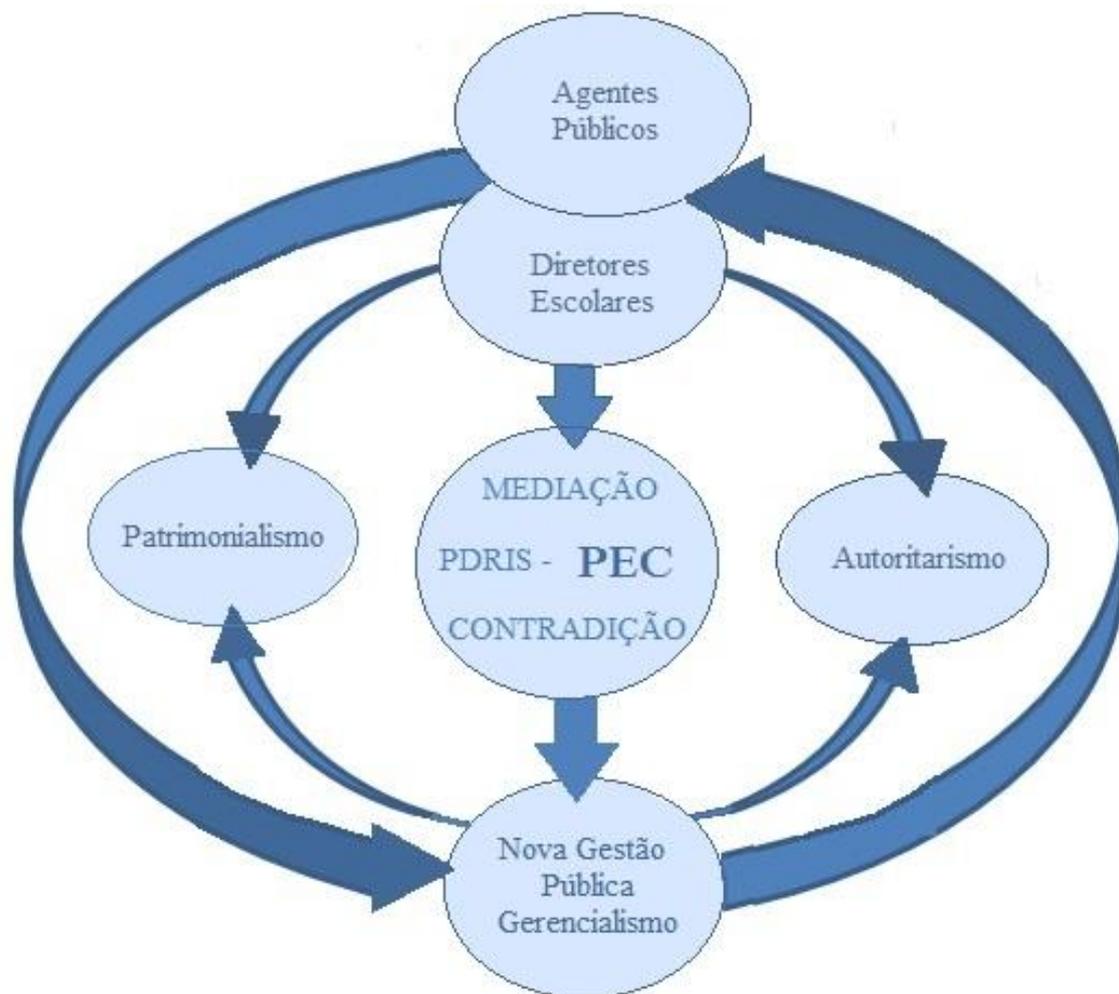
5. As categorias na concretude do estudo.

Nesse sentido, o que orienta a pesquisa, como uma bússula, são três eixos: Banco Mundial, PEC e gestão. Dessa forma, na sistematização no estudo impôs cinco sub-eixos de análise: *Estado Tocantins; Gerencialismo/Nova Gestão Pública; Banco Mundial, PEC e Diretores Escolares*, esses, imbricados e partes da totalidade do estudo, compostos nos capítulos, não como um *todo*, constituído por partes, mas como uma totalidade concreta, permeado de contradições presentes no Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

A partir dos elementos de análise, reafirma-se as categorias metodológicas como universais e, portanto, podem ser utilizadas para desenvolver qualquer pesquisa. Assim, tornou-se necessário as categorias de conteúdo que no dizer de Kuenzer (2005) são específicas para cada pesquisa, sendo determinada a partir de seus objetivos. “Cada categoria de conteúdo, [...], configurando-se assim um movimento que vai do geral ao particular na exposição, e do particular ao geral na investigação e na exposição”. (idem, p. 66). É a partir

delas, das categorias de conteúdo, que também nos amparamos, surgidas do real concreto, do nosso objeto de estudo, são elas: gestão -gerencialismo - nova gestão pública – patrimonialismo - autoritarismo e diretores escolares, conforme figura 2 visualiza-se as categorias metodológicas e de conteúdo deste estudo.

Figura 2 - Categorias de análise da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (abril/2017).

A articulação entre as categorias metodológicas e de conteúdo desencadeou o movimento dialético buscando revelar a finalidade da implementação do Programa Estrada do Conhecimento, em seis escolas públicas do Tocantins (*o apregrado*). Na gestão das escolas, como o gerencialismo altera as práticas do diretor nas relações patrimonialistas e autoritárias (*o vivido*); na atuação dos secretários, gestores e diretores escolares (*o interpretado*). Na nova gestão pública o controle das escolas públicas (*o introduzido pelo Banco e anuência da Seduc*).

Começamos pela *Nova Gestão Pública*. Um breve *detour*, a partir de 1995, marcado pela Reforma do Estado Brasileiro, movimento ocorrido em toda a América Latina, na concretização de políticas neoliberais²⁰, primando por um Estado capitalista regulador. Foi nesse tempo que se originou no Reino Unido a NGP, que segundo Paula (2005), são medidas organizativas e administrativas, atribuindo características de gerência, observemos: a) descentralização do aparelho de Estado, é a tônica empreendida, e separou as atividades de planejamento e execução do governo transformando “as políticas públicas em monopólios dos ministérios; b) a privatização das estatais; c) terceirização dos setores públicos; d) regulação estatal das atividades públicas conduzidas pelo setor privado e e) uso de ideias e ferramentas gerenciais advindas do setor privado”. (p. 47).

Nos estudos sobre a gestão, sobretudo a gestão escolar pública no Tocantins, e com a criação do Estado (1988), o que é peculiar são os preceitos da gestão democrática e autônoma, nos documentos produzidos pela Seduc, presentes no PEAGC²¹ e PECGC²² desde os anos de 1997 até 2016. Percebe-se a condução da educação por meio desses programas que modifica a participação do Estado, ampliando as atribuições e responsabilidades da comunidade escolar.

No gerencialismo as escolas subjugadas às práticas gerencialistas pressupõe assumirem o ônus da *dita* descentralização, na *falácia* da autonomia, quando o que *está em jogo* é a desresponsabilização do Estado nas questões sociais. Para isso, é necessário o controle e diminuição com os gastos públicos. Além do mais, a avaliação passa a ser determinante em todas as esferas do estado, a partir dos anos 1990, mas é na educação básica que se faz imprescindível, atrelada ao desempenho das escolas, quando o foco é o econômico e os diretores incumbidos dos *melhores* resultados.

Concordamos com Silva e Carvalho (2014) que com o acirramento do gerencialismo²³, a partir dos anos 1995 que se demarcam “as bases, os fundamentos, estratégias e instrumentos da nova gestão pública, compreendida como uma das faces do

²⁰ [...] A redefinição do papel do Estado na perspectiva neoliberal, a partir dos anos de 1990, se desenvolveu no contexto de reestruturação do modo de produção capitalista, tendo, como eixo central, a globalização. (Silva, Carvalho, 2014, p.214).

²¹ Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada.

²² Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

²³ Para alguns autores tem sua origem na reforma da década de 1990, para outros, se acirra, o fato é que refere-se ao: “compartilhamento de responsabilidades pela educação pública com a sociedade, o que levou a uma reconfiguração das relações dos governos com a comunidade e, [...] das relações institucionais nas escolas [...]”. (Krawczyk; Vieira, 2012, p.65). *O diretor escolar deverá atuar na lógica do gerente da empresa. (grifo nosso)*.

gerencialismo na organização e funcionamento do Estado na atualidade, e seus desdobramentos no campo da gestão da educação”. (Silva; Carvalho, 2014, p.218).

Assim, com os diretores escolares e, nas escolas públicas, essa nova forma de gestão se concretiza. Por isso, os diretores escolares desde a criação do Estado estão em evidência, no que se refere à atenção das políticas voltadas para a gestão eficiente. O envolvimento do diretor e responsabilização para a gestão se dá por meio de cursos e capacitações, além dos prêmios, a exemplo do Prêmio Gestão Escolar, difundido nas escolas públicas.

Deste modo, nas relações patrimonialistas²⁴ e autoritárias²⁵ se assentam e se constroem no Estado do Tocantins, práticas conformadas nas escolas públicas e tem no diretor indicado e na interferência político partidário, os instrumentos de pressão sobre os diretores. É neste terreno de contradições que se dá a implementação do Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

Contudo, não basta discernir os modelos de gestão presentes no processo educacional do Estado, para descortinar o PEC. Tornou-se necessário, também, desvendar como os gestores atuam junto com outros organismos multilaterais, que se inserem na educação, também, via aplicação de recursos, com a ação efetiva do Estado. Essas relações vão do governador, à secretaria de educação, passando pelos diretores regionais, e finalmente aportam nas escolas públicas. Nelas os diretores escolares, o alvo do Banco Mundial, para que se cumpra efetivamente o seu projeto, ou os preceitos da nova gestão pública.

Perseguiamos o propósito de atingir a essência do Programa Estrada do Conhecimento, concebido a partir da constatação dos altos índices de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, às margens da Rodovia BR - 153, isto é, “a coisa em si”, que necessitava ser desvendada. São seis as escolas públicas, sendo cinco Unidades Escolares que funcionam os anos finais do ensino fundamental e ensino médio e uma com os anos finais do ensino fundamental. “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa se manifesta, naquele fenômeno, e como, ao mesmo tempo,

²⁴ “O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe [...] subordinando muitas unidades políticas. (Faoro, 2012, p.823). “A realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição em fase progressiva, da experiência capitalista. (idem, p.822).

²⁵ “[...] aparece como a conexão inevitável de uma política econômica de linha dura (o Estado não é tão forte para pairar em tudo acima das classes privilegiadas; contudo, ele precisa saturar várias funções diretas e indiretas, da qual dependem: a incorporação, com a implantação de um novo padrão de acumulação capitalista; a expansão estrangeira e nacional, pública ou privada; [...] excedente econômico para o exterior; criação de uma nova infra-estrutura econômica; [...]”. (Fernandes, 1979, p.43).

nele se esconde. [...] Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível”. (Kosík, 1976, p.12). Assim, perseguimos no estudo que une essas escolas públicas que se apresenta na escolha para o PEC, a vulnerabilidade social.

6. O percurso metodológico: instituições, interlocutores e técnicas.

Para tratar da pesquisa empírica, faz-se necessário ainda, reafirmar a questão do método científico, que acompanha as perguntas: como deve agir o sujeito para traduzir teoricamente a realidade? Tonet (2013) nos alerta de que não é o método, elaborado prévia e autonomamente pelo sujeito, que irá prescrever como se deve proceder na pesquisa. É a realidade objetiva, o objeto em si, no seu modo próprio de ser que indicará quais devem ser os procedimentos metodológicos.

Ainda, para desvendar a verdade, pressupõe que o pesquisador se entenda como ser histórico e social interaja com o objeto. A responsabilidade do pesquisador com o método se dá no “conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica - isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos”. (Kosik, 1976, p.45). O autor expõe que a atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico. O método é tanto mais eficiente segundo a maior riqueza de realidade – contida objetivamente no PEC. Isso pressupõe descobrir, explicar e elaborar.

Como Gatti (2007) nos relembra que o método tem vida, é concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização do trabalho investigativo, na maneira como olhamos as coisas do mundo. É a partir da ontologia da pesquisadora, que se busca o máximo de determinações no campo empírico.

A pesquisa de campo aconteceu em dois momentos: o primeiro nos anos de 2014 e 2015, no contato e o reconhecimento do campo empírico, na Seduc e nas seis escolas que foram contempladas com o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, acompanhada do diário de campo; no segundo momento, entre os meses de junho e setembro do ano de 2016, com dois instrumentos: entrevistas semiestruturadas e o diário de campo.

A pesquisa caminhou também, por meio dos depoimentos e dos registros no diário de campo como para Brandão (1982) num pensado e o vivido do homem e seus símbolos, seus mundos, sua vida. No diário escrevemos o que não dissemos, o que ouvimos, aferimos nossas emoções, nossas lacunas, nosso pensar, nosso ser, sim nosso ser pesquisadora. “O

diário são as folhas de trás dos cadernos de anotações de pesquisas, de viagens, de reuniões. São folhas de uma fala oculta. Escritos carregados de afeição [...], que nunca conseguiram neles um lugar seu”. (Brandão, 1982, p. 12).

Além de entrevista, que segundo Pádua (2011), é um dos procedimentos mais utilizados em pesquisa de campo “e se constitui como técnica muito eficiente para obtenção de dados” (p.70), nesse estudo para a educação. Nas entrevistas semiestruturadas, utilizadas como procedimento da pesquisa, compete ao pesquisador organizar um conjunto de questões sobre o estudo e permite e até incentiva que o entrevistado fale sobre aspectos que vão surgindo no decorrer da entrevista, como desdobramentos do tema principal, que é o PEC.

O critério de escolha dos interlocutores se deu essencialmente pelo envolvimento com o Programa Estrada do Conhecimento, que atuam ou atuaram na gestão do Programa, no sistema e na gestão das Unidades Escolares selecionadas.

Assim, as instituições selecionadas, foram: a Seduc, as Unidades Escolares contempladas no Programa Estrada do Conhecimento – PEC e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins – Sintet. Para a coleta de dados do campo empírico, inicialmente eram doze sujeitos, sendo sete, das unidades escolares, três oriundos da Secretaria de Educação do Estado – Seduc, um do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – Sintet e um do Banco Mundial, sendo que este último sujeito, não foi entrevistado.

No momento da entrevista semi-estruturada, os informantes recebiam o Termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 1) para ser assinado e o roteiro com as questões de entrevistas (Anexo 2). Além da explicação em que consistia o objeto de estudo e as razões para a escolha como entrevistado, bem como a anuência para o procedimento da gravação. A cada entrevista, procedia-se a revisão, na medida em que a prioridade era não divagar e que as informações estivessem encadeadas, fazendo sentido para a pesquisa. Com o material das entrevistas transcrito, passamos ao movimento de análise, na busca do concreto pensado, na apreensão do objeto do estudo.

Assim, foram validadas dez entrevistas, que foram divididas em três grupos, conforme o vínculo, a função e atuação na gestão da educação pública do Estado, e, especialmente pela relação com o Programa Estrada do Conhecimento. No *Grupo A*, estão os docentes gestores das seis unidades escolares, partícipes do Programa. No *Grupo B*, os três gestores da Seduc que respondem ou respondiam diretamente pelo Programa Estrada do

Conhecimento – PEC. No *Grupo C*, um membro diretor do Sindicato, perfazendo dez interlocutores. Assim, o quadro 2, apresenta os sujeitos da pesquisa.

Quadro 2 - Sujeitos da pesquisa.

Grupo	Código	Formação		Experiência		Quant.
		Graduação	Pós-Graduação	Gestão (ano - início)	Tempo na Educação (anos)	
A	GD1	Pedagogia	Psicopedagogia e Gestão escolar (Pró – Gestão)	2014	27	1
	GD2	Pedagogia	Administração Escolar. Gestão escolar (Pró – Gestão)	2011	20	1
	GD3	Pedagogia	Orientação Educacional. Gestão escolar (Pró – Gestão)	2014 ²⁶	30	1
	GD4	História	Gestão, Orientação Supervisão Escolar. Gestão escolar (Pró – Gestão)	2014	14	1
	GD5	Pedagogia	Gestão escolar (Pró – Gestão)	2016	16	1
	GD6	História	Ensino de História	2012	15	1
B	GS1	Pedagogia	Educação		+15	1
	GS2	Sociologia	Geografia		+15	1
	GSC1	Pedagogia	Tecnologias Digitais	2011	+15	1
C	DS1	Pedagogia		2012	+15	1
TOTAL						10

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados nas entrevistas entre os meses, de junho e setembro (2016).

Para a construção dos dados, utilizou-se o diário de campo, entrevistas semiestruturadas como técnica, e na perspectiva de enriquecimento da investigação nos ancoramos, concomitantemente com a análise documental nas determinações que envolvem a educação pública no Tocantins, via Programa Estrada do Conhecimento, visando ainda, compreender e desvelar as condicionalidades políticas e sociais envolvidas no financiamento do Banco Mundial para o Estado e implicações na gestão escolar.

²⁶Exerce a função de diretor há treze anos, a última vez que assumiu foi em 2014.

Buscamos nos documentos e nas publicações específicas sobre educação, referentes ao PEC, os documentos do Banco Mundial, publicações federais e estaduais, deste último do governo do Estado e da Seduc, bem como das Unidades escolares pesquisadas. O quadro 3 apresenta alguns dos principais documentos utilizados na pesquisa.

Quadro 3 - Principais documentos analisados no desenvolvimento da pesquisa.

DOCUMENTO	ORIGEM	ANO/ Publicação
Nº do Relatório: 63731 - BR Estratégia de Parceria de País para a República Federativa do Brasil, exercícios fiscais (2012 a 2015)	Banco Mundial	2011
Nº do Relatório: 121495 - BR Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS	Banco Mundial	2011
Nº do Relatório: 56261- BR Documento de Avaliação do Projeto com Empréstimo proposto no montante de US\$ 300 Milhões ao Estado do Tocantins com a garantia da República Federativa do Brasil para o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS)	Banco Mundial	2012
Lei Estadual/TO nº 2.538/2011	Estado do Tocantins	2011
Programa Estrada do Conhecimento – PEC	Seduc - TO	2011
Atas ²⁷	Unidades Escolares	2011 a 2012

Fonte: Elaboração da autora. (2017).

Analizamos os documentos, na busca de decifrá-los com o objetivo de compreender o PEC enquanto política, como se articula ao projeto hegemônico burguês, bem como se dá o impacto da luta de classes, como também a busca de uma sociedade que supere o modo de produção capitalista, de quem detêm o capital, dele o poder de mando. Para Evangelista (2012), esse terreno de disputas não é apenas conceitual. Como alertam Shiroma, Campos e Garcia (2005) quando se estuda a realidade pelos documentos é preciso atentar que os interesses em disputa impregnam os textos das condições e intenções políticas do tempo histórico em que são produzidos.

Além de que, as intenções políticas são marcadas por ambiguidades, contradições e omissões, que de certa forma dão pistas, mas também escondem. Nisso reside o papel da pesquisadora, de desvendar nos documentos estudados, referentes também a legislação brasileira na Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

²⁷ Coletadas dezoito Atas nas escolas pesquisadas, documentos esses, produzidos, no período dos meses de junho de 2011 a julho de 2012.

– LDB 9394/96, Diários Oficial da União e do Estado do Tocantins, acordos, programas e projetos do Banco com o Estado, relatórios, bem como a bibliografia pertinente na área de políticas para a educação, com o foco na gestão.

Desta forma, os teóricos que *lastreiam* nossa tese, são: Marx (1982; 1985); Marx & Engels (1986, 1988); Fernandes (1960; 1966; 1975a; 1975b; 1979); Mészáros (2007, 2009) e entre os pesquisadores que nos ajudam a pensar o objeto do estudo, o Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins, na sociedade capitalista estão: Fonseca (1998; 2001a; 2001b; 2011; 2013), Silva (1999; 2002), Souza (2009), Faoro (2012), Saviani (1991; 2012), Behring e Boschetti (2011), Castro (2008) e Frigotto (1999).

Assim, a *tese* que este estudo defende é que o Banco Mundial se insere na Educação básica pública, com a anuência e mediação da Secretaria Estadual de Educação, com propósito de reafirmar a nova forma de gestão nas escolas públicas, via diretores escolares. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC é um projeto piloto, elaborado pela Seduc, orientado pelo Banco Mundial vem sendo implementado em conformidade com o projeto econômico do Banco, dispensando recursos para a educação, sob *mote* da vulnerabilidade social em seis municípios do Tocantins, consolidando espaços de exploração e expropriação no âmbito social.

7. Organização e estrutura da tese.

A presente tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo os estudos versam sobre: os “Antecedentes Históricos: forças econômicas e políticas na formação e constituição do Tocantins”, que analisa o processo histórico no qual foi constituído o Estado. Problematisa-se a ocupação da terra, povoamento, riquezas e o modo de viver das pessoas, bem como a construção política do Estado no século XIX, o sertão goiano e no século XX e as forças econômicas em disputa. É um convite a viagem pelos estudos desta pesquisa!

As forças políticas em ação desde a formação do Estado do Tocantins, com o foco nos governadores e secretários de educação, com prioridade às diferenças e continuidades nos seus mandatos, em relação à gestão na educação básica pública, são apresentadas no segundo capítulo, com o título -“A gestão pública no Estado de Tocantins, 1988 a 2014 - governos e secretarias”. O elo de ligação das gestões da Seduc é o PECCG, ancorado no gerencialismo, desse, a face na lógica da nova gestão pública.

“Os Empréstimos do Banco Mundial no Estado do Tocantins e concepção objetivos, ações e atividades previstas no Programa Estrada do Conhecimento – PEC” estudados no terceiro capítulo, apresenta os empréstimos realizados pelo Banco para o Estado do Tocantins, nos anos de 1994 e 2004, nos Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins – PDRS e em 2012 o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, focado no Programa Estrada do Conhecimento – PEC. Nessa parte dos estudos, a educação e os apontamentos destacam o real interesse do Banco na possibilidade dos negócios econômicos do capital.

“O Programa Estrada do Conhecimento – PEC e as formas de atuação nas seis escolas estaduais públicas do Tocantins” é tratado no quarto capítulo. Outras concepções de gestão escolar por meio da avaliação assentada no Ideb, além das parcerias, reformas e a jornada escolar, são elementos circunscritos como parte da implementação do PEC nas seis escolas públicas do Tocantins.

Nessa parte do estudo, convidamos o leitor a viajar “Do PEC à inserção do Banco Mundial nas escolas públicas: os diretores escolares sofrem práticas autoritárias, para acomodar os interesses das forças políticas e econômicas”. Nesse quinto capítulo, a continuidade dos estudos do PEC e nele a educação básica, nas seis escolas públicas. Os estudos empreendidos aportam no diretor escolar, retoma-se a vulnerabilidade social, que no PEC foi posta como imperativa na implementação do Programa. Discutimos a escola pública e os elementos nela imbricados, sobressaindo nesse movimento características da nova gestão pública, a ingerência política e as práticas autoritárias.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES HISTÓRICOS: FORÇAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS NA FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO TOCANTINS.

Neste capítulo, problematiza-se a ocupação da terra, povoamento, riquezas e o modo de viver das pessoas, bem como à construção política do Estado do Tocantins. Para tanto, proponho como objetivo apreender a constituição do sertão goiano, a configuração histórica e formação do Estado de Tocantins. Parte-se da seguinte questão: como foi constituído o Tocantins, sua história, riquezas e como se formou a população que habita essa parte do País?

O capítulo apresenta um breve *detour* para adentrar no século XX, acerca de como o Tocantins foi formado, considerando os elementos fundantes da história, riquezas, forças econômicas e políticas, o rio, a mata e as pessoas que habitavam o sertão goiano. No curso do rio, discutimos esse sertão chamado Tocantins, a bordo de uma canoa, ou mesmo um batelão, embalada ao som da mata densa e do cerrado.

A proposição de um estudo em um estado jovem marcado pelas lutas de um povo, sobretudo, pela sobrevivência, pela coerção e a ousadia das forças econômicas e políticas que se fazem presente com práticas tão antigas, é um dos desafios a que nos propomos. Esse estudo busca em Fernandes (1986) elementos de poesia e verdade, que diz “a verdadeira poesia é *política*” e não só política, podendo ser convertida “em arma de luta política, como uma das marcas de emancipação dos oprimidos e uma das formas ideológicas da rebelião contra os opressores”. (p.248).

A poesia expressa à condição humana em sua maior complexidade e profundidade. Exprime o histórico e o permanente. Assim se busca no movimento, os elementos que culminaram na formação e constituição do Estado do Tocantins, referenciado na Constituição Federal de 1988.

Em uma de suas passagens, o autor diz que o poeta: “realiza a transmutação pela qual os valores de um homem, de uma geração, de uma classe, de uma sociedade e de uma civilização se interpenetram e, ao mesmo tempo, se revelam em sua própria contradição a tudo que freie ou constranja a liberdade maior do ser e da consciência. (Fernandes, 1986, p. 247).

É assim que o estudo apresenta o sertão do norte goiano, na condição de novo Estado, considerando que a população que aqui habita, são homens e mulheres, sertanejos, índios,

negros, trabalhadores, coronéis, padres, inspetores de ensino que, no dizer do autor, “o reino da política, como ela é posta em prática em nossas plagas, é destituído de poesia e refratário à conformação com a verdade”. (idem, p. 250). Na busca da superação de práticas de exploração propomos esse estudo, tendo como base fundamental neste capítulo os seguintes autores: Faoro (2012); Fernandes (1960; 1966; 1975a); Marx e Engels (1986) e Paternostro (1945) na busca de desvendar os fundamentos históricos e políticos que constituem o Estado do Tocantins.

1.1. A conformação do Patrimonialismo no Tocantins.

Neste item, aborda-se o patrimonialismo estatal, que esteve presente desde sempre como incentivador do setor especulativo da economia, predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura, ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político, para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar, com a convicção de que a minoria é que sempre governa, não só em todos os sistemas políticos, como em todos os tempos, na configuração de um modelo econômico patrimonialista estamental perene.

Assim, localizar o *lócus* do estudo pressupõe considerar o tempo histórico da formação do Estado, em que aconteceram transformações no formato, natureza e funções, nas continuidades e rupturas do Estado “[...] entendido como a organização política que, a partir de um determinado momento histórico, conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo, entre outras, as funções de regulação, coerção e controle social [...]”. (Afonso, 2001, p.17).

A história do Tocantins, segundo Flores (2009), é a história de ocupação das terras desse sertão que foi cenário do encontro dos mais diferentes tipos étnicos os índios em seu habitat natural ou interiorizado por força da pressão do povoamento costeiro, com os africanos trazidos que fugiam ou trabalhavam na exploração mineral, bem como os exploradores portugueses, bandeirantes paulistas.

Também os franceses estiveram na ocupação do norte e dos mestiços resultados dos diversos cruzamentos étnicos. Diz que “o Brasil português foi primeiramente tomado pela costa”, (idem, p. 35). Relata que os portugueses chegam ao sertão equivocados de que essas terras faziam limite “com o Peru, o que levava à simples dedução de que haveria um prolongamento das minas peruanas nas terras portuguesas”. (Flores, 2009, p. 35).

Sobre o povoamento de Goiás, confirma Palacin e Moraes (2008) que se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII, que foi intensa e breve, por meio do trabalho escravo e indígena. Eles ressaltam ainda que só se explorou o ouro de aluvião e a técnica empregada foi rudimentar, sendo que esse povoamento, como todo povoamento aurífero, foi irregular e instável.

Para Palacin e Moraes (2001) os últimos dos anos de 1730, são ainda mais ricos em novas ‘descobertas’, sobretudo nas desoladas montanhas da região norte, entre o Tocantins e o deserto sertão da Bahia: São Luis (atualmente Natividade), São Félix, Pontal/Porto Real, Arraias e Cavalcante. Assim, para os autores “vão se riscando de caminhos irregulares as dilatadas solidões de Goiás” (p.38). O norte goiano por terra foi, de certa forma, revelado com a corrida ao ouro, pois embrenhar-se na mata, abrir as picadas, promover a devastação que com a decadência das minas deu lugar ao cultivo da terra, foi tarefa das populações mineiras.

O início da primeira metade do século XVIII, foi marcada pela oposição do norte ao centro-sul de Goiás. Isso se deu segundo Cavalcante (2003) pelo valor do imposto das minas do norte, ser mais elevado, que as minas dos Goyases. O que alegavam as autoridades portuguesas é que as minas do Tocantins e do norte eram mais ricas, que as do centro-sul.

A primeira cisão entre o norte e o sul de Goiás, segundo Palacin (1994), se deu quando, em vez de ser cobrado o quinto em ouro em pó sobre a produção das minas auríferas, optou-se por determinar uma taxa de imposto sobre cada escravo utilizado, acrescida de uma taxa suplementar para as minas do norte. A população do norte, por sua condição de isolamento, sentiu a ação dessa política fiscal espoliativa como uma maneira de se evitar o contrabando e o isolacionismo. Mas a discriminação fiscal despertou nos fazendeiros e mineiros proprietários o sentimento separatista.

De fato, tornou-se presente o sentimento dos senhores proprietários das terras de se desligarem da Superintendência do centro-sul,

caso insistissem na cobrança de um imposto que consideravam injusto e discriminatório, evidenciou-se também, que a Região Norte só se relacionava com o Sul de Goiás esporadicamente e em função de atos administrativos isolados com finalidades meramente fiscais ou jurídicas. Essa situação alimentava o sentimento de desligamento regional, o que, fatalmente, tenderia a evidenciar-se como algo natural, geográfico e histórico. O efeito dessa discriminação fiscal [...] o sentimento separatista, haviam também assinalado, historicamente, esse momento como marco para uma série de reivindicações. (Cavalcante, 2003, p. 22).

A elevação dos impostos pode ser considerada como sinais de manifestação concreta do sentimento separatista no norte de Goiás. Assim como no País, o processo de separação de Goiás, proporcionado pela formação das juntas administrativas revelam disputas pelo poder entre os grupos locais. “Especialmente sensível em Goiás foi à reação do norte, que, julgando-se injustiçado pela falta de assistência governamental, proclamou sua separação do sul”. (Palacin e Moraes, 2008, p. 77).

Notadamente no século XIX, os donos das minas de ouro no norte de Goiás, sentindo que essas estavam se exaurindo, exigem da Província um redimensionamento, com vista à organização da escassez, do controle sobre os gastos, por um ato administrativo do Governador da Província, Francisco Mascarenhas. Assim, a Província de Goiás foi dividida em duas Comarcas, ficando constituída a partir de 1809 a Comarca do Norte e a Comarca de Goiás, com sede em São João das Duas Barras.

A divisão em duas comarcas “deu-se em função da diminuição da produção aurífera das minas do norte e do centro-sul, que já não despertava mais o interesse de controle da administração real e tornava o sustento dos instrumentos fiscais administrativos ocioso”. (Rodrigues, 2010, p. 52). Contudo, Cavalcante (2003) salienta que o desembargador Joaquim Teotônio Segurado²⁸, ouvidor da Capitania de Goiás de 1804 a 1809 reivindicou legalmente a autonomia político-administrativa da região. Entre os feitos de Segurado, após cinco anos de apelo ao Príncipe Regente D. Pedro I, realiza em 1814 o seu intento ao criar a sede da Comarca do Norte na localidade da Palma, vila fundada pelo próprio Segurado, onde residia e cuidava de suas fazendas. Em 1821, Teotônio Segurado instalou a Junta Provisória Independente do Norte de Goiás, articulando com as elites econômicas em prol da causa independicista do Brasil, sem êxito. Entre outros fatores, estava o isolamento que se encontrava o norte goiano.

Referindo-se a Joaquim Teotônio Segurado, Rodrigues (2010) diz que a memória desse político constantemente se reatualiza nos discursos de representação do Estado de Tocantins que procuram criar uma imagem de herói.

²⁸Nos estudos de Cavalcante (2003) Joaquim Teotônio Segurado nasceu em Moura, Portugal, em 1775, e faleceu em 1831 assassinado em sua fazenda na Vila de Palma. Teotônio Segurado chegou ao Brasil em 1800 e, em 1803, foi nomeado ouvidor-geral da Capitania de Goiás pelo príncipe regente Dom João VI. No dia 21 de junho de 1809 foi nomeado desembargador da recém-criada comarca de São João das Duas Barras. A criação da comarca tinha como objetivo facilitar a administração do imenso território. Em 1815 foi fundada a vila de São João da Palma, tornando-se o seu primeiro ouvidor. No ano de 1821 proclamou a emancipação do norte de Goiás. Em 7 de agosto daquele ano foi eleito deputado junto às Cortes Portuguesas, pela Província de Goiás, ainda sob a administração do príncipe regente Dom Pedro I.

A atuação desse personagem na história tocantinense gera uma contradição na historiografia local: ao mesmo tempo em que aparece em falas e discursos como um dos heróis da invenção do estado e é constantemente reatualizado nos discursos de Siqueira Campos em diversas ocasiões, Joaquim Theotônio Segurado também é apontado por outros autores como um dos personagens mais controversos da história do Tocantins, proprietário de muitas terras e de grande ligação com os interesses da Corte Portuguesa. (Rodrigues, 2010, p. 53).

Assim, Joaquim Teotônio Segurado, está na raiz da formação das forças econômicas e políticas dirigentes locais. Nos anos 1800, surgiram outros movimentos com proposições da separação do norte goiano, com finalidade de criar a Província da Boa Vista do Tocantins. O projeto para a redivisão do Império em 40 províncias, incluída a do norte goiano, nesse bojo, a de Tocantins, também não foi efetivado.

O ouvidor e administrador da Comarca do Norte era Joaquim Teotônio Segurado, designado por D. João VI e que “trabalhou para o desenvolvimento da navegação do rio Tocantins e o incremento do comércio com o Pará”. (Rodrigues, 2010, p.18). Proprietário de terras e fazendas, foi apontado como um dos pioneiros dos movimentos de emancipação do então norte goiano. O ouvidor assumiu a condição de líder na condução do movimento autonomista do Norte de Goiás, em 1821. Tal fato leva a duas indagações: o que teria induzido Teotônio Segurado a romper com o Sul? A independência em relação ao domínio de Lisboa ou à autonomia em relação ao Governo estabelecido no Rio de Janeiro? (Cavalcante, 2003, p.45).

Para Cavalcante (2003) as duas questões sugerem pelo menos duas vertentes: a primeira, que Joaquim Teotônio Segurado buscou como intenção pessoal, dificultar e neutralizar o movimento de separação nacional, por ser o representante da administração e “fiel defensor da soberania das cortes de Lisboa”. A segunda vertente leva em conta que Joaquim Teotônio Segurado teve a intenção de defender a causa separatista da região norte de Goiás, por enxergar as riquezas da região.

Assim, Cavalcante (2003) defende que, dos proprietários de terras e lideranças políticas do norte de Goiás à época, Joaquim Teotônio Segurado “foi quem melhor expressou o ideal autonomista, por ter instalado e sustentado a Junta Provisória da Comarca do Norte, de setembro de 1821 a janeiro de 1822, autônoma em relação ao centro-sul de Goiás”. (p. 50). Para os proprietários e fazendeiros localizados em torno da autonomia da Comarca do Norte o que faltava era um governo que devolvesse à região, em benefícios à população, os impostos cobrados sobre as potencialidades do solo, recursos naturais e pastoril. Além de

que, esses latifundiários e políticos que detinham posses queriam também o poder político e o mando local.

Em 1822, a separação política do Brasil acalmou os interesses daqueles que estiveram à frente do movimento autonomista do Norte de Goiás, no qual os projetos de criação do Estado do Tocantins foram articulados pela representação intelectual e política de Joaquim Teotônio Segurado, no norte goiano. Segundo Cavalcante (2003), não demorou para que compreendessem que o estatuto jurídico da nação “livre e independente” não tinha alterado a condição de abandono a que estava relegado essa parte do País, e, as pessoas que habitavam esse espaço.

Em Goiás, parte-se do “marco histórico considerado como ponto de partida dessa epopéia, o ano de 1809, com a publicação do alvará de 18 de março, que dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas: a Comarca do Sul e a Comarca do Norte [...]”. (Rodrigues, 2010, p.17).

Assim, os que viviam nesta parte do País eram homens e mulheres simples, a terra era ocupada por um povo que vivia do que ela oferecia. A terra, rio, mata, animais ofereciam vida simples e complexa, à população, sem o acúmulo de riquezas. Com a figura do explorador e a terra reocupada foi preciso mão de obra. Recrutaram, então, os braços do índio e do negro na lógica da exploração. No território reconfigurado, as forças econômicas e políticas reinventam-se como o rio, quando encontra um rochedo de pedras, ele se curva, passa ao lado e, por vezes, por cima.

Desse modo, o conhecimento da realidade brasileira do sertão goiano, passa pelo entendimento da formação das elites proprietárias de terras. Suas particularidades e características comuns aparecem em Leal (1975; 2012) e segundo esse autor, todos são figuras tratadas por coronéis²⁹. Essas elites também possuíam liderança herdada, junto com as terras e a força eleitoral que “empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de donos de terras”. (Leal, 2012, p.45). Ascender no sertão, faz-se através da exploração da população pobre, pois o proprietário rural, vê-se como um homem rico diante de uma “massa humana que tira a subsistência de suas terras, vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono”. (Leal, 2012, 46).

²⁹Sobre os coronéis, escolarizados “a maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida à qualidade de comando [...], os habilita a chefia”. (Leal, 2012, 45). Esses doutores bacharéis possuem vínculo familiar com o coronel, ou são aliados políticos.

Neste movimento de constituir das relações sociais, o proprietário da terra explora a condição de miséria e pobreza dos trabalhadores, esses que não tem propriedade, suas relações de família nada têm em comum com as da família burguesa. Na maioria das vezes, vendem sua força de trabalho. Ainda, se possuem consciência de si, estão longe de adquirir a consciência para si, diante das condições materiais objetivas em que vivem.

1.2. História: o rio, a mata, suas riquezas e população nos anos 1900.

Com a lente do poeta político e para entender a história do Tocantins, a opção foi embarcar ora em uma gaiola, por vezes em um batelão, ou até mesmo em barco a motor pelo Rio Tocantins até por que: “a colonização dum país dependeu sempre da água”. (Paternostro, 1945, p.27). No começo, o mar; depois os rios³⁰ e no lombo de um burro, ou mesmo os 540 km, em que foram utilizados carro e caminhão, para realizar parte dessa viagem.

É com Paternostro, na obra *Viagem ao Tocantins* (1945), jovem médico que trabalhou no serviço de combate da febre amarela, de 1934 a 1938, percorrendo, o então, norte goiano, e em seus relatos, que pegamos carona com vista a nos apropriarmos de aspectos que remontam um pouco dessa história para extrair os fundamentos e as determinações socioeconômicas. Com outros autores e historiografias, busca-se entender a história, a população, a cultura e, ainda, como se configura a política do mando e do autoritarismo, sobre um povo, nessa parte do país, e nela lugar que ocupa a educação básica pública na formação do Estado.

Viagem ao Tocantins traz referência à ocupação da terra pelos portugueses e a esse respeito Prado Junior (1985) diz que

a colonização do Brasil constituiu para Portugal um problema de difícil solução. Com sua população pouco superior a um milhão de habitantes e suas demais conquistas ultramarinas da África e Ásia de que cuidar, pouco lhe sobrava, em gente e cabedais, para dedicar ao ocasional achado de Cabral. (Prado Junior, 1985, p. 11).

³⁰ As condições da viagem que Paternostro realizou no século XX são semelhantes ao que se tinha no século XIX, conforme registro: “No dia 28-5-1868 inaugurou-se a navegação a vapor do Araguaia, sob vivas do Imperador e ao som do Hino Nacional. Em 1870, Couto de Magalhães recebeu do governo o auxílio de cem contos de réis para organização de uma companhia fluvial e, por decreto garantiu-se-lhe um subsídio, durante 30 anos, de 40 contos de réis anuais contanto que o vapor realizasse seis viagens por ano de Itacaiu a Santa-Rita do Araguaia; entre esse porto e a 300 km da foz do Tocantins. A navegação se faria com barcos a remo; para a linha de navegação do Baixo-Tocantins. O Governo, outorgou, em 1873, uma subvenção de 80 contos. Desde o início, a navegação a vapor do Araguaia ficou truncada em 800 km, nos quais só navegavam barcos a remo. Couto Magalhães abandonou a Empresa que pereceu a partir de 1890. Ainda hoje se encontra em Leopoldina, os cascos dos três vapores ‘Araguaia’, ‘Colombo’ e ‘Mineiros’ que sulcaram as águas do rio. (Conforme Luís do Couto, Correio Oficial, Goiás, 29-05-1935 e Aires da Silva, Informação Goiana).

É neste cenário, em movimento, e no movimento da história, que Paternostro (1945) descreve o Brasil e o Tocantins no século XX³¹, fazendo uma imersão desde a ocupação dos lusitanos e, como esses, estavam “a cata de riquezas” controlados pela coroa portuguesa. À época permitia apenas entradas fiscalizadas, com o fim de não realizarem novas descobertas, se assim o fizessem, seria mais difícil controlar o “extravio de ouro ou cobrar os quintos”. Os primeiros que aqui chegavam, “desembarcavam sem entender o novo mundo que se abria aos seus olhos. [...]” (p.28). Chegavam sob a rigidez e o dogma da igreja, enchendo de canções tristes “[...] os ares que bandos alegres de periquitos e de araras espalhafatosas cortavam em todos os rumos. [...]”. (idem).

A ocupação dos portugueses e os interesses em explorar as terras e para cá foram enviados os “exilados voluntários e degredados” que não choravam ‘o seu rico Portugal’ e a nova vida representava, inclusive, a liberdade.

Embora naquela época Portugal, por estar absorvido em singrar os sete mares, não tomasse parte na Reforma e Renascença que bafejavam a Europa, não quer dizer que alguns de seus filhos já não ‘sentissem’ que vingadas certas ideias novas se livrariam da opressão do clero e da nobreza. Em maio de 1539, os trabalhadores gráficos de Lião faziam passeatas de protesto contra as explorações patronais e cartazes atrevidos contra os abusos dos clérigos se afixavam nas portas das igrejas de várias cidades europeias. Por muito ‘distante’ que as ruas de Lisboa estivessem da passeata de Lião, deve-se admitir que um ou outro de seus moradores souberam do movimento anti-feudal que fervilhava na Europa. (Paternostro, 1945, p.29).

Se na Europa, os trabalhadores já realizavam manifestações reivindicatórias, Portugal continuava alheio. Na colônia, o curso da vida seguia o da exploração da fauna e da flora. Os exilados da península Ibérica deram origem aos fidalgos, filhos de portugueses nascidos nas terras basílicas. E foram eles que se embrenharam para o sertão dando origem ao movimento denominado de entradas e bandeiras³², utilizando rios extensos e a expansão geográfica e ocupação territorial.

E na década de 1930, “os rios³³ das três bacias brasileiras extasiavam-nos pela largura e extensão, ‘correm como diabo no mato’ [...]”, (idem, p.34) e, apesar de serem encontrados

³¹ Três ocupações principais dividem os habitantes da bacia do Tocantins. A 1ª da confluência do Araguaia até a foz – extração de riquezas vegetais, a 2ª e a 3ª no Médio e no Alto Tocantins – criação do gado e extração de riquezas minerais. “Vivem numa fase primária da civilização, isolados do progresso de Leste e do Sul do país”. (Paternostro, 1945, p. 60).

³²As bandeiras formadas por iniciativas particulares, sem a fiscalização metropolitana das ‘entradas’ tiveram maior impulso e liberdade de movimento, [...]. Os elementos que as compunham desprezavam os vagabundos funcionários governamentais. Combatiam os jesuítas que escravizavam as ‘peças da terra’ e repudiavam os favores da Coroa de Portugal. (Paternostro, 1945, p.30).

³³ O autor faz alusão aos rios dizendo que nenhum dos rios do Brasil desempenha a função do Ohio, do Missisipi, pois nenhum deles articula-se com a rede de estradas de ferro como ocorre nos Estados Unidos e na Argentina, onde os horários dos trens coincidem com os das linhas de navegação fluvial.

muitos trechos impróprios para a navegação, as vias fluviais são os carregadores das cargas pesadas que constituem parte de nossa riqueza, sejam os minérios, madeiras e produtos extrativos vegetais. O registro de duas serrarias, (Igarapé-Mirim a Cametá) com meia dúzia de homens com serras na mão acertam as toras suspensas em giraus e, transportados para o comércio de exportação.

Quanto à indústria existiam na região seis usinas de aguardente³⁴. Desenvolviam a pesca às margens do rio e muitas vezes, nesse trecho da viagem de gaiola diminuía a marcha, para o cozinheiro perguntar para os nativos aos ‘berros’ se queriam vender peixe.

Havia uma abundância de madeira³⁵, que servia de combustível e material de construção da região. As pessoas utilizavam para suas casas, seus barcos e seus fogões. A seringa outra fonte de renda, também era retirada pela mão de obra indígena e africana. O seringueiro³⁶ era chamado de “canela fina”, em virtude da correria por conta dessa atividade.

A viagem pelo rio se dá por entendermos que chegar ao Tocantins, somente pelo rio, permite desvendar quem são as pessoas, de que vivem, quais são suas riquezas e como ocorreu a educação desse povo, quem habitava o então norte goiano e quem veio habitar. Por outro lado, os colonizadores, chegam para apropriar da riqueza local e da população autóctone. Não é só a chegada dos lusos, mas também o que trazem: armas, valores, interesses, outra cultura, formam as determinações econômicas que fazem com que aqui cheguem. Eles vem em busca do pau Brasil no litoral e quando entram ao sertão, é o ouro que os lusitanos buscam, apropriam e comercializam.

Em Paternostro (1945) as contradições dessa parte do País são evidenciadas, pois o Rio Tocantins foi utilizado como meio de locomoção para a extração da riqueza, há mais de

³⁴ Alambiques.

³⁵ A extração de madeira para combustível proporciona o ganho dos moradores dos igarapés que desembocam no caminho líquido da gaiola, cujas caldeiras consomem lenha. Trazem-na em canoas, rio abaixo, muitas vezes em viagem de três dias e vendem-na aos trapiches, a razão de 10\$000 por 1.000 achas de 1m. Aí ficam empilhadas à espera da passagem da gaiola. Ao apito dêste, surgem de vários cantos os indivíduos que fazem o carregamento para o porão do navio. (idem, p.72-73).

³⁶ À meia noite, com uma lamparina de óleo de mamona ou às 4 horas da madrugada, mal divisando as coisas na ante-manhã, êle sai da palhoça para engastar na árvore a vasilha[...]. Tem de furar 100 a 150 seringueiras para obter 4kg de borracha. Às 10 horas os canecos dependurados já estão cheios. É a hora do ‘corre’ por cima das lianas, das folhas e das poças para recolher o látex, que deve chegar ainda líquido ao tacho. Quando seca no vasilhame, antes de ir ao fogo, perde certas propriedades e se transforma no ‘sernambi’, que é a borracha do tipo inferior. Sernambi significa também ostra vulgar. A ‘canela fina’ ou adelgaçamento dos músculos da pantorrilha é o resultado deste trabalho; na correria matinal, o seringueiro pisa nas pontas dos pés, esticando os músculos como a gazela. Aliás, é generalizada na região a marcha nas pontas dos pés; os homens andam ligeiros e surgem inopinadamente sem fazer barulho. Trazem para a vida social, além do hábito profissional, a herança da ascendência indígena no tipo da marcha. (idem, p. 73-74).

dois séculos. Na década dos anos 1930, ele observa e registra os conflitos e número reduzido de índios³⁷. Ao mesmo tempo em que tribos Apinagés e Xerentes no Estado de Goiás, tidos como “pacíficos” são dizimados por conflitos e por doenças que brancos transmitiam, serviram como mão de obra para o trabalho de exploração.

Os índios Gaviões, comedores de carne de macaco, encontrados por Paternostro, ou mesmo os índios Apinajés permaneciam indiferentes às atividades do civilizado. Um exemplo dessa desobediência era as roupas colocadas para entrar na cidade, e, retiradas imediatamente na saída, e ainda “[...] falando o português cantado, frases sem concordância, trocando palavras masculinas e femininas, usando poucos verbos” (idem, p.143), já indicavam suas formas de resistência.

A forma como comercializavam e como vendiam seus escassos produtos, sejam bananas, carás, inhames, nas portas das casas, não era tida como mercadológica, pois deixavam os produtos na porta escolhida para a venda e se retiravam, para horas depois, aparecer ou ficavam à espera. Se fosse preciso, um dia inteiro, até receber os níqueis. Essa forma não era vista como lucrativa visto que “chamavam de ‘agrado’ o depósito dos produtos feitos de manhã quando os moradores ainda estavam dormindo”. (idem, p.145).

A resistência indígena esteve ligada ao domínio da mata, e fez com que algumas tribos, de certa forma, retardassem, mesmo que por breve tempo, a invasão ou o convívio de outros povos, com a sua cultura. Era na mata que possuíam tudo o que necessitavam para a sobrevivência e refúgio. Em uma passagem, Paternostro (1945) identifica que entre as folhagens das árvores, os nativos observavam a embarcação, e foi informado que eram índios que não se relacionavam e eram tidos como violentos. Para os índios fugirem da exploração, criaram aldeamentos já que naquele tempo a espoliação do índio era coisa oficial. ‘Não se diferenciavam dos escravos trazidos da África’. ‘Padres, leigos, diretores de ‘registros’ compravam mercadorias dos regatões tendo como carta de fiança o número de índios que estavam sobre suas ordens”. (idem, p.137).

³⁷ Com referência a convivência dos índios com os colonizadores e forças econômicas locais: “As facções “brasileiros civilizados” e “brasileiros primitivos” guardam rancores recíprocos. [...]. O mau trato que nos séculos das descobertas, os caçadores de índios dispensaram a êstes, continua a servir de diretriz a muitos de nossos contemporâneos. [...]”. (p.134). São muitos os relatos da década de 1940, de índios que ainda eram dizimados no Vale do Tocantins, no que são chamados os massacres, que ditos por Júlio Paternostro, ainda perdurarão por alguns anos. Outro fato é a presença de estrangeiros nas tribos, que tinham filhos com as índias, a exemplo do alemão Curt Nimuendajú, citado com boas referências em publicações de etnologia sul-americana, permanecia de tempos em tempos com os índios, vivendo como eles, porém recebia dinheiro de Berlim, para enviar material aos museus antropológicos. (idem, p. 146-147).

Desobediência e dominação se entrelaçavam e coexistiram nas relações entre índios e colonizadores. O fundador de Carolina escrevia em 1813: ‘Os Apinagés são uma nação bárbara, muito populosa, cujo número de guerreiros é tão grande que tem 16 cabos de guerra. Andam revoltosos, instigados pelos índios cristãos desertores do Pará. Só com a guerra poder-se-ia dominar esses índios e tê-los sob nosso proveito’. (idem).

No norte do País os colonos lutaram ardorosamente pela mão de obra indígena “de início simples defesa do indígena, em seguida busca formas racionais de convivência e finalmente exploração servil dessa mão-de-obra”. (Furtado, 2007, p.111). Eram dessa forma, tratados os homens e mulheres dessa parte do País, pelos que mandavam e exerciam a dominação, fidalgos e descendentes de portugueses que viviam aqui.

Nesta parte do País, distante do Rio de Janeiro – capital do país – isoladas as elites dominantes eram os padres, os fazendeiros, os políticos, os coronéis, os proprietários de terras, e explorador de rios, dos trabalhadores, indígenas, africanos, camponeses, mulheres e homens lavradores que viviam em situação de miséria, foram empurrados para a pobreza.

A espoliação dos trabalhadores, sobretudo, por parte dos fazendeiros, latifundiários, políticos, padres e coronéis foi uma constante nessa parte do país. Em Martins (1978), contado por Dom Pedro Casaldáliga, no norte goiano, que ocorrera próximo à estrada que liga Palmeirópolis a Paranã, entre os povoados de Retiro, Rosário e Barco na atualidade Tocantins (sudeste). Nessas terras, alvo de grileiros³⁸, exprime-se a prática e também as forças dominantes nestas paragens, conforme vemos no excerto:

[...] A partir de 1972 é que começou a se espalhar a notícia de que todas aquelas terras pertenciam ao Dr. Antônio Pereira da Silva, mais conhecido como Coronel Pereira e a Limírio Viana Guimarães. O *Coronel* Pereira fora prefeito de Paraná e deputado estadual reeleito. Atualmente ainda é deputado – outubro de 1977 -. O Senhor Limírio é o responsável por Palmeirópolis, designado pelo *Coronel* Pereira.

Em 1973 tem início o ano em que os dois decidem *limpar* a área. Muitos logo se retiraram, devido à força do *Coronel*, exhaustivamente conhecida por todos. Outros resistiram, e quiseram permanecer no lugar onde nasceram, cresceram, casaram, tiveram filhos, enterraram seus parentes, *amansaram* a curva do rio, onde tomavam banho, o *varadouro* onde bebiam suas pingas, enfim, onde estabeleceram seu cordão umbilical.

E as pressões não se fizeram demorar. Ameaças de um lado, tocaias de outro, intrigas, insultos e finalmente, a expulsão. Os jagunços chegando, atemorizando tudo, jogando caminhões imensos contra as casas, dando tiros, assustando, ferindo e matando o gado. (Martins, 1978, p. 31).

³⁸Segundo Martins (1978) “A partir de 1930 os lavradores já pagavam imposto territorial. Datados de 1940, existem recibos destes pagamentos”. (p. 31).

As disputas e o alvo de grileiros são as terras férteis. A forma dos grileiros agirem, através da violência e intimidação resulta na expulsão dos trabalhadores de suas terras³⁹. A particularidade que une esses trabalhadores é que são os homens e mulheres que se sustentam, com a sua força de trabalho. Por outro lado, a força desenfreada do capital, que oprime, explora, desapropria são os coronéis, fazendeiros, políticos e padres. Nessa passagem, Casaldáliga fala do morador que vai a Goiânia à procura de seus direitos e fala com o governador do Estado.

O governador, com a sabedoria de um chefe de Estado da região, lhe informa que a terra havia sido vendida ao *Coronel* Pereira. ‘Meu filho, nada posso fazer’, afirma paternalmente o governador.

De volta a Paranã, tomou conhecimento de uma intimação do juiz do município. Foi-lhes paga uma indenização total de Cr\$ 40.000,00 o que não deu nem Cr\$ 7 mil para cada família. Cento e vinte e cinco pessoas, com posse de mais de 60 anos, foram atingidas por esse despejo.

Os posseiros expulsos de suas terras, hoje estão espalhados pelos patrimônios vizinhos de Barco, Retiro e outros povoados. No conjunto, 42 famílias foram desalojadas de uma área de 300 alqueires a qual, em 1972, tinham feito registrar no Registro de Imóveis de Paranã, como posse. O número de pessoas prejudicadas chegou a 350. Redundante falar que hoje passam todo o tipo de privações, sem ter o que comer, atacados pela malária, raquitismo, verminose, sem direito a nada, completamente *desacorçoados* – esse é o termo da região. (Martins, 1978, p.31-32).

Sobre os conflitos de terras, a maioria dos estudos se concentra no norte que era Goiás e no norte do Tocantins, que segundo Pinho (2009) acirram-se após a Guerrilha do Araguaia no ano de 1974, sobretudo, no regime militar (1964-1984). De fato, o que ocorreu foi à desocupação e reocupação das terras com incentivos fiscais de investimento para ocupação, para o progresso do país.

Os posseiros são indígenas, descendentes de africanos, camponeses e trabalhadores, designados como “aqueles que expulsos da terra, lutam em busca de uma nova posse”. (Pinho, 2009, p. 22). A legislação há muito tempo garante aos trabalhadores o direito de uso da terra e, para que se dimensione a Lei nº 4.504/1964, no art. II, que dispõe sobre o Estatuto da Terra: “§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, [...]. § 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam [...]”.

Assim, os conflitos de terra perduram de norte a sul do Estado, e, muitos dos que vivem nas cidades foram os expulsos da terra, em razão dos conflitos, miséria, dos problemas

³⁹ Mesmo sendo garantido em lei, que dispõe sobre o *Estatuto da Terra*, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, não se tem a garantia do cumprimento e os trabalhadores continuam sendo expulsos da terra.

sociais⁴⁰, advindos não só da falta de assistência pelo Estado, mas também da leniência do Estado, sobretudo, pelo poder político, como força conservadora a serviço da acumulação do capital.

Nessa sociedade do capital, foi erguido o Estado do Tocantins. Para Silva (2013) os interesses daqueles que chegavam e expropriavam as terras e, o modo de vida daqueles que viviam basicamente do que a natureza oferecia, fez emergir um tipo de desenvolvimento econômico e social. Desse ângulo, reafirma Fernandes (1975b) dependência e subdesenvolvimento não foram somente ‘impostos de fora para dentro’. A dependência e o subdesenvolvimento são parte de uma estratégia, reiterada sob várias circunstâncias no curso da evolução externa e interna do capitalismo. Foram essas circunstâncias pelas quais “os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana”. (idem, p.223).

Os territórios indígenas demarcados foram substituídos por projetos desenvolvimentistas, a exemplo das usinas hidrelétricas, ferrovia norte-sul, o agronegócio, agropecuária e frigoríficos, e a cultura extensiva de soja, adquirido a forma de reprodução do capital, especialmente a partir dos anos 2000.

1.3. Elementos culturais na produção da vida material.

Continuamos a viagem, como se pudéssemos dividir, na “metade”, o estado, e em companhia do médico que procurava contribuir com a medicina, viajando em prol de evidências que permitissem a cura de enfermidades. E nós, a bordo de uma embarcação, tentando entender a população que vivia da terra⁴¹ e, aqueles que foram trazidos da África para cá, foram determinantes na formação do Tocantins.

⁴⁰ Para aprofundar no tema, além da Lei nº 4.504/1964, e o vasto material disponível, a igreja católica tem marcado nas conferências a defesa dos pobres. Para Suess (2008) “as conferências marcam uma caminhada com trigo e joio: Medellín (libertação), Puebla (comunhão e participação), Santo Domingo (inculturação) e Aparecida (missão)”. Quem faz essa reflexão é o doutor em Teologia Fundamental e integrante do Conselho Indígena Missionário (CIMI) [...]”. Segundo ele, todas as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano impregnaram também um caráter sacramental, um caráter indelével na Igreja latino-americana, como a opção pelos e com os pobres e a libertação. “Esse caráter indelével aparece mais na microestrutura eclesial do ‘povão’ do que nas instâncias hierárquicas”[...]. Neste sentido, Suess enfatizou que temos uma grande responsabilidade de continuar essa caminhada, “sobretudo por causa dos pobres [...]”. Disponível em: www.ihuonline.unisinos.br. Acesso em: 30 de abril de 2016.

⁴¹ A Portaria nº 06 de 1º de maio de 2004, o Governo Federal, através da Fundação Palmares, reconheceu como remanescentes de Quilombos 25 comunidades tocantinenses. Atualmente, existem 29 comunidades

A partir de Pôrto Nacional, subindo o Tocantins, principia a área de influência do negro e prevalecem os goianos. Os negros instalaram-se na região no fim do Século XVI e durante o Século XVII; Portugal os enviara como escravos para extraírem o ouro que os Bartolomeus Buenos descobriram. Seus descendentes e os mulatos constituem atualmente um grupo biotipológico heterogêneo; são faiscadores, andrajosos e contribuem com o maior contingente para a romaria de Nossa Senhora da Natividade, a festa popular que movimenta aquele sertão. (Paternostro, 1945, p. 59).

À medida que a colonização portuguesa avança na região central do País, os africanos desempenharam papel determinante na exploração do ouro, pois os portugueses aproveitaram dos africanos o conhecimento sobre a exploração e fundição do ouro. Eram chamados de escravos minas, que tinham tradição e conhecimentos superior aos portugueses. Os africanos trouxeram consigo seus costumes, cultura e religiosidade e, sofreram toda adversidade no trabalho, na religião, na culinária, enfim, no modo de viver.

A situação da população afrodescendente é desalentadora, iníqua e desumana, e, para Fernandes (2008a) acarretava em dois dilemas sociais. O primeiro era o dilema da absorção da população africana às formas de vida social, organizadas imperantes na ordem social competitiva. O estado de miséria, de desorganização e de abandono em que vivia a maior parte dessa população precisava ser combatido e superado. Para o autor, é provável que ai não estivesse o pior aspecto da condição humana oferecida ao ‘negro’, mesmo assim, nele se achava, o lado mais doloroso do ‘drama da *raça negra*’. O segundo dilema reside no preconceito racial, ou seja, no que isso significa na sociedade brasileira, da perduração da velha associação entre *cor e posição social ínfima*, a qual excluía o ‘negro’, de modo parcial ou total, da condição de sujeito de direitos sociais.

Nos dois dilemas apresentados dos afrodescendentes, segundo Fernandes (2008b) “traduzia materialmente e simbolizava moralmente a própria impossibilidade de classes. [...] se impunham como anomalias sociais, a serem [...] superadas, acaso se quisesse garantir a expansão e a integração normais da ordem social competitiva”. (p.8).

Assim, a religiosidade, o dogma de fé e as coisas de Deus se potencializam no sertão, pois a vida simples, a pouca instrução, fazem dos homens e mulheres, pessoas que creditam que todas as ações e vivências são como dádivas divinas. Assim, a possibilidade da colheita farta, ou mesmo a escassez de alimentos, a fartura do peixe ou não, estão ligadas ao que o ser supremo os concederá. Neste quadro, a religiosidade manifestada na festa do Divino

remanescentes de quilombos, que estão localizadas nas porções Norte, Sul, Sudeste e Central do território do Tocantins. No entanto, dessas 19 estão com Ações Judiciais para serem tituladas pelo INCRA.

Espírito Santo⁴², principal festejo do Tocantins, é realizada em praticamente todos os municípios do Estado.

As festas transplantadas da Europa e da África para o Brasil colonial conseguem se perpetuar até os dias atuais, tornando-se um evento das comunidades locais. São festividades constituídas de ritos e simbolismos renovadas todos os anos. São festas marcadas por elementos da cultura africana, da cultura europeia e um misto de costumes afro-indígenas. Estas festividades seculares⁴³ que acontecem no Estado, se constituem como parte fundamental do patrimônio cultural tocantinense e abrigam uma infinidade de práticas, de saberes tradicionais e de rituais religiosos.

Os afrodescendentes influenciaram na economia, na cultura, na política da sociedade de classes, o empírico dos estudos de Fernandes (2008b, vol. II) demonstra que:

a desagregação do regime de castas e estamental, associado à escravidão, não repercutiu diretamente nas formas de acomodação racial desenvolvidas no passado. Não só os mecanismos de dominação racial tradicionais ficaram intatos. Mas a reorganização da sociedade não afetou, de maneira significativa, os padrões preestabelecidos de concentração racial de renda, do prestígio social e do poder. Em consequência, a liberdade conquistada pelo 'negro' não produziu dividendos econômicos, sociais e culturais. (Fernandes, 2008b, v. II, p.567-568).

Para Fernandes (2008b) tornou-se insustentável continuar a manter, a população afrodescendente, à margem do desenvolvimento de uma civilização que ela contribuiu para a construção.

Nessa mesma linha de raciocínio, passamos a analisar a condição da *mulher*, Paternostro (1945) enfatizou: “a preponderância dos direitos do sexo masculino no vale do Tocantins é absoluta”. (p.192). Sobre as mulheres, os registros são quase inexistentes, pois os escritos são dos senhores, na grande maioria das vezes, proprietários de terras, fazendeiros, padres, todos são homens. Na década de 1930, a função da mulher⁴⁴ era a de cuidar da cozinha e dos filhos, sem intervir nos negócios, nem na conversa do marido,

⁴² Relatos de Portugal contam que a rainha Isabel e seu marido fizeram uma promessa de alimentar os famintos e oferecer a sua coroa ao Espírito Santo em troca de paz, decorrentes das guerras com a Espanha por volta do séc. XIV, começa a ser difundido no Brasil no século XVI.

⁴³ A presença marcante dos jesuítas na região pode ser constatada na imagem de Nossa Senhora de Natividade, trazida pelos jesuítas em 1735. Ela veio de barco, pelo Rio Tocantins e, depois nos ombros dos escravizados até o Arraial, e desde o século XVIII realiza-se a romaria do Bonfim, no povoado de Natividade. A padroeira de Arraias (1734) é Nossa Senhora dos Remédios; de Porto Nacional (1895) é Nossa Senhora das Mercês; de Monte do Carmo (1746) é Nossa Senhora do Rosário; de Dianópolis (1751) e a padroeira é Nossa Senhora da Abadia e celebra as Cavalhadas desde 1937, representam a luta entre cristãos e mouros. Todas essas festas têm lugar de destaque e são festas que duram dias, evidenciado seus rituais, culturas, crenças e formas de expressão e resistências.

⁴⁴ Além de - para a mulher pobre, o cultivo da terra, a agricultura.

limitando-se a trazer os pratos para à mesa, sem poder sentar-se para comer, junto com a família e as visitas.

O serviço de rachar a lenha, buscar a água no Rio Tocantins, era destinado a elas. Acreditavam que a água do Tocantins não se corrompe, é pura e de responsabilidade das mulheres. “[...] Moças de 12 a 15 anos têm físico de mulheres formadas. Raramente levantam os olhos quando se lhes dirigem a palavra. [...]” (p.193). Os pais decidem prematuramente o casamento das filhas, que tem de obedecê-los até a véspera, como seres incapazes. O médico observa que

no sertão não há comédias, nem tragédias amorosas. A vida sexual é simples e primitiva como são outras atividades dos habitantes: preparo dos alimentos, meios de transporte, trocas de mercadorias, etc. Não há perversões sexuais que estamos acostumados a observar nas urbes, como resultados de desajustamentos e preconceitos que a civilização nos impôs. Muitos rapazes perdem a castidade com a esposa ou a companheira com que vivem monogamicamente a vida inteira. (Paternostro, 1945, p.193-194).

Em contrapartida, não raras vezes, os coronéis impunham às suas esposas que criassem os filhos dele com outras mulheres, sendo a poligamia e concubinatos⁴⁵ permitidos. A mulher trabalhadora pobre, do sertão ou nos povoados, usa vestido de chita e pés descalços,

muito acanhadas escondem-se das visitas, atrás das portas, ou as espreitam do fundo do quintal. Nas habitações dos caminhos, elas aparecem ao viajante; mas esse fato é consequência da ausência de esconderijos e não de desembaraço. Tais casas acham-se nos descampados, sem árvores em redor, sem cercas, abertas aos que passam, e, muitas, só possuem um cômodo. (Paternostro, 1945, p.193).

A submissão da mulher, seja pela doutrina da Igreja Católica, seja pelos códigos jurídicos e pela falta de instrução, era costume no sertão. O que se observa são mecanismos de disseminação de uma cultura de descrições e modelos sociais aceitáveis, à época. A mulher como frágil, o homem “tende a obter mais prestígio do que a mulher porque ele usualmente é vinculado a papéis sociais de domínio e autoridade”. (Rosaldo e Lamphere, 1979, p. 26).

⁴⁵Os assuntos de amor sempre levaram os poetas a construir “ditirambos” e os romancistas a urdir tramas e situações patéticas em que movimentam os personagens, obedecendo, frequentemente em suas obras, ao célebre ‘gosto da época’. Algumas novelas e romances situam no cenário do Brasil central entrecosmos amorosos, que são pura fantasia dos escritores, e, se uma ou outra exceção de um tipo sertanejo fornece elemento para a feitura dos romances que compõem a nossa ‘serie sertanista’ não devia ser essa a rota a seguir, pois, os méritos reais da literatura só existem quando possuem raízes sociais. A maioria de nossos romances de índios, caboclos e curibocas, desde o fundador do ‘gênero’ – Bernardo Guimarães – pode conter belas e exatas descrições do meio geográfico, da civilização material, mas não corresponde à verdade que se passou ou se passa na vida afetiva dos habitantes do sertão. (Paternostro, 1945, p. 194).

A mulher vista por Paternostro revela parte da sociedade patriarcal e de classes sociais. Nela vontades são silenciadas, por uma cultura que oculta manifestações, sobretudo, no sertão, pois nessa sociedade patriarcal e patrimonial riquezas são acumuladas por homens. “Mas para que esta acumulação se realizasse era muito importante [...] que os bens adquiridos pelo marido [...] fossem gastos com economia, [...]. Era, pois, necessário que a mulher fosse, também, uma boa dona de casa, [...]”. (Kolontai, 2007, p. 138).

O casamento era o que dignificava a mulher. Ainda assim, a mulher, no interior do Brasil, não estava apenas sob o jugo de seus maridos, mas também dos padres. Gardner Botânico de origem Inglesa (1945) relata em uma passagem que ao chegar em Natividade, que havia na Vila, três padres, um dos quais morreu durante o tempo de sua estada. O autor diz que:

“[...] estes padres, como quase todos os mais que encontrei, em vez de serem exemplos de moralidade para o povo, eram quase incrivelmente imorais”. O que morreu era um velho de mais de 74 anos de idade, natural de Santos na província de S. Paulo e primo do célebre José Bonifácio de Andrada. Embora bem educado, humano e benévolo, deixou após de si uma família de meia dúzia de filhos de suas próprias escravas, os quais, juntamente com as mães, em cativo e vendidos depois, com objetos herdados, para pagamento das dívidas do morto. (Gardner, 1942, p. 281).

Na sucessão desse padre, o autor apresenta um vigário geral, o maior fazendeiro de gado do distrito, e diz que aprendeu “com o velho sacerdote o pouco de latim que lhe bastasse a resmungar o ofício religioso da Igreja, mas sem nenhum preparo teológico, dirigiu-se à cidade de Goiás para comprar sua ordenação do bispo”. Posteriormente, obteve também “por compra”, o vicariato geral do distrito. (idem). Gardner (1942) expõe ainda, que cerca de um mês depois de sua chegada à vila, foi chamado a “atender uma bela moça de dezesseis anos e que veio a morrer de febre puerperal poucos dias depois de dar à luz uma criança que era filha do padre”. (p.281).

Desta forma, a mulher professora aparece raramente no contexto da viagem de Paternostro (1945), mesmo assim, foi caracterizada pela pouca instrução. Os vencimentos recebidos do governo de Goiás eram parcos e os atrasos nos pagamentos, constantes. Sobre a condição econômica das professoras neste caso, “têm, portanto, um *status* econômico muito baixo, sujeitando-se provavelmente, à ‘proteção’ inevitável das famílias abastadas do lugar [...]”. (Fernandes, 1960, p.124).

As escolas além de serem poucas, também estavam a cargo das igrejas⁴⁶, com a supremacia da igreja católica, além da batista, entre outras. Paternostro (1945) retrata a realidade de uma escola, onde os alunos traziam de casa um banquinho de couro, um lápis e um caderno, sentados à frente da professora, a escola era um rancho vazio, portanto, um lugar improvisado. A realidade material da escola adversa, desde as condições físicas até mesmo aos conhecimentos e possibilidades de interação da professora com o meio e com os alunos, dificultavam sobremaneira a frequência e a rotina da Escola.

Conforme Saviani (1991; 2012) e Frigotto (1999) a educação como fenômeno da natureza humana tem na escola a ação intencional de educar. Por outro lado, constata-se que em algumas localidades, os pais pouco se incomodam com a alfabetização das crianças, a exemplo de Piabanha, cuja professora lutava para manter a frequência de 33 alunos. A essa passagem, Fernandes (1960), fazendo alusão às experiências de Paternostro (1945) e a essa professora, referindo-se à distância dos conhecimentos adquiridos na escola e a vida cotidiana, diz que:

a incongruência existente entre a escola e as necessidades imediatas do meio social tornaram-na uma coisa supérflua, um quase luxo de homens da cidade. ‘Ler, escrever e contar’, para o sertanejo, é menos importante que receber conhecimentos relativos ao trato da terra, dos animais etc., isto é conhecimentos indispensáveis ao seu tipo de vida. Saídos da escola, os conhecimentos lá adquiridos constituem peso morto, inaplicáveis, ou atuam à maneira de forças centrífugas [...]. (Fernandes, 1960, p. 123).

A crítica nos estudos de Fernandes (1960) é a constatação de Paternostro (1945) referindo-se ao mesmo sertão goiano no qual “o atraso de nosso sistema educacional, [que] ainda se defronta com velhos problemas suscitados pela necessidade de adaptação do ensino à vida rural, ao campo, em relação a outros níveis de cultura [...]”. (Fernandes, 1960, p. 122).

Em uma passagem da obra de Paternostro (1945) sobre o dia a dia relata a relação de uma escola que não contemplava a realidade das crianças e jovens que viviam nessa parte do País, Fernandes (1960), aponta a falta de integração da escola, com a realidade da comunidade, que Paternostro, assombrou-se com o ‘programa’ de uma ‘festa escolar’, na encenação respondiam por nomes franceses.

⁴⁶Exemplo são os padres e freiras franceses que se instalaram no Tocantins no século XIX ou a Missão Batista entre os indígenas a partir de 1936.

Para Fernandes (1960), fórmulas estreitas contentam a maioria das pessoas, minimizando as influências sociais na esfera da educação. A educação primária na região norte do Estado de Goiás⁴⁷ – Tocantins,

no final do Império, ou seja, três anos antes da Proclamação da República, constava de 20 escolas de instrução primária. Dessas, 13 eram destinadas ao sexo masculino e sete ao sexo feminino. Trata-se de um panorama que revelava, numa média de 40 anos (de 1837 a 1886), a criação de apenas 13 escolas, aumentando-se o raio de atendimento para oito (8) localidades. Em relação à escola para o sexo feminino, é possível observar o aumento de uma para sete (7) escolas em 1886. Todavia, esse número era bastante reduzido para uma região tão ampla. (Dourado, 2013, p.18).

Segundo Dourado (2013) as escolas públicas para os meninos eram prioritárias, em detrimento às escolas para as meninas e somente

seriam abertas escolas femininas nos lugares onde houvesse escolas de 2º grau para meninos. Com essa prerrogativa, a abertura de escolas para meninas estava na estreita dependência da ampliação das escolas masculinas, o que colocava em evidência a real distinção no tratamento da questão institucional para o sexo feminino. Nesse contexto, pode-se evidenciar que cada escola era provida por professores do mesmo sexo dos alunos e as inspetorias⁴⁸ eram exercidas por pessoas do sexo masculino. (Dourado, 2013, p.19).

Na região norte da província, embora já fosse previsto por meio do Regulamento provincial no ano de 1884, escolas mistas, mesmo assim, não existia essa modalidade de organização de ensino. Os estudos de Dourado (2012) indicam que com reforma da educação primária, em 1930, o grupo escolar passou a ser modelo de escola adotado no Estado de Goiás e à institucionalização dos grupos escolares no norte Goiano (hoje Tocantins), se dá pela Lei Estadual nº 694, do ano de 1921 e a instalação dos grupos escolares se dá somente em 1934. “O primeiro no município de Natividade (Dec. nº 4.042/1934) e, ano de 1935, os Grupos Escolares de Porto Nacional (Dec. nº 175/1935; de Arraias, de Tocantinópolis e de Taguatinga sob o (Dec. nº 14/1935)”. (Dourado, 2013, p.53). É somente a partir de 1945, que outros grupos escolares são criados. Pois “enquanto o estado de Goiás apresentava um total de 74 grupos escolares nesse ano, na região norte do Estado – Tocantins localizava-se

⁴⁷Em todos os momentos em que a referência é o norte goiano, os dados, sobretudo, os educacionais, segundo o IBGE comparando os anos 1940, com 2000 (IBGE, 2000) o Brasil apresentava taxas de analfabetismo para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, que comparadas, oscilavam entre 34,1% para o Rio de Janeiro e 80,5% para o Estado do Tocantins. No Censo Demográfico IBGE (2010), constata-se uma população de jovens entre 10 a 14 anos de 73.785 habitantes e entre 15 a 19 anos, 70.724 habitantes, em números absolutos.

⁴⁸ Os cargos de inspetores de ensino, segundo Dourado (2015) eram ocupados pelos homens, eram os coronéis, vereadores da cidade, que chegavam a permanecer no referido cargo, por décadas. (Informação Verbal - 25/03/2015).

dez deste total [...]” (idem). A autora fala também das mulheres no norte goiano, que aparecem segregadas das escolas, seja como professoras ou como alunas.

Observa-se também o papel da mulher índia, que não tinha o direito de receber dinheiro, pois apenas aos homens lhes era permitido. Em desobediência, constata-se que algumas freguesas, davam dinheiro “às escondidas” as mulheres índias, que vendiam produtos. Este dinheiro entre outras coisas era e é, empregado no consumo de aguardente, associado aos produtos minguaos que eram colocados nas portas das casas.

Nos escritos de Paternostro (1945) as elites econômicas e políticas ignoraram a realidade de “quem habita o nosso grande espaço continental, o sertanejo⁴⁹. Pária da civilização brasileira, aclimatizado e marcado por grande docilidade de caráter, estaria em outra fase cultural se houvésemos tido outra orientação administrativa”. (p. 21-22).

Condutas disseminadas por uma cultura tradicional compõem as múltiplas determinações desse espaço do país explorado e, por vezes como se fosse esquecido. A dimensão material, analfabeta, heterogênea, onde o sagrado domina o secular, na economia de subsistência para os nativos e de exploração, para os proprietários de terras. O explorador abre o caminho do sertão, para espoliar as riquezas e as levam embora. Mas no sertão também tem o explorador fazendeiro, latifundiário, que explora o trabalhador local, e, ai permaneceu.

Esta digressão histórica demonstra que, sobretudo, os rincões mais distantes, seja povos do campo, das águas ou das florestas, a estrutura erguida pelo Estado, não mudou para melhor a vida das pessoas simples. De imediato, as diferenças são sentidas pelas perdas.

O Estado, neste novo desenho, legitima a propriedade privada da terra e normatiza as relações sociais numa sociedade dividida em privilégios, benesses, trabalho e exclusão para a maioria. Assim “o Estado e a iniciativa privada se fundem quando se trata de ganhos e lucros”. Silva (2013, p.127). Nessa simbiose, o autor diz que: “o foco deveria ser nas pessoas, mas as formas impostas pelo capitalismo [...], de que é preciso urgência, de que os grandes empreendimentos são sinônimo de progresso, de que o presente é o que realmente é importante [...]”. (idem). Ignora-se a história e os lucros se sobrepõem.

⁴⁹ Fernandes (1960) da obra de Paternostro (1945), diz que “De acordo com as ocupações, pode-se distinguir vários tipos de sertanejo: há os seringueiros, os vaqueiros, os remeiros, os carregadores, os apanhadores de castanhas, os tropeiros...”. Os pilotos são a parte, estão numa posição especial na hierarquia dos assalariados ou alugados, já que recebem altos salários, decidem sobre a saída da viagem, podem transportar sem cobrar, quem bem entenderem amigo, ou amásia. (p. 136).

As diferenças de pronto são sentidas, para os que migram e se instalam no Estado, em Palmas, seja pela oportunidade de negócios, montando em sua maioria, comércio de serviços, seja para os que, sem opções, em outros lugares do país, lhes é destinado um lugar, fora do Plano diretor da capital, os bairros de trabalhadores, daqueles que não têm terra, nem estudo e nem os meios de produção.

A capital do Estado foi instalada em 1988, inicialmente tendo Miracema do Tocantins como sede do governo, logo atraiu a busca de terras para a expansão do agronegócio, criação do gado de corte, a cultura do abacaxi e, atualmente em franca expansão, da soja e toda forma de exploração e degradação do ambiente.

1.4. Das disputas à criação do Estado de Tocantins: o poder de mando e o autoritarismo das forças políticas e econômicas.

Nesta viagem que fizemos, percorrendo a extensão territorial do Tocantins, pode-se perceber, na dinâmica própria do seu tempo, as múltiplas determinações econômicas, sociais e políticas, relações que necessitam ser analisadas na sua complexidade e nos seus contrários. Nessa sociedade do capital, sobressaem às lutas de classes e os embates entre o explorador e explorado, sob o modo de produção econômica. Agora, busca-se desvelar os projetos de autonomia regional nos anos 1950 e 1980 do século XX.

Inicialmente, faz-se necessário registrar a personificação de José Wilson Siqueira Campos⁵⁰, na criação do Estado do Tocantins. Natural do Crato – Ceará, nascido em 1º de agosto de 1928, no sertão cearense, filho de Pacífico Siqueira Campos - que tinha a profissão de seleiro e sapateiro e de dona Regina Siqueira Campos. Ficou órfão de mãe aos 12 anos, falecida em trabalho de parto. Siqueira Campos andou pelo país por quase 10 anos, em busca de oportunidades, chegando a passar parte da adolescência nas ruas.

As contradições sobre a origem de José Wilson Siqueira Campos foram registradas em um livro de autor de mesmo sobrenome Campos (2005) que argumenta que Siqueira Campos não nasceu em Crato, no Ceará, mas no sertão de Pernambuco, na Serra de Ouricuri. E também não nasceu Siqueira Campos. Segundo o autor, esse sobrenome, surge de uma família que o criou, quando ele foi registrado, já com 17 anos. E, conta que sua história teria se cruzado com o tenente Siqueira Campos, da Coluna Prestes. Campos (2005) diz que eles

⁵⁰ Conferir no Capítulo 2 – Governador do Estado do Tocantins, em quatro mandatos no executivo estadual.

não são contemporâneos, sendo um do Rio Grande do Sul, enquanto o outro é do sertão de Pernambuco. A origem⁵¹ de Siqueira Campos é tão complexa que,

nos arquivos do palácio, naqueles anos, não constavam os documentos dele. A trajetória dele é obscura. O Siqueira Campos que se conhece hoje começa a surgir quando ele está com 37 anos. É uma história muito conturbada. Ele manipula esses elementos sobre sua origem com muita força. Fui com Leocádia Prestes visitar um memorial de Prestes, no Rio Grande do Sul, e vi uma foto dele abraçado a Prestes, porque ele diz que tinha sido seu auxiliar. As pessoas viam aquela fotografia do Siqueira Campos governador do Tocantins e achavam que fosse do tenente da Coluna Prestes. (Campos, 2005).

A história de Siqueira Campos, no norte goiano, inicia em 1963, quando se instala em Colinas de Goiás e começa a trabalhar na área rural, funda a Cooperativa Goiana de Agricultores e deflagra o movimento popular que pedia a criação do Tocantins. Elegeu-se vereador de Colinas de Goiás com maior votação no ano de 1965 e assume a presidência da Câmara, em 1966, seu partido político era a Arena.

Dois anos após ter se instalado em Colinas, elegeu-se vereador. Depois foi eleito deputado federal, por Goiás. 1971 a 1988, dedica-se à bandeira da criação do novo Estado, exercendo mandato na câmara federal, por cinco legislaturas, interrompendo o último mandato com a criação do Estado. Segundo Campos (2005) para entender o Tocantins

e, principalmente Siqueira Campos, é necessário uma grande dose de humor e tolerância. [...]. Siqueira Campos financiava com o dinheiro público escritores medíocres que se dispunham a narrar a epopeia do pau de arara que chegou magro e pobre em Colinas de Goiás há trinta anos e que se tornou gordo e rico no Estado que ajudou a criar. (Campos, 2005, p.161).

A vida de coronel e latifundiário favoreceu o poder de mando político. Siqueira Campos casou-se com Aurenny Siqueira Campos e atribuiu este nome aos bairros pobres, justamente os lugares reservados à população que chegava sem recursos, para que ficassem longe do centro da Capital do Estado. Assim, deu o nome de sua primeira esposa, aos bairros - Aurenny I, II, III e IV, com quem teve cinco filhos, dentre eles, Eduardo Siqueira Campos, político que acompanhou o pai, desempenhando cargos de Prefeito de Palmas, Senador da República, assessorias nos governos, ocupando secretarias e a Assembleia legislativa estadual.

No primeiro mandato, Siqueira Campos (1989-1991)⁵² distribuiu terras, agiu como coronel latifundiário com características do tipo de domínio patrimonialista, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo “[...] apropria as atividades econômicas de desfrute

⁵¹ Observatoriodaimprensa.com.br. (11/10/2005 na edição 350). Acesso em 27 de novembro de 2014.

⁵² Conferir no Capítulo 2 – Governadores do Tocantins, período de mandato e a forma de eleição.

dos bens, das concessões [...] numa confusão entre o setor público e o setor privado [...]”.
(Faoro, 2012, p.823).

As formas de atuação política estão expressas no excerto, apontando a prática e a “confusão entre o setor público e o setor privado”.

Nos últimos quinze dias de seu mandato, já derrotado, Siqueira Campos distribuiu aos amigos o restante de lotes que ainda não estavam nas mãos das empreiteiras, e Palmas tornou-se uma cidade sitiada onde a especulação imobiliária altamente lucrativa está inviabilizando o seu desenvolvimento. Faltando três dias para a entrega definitiva a seu sucessor, fechou os órgãos públicos [...], permitiu que milhares de comodatos fossem emitidos e que negociatas fraudulentas recebessem o carimbo do Banco de Crédito Nacional em pleno sábado e domingo. (Campos, 2005, p.165).

Os escritos de Galdino (1993), bem como os de Campos (2005) apresentam que o Tocantins transformou-se num paraíso para as empreiteiras⁵³. “A construção de Palmas não é apenas um atentado à lógica pelo gasto exorbitante e desnecessário em um país que não consegue sequer propiciar saúde, moradia, educação e alimentar sua população”. (Campos 2005, p.187). Para Campos (2005), a capital do Tocantins – Palmas foi construída por governantes que não tiveram respeito ao interesse público. São inúmeros registros e das mais diversas naturezas inclusive a que se vale de medida provisória

editada, em 1990, pelo então governador Siqueira Campos (antes da promulgação da Constituição estadual ele pôde usar o instrumento que é exclusivo do presidente da república), o hectare de área pública foi vendido para amigos e auxiliares por Cr\$ 1,00, sem licitação, desde que fora da área de Palmas, a capital – o hectare de terra de primeira no Tocantins custa em média Cr\$ 340 mil. (Domingos, 1993, p. 68).

As relações de poder e o processo político em que o Estado controla e administra em prol dos interesses e favorecimento pessoais mostram que as elites ocupam o Estado. A administração política é tratada como assunto pessoal do governante. Sendo assim, percebe-se o exercício de seu poder político como extensão de seu patrimônio pessoal. O poder particular e o privilégio, é o que sobressai.

Eleito governador do Tocantins em 1988, logo após a criação do Estado, Siqueira Campos teve a prerrogativa de indicar os três conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, órgão responsável por aprovar as contas do governo. Também nomeou todos os desembargadores do Tribunal de Justiça e quatro dos sete integrantes do Tribunal Regional Eleitoral. Com uma parte significativa do Judiciário sob seu controle, o apoio de dois terços

⁵³ A materialização da relação com as empreiteiras pode ser constatado no Capítulo 4, nos editais das reformas e ampliação das seis unidades escolares do Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

dos deputados estaduais e de mais de 90% dos prefeitos do Estado, os acordos e trocas políticas para governar se potencializam. Assim, sobressaem as forças oligárquicas materializadas no poder!

Nesta região, avultam as oligarquias políticas e econômicas que ocupam as terras, e disputam entre si o poder de mando, poder regional e local e em defesa de seus interesses, num movimento constante de práticas patrimonialistas.

1.5. A continuação do movimento de separação do Norte ao ano de 1988.

As ideias e ações de separatismo tornam-se concretas na década de 1980. Outrora o sentimento autonomista das elites nortenses já havia se manifestado. A criação do Estado de Tocantins, nesse período, foi articulada pelos proprietários de terras e oligarquias políticas do Norte Goiano nos anos de 1956-1960 e 1984-1988.

O discurso autonomista ou separatista foi retomado e evocado na imprensa local por políticos e latifundiários e, especialmente, pela reação das elites que detinham o poder político na região. A estrutura política, comandada pelos coronéis, posição da elite regional evidencia o pacto coronelista da oligarquia caiadista com a oligarquia Ayres de Porto Nacional, que se utilizavam do ‘arranjo democrático’. – Nos estudos de Silva (2013) ressalte-se que o referido município, era o que detinha a maior importância da região, seja pelo porto, pelas escolas, ou mesmo, a cultura – ancorados no pragmatismo e no poder pessoal local.

Ainda, a respeito disso, Cavalcante (2003) destaca a fala do médico, jornalista e deputado federal pela região em 7 legislaturas, Francisco Ayres, que se posicionou contrário à divisão do Estado e defendia uma proposta de integração regional com o centro-Sul goiano. A existência dos partidos⁵⁴ movimentava “a imprensa local como instrumento de exercício e disputa de poder entre os coronéis goianos”. (Cavalcante, 2003, p.60).

Em 1945, outro movimento apresentado por Silva (1996) e Silva (2013), liderado pelo aviador brigadeiro Lísyas Rodrigues na defesa da criação do Estado e a bandeira da necessidade de desenvolvimento do norte goiano. O projeto de autonomia do norte foi articulado, em Porto Nacional, no período de 1956 a 1960, formado por algumas lideranças e oligarquias políticas, profissionais liberais e a igreja católica.

⁵⁴ “[...] é através dos partidos que se realiza a aglutinação de forças; e se realiza também, a sua aplicação em fins mais ou menos visados consciente, deliberada e organizativamente”. (Fernandes, 1980, p. 7).

Em Porto Nacional, as lutas tomam corpo, constituindo a Carta de Porto Nacional, em prol da separação do norte, além de ações, na Câmara Municipal e nos movimentos de rua⁵⁵. Em 1960, foi criada a Casa do Estudante Norte Goiano – Cenog⁵⁶, que se constituiu como uma referência para paragens de estudos e pesquisas, e mobilização dos estudantes que estavam residindo fora do norte goiano. Rodrigues (2010) apresenta que o Cenog passa a publicar o jornal Paralelo 13, “focalizando a criação do estado do Tocantins” (p. 117), instrumento, para divulgar e cobrar a divisão do Estado, bem como denunciar as mazelas da ditadura.

Em 1981, em Brasília, incorporado por alguns como continuidade do Cenog foi constituída uma Comissão de Estudos do Norte Goiano – Conorte⁵⁷. Segundo os estudos de Cavalcante (2003) a Conorte expressou a conscientização da população norte Goiana sobre suas necessidades e potencial político-econômico, e também divulgou os ideais humanos nortenses através de pesquisas, estudos e debates sobre a região.

A Conorte, confirma Oliveira (2002) foi um movimento que atuou nas ações políticas concretas no movimento de divisão do Estado,

primeiramente, tratou de elaborar uma análise dos fenômenos nos campos político e econômico da região. Tal análise diagnosticou e denunciou em seguida o dualismo, a fragmentação nacional refletida no ressentimento da população local. O movimento criticava a indiferença da União e das áreas (Centro-sul) ligadas ao mercado nacional e internacional diante do atraso e do isolamento regional. Criticava também a discriminação que sofria a região por parte do governo estadual de Goiás e da União em relação à sua importância econômica; isto é a drenagem dos recursos locais para o estado, através dos impostos e do uso da população local apenas para fins eleitorais. (Oliveira, 2002, p. 28).

Para a autora, o diagnóstico econômico elaborado pela Conorte, em 1985, pode ser encarado como “o primeiro documento voltado para a sistematização dos problemas econômicos do Tocantins, [...] pois o objetivo da Conorte era o de buscar uma política econômica integrada ao desenvolvimento da região e demonstrar a capacidade de autogestão desta”. (Oliveira, 2002, p. 31).

A partir de 1981 até 1988 a atuação da Conorte, na divisão do estado de Goiás foi impulsionada, representando a confluência dos interesses das elites agrárias, latifundiários, políticos, ruralistas, coronéis e os empresários agricultores, que defendiam a divisão do

⁵⁵ As pessoas saem às ruas capitaneadas por líderes locais, com faixas, em prol da autonomia do Norte.

⁵⁶ Ponto de apoio do Norte de Goiás, com funcionários concursados pela Universidade Federal de Goiás, no ano de 2000, a estrutura doada a Universidade Federal do Tocantins.

⁵⁷ Para saber mais sobre o Cenog, Conorte e o Jornal Paralelo 13 explicitados no texto, o livro de: SANTANA Jociléia dos Santos. *O Sonho de uma Geração: o movimento estudantil - Goiás e Tocantins*. Ed. UCG, 2007.

Estado “como instrumento possível de pacificação dos conflitos agrários e regionais”. (Oliveira, 2002, p. 41).

Assim, Cavalcante (2003) diz que Siqueira Campos, em 1983, motivado pelas possibilidades de aprovação do novo Estado, protocolou o Projeto de Lei complementar - PLC nº 1, na Câmara dos Deputados e que recebeu o nº 218 de 1984, no Senado Federal, com as justificativas:

- Autonomia política e administrativa do Norte goiano, com a criação de cargos de governador, vice, três senadores, seis deputados federais e dezoito deputados estaduais, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Secretarias de Estado, órgãos federais e autarquias, instalados em âmbito regional, servindo a todos os habitantes da área, com economia de petróleo, espaço e tempo, e novas oportunidades de empregos públicos federal e estadual.
- Criação de um pólo irradiador de cultura e de progresso com a implantação da capital no Norte Goiano.
- Aplicação de mais recursos federais na região, pelo prazo mínimo de 10 anos, como vinha acontecendo com os Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia, além da receita gerada internamente e de programas de incentivos, a fim de se consolidar a infra-estrutura, beneficiando a todos indiscriminadamente.
- Aceleração do processo de desenvolvimento integrado da região que não era menos rica do que Mato Grosso do Sul e nem do que o Estado de Rondônia.
- Aumento da confiança do empresariado nacional, do capitalista e do banqueiro para investir na região, explorando suas riquezas latentes, transformando a matéria-prima, nela abundante, em produtos manufaturados e gerando conseqüentemente, milhares de empregos também na iniciativa privada. (Cavalcante, 2003, p. 113).

No PLC observa-se os interesses dos empresários, comerciantes, dos banqueiros, bem como a geração de empregos na iniciativa privada. Um outro projeto do senador Benedito Ferreira de 28 de junho de 1985, sob nº PLS 201/1985, foi aprovado pelo plenário das duas casas legislativas. Entretanto recebeu os vetos do Presidente da República José Sarney⁵⁸. Os dois projetos foram contestados sob a alegação de falta de recursos da União, para custear as despesas da criação de uma nova unidade administrativa da federação.

A Assembleia Nacional Constituinte instalada em 01 de fevereiro de 1987, elegeu como presidente o deputado federal Ulisses Guimarães. “Nessa Assembleia, foram criadas [...] comissões e subcomissões temáticas, com o objetivo de discutir e criar uma legislação sobre assuntos específicos que seriam incorporados à Constituição Federal, que seria promulgada ao fim de 18 meses de trabalhos [...]”. (Rodrigues, 2010, p. 113).

⁵⁸As disputas entre as oligarquias regionais podem ser constatadas em 1985, quando Siqueira Campos respondeu ao veto do presidente José Sarney à emancipação do Tocantins com uma greve de fome de quatro dias em Brasília. Rodrigues (2010) observa em seus estudos que esse evento está registrado nas paredes da entrada do Palácio do Araguaia na sede do Governo Estadual em Palmas no Tocantins. Ainda, segundo o autor a obra em azulejo demonstra o ‘sacrifício’ feito pelo então Deputado Federal Siqueira Campos em prol de uma causa histórica.

A Comissão da Organização do Estado, com o Título de Emendas oferecidas ao substitutivo (Vol. 84) na Emenda 2S0001-9, o deputado federal Siqueira Campos, afirma ser o continuador de Teotônio Segurado na luta pela emancipação do Norte de Goiás. Evoca a data de 9 de março de 1809: com a posse do seu primeiro Ouvidor Geral, Desembargador Joaquim Teotônio Segurado, faz referência à instalação da Comarca do Norte, criada por Dom João VI na então Província de Goiás. A segunda data mencionada foi 15 de setembro de 1821 em que, com a posse do primeiro Presidente Desembargador Joaquim Teotônio Segurado e demais integrantes do Governo Provisório, instalaram a Província do Tocantins.

Para a eleição dos dirigentes do Estado do Tocantins, a Emenda 2S0001-9, dispõe no § 3 – que em caráter de transição, a eleição do governador e do vice-governador realizada em 15 de novembro de 1988, fixou a posse para 12 de janeiro de 1989 e término dos mandatos em 31 de dezembro de 1990. A esse respeito, apresentamos o quadro 4 com linha histórica de criação do Estado do Tocantins.

Quadro 4 - Linha Histórica da criação do Estado de Tocantins.

SÉCULO	DATA	ESTADO DO TOCANTINS
XVIII	1730 1740	Descobertas minas de ouro no norte goiano e em consequência os 1ºs arraiais – Natividade e Almas (1734); Arraias e Chapada (1736) Pontal e Porto Real (hoje Porto Nacional) (1738).
	1736	1ª dissidência entre o norte e o sul de Goiás, em virtude das cobranças de impostos sobre as minas de ouro do norte de Goiás.
XIX	18/04/1809	Publicado alvará que dividiu a Capitania de Goiás em Comarca do Norte e Comarca do Sul.
	25/01/1814	Publicação de alvará que autorizava a construção da sede da Comarca do Norte na confluência dos rios Palma e Paraná, a vila de Palma, na atualidade município de Paranã.
	15/01/1821	Instalação da Junta Provisória, independente do Norte de Goiás, com capital provisória em Cavalcante.
	Out./1821	Transferência da capital para Arraias, despertando malquerença dos representantes de Cavalcante.
	Jan./1822	Decadência da produção do ouro, Joaquim Teotônio Segurado é afastado para atuar como deputado representante de Goiás na Corte, em Lisboa.
	1863	Visconde de Taunay, deputado pela província de Goiás, propondo a separação do norte goiano para a criação da Província da Boa Vista do Tocantins, ao extremo norte de Goiás, hoje município de Tocantinópolis (Norte do Estado, tendo seus limites com o Estado do Maranhão).
	1889	Apresentado o projeto de Fausto de Souza para a redivisão do Império em 40 províncias, incluída a do norte goiano, a do Tocantins.
	1920	O Ministro da Viação e Obras, José Pires do Rio, indica a criação do Estado do Tocantins.
	1945	Lysias Rodrigues – Coronel aviador defende a criação do Território de Tocantins.
	1950	Capitaneado pelo Juiz de direito é iniciada acirrada campanha pró-Tocantins em Porto Nacional - TO.
	10/10/1960	É criada a Casa do Estudante Norte Goiano - Cenog., com sede em Goiânia e filiais em Pedro Afonso, Dianópolis, Miracema do Norte e Porto Nacional, ainda, no

XX		Estado de Goiás, e no Rio de Janeiro. A Cenog. inicia a publicação do jornal o Paralelo 13, defendendo a criação do Estado do Tocantins, extinta pelo regime militar.
	1981	Criação da Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano – Conorte com o fim de lutar pelo desenvolvimento da região norte do Estado de Goiás e a criação do Estado do Tocantins.
	20/01/1986	Criado pelo Presidente José Sarney, da Comissão Especial de redivisão do Território Nacional, vinculada ao Ministério do Interior.
	01/02/1987	Instalada a Assembleia Nacional Constituinte (18 meses de trabalho), 559 constituintes (487 deputados e 72 senadores).
	02/02/1987	Deputado Federal Ulisses Guimarães é empossado presidente da Assembleia Nacional Constituinte.
	14/03/1987	Criado o Comitê Pró – Tocantins no Palácio do Tribunal do Júri, na cidade de Goiânia (GO).
	07/04/1987	Instalada a Subcomissão dos Estados e José Wilson Siqueira Campos é nomeado relator. (José Wilson Siqueira Campos viria a ser o 1º governador).
	01/05/1987	Aprovada a Resolução de autoria do Constituinte José Teixeira que tratava da criação do Estado do Tocantins. - Realização da 9ª Reunião Ordinária e 5ª Audiência Pública da Subcomissão dos Estados, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em um painel apresentado com o tema: “A criação do Estado do Tocantins e a redivisão territorial do Brasil”.
	23/05/1987	Votação e aprovação do anteprojeto na Subcomissão dos Estados, criando o Estado do Tocantins. ⁵⁹
	25/05/1987	Redação final do anteprojeto da criação do Estado do Tocantins.
	15/11/1987	Aprovação da emenda parlamentar na Comissão de Sistematização, dos Deputados Siqueira Campos e José Freire que trata da criação do Estado do Tocantins.
	01/06/1988	Aprovação do artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que tratava da criação do Estado do Tocantins, na Assembleia Nacional Constituinte.
	27/06/1988	Aprovação na Assembleia Nacional Constituinte a criação do Estado do Tocantins.
	02/09/1988	Votação e aprovação, da emenda do deputado federal Siqueira Campos que previa o desmembramento de Goiás e a criação de um novo estado sem a necessidade de um plebiscito e incluía proposta de eleições na unidade federativa.
	05/10/1988	Criação do Estado do Tocantins, constando no art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da 8ª Constituição da República Federativa do Brasil. Os 60 municípios constantes do Goiás, passariam a ser Tocantins.
	15/11/1988	Eleição direta para governador, deputados federal e estadual, senadores, prefeitos e vereadores no Estado do Tocantins.
08/12/1988	As disputas em torno da sede da nova capital e o Presidente José Sarney escolhe Miracema do Norte (Miracema do Tocantins) como capital provisória do Estado.	
22/12/1988	Divulgação do resultado das eleições pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.	
01/01/1989	Instalação do Estado do Tocantins. Posse do 1º governador do Tocantins José Wilson Siqueira Campos.	

Fonte: Rodrigues (2010, p. 115-119). Organização: Souza, N. N. (2014).

Por fim, na Constituição Federal de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no Artigo 13, criou o Estado do Tocantins, nos parágrafos primeiro ao sétimo versam sobre o Estado.

⁵⁹Entre outros assuntos, propunha a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em Estados e ainda criava os Estados do Tocantins, Maranhão do Sul, Juruá, Santa Cruz, Tapajós e Triângulo, e voltava à área do arquipélago de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco.

É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás, com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (Constituição Federal, Art. 13, 1988, p.67).

Em 05 de outubro de 1988, foi criado o Estado do Tocantins, protagonizado por políticos, partidos políticos, empresários, fazendeiros e oligarquias. Também constitui parte dessa realidade a exploração do sertanejo, do indígena, da população afrodescendente, enfim, das mulheres e homens pobres e camponeses que, com a vida simples, tiveram as possibilidades de manifestação reduzidas, sobressaindo às ações e práticas das oligarquias econômicas e empresariais pela divisão do Estado de Goiás. Depreende-se, então, que os menos favorecidos economicamente, carregavam as marcas do isolamento e carências de toda ordem, e, com a nova configuração geopolítica, as condições de vida foram alteradas.

Os casos de desajustamentos e de conflitos observados no sertão, seja na educação, na política e na economia, segundo Fernandes (1960), em sua maior parte ocorreram pela concentração da propriedade privada da terra, pelos privilégios de uns e pela exploração dos trabalhadores, indígenas e camponeses pobres que vendiam sua força de trabalho e pagavam impostos.

Por outro lado, os mais abastados tinham opções traçadas pelos seus interesses, sobretudo, de ganho e benefícios. Nesse processo, atuaram os coronéis por meio de forças que a Folha de São Paulo publicou com *slogam* na capa “criação do Estado do Tocantins leva UDR ao poder”. O jornal expõe as mazelas ruralistas e os conflitos agrários existentes nessa parte do País: “a UDR já tem uma vitrine para exibir ao país seu modelo de administração pública. [...] O 24º e mais pobre Estado da Federação nasce com a marca da União Democrática Ruralista, a mais poderosa organização do território [...] acima do paralelo 13”. (Folha de São Paulo, 27/06/2013).

Além dos donos de terras, também os políticos, empresários, ruralistas e coronéis⁶⁰ estavam em disputa. Uns queriam permanecer no isolamento, a exemplo do deputado

⁶⁰O coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, [...], notadamente dos senhores de terras. “Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência a nossa estrutura agrária, que fornece base de sustentação das manifestações de poder privado [...]”. (Leal, 1975, p.20). Sobre o poder: KAUTSKY, Karl. *O Caminho do Poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.

federal, pela região em sete legislaturas, Francisco Ayres, que se posicionou contrário à divisão; outros que, de certa forma, defendiam a divisão, se projetavam nas lutas seculares e se materializaram nas forças políticas locais, visualizavam interesses comerciais.

Elucida Fernandes (1960) de que não basta combater a capangagem e a política desastrosa dos coronéis, ou mesmo elevar o salário de fome dos de baixo. Estamos falando de um Brasil rural que esteve sob o domínio das oligarquias rurais e que no movimento de luta para a divisão do estado, esses brasileiros emprestaram sua força de trabalho sob o domínio de poderosos economicamente e politicamente, que se utilizavam do poder de mando para intimidar e submetê-los à exploração.

O primeiro governador José Wilson Siqueira Campos, no ano de 1989 esteve na gestão por quatro mandatos, intitula-se o “pai do povo e criador do Estado de Tocantins”. Os estudos de Faoro (2012) apresentam as características desse governante, personificadas em Siqueira Campos.

O chefe governa o estamento e a máquina que regula as relações sociais, a ela vinculadas. [...] o chefe provê, tutela os interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais. No soberano concentram-se todas as esperanças de pobres e ricos, porque o Estado reflete o polo condutor da sociedade. [...]. Não se submete o chefe à aristocracia territorial, ao senhor das terras, à burguesia, governando em nome de uma camada, diretamente sobre a nação. [...] Ele é o pai do povo [...] empreendendo em certas circunstâncias, uma política social de bem estar, para assegurar a adesão das massas. Filho do providencialismo estatal, ele o fortifica, usando dos poderes que a tradição lhe confere. Em casos extremos, será o ditador social, [...] de um suposto socialismo que sacia aspirações, desviando-as e acalmando-as, com algum circo e algum pão. [...]. (Faoro, 2012, p. 827).

Além de que em Faoro (2012) “a minoria governa sempre, em todos os sistemas políticos”. (p.828). A forma de governar dizendo que é para os pobres, mas beneficiando os ricos, na aparência, vestido de soberano bom, com uma carga de autoritarismo que convive com a vestimenta constitucional, que em última análise, a soberania popular não existe, a não ser travestida de que o povo exerce algum tipo de poder. No Tocantins percebe-se a autocracia autoritária estudada por Faoro (2012), “pode operar sem que o povo perceba seu caráter ditatorial, só emergente nos conflitos e nas tensões, quando os órgãos estatais e a carta constitucional cedem ao real, verdadeiro e atuante centro de poder político”. (p.829).

No patrimonialismo em Faoro (2012) percebe-se traços dessa forma de domínio no Tocantins, assumindo diferentes formas, em cada tempo. Na última gestão, em 2011, Siqueira Campos elege-se com 82 anos de idade, prometendo “aperfeiçoar” o programa de desenvolvimento econômico e social que executou em seus três mandatos anteriores.

Ao ser criado o Estado do Tocantins, e já na primeira gestão de Siqueira Campos de 1989 a 1990, se evidencia o *slogam* “*O Estado da livre iniciativa e da justiça social*”, coaduna com os ideais neoliberais, pautado nos princípios fundamentais da lógica de mercado. Campos (2005) diz que com esse *slogam* Siqueira Campos tentava atrair a iniciativa privada para a exploração industrial e comercial no recém-criado Tocantins.

Assim, a história da criação do Estado, população nortense evidencia as carências e farturas desta parte do País, palco de lutas, privilégios e conformidades, sobressaindo os aspectos econômicos e políticos. Na busca pela divisão do Estado de Goiás, emergiram as práticas de autoritarismo e patrimonialismo e reconfigurou o espaço de luta de classes.

Este capítulo buscou analisar os processos históricos de formação do Tocantins, fazendo um *detour* ao norte Goiano e aportando no Estado do Tocantins, para entender a constituição política e a população indígena e africana que o habitavam e outros colonizadores que ocupavam as terras da região. A opção teórico-metodológica assumida, compreende os homens e mulheres como sujeitos históricos e as forças políticas e econômicas marcadas pelo patrimonialismo autoritário e populista desde a origem.

Com Júlio Paternostro, nos colocamos para descortinar, o que era o norte Goiano para possibilitar o entendimento do que ocorreu na formação até a criação efetiva do Estado do Tocantins. O rio, a mata, a população e a cultura. A educação ficou relegada para aqueles que aqui habitavam. O isolamento, as carências e as farturas, a fé, enfim, os homens e mulheres que constituíram esse Estado, à semelhança de outras regiões, estão submetidos à lógica do modo de produção capitalista, inerente, à exploração e à acumulação das forças do capital.

Reafirmamos as possibilidades do estudo baseado no “pressuposto de que toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos [...] a organização corporal destes indivíduos e, por meio disso, sua relação dada com o resto da natureza”. (Marx & Engels, 1986, p. 27). Foi com esse aporte que adentramos ao sertão goiano para desvelar o sertanejo, a mulher, a mulher professora, os indígenas, os camponeses, os

africanos e como se apresentavam, o fazendeiro, o político, o padre, o latifundiário, o empresário, usineiro, exportadores, homens do capital e de negócios.

Observa-se o isolamento e as parcas condições de subsistência da grande maioria da população que ocupava o sertão goiano e a minoria abastada que explorava a força de trabalho dos *debaixo* retratado por Paternostro (1945). E Florestan Fernandes (1960) fez a crítica à dominação, concentração de terras, dilemas sociais e revelou que “dão-nos, de fato um retrato do Brasil”. (p.147) “daquele Brasil que está longe dos nossos olhos, afastado de nossas preocupações diárias, porém um Brasil que existe, que solicita a nossa boa vontade e o nosso carinho. [...] e pensar sobre uma realidade, que via de regra ignorada, ausente do campo de nossas experiências habituais”. (Fernandes, 1960, p.147-148).

Embora tenha se constatado no estudo que os movimentos de separação do norte goiano aconteceram desde o século XIX, liderados pelas elites oligárquicas rurais dessa parte do País, percebe-se que havia outra parcela dessa elite que defendia que os esforços se dessem em torno da integração com o centro - sul goiano, posicionando-se contrários a divisão do Estado. Nos conflitos, *os debaixo*, não foram vistos, ouvidos, mas abafados em suas lutas por condições básicas de subsistência, enfim emergiram os antagonismos de classes.

Estamos ancorados em Marx e Engels (1986) e com a convicção de que a história se move e se modifica necessariamente pela ação dos homens e mulheres. Na disputa das elites oligárquicas, quando se movimentam para efetivamente constituir o Estado, o camponês, o sertanejo pobre, indígenas e afrodescendentes, que eram os homens e mulheres trabalhadores que faziam a luta histórica, que não os incluía, pois toda sorte de carência rondava os menos abastados. Era a luta pelas primeiras necessidades. *Os de baixo*, em maioria, são populações que para fazerem história, precisam antes de tudo, satisfazer as necessidades básicas, que pressupõe comer, beber, vestir, morar em uma casa, enfim, aos menos favorecidos antes da criação do Estado, ainda no sertão, algumas necessidades básicas vinham do rio ou da floresta, da terra, da natureza.

O Estado do Tocantins foi criado na correlação de forças oligárquicas locais e nacionais e partidário. Essencialmente, por quem tinha interesses empresariais e poder político, confirmando os estudos de Faoro (2012) do atraso brasileiro como resultado da herança política e administrativa patrimonialista do poder português, herdado e evidenciado também no Tocantins. Nesse movimento “é que efetivamente, o ser humano não é um

contemplativo, e sim um ativo. E não é pela contemplação que entra em contato com o mundo exterior, mas pela ação”. (Prado Junior, 1980, p.554).

Após a criação do Estado em 1988, para muitos dos que viviam no sertão, a vida trouxe diferenças substanciais, e, ainda, sem escola, sem creche, sem transporte público, sem saneamento básico. E como se pudesse piorar suas condições de vida. Chegaram os grandes empreendimentos e com eles, de acordo com Silva (2013) em nome do progresso, os ribeirinhos são desalojados da beira do rio e passam às periferias das cidades. Nesse novo lugar, na cidade, os ribeirinhos recebem uma casa como compensação da usina hidroelétrica. O peixe deixa de ser o alimento principal. O arroz, o feijão e a mandioca não podem mais ser cultivados. No campo, a monocultura da soja e, com ela a devastação do cerrado e das florestas nativas emergem outros, para esse lugar de disputa da periferia.

Estavam fincadas as raízes não só de um governo, mas de um Estado neoliberal, essencialmente voltado para o mercado aberto, que adere às proposituras dos organismos internacionais. Como tem sido assinalado em inúmeras ocasiões, para os governos neoliberais⁶¹, o melhor Estado é aquele que promove acumulação. Parece que o norte se livra das oligarquias de Goiás, para cair nas garras das oligarquias empresariais transportadas para o Tocantins.

A descoberta do oeste enfatizado nos discursos, ações de ocupação e a rapidez com que poderiam enriquecer em um estado de população majoritariamente de baixa renda, atraiu os que detinham os meios de produção, senhores do capital. Tocantins se constitui com um governo patrimonialista, autoritário e populista formado sob bases políticas e econômicas pelas elites a serviço do capital privado e, nessa lógica, estão as empresas e os grandes empreendimentos, que tem a supremacia do poder e mando local. É o Estado criado pelo e para o capital.

⁶¹Entre 1989 e 1990, em curso o Programa de Reconstrução Nacional do Presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. No mundo, além da hegemonia econômica e ideológica dos EUA, nos últimos anos da década de 1980 e nos 1ºs da de 1990 ocorreu a derrocada do Leste europeu, o fim da Guerra Fria e mostrou a falência da economia estatizada sob controle autoritário. “O ideário neoliberal, no plano da economia como da política, ganhou enorme projeção. Em alguns casos, chegou-se a vender a ideia de que a mão invisível do mercado, com um mínimo de intervenção estatal, seria capaz de superar desajustes econômicos e mesmo sociais”. (Fausto, 2014, p. 307).

CAPÍTULO 2

A GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DE TOCANTINS, 1988 a 2014 - GOVERNOS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Este capítulo apresenta as forças políticas em ação desde a formação do Estado, com o foco nos governadores e secretários de educação do Tocantins, com prioridade às diferenças e continuidades nos seus mandatos, em relação à gestão na educação básica pública.

Propõe como objetivo analisar se as formas de atuação e ação dos governadores e secretários de educação apresentam consonância com os ditames da nova gestão pública com o foco na descentralização do Estado no sistema de ensino público do Tocantins. Para tanto, problematiza-se: como se apresentam as forças econômicas e políticas após 1988, com o foco nos governadores e secretários de Educação do Tocantins, quanto à gestão da educação no Estado? De que maneira se configuram as práticas de continuidade na atuação dos secretários de educação? Como se materializa a lógica gerencialista nas escolas básicas públicas? Como se manifesta a presença do Banco Mundial no Tocantins? E como é implementado o Programa Estrada do Conhecimento - PEC em seis escolas públicas do Tocantins?

A construção historiográfica aprofunda o conhecimento sobre as ações em cada gestão, dos governadores e secretários de educação, caracterizando como foi se construindo a história da educação no Estado. No Capítulo I, optou-se pela maior parte da viagem pelo rio Tocantins. Neste período andamos pelo rio e iniciamos a incursão pelo asfalto, fazendo paradas e analisando os períodos para “[...] poder dizer como é a história, devemos saber o que é a história e como ela é possível”. (Kosik, 1976, p.209).

Assim, em cada período serão apresentados os documentos e ações, referentes à gestão dos governadores em ordem de apresentação: Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos (1989 – 1991); Política e Gestão da Educação no Governo de Moisés Avelino (1991 a 1995); Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos (1995 a 2003); Política e Gestão da Educação no Governo Marcelo Miranda (2003 a 2009); Carlos Henrique Amorim (2009 a 2010), Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos (2011 a 2014) e Sandoval Cardoso (abril/2014 a 01/01/2015). “A realidade, em certo sentido, não existe a não ser como conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos”. (Kosik, 1976, p.45).

Assim, se estuda as ações dos secretários de educação em cada governo. Entre os autores que nos permitirão esta viagem estão: Fausto (2014), Fernandes (1966; 1980), Fonseca (2013; 2014) e Silva (1999; 2002).

2.1. O político e histórico nacional na lógica gerencialista da educação pública.

O Estado de Tocantins integra o contexto político nacional de candidatura estaduais e eleição de Fernando Collor de Mello à Presidente do Brasil. O Presidente Collor de Mello, ao tomar posse em 1990, implantou um plano econômico austero com a volta do Cruzeiro como moeda nacional; congelamento de preços, bloqueio de dinheiro de correntistas nos bancos, aumento de impostos e cortes de despesas públicas.

O objetivo do Plano Collor era conter a inflação e dá curso com “medidas para modernizar o país, iniciando a privatização de empresas estatais, a maior abertura ao comércio exterior, a redução do número de funcionários públicos, feita sem nenhum critério qualitativo”. (Fausto, 2014, p. 291). Medidas que não tiveram sucesso, causando profunda recessão, desemprego e insatisfação popular.

Assume a presidência da República, Itamar Franco, procura conter a inflação, e nomeia como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que lança o Plano Real em 28 de fevereiro de 1994. A nova moeda, o real, em substituição à vigente, o cruzeiro real. O Ministro Fernando Henrique implementou as primeiras medidas de um plano de estabilização econômica, com o aporte do Fundo Monetário Internacional – FMI e aproximou-se dos preceitos neoliberais no marco de transformações geopolíticas internacionais. A candidatura e eleição à Presidência da República em novembro de 1994, estiveram atreladas a implantação da nova moeda. Para a educação Fonseca (2013) diz que: “no campo educacional, o ministério conclamou a participação da comunidade educativa em torno do Acordo Nacional de Educação, que se configurava como uma ação consensual para a melhoria da educação brasileira”. (Fonseca, 2013, p. 93).

Eleito presidente Fernando Henrique Cardoso governou por dois mandatos (1995-1998/1999-2002). Os programas de governo “Brasil em Ação”, no primeiro mandato, e, no segundo, “Avança Brasil”, primaram pela reforma do Estado na lógica do *Estado mínimo* que “significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital”. (Frigotto, 1999, p. 163). A cultura gerencial empreendida no serviço público, com destaque para as parcerias Público Privadas - PPPs, com foco em resultados, foi a tônica dos dois mandatos do Presidente

Fernando Henrique Cardoso. Sob o corolário do Estado mínimo, os mecanismos de apologias à esfera privada, descentralização, flexibilização, aparatos de racionalização, eficiência e eficácia são os mais frequentes. “Na prática, a descentralização e flexibilização tem se constituído em processos antidemocráticos de delegação de empresas (públicas ou privadas) [...]”. (Frigotto, 1999, p. 164) para oferta de serviços públicos.

Na educação básica pública, essa lógica de descentralização e privatização foi evidenciada, sobretudo nos documentos legais que são aprovados com a ingerência do Poder Executivo. As mudanças na legislação acontecem desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996. Na Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE e nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, este último apesar de não ter caráter de obrigatoriedade, muito contribuiu para o acirramento desse processo, visto que as orientações dos organismos financeiros internacionais foram, ao longo dos anos, sendo seguidos pelos governantes.

Nesse contexto, a reforma do Estado brasileiro (1995) se apresentava como nova gestão pública⁶², derivada como uma face do gerencialismo, como preferem alguns autores, ou, uma variação do gerencialismo, que tem o mesmo fim, ou seja, se traduz em diminuição dos serviços públicos para a população, privatização de empresas estatais, criação das agências regulatórias e mudança da legislação que rege o funcionalismo público, reformas: tributária, previdenciária e trabalhista.

Nesse cenário, a partir de 1995, o Banco Mundial encontrou no Brasil o terreno profícuo para implantar o seu projeto para a educação básica, passando de prestador de dinheiro a formulador de políticas para o País. Os novos valores estavam ligados à gestão, à avaliação, à eficiência, e à ajuda do setor privado posta como imprescindível no oferecimento dos serviços educacionais, sendo o mercado o seu regulador. A nova ordem fez com que termos como autonomia, descentralização, avaliação, desempenho, qualidade e

⁶²A nova gestão pública (NGP) é tratada em um dossiê na revista *Educação e Sociedade*, como “Estado gerencial voltado para o controle dos resultados e com certo nível de descentralização que chegasse até ao cidadão”. O Editorial apresenta, o desafio para garantir e ampliar a governança do Estado brasileiro mediante um ajuste fiscal duradouro, reformas econômicas orientadas para o mercado e a inovação dos instrumentos de política social. No documento ficou evidenciada a relação entre o ajuste fiscal e a implementação de políticas públicas, pois, mediante a privatização e a transferência de alguns serviços públicos estatais para o setor público não-estatal, o Estado poderia reduzir o seu papel de executor ou prestador direto de serviços, passando a assumir apenas o papel de regulador e coordenador político. (Vol.36, nº132, 2015, p. 589). Desse dossiê, destaca-se: Oliveira (2015, pp.625-646).

produtividade sob a lógica neoliberal fossem absorvidas como parte da educação que necessita ser gerenciada.

Notadamente, a continuidade se dá no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) com a intensificação de reformas nas áreas econômica, social e política. A reforma educacional foi um dos componentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, bem como do processo de reforma e modernização do Estado brasileiro.

Para Fausto (2014), nos últimos 30 anos vivemos uma grande transformação em que ainda estão em curso a internacionalização do processo produtivo. A revolução tecnológica superou em muito a revolução industrial. Houve a constituição de blocos econômicos entre os países, visando fortalecimento dos interesses e o Brasil não ficou imune, pelo contrário. A “escravidão, o clientelismo, a exclusão social das camadas mais pobres” (Fausto, 2014, p.308) ainda estão presentes em nossa sociedade. Mas a sociedade civil tem dado passos significativos com “os movimentos em favor de [...] gêneros, dos direitos indígenas, contra a discriminação racial, pela preservação da natureza, [...]”. (idem, p. 309). Esses movimentos podem ser considerados os avanços na área social. A própria democracia está agora “associada a um bem maior dos cidadãos e a perspectiva de um futuro melhor”. (idem, p.310).

Os debates apresentados em torno da gestão gerencial caracterizam-na pela “busca da eficiência, redução e controle dos gastos públicos, [...] melhor qualidade dos serviços públicos, pelos modelos de avaliação de desempenho, por novas formas de controlar o orçamento e os serviços públicos e pela descentralização administrativa, que dá maior autonomia [...]”. (Castro, 2008, p.391). A autora apresenta as constatações presentes na Declaração de Quito (1991) e de Santiago (1993), articuladas com o movimento geral da reforma das administrações burocráticas. Castro (2008) diz que para fazer frente aos novos desafios da reestruturação produtiva, da equidade social, e, da democratização da política o projeto é a criação de um novo estágio de desenvolvimento educativo.

No campo da gestão educacional, fica evidenciado que é necessário produzir uma transformação profunda na gestão educativa tradicional, que permita articular, efetivamente, a educação com as demandas econômicas, sociais, políticas e culturais, rompendo com o isolamento das ações educativas.

Nesse contexto, assinala-se a necessidade de impulsionar o processo de descentralização, de regionalização e de desconcentração; de desenhar ágeis mecanismos de avaliação de resultados, programas eficazes de compensação educativa, programas de emergência; de desenhar sistemas de informação e investigação para a tomada de decisão, como fórmulas destinadas a aumentar a capacidade de gestão. (Castro, 2008, p. 393).

A preocupação com a melhoria da capacidade de gestão traça-se, entre outras diretrizes:

a criação pelo Estado de condições para que as escolas cheguem a um nível adequado de autonomia; b) a garantia da atualização permanente de diretores, [...] c) o desenvolvimento de mecanismos que facilitem a gestão participativa das famílias e o fortalecimento da escola; e d) a otimização do tempo e do horário letivo efetivo para melhorar as oportunidades de aprendizagem. (Castro, 2008, p. 397).

As variáveis do modelo gerencial, elaborado por Paula (2005), identifica aspectos da administração pública do gerencialismo, apresentado no quadro 5.

Quadro 5 - Administração Pública Gerencial.

Origem	Movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense.
Projeto político	Enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.
Dimensões estruturais enfatizadas na gestão	Dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa.
Organização administrativa do aparelho do Estado	Separação entre as atividades exclusivas e não-exclusivas do Estado nos três níveis governamentais.
Abertura das instituições políticas à participação social	Participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.
Abordagem de gestão	Gerencialismo: enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.

Fonte: Paula (2005, p.41).

Para Castro (2008) e Araújo e Castro (2011) o delineamento da nova gestão da educação e o gerencialismo foram traçados, sobretudo, pelos organismos internacionais, por meio das conferências voltadas para educação que ao longo do tempo, vieram se reformulando tanto na escola, quanto na empresa. A cada dia, as práticas, e os termos foram se aperfeiçoando, da iniciativa privada, calcada na eficiência, eficácia, autonomia e capacidade geral de buscar recursos adicionais, sendo introduzidos na gestão da escola. O que está em evidência é a desconcentração do Estado com a educação e o comprometimento da sociedade civil, com a qualidade da educação.

Confirma-se assim, esse novo modelo de administração pública que passa a fazer parte da agenda política com as propostas de reformas do Estado. A “descentralização, privatização e gestão educativa gerencial por meio da superação do modelo burocrático e desregulamentação se fizeram presentes nesse novo paradigma administrativo que, em maior ou menor escala, foram sendo implementadas como políticas públicas no país”. (Araújo e Castro, 2011, p.102-103). Mesmo que a gestão se apresente na escola com outras

nomenclaturas que seriam atribuídas a um modelo de gestão progressista, na prática, observa-se os atributos da lógica da empresa.

Para entender a história da educação pública do Estado do Tocantins, selecionamos também as Leis Nacionais, Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), e leis e documentos basilares do Estado, da Constituição Estadual do Tocantins (05/10/1989) e o Plano Estadual de Educação, (2006-2015).

2.1.1. Governadores e Secretários de Educação do Tocantins - Política e Gestão.

A Constituição Federal de 1988 traz, em seus antecedentes, os anseios da população brasileira, e “refletiu o avanço ocorrido no país na área de extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e, às chamadas minorias, ai se incluindo os índios. [...]”. (Fausto, 2014, p. 289). A superação para Fernandes (1991) seria não nos submetemos às fórmulas que foram absorvidas pelos militares na ânsia de criar a ‘pátria grande’, pois “ao tentar criar a ‘pátria grande’, eles quebraram toda a louça do armário”. (p.60).

Segundo Fausto (2014) a transição brasileira do regime autoritário para o democrático, teria de ter enfrentado naquele momento atacando: “a desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiável e aberto aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo”. (p. 290). Para ele, os males arraigados no Brasil não nasceram com o regime ditatorial, mas que poderiam ter dado início a esse enfrentamento.

A criação do Estado do Tocantins em 1988, resulta de um processo contraditório de práticas, conflitos e tensões que se apresenta com práticas patrimonialistas, autoritárias e populistas, construídas em acordos e negócios com as elites políticas, usineiros, empresários, latifundiários e de parte de trabalhadores. Nessas circunstâncias, propomos apresentar algumas ações dos governadores e secretários de Educação do Tocantins, com vista a entender os rumos da educação básica pública, a partir da política, dos partidos, as forças conservadoras e da população que se constituíram nesse Estado. Assim “o processo histórico mostra que as políticas para a educação pública são externadas em função dos interesses econômicos e políticos, nos quais, o país se subordina e, portanto, são, antes, de natureza econômica e política por sua própria natureza”. (Silva, 1999, p. 242).

O quadro dos governadores reafirma as forças políticas conservadoras que estiveram no poder, logo após a criação do estado. Os estudos de Rodrigues (2010) evidenciam que o

poder da União Democrática Ruralista - UDR, sob a orientação de Ronaldo Caiado⁶³, esteve na implantação de diversos sindicatos patronais rurais no norte goiano e que também esteve no pleito eleitoral de 1988, independente de quem vencesse a eleição.

A história do Tocantins, marcada por conflitos, contradições, relações sociais e capitalistas. Observa-se que as forças políticas conservadoras se revezaram no poder desde 1989, em número de três governadores eleitos, que ocuparam o Poder Executivo Estadual, com a predominância de dois partidos políticos.

O quadro 6, mostra os governadores no Estado do Tocantins, o período de mandato e o partido de 1988 a 2016, bem com a forma de eleição.

Quadro 6 - Governadores do Tocantins, período de mandato e a forma de eleição.

GOVERNADORES DO ESTADO DO TOCANTINS	PERÍODO – PARTIDO (S)	FORMA DE ELEIÇÃO
José Wilson Siqueira Campos (UT)⁶⁴	(01/01/1989-15/03/1991) - PFL (01/01/1995-01/01/1999) - PFL (01/01/1999-01/01/2003) - PFL (01/01/2011-05/04/2014) - PSDB	Governador eleito
Moisés Nogueira Avelino	(15/03/1991-01/01/1995) - PMDB	Governador eleito
Marcelo de Carvalho Miranda⁶⁵	(01/01/2003-01/01/2007) - PFL/PMDB (01/01/2007-08/09/2009) - PMDB	Governador eleito Reeleito e cassado
Carlos Henrique Amorim⁶⁶	(09/09/2009-08/10/2009) - PMDB (08/10/2009-dez/2010) - PMDB	Assumiu a vacância, Governador eleito indiretamente (pela Assembleia Legislativa)
Sandoval Cardoso	(14/05/2014-01/01/2015) - SDD	Governador eleito indiretamente (pela Assembleia Legislativa, era o presidente da Assembleia)
Marcelo de Carvalho Miranda	(01/01/2015-01/01/2018) - PMDB	Governador eleito – 1º turno (51,30 % votos)

Fonte: <http://portal.to.gov.br/criacaoestadodotocantins>. 1988. Rodrigues (2010); Jornal do Tocantins 07/10/2014 - Nº 6261. Organização: Souza, N. N., 2014.

⁶³ Deputado Federal pelo Estado de Goiás (DEM), fundador da União Democrática Ruralista (UDR). Ronaldo Caiado é herdeiro de uma longa tradição de políticos de Goiás, para aprofundar sobre o tema ler: CHAUL, Nasr Fayad (Org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos de famílias*. Goiânia: UFG, 1998.

⁶⁴ União do Tocantins - UT - sigla utilizada para abrigar o PFL, PSDB, PPR, e PPS, partidos da direita conservadora, aliás, como todos os partidos que governaram o Estado até o ano de 2014 e que continuará até 2018.

⁶⁵ O governador Marcelo Miranda (PMDB) e seu vice, Paulo Sidnei Antunes (PPS), foram cassados por prática de abuso do poder político. O Recurso contra expedição do diploma do governador do Tocantins nº 698 e do seu vice foi feito no TSE em 02/02/2007, por Siqueira Campos, ex-governador do Estado e segundo colocado para o cargo de governador em 2006.

⁶⁶ Com histórico de corrupção, candidatou-se ao pleito seguinte, e, perdeu a eleição para Siqueira Campos.

O quadro 7 apresenta os Secretários de Educação no Tocantins desde 1989, observando as principais ações dos gestores que ocuparam o cargo de Secretários de Educação⁶⁷, nos Planos e Programas de Educação, e, os respectivos governadores no período.

Quadro 7 - Secretários de Educação do Estado do Tocantins, governos e ações: 1989 - 2015.

SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS	GOVERNOS	AÇÕES
Leomar de Melo Quintanilha ⁶⁸ (05/01/1989 a 02/01/1990) Wadia C. de Oliveira (03/01/1990 a 24/11/1990) Cicinato M. da Silva (25/11/1990-14/03/1991)	Siqueira Campos	Criação das Delegacias Regionais; Polos educacionais; Censo educacional; Constituição Estadual do Tocantins, aprovada em 05 de outubro de 1989; Lei nº 1038, de 22/12/ 1998; SINTET.
Ruy Rodrigues da Silva (15/03/1991 a 04/04/1994) Iládio Teixeira Álvares Júnior (05/04/1994 a 31/12/1994)	Moisés Avelino	Implantação do planejamento participativo; Criação de Associação de Pais e Mestres; Aprovação do Estatuto do Magistério (Lei nº 351/92).
Nilmar Gavino Ruiz (01/01/1995 a 31/12/1998) Humberto Luis Falcão (01/01/1999 a 08/08/1999) Lívio William Reis de Carvalho (09/08/1999 a 10/08/1999)	Siqueira Campos	1997 - Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada - PEAGC.
Maria Auxiliadora Seabra Rezende (Dorinha) (02/06/2000 a 31/12/2002)	Siqueira Campos	2002- Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – PECGC; Planejamento Estratégico da Secretaria – PES/2003; Lei nº1.859/06/12/2007; Plano Estadual de Educação (2006-2015).
Maria Auxiliadora Seabra Rezende (01/01/2003 a 31/12/2006) (01/01/2007 a 15/08/2008) (16/08/2008 a 09/09/2009)	Marcelo Miranda	
Leomar de Melo Quintanilha (10/09/2009 a 30/03/2010) Suzana Salazar de F. Morais (31/03/2010 a dez/2010)	Carlos Henrique Gaguim	
Danilo de Melo Souza (01/01/2011 a 01/01/2014)	Siqueira Campos	Programa Estrada do Conhecimento – PEC SALTO/2011 – Sistema de Avaliação do Estado do Tocantins.
Adriana Costa Aguiar (01/01/2014 a 01/01/2015)	Siqueira Campos Sandoval Cardoso	

Fonte: www.seduc.to.gov.br./Conselho Estadual de Educação - CEE. (2014). Organização: Souza, N. N. (2014).

⁶⁷ Neste item são apresentados Secretários de Educação do Estado do Tocantins, porém observou-se que em alguns períodos, por exemplo, assumiu a Secretaria pelo período de (2) dias, a opção foi por não compor o quadro.

⁶⁸ O primeiro Secretário de Educação Leomar de Melo Quintanilha, o registro é de que à época era bancário e pecuarista, não possuindo ligação com a educação. Constata-se ainda, que no governo de Carlos Henrique Gaguim, ele assume novamente a pasta da Educação.

Com essas inquietações, observa-se que no Estado de Tocantins o capitalismo se apresenta nas práticas patrimonialistas e coronelistas, sobretudo, no recorte que realizamos no capítulo 1. A partir de Faoro (2012) “o bom príncipe, o pai do povo, guarda, na sua prudência de generalizar a aparência do poder, sem abrir nenhum canal de participação [...]” (p.827) com o povo. No trato do que público e privado, uma vez no poder tratar o que é público como propriedade privada, como coisa sua, e, as práticas autoritárias utilizadas e justificadas, na manutenção do equilíbrio, *da ordem*, do Estado.

Busca-se também demonstrar que os traços e as práticas patrimonialistas no Estado burguês, vivenciadas pelo poder executivo estadual, sobretudo, em algumas gestões, dão lugar ao autoritarismo e ao político, ou como que combinadas. Assim, também a luta por direitos “começa nas práticas políticas – não termina nelas”. (Fernandes, 1960, p.94).

O Estado como produto da sociedade civil formou-se carregado de contradições e antagonismos. Nessa lógica, as classes com interesses econômicos opostos, a fim de não destruir a si e a sociedade, impõem-se à necessidade de um poder que, “colocado em aparência acima da sociedade, deve dissipar o conflito, mantendo-os no limite da ‘ordem’”. “Esse poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho, é o Estado”. (Fernandes, 1979, p.12).

O autor argumenta que essas razões nos forcem a ir ao político e a perceber como a sociedade de classes é irrigada por relações autoritárias, em todos os seus níveis de organização, funcionamento e transformação. Exposto assim, o poder econômico ao nível de produção e expropriação dos trabalhadores e do poder político, ao nível da dominação das elites e da máquina estatal.

Na sociedade capitalista há toda uma rede de relações autoritárias, já desvendadas por Marx (1979), Mandel (1990), Luxemburgo (1985) que são incorporadas as instituições tomando forma ao exacerbar-se na necessidade de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras de bens e dominantes.

Para tratar das práticas de autoritarismo, nos ancoramos em Fernandes (1979) que afirma o autoritarismo tem de pior “é uma espécie de perversão lógica, pois está vinculado ao ataque liberal aos ‘abusos de poder’ do Estado. (p. 03). O componente autoritário é oscilante, as relações autoritárias ganham saliência e a democracia se conforma como privilégio das elites que estão no poder. É com esses elementos que analisaremos os

governos de Siqueira Campos (1ª, 2ª, 3ª e 4ª gestão), Moisés Avelino (1ª gestão), bem como o Governo de Marcelo Miranda (1ª e 2ª gestão).

2.2. Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 1989 – 1991 e práticas dessa gestão.

Neste item, tomou-se os seguintes documentos: a Constituição Estadual do Tocantins, aprovada em 05 de outubro de 1989 (Título XIV – Da Educação: artigos 123 ao 136); à luz da LDB 9394/96, a Lei nº 1038, de 22 de dezembro de 1998 e a luta dos docentes, nos apontamentos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins – SINTET, no primeiro⁶⁹ governo do Estado do Tocantins.

No quadro 7 observa-se que nos dois primeiros anos de governo (1º mandato-1989/1991⁷⁰) se intercalaram três secretários de educação que se ativeram essencialmente à criação das delegacias regionais, bem como os polos educacionais e o Censo Educacional. Essas ações revelaram a dimensão da realidade do Estado, que ao ser criado, tinha 60 municípios e, em 2014, totaliza 139 municípios. Dados do IBGE (1991) demonstram que na criação do Estado havia uma população de 968.863 habitantes, desses 40% tinha entre 7 e 15 anos, eram aproximadamente 500.000 crianças em idade escolar, com um déficit educacional de 200.000 vagas. Frequentavam a escola de primeiro grau, 53.238 alunos, e no ensino do então 2º grau, eram 15.097 matrículas.

Diante dessa constatação, a Lei 1038/1998 que dispunha sobre o Sistema Estadual de Educação, em seu Artigo 37, estabelece: “As instituições que integram o Sistema Estadual de Educação obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participem os segmentos da instituição, da localidade e da região”. Percebe-se o que foi denominado de princípio da gestão democrática na primeira lei da educação e os marcos da responsabilidade da comunidade.

Considerando ainda, a Lei 1038/1998, no seu Capítulo II, - Das Competências da Secretaria da Educação e Cultura, observa-se: “IV - manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, a fim de obter cooperação técnica e financeira para

⁶⁹Siqueira Campos, nos primeiros anos à frente do Estado (1989-1991) fez também o uso do *slogan*: “Tocantins: 20 anos em 2”, uma referência à promover em dois anos um desenvolvimento acelerado, que faria o Tocantins avançar duas décadas à frente, como que uma alusão a J.K., na construção de Brasília.

⁷⁰ Por força de lei, o primeiro governador foi eleito para permanecer no cargo, por (2) anos, com vista a acompanhar os pleitos estaduais do País.

a modernização e expansão da educação”. No que se refere às competências da Secretaria, o que está posto, nesta lei, para a “modernização e expansão”, são acordos com organismos internacionais. O que se denota nesse texto é que a educação no Tocantins, nos termos legais, adota a simbiose entre organismos internacionais e Secretaria de Educação – Seduc, presentes nos primeiros documentos oficiais produzidos no novo Estado.

Para caracterizar a política e gestão desse governo, percorreu-se a história vivida pelos professores organizados no Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins – Sintet, que se constitui em 1989, pois até o ano de 1988, os trabalhadores em educação se organizavam no Centro de Professores de Goiás - CPG. A luta dos professores protagoniza, nas primeiras gestões estaduais, a história do Tocantins e da educação pública, entrelaçadas com o movimento docente. Corroborando Fernandes (1980), quando expressa que o movimento sindical demonstra, na prática, resistência e desobediência civil contra as práticas autoritárias e as imposições políticas.

Em janeiro de 1989, o Sintet teve a primeira audiência com o então Secretário de Educação, Leomar Quintanilha, e são apresentadas as reivindicações, das quais selecionamos aqui duas pautas: o Estatuto do Magistério e Eleições diretas para diretores nas escolas. “Apesar do fato de nossas gerações terem sofrido do capitalismo uma lavagem cerebral para acreditar que a vida é o que o dinheiro pode comprar, há mais nesse movimento do que pedidos de aumento de salário”. (Hobsbawm, 1984, p.379).

Em fevereiro de 1989, um mês depois, em audiência com governador Siqueira Campos, o Sindicato obteve o compromisso de atendimento de quase todas às reivindicações, exceto as eleições diretas para diretores das escolas. O Governador José Wilson Siqueira Campos manifestou dizendo que ele tinha o dever de político que era prometer, e, os docentes de acreditarem, se quisessem⁷¹. Caracteriza-se assim, o autoritarismo, que no dizer de Fernandes (1979) as relações autoritárias e de autoritarismo são típicas do capitalismo, residindo no Estado o “locus exclusivo ou principal da relação autoritária”. (p. 12). Não sendo o Estado uma instituição autônoma e que se explique por si mesma, pois é produto da sociedade, de acordo com Lenin (2007) “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes”. (p. 25).

⁷¹ Segundo o SINTET essa fala do governador: “evidenciou o que seria sua prática política de demagogia e desrespeito com a categoria”. www.sintet.org.br. Acesso em: 05 de setembro de 2014.

Assim, os marcos da luta estavam direcionados, e o Sintet, em dois anos de governo Siqueira Campos, protagonizou duas greves. Muito cedo, os trabalhadores em educação do Estado do Tocantins perceberam que “as greves fazem-nos ver que somente unidos podemos enfrentar e lutar contra os capitalistas; as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda classe e contra o governo autocrático e policial. [...]”. (Lenin, 1979, p.17). Era o sentimento dos professores, de um governo autoritário, que os movia, quando protagonizam a primeira greve em 1989, conseguindo também, a data de elaboração do Estatuto do Magistério.

A segunda greve ocorreu em 1990, em virtude de o governo ter enviado à Assembleia Legislativa uma medida provisória que criava o Regime Jurídico Único do serviço público estadual, sem discussão com os trabalhadores. Apesar da retirada da medida provisória e a promessa do governo de um novo plano com a participação dos servidores estaduais, o governo reenvia para a Assembleia Legislativa medida provisória contendo o Regime Jurídico Único, sem discussão com os profissionais da educação, para ser aprovado em caráter de "urgência urgentíssima". A medida foi aprovada, transformando-se na Lei nº 255/1990, que regulava o Estatuto do Servidor Público do Estado.

O primeiro mandato do governador concretiza-se no ano de 1990 e Siqueira Campos não conseguiu eleger o seu sucessor. Moisés Avelino (1991 a 1994) se elege com promessa de democracia, acompanhando o movimento nacional de abertura democrática, sob uma conjuntura nacional de combate à corrupção e abertura econômica: desnacionalização, privatização, desestatização e promessas de vantagens das Parcerias - Público - Privadas – PPP⁷².

2.3. Política e Gestão da Educação no Governo de Moisés Avelino - 1991 a 1995.

A campanha eleitoral do governo do Estado para o pleito de 1991 a 1995 foi polarizada pelas chapas: União do Tocantins - UT e Movimento de Salvação do Tocantins - MST⁷³. Os partidos apresentavam a educação pública como prioridade em seus discursos e planos de governo. Neste período, a gestão do governo de Moisés Avelino - indicou Ruy Rodrigues na secretaria de educação, apresentado no quadro 7.

⁷² Observa-se que desde a constituição do Estado, as Parceria Público Privadas – PPPs estavam presentes acompanhando o movimento nacional e internacional - uma das condicionantes do Banco Mundial, para a realização dos investimentos com os parceiros.

⁷³ Movimento de Salvação do Tocantins - MST (PMDB, PSDB, PDT, PRN e PC do B).

Nessa gestão,⁷⁴ acontece a implantação do planejamento participativo, a criação de Associação de Pais e Mestres, o Conselho Estadual de Educação e a luta dos docentes. Merece destaque também a aprovação do Estatuto do Magistério - Lei nº 351/92, que instituiu a carreira do magistério público estadual do ensino fundamental e médio. O estatuto estruturou a carreira do magistério, garantindo aos professores a progressão na profissão.

Logo nos primeiros meses, confirma-se a continuidade da gestão na forma de governar de Moisés Avelino, quando os professores reivindicam a elaboração do Estatuto do Magistério, e, realizaram outra greve⁷⁵ para que o Estatuto fosse aprovado na Assembleia Legislativa no ano de 1991 e sancionado no ano de 1992, pelo governador.

A segunda greve de professores ocorreu exigindo do governador ao cumprimento do estatuto, em fins de março de 1992, pois foi eleito com a perspectiva da gestão democrática, mas recorre à justiça e afirma a abusividade da greve⁷⁶. Entre as conquistas dessa greve estão: a criação da comissão de regulamentação do estatuto, a comissão de concurso público e o compromisso de eleições para diretores nas escolas, sobre este último, já havia se passado quatro anos, na metade da segunda gestão de Moisés Avelino, e a reivindicação continuava. As lições de LÊNIN (2007) dizem que onde o Estado está presente, os antagonismos de classes não podem ser objetivamente conciliados.

Em 1994, o Sindicato protagonizava a quinta greve, desde a criação do Estado, e, a mais longa, com 80 dias. Uma das principais reivindicações era o cumprimento total do Estatuto do Magistério e compromisso de negociação após a implantação do Plano Real.

A gestão apresenta como meta a implantação do planejamento participativo e a criação de Associação de Pais e Mestres. No âmbito estadual, ações como essas, poderiam ser atribuídas como um caráter democrático na gestão. Porém, se for contextualizado em âmbito nacional, constatar-se-á que essas ações foram capitaneadas pela União, na lógica da gestão descentralizada e de transferência para a escola, a responsabilidade com a educação. Isso se dá essencialmente, por meio dos recursos financeiros que a escola começou a administrar a partir da década de 1990, quando o Ministério da Educação passou a transferir recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, de acordo com o princípio da

⁷⁴No ano de 1994 foi assinado o 1º empréstimo do Estado do Tocantins com o Banco Mundial, denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins – PDRS, que será tratado no Capítulo 3.

⁷⁵ Primeira greve do governo Moisés Avelino, terceira greve protagonizada pela categoria.

⁷⁶ Pedido de abusividade da greve arquivado em 14/10/1992 no Tribunal Regional do Trabalho em Brasília – Distrito Federal - DF.

escola autônoma, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

A esse respeito, os estudos de Oliveira, Fonseca e Toschi (2005) elucidam que a desconcentração e autonomia, nessa nova ordem, são o carro chefe do Programa do governo federal denominado de Fundescola⁷⁷ que

“se respaldam na própria orientação da legislação educacional brasileira.” A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/96) propõe a organização do espaço físico e do trabalho pedagógico, a participação dos atores escolares e a integração entre escola e comunidade. (Oliveira; Fonseca; Toschi; 2005, p.129).

No Tocantins, o Fundescola se materializa por meio do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, especialmente no Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – PECGC, circunstanciado na gestão dos pleitos de 1995 a 2002. O Fundescola

compõe-se de diferentes projetos voltados para planejamento, adequação de prédios, equipamentos e mobiliários escolares e formação de professores. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) é seu projeto principal, visando à modernização da gestão e ao fortalecimento da autonomia da escola, mediante a adoção do modelo de planejamento estratégico, que se apóia na racionalização e na eficiência administrativa. Busca elevar o grau de conhecimento e o compromisso de diretores, professores e outros funcionários da escola com os resultados educacionais; melhorar as condições de ensino e estimular o acompanhamento dos pais na aprendizagem de seus filhos.

O programa provém de um acordo de financiamento entre o Banco Mundial e o MEC e destina-se às regiões mais pobres do Brasil (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), [...]. (Fonseca, 2003, p. 303).

De certa forma, a gestão se apoia na racionalização e eficiência, na lógica da nova gestão pública que se mostra, desde a concepção do Estado. E essas bases vão se aperfeiçoando e aprofundando-se nos anos seguintes.

Nesse contexto, o Conselho Estadual de Educação – CEE-TO⁷⁸ – foi instituído pela Lei nº 05, de 23 de janeiro de 1989 e; regulamentado pela Lei Complementar nº 08, de 11 de dezembro de 1995, nos termos do Art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins. Na teoria ele é um órgão normativo, consultivo, propositor, mobilizador e supervisor do Sistema

⁷⁷Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) é um programa federal criado em 1998, oriundo de um acordo de financiamento entre o Banco Mundial e o MEC, desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação dos estados envolvidos. A missão do programa é o desenvolvimento da gestão escolar, com vistas à melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental e à permanência das crianças nas escolas públicas, [...]. (Oliveira; Fonseca; Toschi; 2005, p. 128).

⁷⁸ O CEE foi criado pela Constituição Estadual (1989), somente em 1994, no último ano de governo de Moisés Avelino foi aprovada uma lei própria a partir de uma minuta preparada pelos membros do CEE. Antes desta data valia a legislação de Goiás. O CEE mesmo instituído em lei, no final de 1995, ficou (4) quatro meses sem atividades, sendo retomado apenas no mês de janeiro de 1996.

Estadual de Ensino e de assessoramento ao titular da pasta da Secretaria de Educação e Cultura.

2.3.1. O Conselho Estadual de Educação do Tocantins– 1989

O Conselho é um órgão vinculado à Secretaria Estadual da Educação e Cultura. Tem atribuições normativa, consultiva e fiscalizadora do Sistema Estadual de Ensino e de assessoria do Secretário de Estado da Educação e Cultura. Todos os pareceres e informações do CEE devem ser aprovados pelo titular da pasta. O Conselho⁷⁹ na sua regulamentação foi constituído como unidade orçamentária de despesa, ou seja, deveria ter recursos próprios para execução de suas atividades. Entretanto, para a execução de suas atividades, o CEE deve se apoiar na estrutura da Secretaria da Educação e Cultura.

No Conselho de Educação, órgão ligado diretamente ao governo do Estado e ao secretário de Educação, o presidente é escolhido pelo chefe do poder executivo. Percebe-se o CEE atrelado ao governo do estado e ao secretário de educação, comprometendo as atividades do órgão e, da educação como um todo. O CEE é mais um órgão do estado que tem composição e funcionamento regulamentado nos moldes do mando e da subserviência, que sobressaem o patrimonialismo e o autoritarismo, nas relações públicas, “o chefe como gestor de negócios”. (Faoro, 2012, p.837). Além de que, as ações desenvolvidas no Conselho estão também, atreladas as políticas nacionais.

Segundo Carvalho (2009) mesmo que a proposta de gestão educacional no Estado do Tocantins apresente características democráticas, a estrutura de organização da Seduc aponta para uma administração centralizada.

O próprio Conselho Estadual de Educação está diretamente subordinado ao Secretário de Educação e não possui autonomia para fiscalizar os atos da Seduc. Trata-se na verdade, de tipo de organização cartorial da administração que implica um modelo de instituição autoritária e centralizadora. A setorização de funções e atividades é organizada de forma piramidal e burocrática, dificultando a fluidez do processo de gestão. (Carvalho, 2009, p. 65).

Nesta gestão, o que se percebe, para além da continuidade dos primeiros anos de governo, o que se delineiam são aproximações entre políticas nacionais e internacionais, tendo na reforma do Estado e nos aparatos da globalização, sua justificativa. A educação ocupa lugar de destaque no discurso e prática da desconcentração e da gestão; autonomia da educação do Tocantins. Pois “a globalização neoliberal, hegemônica desde os anos 1980,

⁷⁹ O atual presidente do Conselho Estadual de Educação participa há mais de dez anos como membro, sendo funcionário cedido pela Assembleia Legislativa.

assentou na velha ideia de que os governos, todos os governos, deveriam deixar livre o caminho às grandes e eficientes empresas em seus esforços para competir no mercado mundial”. (Teodoro, 2011, p. 153).

Foi dada atribuição de poder às instituições escolares, na tônica da desconcentração e transferência de responsabilidades para as escolas públicas, a fim de reduzir o investimento do Estado em educação, com características do gerencialismo no espaço público e nas escolas públicas.

2.4. Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 1995 a 2002

O governo de José Wilson Siqueira Campos⁸⁰, nos anos de 1995 a 2002, permaneceu por duas gestões seguidas, sob o slogan “*O governo da livre iniciativa e da justiça social*”⁸¹ no poder executivo estadual. Nessas duas gestões, ocuparam a Secretaria de Educação, Nilmar Gavino Ruiz (1995 a 2000) e Maria Auxiliadora (Dorinha), entre 2000 e 2009.

Os documentos considerados nesse período foram: a Lei nº 1.360, de 31 de dezembro de 2002 no Programa Escola de Gestão Compartilhada - PEGC e excertos do Plano Estadual de Educação - PEETO (1997-2006), elaborado no auge da aprovação da LDB 9394/96, traduzem seguindo as reformas nacionais de Fernando Henrique Cardoso, em consonância com a ordem capitalista⁸², no Estado do Tocantins.

As ações do governo estadual Siqueira Campos (1995-2002) se dão no campo das tensões do arcaísmo oligárquico, entre centralização e descentralização, entre regional e nacional”, a “histórica tensão vinda das demandas e configuração do papel do estado sob a ideologia neoliberal”. (Krawczyk e Vieira, 2012, p. 58).

Assim, a análise desse período, considera essa realidade, complexa, histórica e constituída por múltiplas determinações: relações complexas que envolvem a educação e o

⁸⁰Registre-se que o Governador Siqueira Campos revoga a Lei que instituiu a carreira do magistério público estadual do ensino fundamental e médio, que havia sido aprovada no governo anterior.

⁸¹A “justiça social” dos governos de Siqueira Campos: o “*Estado da livre iniciativa e justiça social*” privatizou a Celtins, que era a empresa pública de energia elétrica. A energia fornecida por essa empresa está entre as mais caras do país, nesse Estado que é um dos grandes produtores de energia (Usinas Hidroelétricas em franca expansão). Vendeu a companhia de água e esgoto, a Saneatins. Os tocantinenses pagam pelo serviço de esgoto 80% sobre o valor consumido de água. Tratou os servidores em greve, como caso de polícia e, os militares mobilizados como um problema das forças armadas. Atacou os direitos dos servidores estaduais tornando suas condições de trabalho, salário, seguridade e plano de saúde precarizados. Disponível em: araguainanoticias.com.br. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

⁸²Sobre a reestruturação capitalista ver uma das obras clássicas: Mandel, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*, 1990 e Harvey, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, 2011.

caráter contraditório do gerencialismo nas relações que envolvem a escola na sociedade do capital.

A lógica do produtivismo, tem no gerenciamento da escola, o diretor e a comunidade opera nas mudanças no sistema de ensino, com ênfase na promessa de autonomia e processa as modificações, racionalizando os investimentos. O determinante nesse período foi a abertura para o capital privado⁸³.

Na década de 1990, os organismos internacionais tiveram a abertura para interferirem no País com a anuência e consentimento de parte dos governadores e parte dos empresários, que ocupavam o poder à época. Os estudos de Silva (1999) apontam que:

“[...] a intervenção das instituições financeiras internacionais nas políticas para a educação básica pública, advinda de anos anteriores e acelerada pelas circunstâncias internacionais das últimas décadas conta com o consentimento do governo federal [...] dos estaduais e das elites dirigentes para sua efetivação”. [...]. Essas políticas deliberadas e sistematizadas têm o propósito aparente de encaminhar o ajuste estrutural e as reformas institucionais dos países [...] colocando-os, em condições de participar do circuito modernizador vigente, mas dilaceram de forma irreparável a organização social dessas sociedades, particularmente das instituições educacionais. Acrescenta-se ainda, o estreitamento da margem de manobra dos governos nacionais, evidente na incapacidade para adotar políticas independentes de interesse nacional. (Silva, 1999, p. 99-100).

Nessa conjuntura, o Banco Mundial, segundo Frigotto e Ciavatta (2003), subscreveu as conclusões da Conferência Mundial de Educação para Todos e indica proposituras políticas para as décadas subsequentes a 1990 no documento *Prioridades y estrategias para la educación*, em 1995. O Banco Mundial atua com o discurso e ações para erradicar o analfabetismo, aumentar a eficácia do ensino e dar atenção ao atendimento escolar e questões da pobreza⁸⁴.

Para Frigotto e Ciavatta (2003), nessa esteira o Banco Mundial recomenda “a reforma do financiamento e da administração da educação, iniciando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos” (idem, p.99). Isso se dá com o

⁸³No Tocantins, foi privatizada em 1997 a única instituição de ensino superior pública à época, Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, que serviria de modelo para o País, nos moldes da Reforma Bresser Pereira. Registre-se que a Universidade Federal do Tocantins, só foi criada em 2000, com seu efetivo funcionamento em 2003, com o primeiro concurso para docentes. Sem espaço para novas privatizações, o governo e a livre iniciativa avança com a política de terceirização. É uma maneira de privatizar ao permitir a retirada ou diminuição do papel do Estado da gestão, de um setor com o qual tem obrigações constitucionais. Bresser Pereira (1996) na ótica neoliberal a terceirização.

⁸⁴ Os estudos dos autores Frigotto e Ciavatta (2003), Silva (1999; 2002), Fonseca (2011; 2013), Kruppa (2000) são unânimes ao fazer a crítica, no que se refere ao papel do Banco Mundial na educação básica.

estritamento de laços da educação profissional, com o setor produtivo, e, entre o setor público e privado na oferta de educação, a atenção aos resultados, a avaliação da aprendizagem e a descentralização da administração das políticas sociais.

Segundo Fonseca (2003), Scaff (2007) até a década de 1990 o Brasil tinha cinco projetos financiados pelo Banco Mundial para a educação. A partir daí o Banco amplia o seu leque de projetos com o Brasil e entre eles o Programa Fundescola⁸⁵ (Programa Fundo de Desenvolvimento da Escola) direcionado para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “Entre os projetos desenvolvidos na década de 1990, através do governo brasileiro e o Banco Mundial, o mais abrangente e que possui maior investimento é o Fundescola, cujo valor de empréstimo, incluindo a contrapartida do governo brasileiro, é de US\$ 1,3 bilhão”. (Scaff, 2007, p. 65).

A legislação brasileira no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, no Art. 60, define: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição”. Garantido em texto constitucional, os direitos sociais, são cumpridos, na mesma lei, também na perspectiva do ideário neoliberal inculcado pelos organismos internacionais.

O Estado do Tocantins também assume nos documentos e nas ações a lógica da economia em primeiro plano, no PEETO (1997-2006) e aponta como necessidade a resolução dos problemas educacionais do Estado com a concentração, a sistematização, o acompanhamento e o rígido controle e avaliação da educação. Adota-se a postura de que o crescimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento social, já que possibilita a execução de programas e ações para o avanço das sociedades.

A educação básica pública, em meio às políticas sociais, são parte da sustentação do crescimento econômico, traduzidas nas políticas orientadas pela lógica do mercado e

⁸⁵Fundescola – O Fundo de Fortalecimento da Escola (1995) é um programa do FNDE realizado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com financiamento do Banco Mundial e do Tesouro Nacional. O objetivo do programa é promover a eficácia, eficiência e equidade no ensino fundamental público das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio da oferta de serviços, produtos e assistência técnico-financeira inovadores e de qualidade, que focalizam o processo de ensino-aprendizagem e as práticas gerenciais das escolas e secretarias de Educação. www.fnde.gov.br. Acesso em: 20 de julho de 2015. O programa inicia em 1998 último ano de governo de Fernando Henrique Cardoso e que os governos Lula e Dilma dão continuidade e aperfeiçoam o Programa, realizado com a supervisão do Banco Mundial. Sobre o Fundescola reforça-se ver os estudos de Fonseca (2003); Oliveira; Fonseca; Toschi (2005), Scaff (2007).

preconizadas pelos organismos internacionais. As políticas sociais, nessa lógica empreendedora dependem de quando a economia for forte, ou seja, 1) os avanços da economia indicam o tipo de formação escolar necessária e 2) constituem em rede internacional, corporações e empresários que exigem espaço para ampliação dos ganhos do capital na educação básica pública.

Na reforma do Estado, tratada por Peroni (2013), o trinômio é a privatização, a publicização e a terceirização, e em Behring e Boschetti (2011), constata-se:

“a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tencionada: pelas estratégias de extração de super lucros, em que se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários; pela super capitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência; [...]”. (Behring e Boschetti, 2011, p. 155).

Assim, Behring e Boschetti (2011) apresentam que também prevalece o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais que é a privatização, focalização e a descentralização. As autoras, sobre a descentralização, dizem que:

“[...] estabelecida não como partilhamento de poder entre esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da ‘reforma’ e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social”. (Behring e Boschetti, 2011, p. 156).

Sob a ótica neoliberal a descentralização, a avaliação e regulação referindo-se especificamente ao Banco Mundial diz que ele “está determinado a induzir os sistemas de educação à descentralização. [...] espera-se da descentralização, que em cada distrito ou estabelecimento sejam adotadas, com melhor conhecimento das condições locais, as combinações de insumos educativos mais eficientes [...]”. (Coraggio, 2009, p.100).

Neste sentido Neto e Rodriguez (2007) reafirmam que a descentralização guia-se por uma lógica de redução de gastos com a educação, por outro lado, reforça-se uma centralização. Os autores alertam que é por meio de três ações fundamentais: “a fixação de objetivos e prioridades regionais; a avaliação dos resultados; e a compensação das diferenças resultantes do processo de descentralização. [...] cria-se uma aparente e relativa autonomia; por outro, adotam-se fortes mecanismos de controle”. (p.15). Os autores evidenciam que a descentralização contempla as questões administrativas e financeiras, porém, deixa de fora os aspectos curriculares e pedagógicos.

Confirmado por Peroni (2003), Dalva; Souza (2009), Castro (2007) que as reformas educativas desenhadas nesse período, mostram os movimentos de descentralização,

desconcentração e centralização, com a educação como um valor, e, mercado para comércio e consumo. Nessa lógica, as orientações dos organismos internacionais se apresentam como a alternativa aos recursos para a educação, cuja regra são a desregulamentação e competitividade, como meios para livre jogo do mercado.

Essas reformas, vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do zigzag ou do pêndulo. Nessas metáforas “o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; [...] e o vaivém que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional. (Saviani, 2008, p.9).

2.4.1. Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

Nesta lógica a Lei nº 1.360 de 31/12/2002⁸⁶, no Capítulo VI, do Artigo 79, Da Gestão Democrática do Ensino Público, percebe-se no parágrafo segundo, a criação do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, instituído em Lei.

Art. 79. As escolas mantidas pelo Poder Público Estadual obedecem ao princípio de gestão democrática do ensino público, assegurada a participação de Associações de Apoio integradas por professores, pais, alunos e demais servidores da Unidade Escolar.

§ 1º. A Associação de Apoio às Escolas de que trata este artigo tem poder deliberativo e obedece a estatuto próprio.

§ 2º. É criado na Secretaria de Educação e Cultura o programa “Escola Comunitária de Gestão Compartilhada”, com vistas ao fortalecimento do processo de autonomia da escola e à gestão democrática do ensino público e à descentralização de recursos.

§ 3º. O Programa efetiva-se com a criação da Associação de Apoio à Escola, constituída por uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal, um Conselho Educacional e Comunitário, integrados por representantes das comunidades escolar e local.

§ 4º. “[...]”.

§ 5º. Os recursos repassados são destinados à manutenção das Unidades Escolares e ao suporte de suas ações pedagógicas.

§ 6º. São fontes de financiamento do Programa o Tesouro Estadual e o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, na conformidade do Plano Plurianual, mediante subvenção social e auxílios. (Lei Estadual/TO, nº 1.360/2002).

O parágrafo quarto da Lei nº 1.360/2002 foi revogado pela Lei Estadual nº 1616, de 13/10/2005, Lei que regulamentou o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – PECGC, que será discutida no próximo item, na gestão do governador Marcelo Miranda, para efeito didático, já que a aprovação se dá naquela gestão.

⁸⁶ Na gestão de Maria Auxiliadora, não só teve continuidade, bem como, foi instituída como Lei, com uma sensível diferença no nome do programa, de “Autônoma” para “Comunitária”.

O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada estabelece os seguintes objetivos: melhorar a qualidade de ensino, estimulando a capacitação dos docentes e aquisição de recursos pedagógicos de acordo com as suas necessidades; fortalecer o trabalho coletivo e a participação das comunidades escolares e locais nas decisões da escola, possibilitando a autonomia no seu gerenciamento e tendo como foco as suas reais necessidades; estimular a busca da autonomia e da identidade da escola, incentivando-a na construção do seu projeto político pedagógico e no seu projeto de aprendizagem; utilizar os recursos financeiros com base nas prioridades estabelecidas, coletivamente, pela comunidade escolar.

A participação das unidades escolares junto ao Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada se efetiva a partir da criação da Associação de Apoio a Escola, formada por membros da comunidade escolar (pais, profissionais da educação, alunos e comunidade geral). A sua composição é constituída por uma diretoria executiva, um conselho educacional e comunitário e um conselho fiscal. O Programa, atende aos alunos matriculados do ensino fundamental ao ensino médio da rede estadual de ensino.

Na apresentação do Programa, ocorre a mudança do nome de *Autônoma* para *Comunitária*, já que com a nova reconfiguração, faz-se necessário a participação efetiva da comunidade se responsabilizando pela gestão da escola. Assim, estudos de Santos (2009), sobre o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, apresenta as possibilidades oferecidas pelo PECGC divididas em três eixos: gerenciamento da prática pedagógica e participativa, gestão administrativa e de pessoas e gestão financeira e de recursos físicos. Quanto ao gerenciamento da prática pedagógica e participativa:

a) construir o Projeto Político Pedagógico e, através dele, conquistar e exercer a necessária autonomia; b) criar órgãos colegiados, como instâncias democráticas de caráter consultivo e/ou deliberativo nas tomadas de decisões da gestão; c) estabelecer as estratégias pedagógicas de acordo com o espaço físico e os instrumentos de que dispõe; d) elaborar e atualizar o currículo que atenda as necessidades de acordo com as peculiaridades do contexto no qual está inserida, tendo como parâmetro o Referencial Curricular da Secretaria, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como a evolução da sociedade, ciência, tecnologia e cultura; e) planejar a avaliação das práticas educacionais, de forma participativa, organizada e sistemática, envolvendo os órgãos colegiados, os professores, funcionários, pais e alunos; f) promover parcerias com entidades, empresas, profissionais e instituições diversas. (Santos, 2009, p. 15-16).

Para a gestão administrativa e de pessoas, o que se apresenta como possibilidades oferecidas pelo Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada são:

a) organizar adequadamente o espaço físico, o material pedagógico e o material humano disponível; b) criar a Associação de Apoio como unidade executora, com a finalidade de receber e aplicar recursos, firmar convênios e fazer parcerias; c) organizar, conforme a sua classificação modular, o quadro de professores e servidores, respeitando a área de habilitação o cargo e a função de cada um deles, [...]; d) promover na escola ações de formação continuada e em serviço, para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como para elevar a motivação e a autoestima dos profissionais; e) promover, regularmente, a integração entre os profissionais da escola, pais e alunos, visando a articulação de suas ações, à unidade de propósitos e de concepção educacional; f) promover dinâmicas e ações para desenvolver equipes e lideranças, mediar conflitos e favorecer a organização dos segmentos escolares, em um clima de compromisso ético e solidário; g) promover práticas de valorização e reconhecimento do trabalho e esforço dos professores e funcionários, no sentido de reforçar ações voltadas para melhoria da qualidade de ensino. (Santos, 2009, p. 16).

O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada quanto ao gerenciamento das práticas financeiras e de recursos físicos diz respeito a:

a) planejar as aplicações dos recursos financeiros, levando em conta as necessidades da proposta pedagógica, os princípios da gestão pública e a prestação de contas; b) promover a manutenção e utilização apropriada das instalações, dos equipamentos e dos materiais pedagógicos existentes para implementação da proposta; c) buscar formas alternativas para criar e obter recursos, espaços e materiais complementares para a melhoria de sua realização; d) disponibilizar o espaço da escola, nos fins de semana e período de férias, para o desenvolvimento de atividades que congreguem a comunidade local, de modo a garantir a maximização de seu uso e socialização de seus bens. (Santos, 2009, p. 16).

Os eixos da gestão do Programa dizem otimizar a vida das unidades escolares, com vista a abranger a escola em todas as suas faces, articulado de forma a fazer o gerenciamento da escola. A cada ano é publicado o cálculo do montante dos repasses. Por exemplo, no ano de 2015, foi realizado no mês de fevereiro, com base no número de alunos apresentados no Censo 2014. No entanto, quando a Unidade Escolar apresenta variação de número de alunos matriculados, no exercício vigente, no SGE (Sistema de Gerenciamento Escolar), em relação ao censo escolar do ano anterior, haverá adequação dos valores, observando a disponibilidade orçamentário-financeira.

A manutenção das Unidades Escolares se dá por meio do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, que repassa os recursos financeiros às Associações de Apoio as Escolas, em dez parcelas. Assim, as transferências são efetuadas a partir dos valores estabelecidos para cada Unidade Executora, no momento de elaboração do Cronograma de Desembolso anual, contendo os valores das parcelas a serem repassadas, e disponibilizado às escolas. Trata-se de um processo gerencial de planejamento, coordenado pela liderança da escola, com o apoio da Superintendência de Administração, Infraestrutura e Finanças, Diretoria Financeira e a Gerência de Convênios e Contratos.

Experiências indicam que assegurar a gestão democrática e que todos participem nas decisões tomadas na escola, tem seus limites, pois “a adoção de práticas participativas não está livre de servir a manipulação das pessoas, as quais podem ser induzidas a pensar que estão participando. [...] A participação não pode servir para respaldar decisões previamente definidas [...]”. (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2009, p. 335-336).

Nesta direção, a comunidade ainda assume a responsabilidade de gerir dinheiro, segundo a Secretaria de Educação e Cultura do TO: “incentivando campanhas com a participação dos alunos e da comunidade em geral, ou atuando na criação de caixa escolar, em que, os alunos que tem condições financeiras contribuirão com uma taxa mínima para a manutenção da escola, [...]”. (Seduc, 2005, p.7). A Seduc prevê, ainda, firmar convênios com órgãos governamentais e não governamentais. Ressalte-se, que está previsto na Lei nº 1.360/2002, a que, “doações e colaborações são bem acolhidas pela escola”.

A esse respeito, às pesquisas de Gewirtz e Ball (2011) apresentam que o novo gerencialismo ou o novo gerente da educação “ênfatisa os propósitos instrumentais de escolarização – aumentando padrões e desempenhos conforme mensurados pela avaliação dos resultados, nível de frequência [...] e está frequentemente articulado a um vocabulário da empresa, excelência, qualidade e eficiência”. (Gewirtz e Ball, 2011, p.199). Elementos identificados nas políticas implantadas no Tocantins demonstram práticas de gerencialismo e empreendedorismo na educação, materializadas no PECGC. Vejamos.

A gestão democrática e o envolvimento de todos na escola, depende do diretor, responsável pelos recursos destinados a escola. Um dos fatores determinantes é a figura do diretor que ocupa lugar de destaque na estrutura do ensino público, fazem o elo da comunidade escolar e local e, também, com a rede que compõe o sistema de ensino. Gewirtz e Ball (2011) confirmam que nessa lógica gerencialista, os diretores são mais importantes como principais condutores das políticas nas instituições. Na filosofia do PECGC está

a convocação para uma maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares. Tal participação vista, sobretudo, como uma condição que facilita o desempenho da escola como instituição (mais que como um fator de correção e como uma relação de mútuo benefício entre escola/família e escola/comunidade), refere-se a três âmbitos: a) contribuição econômica para a sustentação da infraestrutura escolar; b) os critérios de seleção da escola; e c) um maior envolvimento na gestão escolar. A noção de ‘participação’ (da família, da comunidade) na educação está cada vez mais fortemente contaminada pelo aspecto econômico. (Torres, 2009, p. 136-137).

Assim, o que está proposto no PECGC, além do envolvimento da escola, da família, com o forte apelo ao viés econômico, está à descentralização de recursos financeiros, o

caminho para a que a escola atinja a autonomia. No Programa em análise, percebe-se a presença das orientações do Banco Mundial, que segundo Tommasi (2009) o Banco direciona a escola como que fosse orientada para produtividade do sistema, ao reescrever parâmetros de custos/benefícios, a descentralização, o fortalecimento da autonomia da escola, e ênfase em ‘insumos’ pedagógicos, absorvendo valores do mercado também na competição entre as escolas e entre os professores.

A gestão escolar, nesse processo, tornou-se o elemento estruturante das ações realizadas na escola. No ano de 2002, a Seduc implementou uma premiação estadual, o Prêmio Escola Comunitária, que avalia as dimensões: administrativa, pedagógica, financeira, jurídica e a gestão e fomenta a competição entre as escolas. A direção das escolas que devem trabalhar em prol de resultados e indicadores e se destacar no Prêmio Gestão Escolar⁸⁷. Também como agravante nas estratégias do Banco Mundial “as prescrições e as medidas são de enfraquecimento das instituições escolares e acadêmicas, de desqualificação do ensino e de seus profissionais [...]” (Silva, 1999, p. 210).

Dessa forma, a presença e atuação do Banco nas políticas de educação básica pública do Estado de Tocantins apresenta-se em nome da qualidade de ensino, por meio de Associação de Pais e Mestres, no Programa como o da Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, na lógica do capital, descentralizando a gestão, e, responsabilizando as escolas pelos resultados. Contudo, a centralização das decisões fica com a Secretaria de Educação que conduz o processo, com aparência de gestão democrática e, essencialmente voltada para a economia da educação, de fazer mais, com menos, cortando os gastos públicos e aumentando a parcela de contribuição da sociedade, na responsabilidade de que:

“a melhoria da educação básica é compromisso de todos e só se dá com o envolvimento de toda a sociedade é recorrente nas políticas educacionais a partir dos anos 1990. O apelo ao compromisso social para com a melhoria da educação básica é fundado na noção de que a educação é responsabilidade da família e dos indivíduos e que a escola pública necessita do apoio de todos os segmentos para cumprir seu papel de educar. “Esse argumento recorrente é bastante retórico no sentido que insiste em um discurso que evoca práticas de envolvimento e responsabilização social – como se estivesse nas mãos de cada indivíduo, em particular, melhorar o mundo, melhorando a educação [...]”. (Oliveira; Toschi, 2009, p. 207).

⁸⁷Além dos Fóruns no âmbito do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, as escolas de Tocantins são “incentivadas” a participar do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar. Trata-se de uma iniciativa conjunta do Consed, da Undime, da Unesco e da Fundação Roberto Marinho que, desde 1998, premia as melhores práticas de gestão e de melhoria do ensino em escolas de educação básica.

Assim, envolver todos, fazendo-os acreditar que com sua participação a escola seria fortalecida e com o discurso da autonomia, cria-se um simulacro de gestão democrática do ensino público. E assim, imprime-se a descentralização de recursos, gerida pelas Associações de Apoio às Unidades Escolares - AAEs criadas em todas as escolas da rede oficial de ensino, exceto nas escolas indígenas, em que as associações ficaram sediadas nas Diretorias Regionais. O imperativo é simular a elevação do poder do diretor, que convoca a comunidade a prestar serviços voluntários contando com a experiência da população nos serviços de limpeza e reparos na escola de pintor, eletricista, encanador, entre outros.

Outra ação com vista a que se cumpra o Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada foi à confecção de um *Manual de Gestão de Recursos Públicos* realizado pela Seduc, para as Associações, a fim de que os gestores escolares norteassem os procedimentos de gestão, observando as normas e princípios legais, dentre os quais, o de prestar contas das ações realizadas à sociedade e aos órgãos financiadores.

O manual de Gestão de Recursos Públicos, vem acompanhado de uma série de fichas e relatórios que devem ser preenchidos pelas escolas públicas. O que se percebe é a gestão alinhada com as políticas nacionais e internacionais, e o governo estadual, por meio do secretário de educação, implanta na secretaria de Educação a política articulada em âmbito federal, orientada na lógica do BM, segundo a qual, a escola necessita de maior autonomia, flexibilidade e descentralização, e conformação das leis da economia.

As estratégias adotadas no formato empresarial materializam-se nas escolas públicas, via diretores, as novas exigências, dessa re-configuração do capital. O secretário de educação, bem como os diretores das escolas são *muito importantes*, porque o secretário de Educação estabelece as normas alinhadas com as políticas federais, propõe aos diretores Regionais e, são eles, que repassam aos diretores de cada unidade escolar. O propósito é criar uma cadeia similar ao mundo empresarial, ordenada e hierarquizada.

Os diretores das unidades são os responsáveis pela implantação em cada escola pública, com o respaldo das Associações que passaram a ter papel central, sobretudo nas ações de cunho manual e operacional. O que chega para a escola é os manuais de instruções de como realizar as tarefas que deverão ser cumpridas, centradas na gestão do diretor, pois,

já foram elaboradas pela Secretaria de educação, inclusive com a presença de técnicos e consultores, outros organismos e setores. À escola cumpre executar as tarefas⁸⁸.

Observa-se também que a Lei nº 1038/1998, aprovada no primeiro ano de governo de Siqueira Campos foi revogada pela Lei nº 1.360, de 31/12/2002. No entanto, o texto da Lei de 1998 foi transposto literalmente para o documento do ano de 2002, referindo-se as Competências da Secretaria da Educação e Cultura, como se constata no inciso VIII: “manter intercâmbio com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, a fim de obter cooperação técnica e financeira para a modernização e expansão da educação”. Assume-se na Lei a cooperação técnica dos organismos internacionais, o Banco Mundial, amparado legalmente para a definição de políticas, desde os primeiros documentos produzidos para a educação básica no Estado do Tocantins.

Note-se, que o período analisado, a gestão do governo estadual de Siqueira Campos, como mencionado anteriormente, coincide com o governo de Fernando Henrique Cardoso dos anos de 1995 a 2002, no que Fonseca (2013) atesta que “a obrigação constitucional de elaborar os planos plurianuais de governo (PPAs)”, (p.93) iniciam no governo de Fernando Collor de Mello e perduraram nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Em que a tônica foi à reforma do Estado, com o amparo dos organismos internacionais. O governo federal por meio Decreto nº 2.829/10/1998 para Fonseca (2013) “deu base legal para a organização de todas as ações de governo em um conjunto de programas com gerenciamento intensivo para produzir resultados e reduzir custos (conhecido como choque de gestão)”. (idem, p.93).

A implantação das reformas no País se plantava e se fez sentir no Estado do Tocantins, perdurando para outras gestões como uma continuidade no *modus operandi* de governar, prova disso constata-se a Lei nº 1360/2002 foi assinada no último dia do Governo Siqueira Campos e o Anexo único dessa Lei nº 1.360, de 31 de dezembro de 2002, dá ênfase especial ao Planejamento Estratégico⁸⁹ assinado pela Secretária de Educação e Cultura Maria Auxiliadora Seabra Rezende, que continua a gestão até o ano de 2009.

⁸⁸ Sobre o tema ler ainda: *Implicações do modelo gerencialista racional na verificação do desempenho dos alunos e da escola pública*. (Silva, 2014).

⁸⁹ Por ocasião dos 50 anos do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA o Instituto lança a coleção Pensamento Estratégico, Planejamento Governamental & Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo. A obra apresenta, conexão entre as transformações da administração pública no Brasil no período recente com os temas do desenvolvimento e do planejamento e, desses, com o desenho e a implementação das políticas públicas. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acessado em: 15 de março de 2016.

O Planejamento Estratégico identifica valores, analisa o desempenho da educação, passado e presente, e a execução dos procedimentos dos órgãos gestores, bem assim suas relações internas e externas.

Neste contexto, a participação coletiva favorece a análise da situação de todos os setores da Educação, feita com base em fatos e dados, a fim de definir a visão de futuro. A partir desta identificação, análise e definição, os dirigentes dos órgãos têm condições de determinar a missão. Desta forma, passam a desenvolver processos e estabelecer o envolvimento de cada um.

O Planejamento Estratégico, então, [...] será desenvolvido até o ano de 2007, em consonância com o Plano Estadual de Educação, os quais concretizarão a visão de futuro da Educação no Estado. (Diário Oficial nº 1.347, Anexo Único, Lei nº 1.360/2002, p. 30-31).

Nesse período, percebe-se que o planejamento estratégico⁹⁰ foi publicado em Lei no último dia do governo de Siqueira Campos e cumprido no governo de Marcelo Miranda, tendo, na Secretária de Educação o elo de um planejamento estratégico que foi incorporado no discurso do próximo governador.

Efetivamente, o Estado é um terreno de tensões e disputas demonstrados aqui nas experiências do governo federal, com a avidez dos governos do Estado, na perspectiva de financiamentos, em todas as três esferas do ensino. A educação, nessa nova configuração, expressa as disputas e tensões entre o caráter de direito social e, ao mesmo tempo, sob a lógica da racionalidade econômica da gestão gerencial, os interesses de grupos supranacionais de torná-la objeto comercializável.

A escola pública é de certa forma, vista como similar à empresa, tendo em sua composição o gerente, o individualismo, cliente e consumidor e, ainda, os alunos e pais, parceiros. É o que continuaremos a constatar na gestão do Governador Marcelo Miranda e da Secretária de Educação, Maria Auxiliadora. Neste processo se evidenciam as contradições nas práticas da escola pública, que ao pensar e elaborar a partir de sua realidade, mas ao mesmo tempo torna-se executora do que já vem pronto, com foco essencialmente, na figura do diretor e na responsabilização da comunidade local.

⁹⁰«Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) Consiste no processo gerencial desenvolvido pela secretaria de educação [...]. Ao realizá-lo, a secretaria analisa seu desempenho, processos, relações internas e externas, condições de funcionamento e resultados. [...] promove o fortalecimento institucional da secretaria visando à melhoria da gestão da escola e do desempenho do aluno. Disponível em: portal.mec.gov.br: Acessado em: 20 de julho de 2015.

2.5. Política e Gestão da Educação no Governo Marcelo Miranda - 2003 a 2009 e Carlos Henrique Amorim - 2009 a 2010.

A gestão de Marcelo Miranda⁹¹ foi analisada a partir do Planejamento Estratégico da Secretaria - PES – 2003; a Lei nº 1859/2007 que institui o Plano Estadual de Educação – PEE (2006-2015) e a Lei nº 1616, de 13/10/2005, que regulamentou o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada e Lei 2.139/2009 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação de Ensino e adota outras providências, busca-se analisar a gestão e o gerencialismo no sistema e na escola. Assim, percebe-se, como as múltiplas determinações econômicas e políticas complementam o desvelar o gerencialismo⁹², seja no Progestão, no Todos pela Educação e na eleição para diretores das escolas.

2.5.1. O Planejamento Estratégico – Seduc – PES - Marcelo Miranda.

O governo Marcelo Miranda se elegeu, em 2003, com proposta para a educação básica pública dividida em três eixos: autonomia da escola, correção do fluxo escolar e formação de profissionais de educação.

Nossas ações são direcionadas visando à melhoria da qualidade da educação, partindo do pressuposto de que só com professores capacitados e alunos inseridos na escola - independente do poder aquisitivo ou localização geográfica - teremos cidadãos bem formados para a vida. A educação no Tocantins é vista em toda a sua totalidade. O trabalho é feito de forma planejada. Para tanto, foi elaborado o Planejamento Estratégico da Secretaria, o PES, que dentre seus objetivos, estão à promoção da profissionalização e valorização dos profissionais da educação; a reestruturação, modernização e consolidação da gestão; e a implantação de um programa permanente de avaliação, melhorando, sobremaneira, o desempenho do Sistema Estadual de Ensino. (Miranda, 2003⁹³).

Segundo o documento “Planejamento Estratégico da Secretaria – PES (2002)”, a escolha do modelo de gestão da Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins é resultado do PES, implantado a partir de 2003, anexo da Lei 1360, aprovado em 31 de dezembro de 2002, com o apoio do Fundescola (1998) na gestão do Governador Moisés Avelino. No Planejamento Estratégico da Secretaria (2002), o Plano de Metas, compõe-se de objetivos, estratégias e metas, como pode ser constatado no quadro 8

⁹¹No ano de 2004, foi assinado o 2º empréstimo do Estado do Tocantins com o Banco Mundial, denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins – PDRS, que será tratado no capítulo 3.

⁹² Sobre o tema ler ainda: *Implicações do modelo gerencialista racional na verificação do desempenho dos alunos e da escola pública*. (Silva, 2014).

⁹³Revista Cidades do Brasil, nº 43, agosto de 2003, aproximadamente 8 meses após a posse. Disponível também em: <http://.cidadesdobrasil.com.br>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

Quadro 8 - Plano de Metas – Secretaria de Educação – TO: 2002-2009

OBJETIVO	ESTRATÉGIAS/ METAS
<p>Melhorar o Desempenho do Sistema Estadual de Ensino.</p>	<p>1.1. PROMOVER A REORGANIZAÇÃO CURRICULAR</p> <p>1.1.1. Reorganizar e implementar o currículo de 1ª a 4ª série em todas as escolas.</p> <p>1.1.2. Reorganizar e implementar o currículo de 5ª a 8ª série em todas as escolas.</p> <p>1.1.3. Reorganizar e implementar o currículo da EJA</p> <p>1.1.4. Promover a criação de um instrumento padrão que norteará a elaboração da proposta pedagógica, bem como implementá-lo em todas as escolas.</p> <p>1.2 FORTALECER E AMPLIAR OS PROGRAMAS DE CORREÇÃO DE FLUXO E DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.</p> <p>1.2.1. Atingir o índice de 90% de aprovação na 1ª série do Ensino Fundamental até o ano de 2007.</p> <p>1.2.2. Atingir o índice de 90% de aprovação na 5ª série do Ensino Fundamental até o ano de 2007.</p> <p>1.2.3. Reduzir em 53% o abandono na escola dos alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental até o ano de 2005.</p> <p>1.2.4. Reduzir em 61% o abandono na escola dos alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental até o ano de 2006.</p> <p>1.2.5. Reduzir em 32% o abandono na escola dos alunos da EJA (1º Segmento) até o ano de 2007.</p> <p>1.2.6. Reduzir em 25% o abandono na escola dos alunos da EJA (2º Segmento) até o ano de 2007.</p> <p>1.2.7. Reduzir em 50% a distorção idade de 1ª a 4ª série no Ensino Fundamental até o ano de 2007.</p> <p>1.2.8. Reduzir em 35% a distorção idade/série de 5ª a 8ª série no Ensino Fundamental até o ano de 2007.</p> <p>1.2.9. Reduzir em 30% a distorção idade/série no Ensino Médio até o ano de 2007.</p> <p>1.2.10. Alfabetizar 15.000 pessoas anualmente até 2007.</p>
<p>Promover a Profissionalização, Responsabilização e Valorização dos Profissionais da Educação</p>	<p>2.1 IMPLANTAR POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PESSOAL</p> <p>2.1.1. Criar e implementar um programa de formação continuada na área Gerencial da SEDUC e para atender 100% dos profissionais da Educação</p> <p>2.1.2. Ampliar o programa de formação inicial, em nível superior.</p> <p>2.1.3. Reestruturar o plano de carreira</p>
OBJETIVO	ESTRATÉGIAS/ METAS
<p>Reestruturar, Modernizar e Consolidar a Gestão</p>	<p>3.1 MODERNIZAR AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS</p> <p>3.1.1. Mapear 100% dos Macro-processos e normatizar todas as rotinas</p> <p>3.1.2. Criar e implantar um sistema de gerenciamento de dados.</p> <p>3.1.3. Reestruturar o organograma da Secretaria.</p> <p>3.1.4. Criar um documento formal definindo o perfil técnico dos servidores da Secretaria da Educação e Cultura.</p> <p>3.1.5. Criar o regimento interno da SEDUC.</p> <p>3.2 IMPLANTAR UMA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO DA SEDUC.</p> <p>3.2.1. Criar e implantar um sistema integrado de comunicação.</p> <p>3.3 FORTALECER FOCO NA ESCOLA</p> <p>3.3.1. Elaborar e implantar os padrões mínimos de funcionamento das escolas da Rede Estadual.</p>
	<p>4.1 ESTRUTURAR PLANO DE AVALIAÇÃO</p> <p>4.1.1. Implantar um sistema permanente de avaliação da aprendizagem em 100% das escolas.</p> <p>4.1.2. Implantar um sistema permanente de avaliação de desempenho dos servidores da SEDUC por segmento.</p>

Implantar Programa Permanente de Avaliação	4.1.3. Implantar um sistema permanente de avaliação das escolas. 4.1.4. Implantar um sistema permanente de avaliação Institucional da SEDUC/DRE's. 4.1.5 Elaborar e Implementar uma Proposta de Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem em 100% das Unidades Escolares. 4.1.6. Criar e implementar mecanismo de monitoramento da qualidade e resultados das avaliações.
---	--

Fonte: Diário Oficial nº 1.347, Anexo Único, Lei nº 1.360/2002.

Como explicitado por Miranda (2003), o PES preconiza a melhoria dos índices de distorção idade-série, a evasão, a repetência e a melhora dos que abandonam a escola, além de contribuir para a otimização dos recursos, sejam eles: materiais, financeiros ou humanos. Assim, instituí o Grupo Estadual de Sistematização, instância consultiva e deliberativa como atribuições: planejar, executar, acompanhar, apoiar e avaliar a gestão da Seduc.

A visão estratégica da Seduc firmado em Lei pauta-se nos valores de: eficiência e eficácia na oferta e nos resultados dos serviços educacionais; compromisso e transparência na gestão pública democrática e uso correto dos recursos; ações inovadoras e ágeis frente aos desafios e integração e articulação nos processos organizacionais. (Anexo Único, Lei nº 1.360/2002). Desta forma, a preocupação com resultados reflete-se na visão estratégica, da eficiência e eficácia na oferta e nos resultados dos serviços educacionais, que prevê ações inovadoras e rápidas para fazer frente aos novos desafios e a importância da integração e articulação nos processos organizacionais.

Na Lei 1360/2002, a missão é garantir a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica, assegurando a gestão democrática e a inovação educacional. Nos objetivos estratégicos: 1 – Melhorar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino; 2 – Promover a profissionalização, a responsabilização e a valorização dos profissionais da educação; 3 - Reestruturar, modernizar e consolidar a gestão e 4 - Implantar programa permanente de avaliação.

Nesta conjuntura, em abril de 2007, Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, simultaneamente à promulgação do Decreto nº 6.094, dispondo sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação⁹⁴. O PDE

⁹⁴O Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” é um programa estratégico do PDE. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. A partir da adesão a esse Plano, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), que é o planejamento multidimensional da política de educação que devem fazer para um período de quatro anos (2008-2011). O PAR é coordenado pela secretaria de educação municipal e estadual elaborado com a colaboração dos gestores e comunidade local.

sustenta-se em seis pilares: 1) visão sistêmica da educação; 2) territorialidade; 3) desenvolvimento; 4) regime de colaboração; 5) responsabilização; e 6) mobilização social.

Ao aderir ao PDE – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, Estados e Municípios tinham que realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local a partir das dimensões: (1) gestão educacional; (2) formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; (3) práticas pedagógicas e avaliação; e (4) infraestrutura e recursos pedagógicos. A partir desse diagnóstico, um conjunto de ações, denominado de Plano de Ações Articuladas (PAR), tornou-se o instrumento sistêmico viabilizador da política.

Assim, observa-se que os técnicos externos passam a compor tanto no planejamento quanto na gestão do setor público. “No Brasil, a recomposição do bloco de poder que entrou em crise no final da ditadura civil-militar vem sendo liderada pelo setor financeiro, a fração burguesa mais poderosa no capitalismo e, [...] o principal sustentáculo do Estado-Maior da alta burguesia”. (Evangelista e Leher, 2012, p. 6).

Os autores revelam que o empresariado nacional, se une, capitaneados pelo Itaú Unibanco Holdings S.A., associadas à Confederação Nacional da Indústria – CNI, Grupo de Institutos Fundações e Empresas – GIFE e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

A convocatória da holding financeira partiu da constatação de que as corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinentes, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção ‘de classe’ na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos. Os setores dominantes, após a articulação política dos grupos econômicos em prol do movimento, passaram a atuar por meio de suas fundações privadas ou de suas Organizações Sociais, como Itaú-Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, Victor Civita, Abril, Bunge, Dpaschoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outras. [...]. Embora o Todos pela Educação seja formalmente uma iniciativa de classe, autônoma em relação ao Estado e ao governo, somente pode cumprir seus objetivos operando por meio dos governos e, por isso, vem construindo, em seus conselhos, articulações com os novos gestores da educação pública no Brasil, tanto no MEC, como nas secretarias de educação. (Evangelista e Leher, 2012, p. 7-8).

O Todos pela Educação – TPE, criado em 2006, oriundo do setor banqueiro, e outros do ramo empresarial, passa a ocupar espaço no governo, para intervir na educação brasileira, com uma agenda do capital para a educação, com grandes orientações e metas segundo Evangelista e Leher (2012) que:

“[...] lança mão da ideia ‘competências básicas’, da instauração de metas de desempenho por meio de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) [...] instrumentos centralizados de avaliação e mecanismos de premiação e castigos balizados pelo cumprimento das metas, afetando os sistemas, os chamados gestores das escolas e, principalmente, os professores. Desse modo, os setores dominantes aprisionam em concepções estreitas o que vem a ser a ‘qualidade da educação’, traduzindo-a sob a forma de subordinação à formação para o trabalho explorado requerido pelo capitalismo dependente, [...]”. (Evangelista e Leher, 2012, p.8-9).

Sobressaem as características inerentes à gerência, traduzidas no “Movimento Todos pela Educação” são os empresários e banqueiros com a anuência do governo brasileiro, diversos setores⁹⁵ do segmento empresarial que tem como prioridade a “qualidade da educação” expressão ao lado de “melhoria da qualidade”, que segundo Torres (2009) fazem parte das prescrições do Banco Mundial. Alguns países absorvem integralmente e, outros, apenas as palavras apresentam conotações brandas, porém, com o mesmo sentido e o mesmo nível de rigidez na aplicação das políticas.

Os estudos de Oliveira; Fonseca e Toschi (2005) corroboram na medida em que ao se analisar o discurso e prática do governador, para entender que o PES elaborado em 2002 pela Seduc no Tocantins, foi posto de maneira que o Estado e as escolas “devem adotar a metodologia do planejamento estratégico, consubstanciada no modelo do PDE, que leve à racionalização, eficácia e eficiência da gestão e do trabalho escolar”. Na continuidade, observe na fala do governador, como a gestão e autonomia da escola, são apresentadas:

a secretaria implantou, em 1997, o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, que propiciou a descentralização administrativa e financeira das unidades escolares. Com isso, as escolas estaduais conquistaram a sua autonomia e o seu fortalecimento. Atualmente, elas administram os seus próprios recursos e planejam o seu orçamento de acordo com a sua realidade. Essa administração é acompanhada por uma Associação de Apoio, composta por professores, pais de alunos, além de representantes de vários segmentos da própria escola. Com a filosofia de participação, a escola ganhou, além da autonomia financeira, autonomia pedagógica e administrativa. (Miranda, 2003).

Para Castro (2008), a forma de gerenciamento que as escolas públicas estão colocando em prática são ações sugeridas pelo Banco Mundial, em que ressignifica os termos:

autonomia, descentralização e participação, agora despojados de seu sentido político. A autonomia passa a ser entendida como consentimento, como forma de construir uma cultura de organização de empresa; a descentralização passa a ser mais uma desconcentração de responsabilidades de poder, congruente com a “ordem espontânea” do mercado, respeitadora da liberdade individual e da garantia da eficiência econômica; a participação é, essencialmente, uma técnica de gestão, um fator de coesão e de consenso. (Castro, 2008, p.403-404).

⁹⁵“Todos pela Educação” que é uma aliança de representantes da sociedade civil, iniciativa privada, organizações sociais, educadores e gestores públicos da educação que se uniram para mobilizar, cada um em sua área de atuação, acesso à educação básica de qualidade. (MEC, 2011).

Nesta nova gestão, as ações e realizações estão postas em forma de Programa a exemplo do Escola Comunitária de Gestão Compartilhada um dos elos que liga os modos operandi da gestão dos secretários e governadores ao modelo macro de gerencialismo. Os recursos e o controle deles revelam os princípios de regulação, avaliação por desempenho, eficácia e competitividade próprios do mercado, mas dispensados à educação pública. Reafirmado também, na transferência de recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Nacional de Alimentação e de Manutenção do Transporte Escolar.

2.5.2. Regulamentação do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

A Lei Estadual nº 1616, de 13/10/2005, Lei que regulamentou o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, dispõe sobre a transferência de recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Nacional de Alimentação e de Manutenção do Transporte Escolar, com a seguinte redação

Art.1º A transferência de recursos financeiros, consignados no orçamento do Estado para a execução dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Nacional de Alimentação e de Manutenção do Transporte Escolar, é formalizada mediante repasse financeiro direto às Unidades Executoras – UEx, sob a forma de subvenção social ou auxílio. [...].

I – as associações de apoio das escolas da rede estadual, responsáveis pela aplicação dos recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada e Nacional de Alimentação Escolar;

II – os municípios do Estado do Tocantins, parceiros do Programa de Manutenção do Transporte Escolar.

Art. 2º Os recursos financeiros de que trata esta Lei são oriundos: I – da União e do Estado, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Salário-Educação e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ou outros que se lhes vierem substituir; [...].

Art. 3º Os recursos financeiros recebidos pelos municípios devem ser incluídos em seus próprios orçamentos.

Art. 4º A Secretaria da Educação e Cultura é autorizada a:

I – baixar normas complementares a esta Lei, em especial os critérios de cálculo de repasse financeiro para a execução dos Programas;

II – transferir de forma direta para as UEx os recursos financeiros mencionados nesta Lei, necessários à execução dos Programas, dispensada a formalização de convênio, ajuste, acordo, contrato ou outro instrumento congênere, substituídos pelas normas complementares previstas no inciso antecedente;

III – suspender o repasse dos recursos financeiros às UEx que descumprirem as regras desta Lei, de seu regulamento ou de outras normas aplicáveis à matéria.

§ único. Caso haja a suspensão de que trata o inciso III deste artigo, normaliza-se o repasse financeiro tão logo a irregularidade seja sanada. (DO/TO nº 2.024, Lei no 1.616, de 13 de outubro de 2005).

No ano de 2009, a Assembleia Legislativa do Tocantins aprovou a Lei 2.139/2009 que instituiu o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, na Secretaria de Ciência e Tecnologia. No Título III, Das Disposições Finais, estabelece que:

Art. 71. O programa “Escola Comunitária de Gestão Compartilhada”, criado [...] pela Lei 1.360, [...] 2002, com vistas ao fortalecimento do processo de autonomia da escola, à gestão democrática do ensino público e à descentralização de recursos, é instituído também, na Secretaria da Ciência e Tecnologia.

§1º O Programa efetiva-se com a criação da Associação de Apoio à Escola, constituída por uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal, um Conselho Educacional e Comunitário, integrados por representantes das comunidades escolar e local.

§2º A Associação de Apoio às Escolas de que trata o caput deste artigo tem poder deliberativo e obedece ao estatuto próprio.

§3º Os recursos referenciados no caput deste artigo são destinados à manutenção das Unidades Escolares e ao suporte de suas ações pedagógicas.

Art. 72. As escolas mantidas pelo Poder Público Estadual obedecem ao princípio de gestão democrática do ensino público, assegurada a participação de Associações de Apoio integradas por professores, pais, alunos e demais servidores da Unidade Escolar. (Diário Oficial nº 2.970, Lei 2139/2009, p. 19-20).

Observa-se que a Seduc concentra/centraliza todas as ações normatizadas em lei, das finalidades que devem ser cumpridas nas unidades escolares. A gestão e os estudos apontam que a:

“autonomia escolar realiza-se mediante uma estratégia que se diz *descentralizadora*, por meio de um fundo repassado à escola, com vistas a estimular o quadro administrativo a tomar decisões que afetem *materialmente* a escola e a responsabilizar-se pelos resultados de suas decisões. Para tanto, os principais depositários do programa são os tomadores de decisões educacionais, como diretores, professores e outros especialistas. (Oliveira; Fonseca; Toschi; 2005, p. 132).

Assim, o modelo de gestão descentralizada nas escolas públicas do Tocantins serve aos governantes não só para se firmarem como as melhores políticas, mas também reafirmam que o modelo de gestão tem servido de referência para outros estados brasileiros. (Miranda, 2003, p.74).

“As autoridades podem atribuir autonomia às escolas para com isso, desobrigar o poder público de suas responsabilidades”. (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2009, p. 334). Desta forma, a autonomia não é concedida e sim gerida, implicando corresponsabilidade consciente, partilhada e solidária, de todos os membros da escola.

2.5.3. Plano Estadual de Educação – PEE 2006 - 2015.

As ações e políticas para a educação pública do governo federal se fazem presentes no Estado do Tocantins nas práticas e documentos conduzidos pelos gestores, mesmo nos distintos governos. O Plano Estadual de Educação – PEE (2006-2015) demonstra a adequação entre os princípios da administração, do planejamento, da gestão, cooperação e parceria do Estado com outros segmentos da sociedade, bem como instituições

internacionais e as ações e políticas dos governos estaduais e secretários de educação. Para tal, se faz necessário apresentar aspectos, leis e ações envolvidas nesse processo.

Assim, o Plano Estadual de Educação (2006/2015), sob a Lei nº 1.859, de 6 de dezembro de 2007, construído na gestão da Secretária Maria Auxiliadora (2000-2009)⁹⁶, tem como objetivo “conduzir e viabilizar um projeto de educação de qualidade⁹⁷”. (PEE, 2006-2015). A gestão e o financiamento ocupam lugar de destaque no Plano Estadual de Educação.

Financiamento e gestão estão indissolúvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitem garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à Educação. Nesse sentido, o Governo deve garantir a gestão democrática do Ensino com o apoio da família e da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do aluno e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (PEE - Lei nº 1.859, de 6 de dezembro de 2007. Diário Oficial nº 13 2.547).

O Plano Estadual de Educação com vigência até 2015 é outro aporte legal que propaga o fortalecimento da gestão de recursos às escolas públicas, por meio do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada. Desde sua implantação o PECGC se apresenta como um elo inquebrável de todos os governos.

Nestes termos, o Plano Estadual aponta como prioridades:

- I – garantia do ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando-lhes o ingresso e a permanência com sucesso na escola;
- II - garantia do ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- III - ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;
- IV - valorização dos profissionais da educação;
- V - desenvolvimento de um sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, estimulando a avaliação institucional, de desempenho do servidor e o aperfeiçoamento dos processos de coleta, análise e difusão de dados. (PEE, 2006-2015).

Em consonância com a legislação federal, o Plano estadual instituiu um processo de reestruturação da Seduc por meio de desenvolvimento de um sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, estimulando a avaliação institucional, de desempenho do servidor e o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão de dados. Na gestão da Secretária Maria Auxiliadora foi estabelecido o sistema de avaliação de

⁹⁶ Registre-se que Maria Auxiliadora ocupava o cargo de técnica da Seduc de 1996 a 2000, ao ocupar o cargo de secretária de educação, Marcelo Miranda (PMDB) era o governador, após os governos de Siqueira Campos e Carlos Gaguim, permanece no cargo por aproximadamente uma década. Ao assumir a pasta da educação, em virtude do afastamento de Nilmar Ruiz concorrer ao pleito de deputada federal, que será seguido por Maria Auxiliadora, eleita deputada federal em 2014, para exercer mais um mandato.

⁹⁷Em nome de melhorar a qualidade a Secretaria se cerca de instituições como o Conselho Britânico, Fundação Cesgranrio e o Instituto Ayrton Senna, que utiliza a imagem de Ayrton e do personagem Senninha, e de contribuições de empresas como Microsoft, Vale do Rio Doce e Unibanco, nos programas: *Se Liga* e *Acelera Brasil*.

desempenho dos professores no Estado voltado para os resultados, sendo o professor avaliado a partir do desempenho das turmas que ministravam as aulas.

O sistema de avaliação nas escolas públicas é mais um mecanismo de regulação e controle de resultados educacionais dessa gestão, seja na avaliação dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação do Tocantins – Saeto⁹⁸, seja dos professores como estratégia de gestão para buscar subsídios para intervenções mais precisas do poder público.

Quanto à gestão, no ano de 2004, instituiu nova estrutura e organograma da Seduc. Na nova configuração da Secretaria de Educação, os delegados das treze delegacias de ensino passam a gerentes regionais, em cada uma das Diretorias, da Secretaria de Educação, que são denominadas de Diretorias Regionais – DREs. A Diretoria de Educação Básica passa a ter como atribuição principal construir o currículo escolar e realizar a avaliação. No novo desenho organizacional de gestão foi a criação da Assessoria de Planejamento e Avaliação e também um quadro específico para cada atividade de educação e gestão.

O Plano Estadual de Educação – TO que só viria a ser construído dois anos após a reestruturação da Seduc, com as novas exigências focadas na gestão, cria também a Coordenadoria de informática, com ela o Programa de Capacitação para Gestores Escolares⁹⁹ – Progestão¹⁰⁰ curso de formação continuada e em serviço que tinha como objetivo formar as equipes gestoras das escolas.

No Progestão estão presentes as características essenciais ao gerencialismo como: a mudança de postura das lideranças escolares quanto ao uso do patrimônio; maior transparência nas questões financeiras; implantação de programas de avaliação contínua, utilização de dados (resultados de avaliações) para inovações, ampliação das oportunidades de participação da comunidade na escola, entre outras. O foco era na gestão sob a lógica do gerencialismo empreendedor da escola pública.

Os gestores preparados incorporam a autoridade, fazem a gestão no sentido de que os professores também trabalhem em consonância com os novos valores. Para isso, preconiza cultivar a harmonia, responsabilidade, dissipar os conflitos para que a escola

⁹⁸ Realizada pela Fundação CesgranRio – Avaliação implantada em toda rede do Estado.

⁹⁹ É um programa elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed – em parceria com as Secretarias de Estaduais de Educação e que visa a capacitar profissionais para a gestão escolar.

¹⁰⁰ A Seduc iniciou o Progestão em 2002 em sua política de formação continuada em serviço “como elemento impulsionador do ‘aprender a aprender’ dos gestores, da sua autocapacitação, do seu aprender a fazer coletivo, induzindo também o intercâmbio, a formação de redes, pautado pelo trabalho com questões vinculadas ao cotidiano escolar, tratando dos fundamentos teóricos e instrumentais da gestão escolar.

funcione bem. Mas ainda assim, os problemas decorrentes das indicações de diretores vieram à tona. Dessa forma, se fez necessária a implantação do processo de seleção de diretores¹⁰¹ para as escolas do Estado, que ocorreu, a partir do ano de 2001, no âmbito do fortalecimento do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, bem como os cargos de coordenadores e supervisores pedagógicos¹⁰².

A ocupação do cargo de diretor nas escolas do Tocantins nos anos 2001 e 2007 foi marcado por dois momentos na gestão da secretária Dorinha. O primeiro é o Decreto Estadual nº 1.100 de 04/01/2001, o Edital nº 01/2001 da Comissão do processo de seleção de diretores das escolas estaduais do Tocantins, que no Cap. III, dispõe sobre a seleção dos candidatos ao cargo de diretor em três etapas: a primeira, uma prova escrita, incluindo redação, esta etapa é chamada de “avaliação intelectual”. (DOE nº 1015/2001). Os aprovados passariam a segunda etapa, que previa a prova de títulos, e, a terceira etapa, consistia na entrega dos planos de trabalho pelos candidatos e a entrevista. Após esse processo, a Comissão deveria apresentar a lista tríplice ao Secretário de Educação, com vista à nomeação do candidato a diretor. Constata-se um simulacro de democracia no processo de escolha de diretores.

Os estudos de Paro (2003 e 2015) a eleição para diretor de escola é legítima porque democratiza as instituições “a democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses, o que inclui o envolvimento no processo de escolha de seus dirigentes”. (Paro, 2003, p. 27).

Certamente que não se percebe a participação da comunidade acadêmica no processo de seleção para diretores no Tocantins como esclarece Carvalho (2009) que apesar da importância desse processo seletivo para a condução democrática da gestão escolar, ele é insuficiente, pois os docentes, familiares e estudantes que atuam na escola não participam do processo seletivo. Ademais, a comissão designada para avaliar o certame era formada exclusivamente por servidores da Secretaria de Educação. O autor chama atenção para o Capítulo II, inciso II, item 5 do Edital que permite a candidatura de ‘servidor lotado na

¹⁰¹Foi definido o perfil do profissional para assumir a função de diretor escolar, que consta na Instrução Normativa nº1. O processo de seleção é iniciado pela DRE, que indica uma Comissão. Esta, por sua vez, elabora um parecer dos candidatos e envia uma lista tríplice para a Secretária de Educação definir o diretor.

¹⁰²A Instrução Normativa nº7, de janeiro de 2002, definiu o processo de seleção e o perfil para os cargos de Supervisor Pedagógico e Coordenador Pedagógico das unidades escolares. Em 2005, o perfil e o processo de seleção foram atualizados pela Instrução Normativa nºs 5 e 8.

Secretaria de Educação em exercício fora da escola para a qual se habilite'. (Carvalho, 2009, p. 88). Em última instância cabe à Secretaria de Educação nomear quem lhe aprovar para dirigir as escolas públicas.

O segundo momento do processo de eleição para diretor das escolas estaduais aconteceu quando a Secretária de Educação, por meio do Of. nº 167/2007, comunica as escolas sobre o processo de escolha para diretor das unidades escolares, definindo a eleição direta para o cargo de diretor das escolas públicas estaduais do Tocantins. Um dos entrevistados quando perguntados sobre o concurso para diretor do ano de 2015, lembrou no ano de 2006, sobre a escolha de diretor

Quando teve aquela outra seleção anos anteriores que era Diretora eu tinha feito, até passei, fiquei um período por ter passado na seleção. [...] do outro concurso. O concurso foi em 2006 (dois mil e seis). Que a gente fez em 2006 (dois mil e seis). Teve em todas as escolas. Nós fizemos uma prova, aí depois a gente montava o plano. Só não teve a eleição, mas foi todo esse processo de seleção. A gente fez, depois fez a entrevista, apresentava o plano de trabalho da gente e eles selecionavam os candidatos. Aí a própria Secretaria que selecionava. Não teve eleição. Não teve eleição. A gente só fez uma prova, como se fosse um concurso. Aonde perguntava. Eram muitas questões que perguntavam mesmo sobre gestão... Em 2006 (dois mil e seis) se não me engano. [...]". (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

Esse processo de escolha para diretor acontece nos moldes do que aconteceu no ano de 2002, sem efetivamente acontecer a eleição com a comunidade. Nessa gestão, o que ocorreu foram ensaios de escolha de diretores de caráter democrático, pois alguns diretores foram nomeados por atos da Seduc, outros assumiram passando por processo seletivo, enfim, mesmo os que passaram por seleção, tais processos fechados e do controle da Secretaria de educação. Para a escolha foram designadas duas comissões uma da Seduc e outra da Diretoria Regional, designadas por ato da Secretária.

Portanto, o que se percebe é a confluência de ações em documentos oficiais que juntos definiram programas PES, PECGC e no Plano Estadual de Educação¹⁰³, com foco nos resultados como forma de garantir a equação eficiência e eficácia nos serviços educacionais,

“na educação básica coexistem duas lógicas: uma gerencialista, que vê na escola um espaço propício para se obterem rendas, um negócio rentável e lucrativo – daí a insistência para que os governos apoiem a abertura da educação para o mercado educacional; e outra, que vê e compreende a educação como um direito social e humano para todos, um campo em que os valores éticos e morais não são vendidos nem mensuráveis”. (Silva, 2014, p.86).

¹⁰³ O texto do PEE tem sua vigência até o ano de 2015. No dia 10 de junho de 2015 a Seduc envia a Assembleia Legislativa o PPE para vigorar os próximos dez anos. No novo Plano constam 22 propostas, entre elas a universalização até 2016, do atendimento aos jovens de 15 a 17 anos, e o acréscimo para no mínimo 85%, da taxa líquida de matrícula do ensino médio. (Seduc, 2015). Disponível em: educ.to.gov.br. Acesso em: 11 de junho de 2015.

A adoção da gestão descentralizada e gerencialista dá resultados, que essencialmente podem ser traduzidos em índices, centrado na figura do diretor das escolas e nos equipamentos tecnológicos, criados para intensificar o controle e medir desempenho das escolas e dos estudantes. Nos propomos a defesa da educação pública, a educação como direito na promoção do humano, assumindo a complexidade do caráter público da educação e as possibilidades de transformação.

2.6. Política e Gestão da Educação no Governo de José Wilson Siqueira Campos – 2011 a 2014 e Sandoval Cardoso - abril/2014 a 01/01/2015.

A análise dessa gestão se dá sob os três primeiros anos, governador José Wilson Siqueira Campos, renuncia (Anexo 3) em seu quarto mandato no Executivo estadual¹⁰⁴ e Danilo de Melo Souza Secretário de Educação. Após assumem Sandoval Cardoso como governador (abril/2014 a dez./2014) e Adriana da Costa Aguiar no cargo de Secretária de Educação (20/01/2014 a dez./2014).

Nesta gestão, sobressai a criação e chegada do *Programa Estrada do Conhecimento – PEC*, nas seis unidades escolares, objeto desse estudo. Neste item, para analisar o Programa Estrada do Conhecimento, buscou-se excertos das atas coletadas nas seis escolas partícipes do Programa e, ainda, dois documentos denominados de ofício e informativo que circularam na Seduc, Diretorias Regionais de Ensino, sediadas nos municípios: de Gurupi, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Araguaína e Tocantinópolis.

O Secretário de Educação Danilo Melo, no ano de 2011, implanta um novo sistema de avaliação direcionado a rede estadual e municipal do Tocantins denominado: o Sistema de Avaliação do Tocantins – Salto¹⁰⁵, que prevê avaliar a qualidade do ensino e aprendizagem na educação básica das redes estadual e municipal de ensino. Para a Seduc (2011) a avaliação compreende os avanços e dificuldades que os alunos apresentam no

¹⁰⁴3º empréstimo contraído pelo Estado do Tocantins, com o Banco Mundial denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, tratado no Capítulo 3.

¹⁰⁵Essa avaliação não é obrigatória, porém quem não realizá-la não poderá usufruir dos prêmios E a responsabilidade continua sendo do diretor, que não seduziu os alunos para a realização da avaliação. Como forma de incentivo aos alunos e professores que mais se destacaram no processo ensino/aprendizagem, a Seduc desenvolveu o Sistema de Avaliação do Tocantins (Salto/2011), que distribuiu através do Prêmio de Valorização da Educação Pública 4.826 *tablets* para alunos. Disponível em: <http://casacivil.to.gov.br>. Acesso em 12 de outubro de 2014.

decorrer do processo educacional e promove a modernização da gestão e o aprimoramento do processo de ensino aprendizagem, com vista à melhoria dos indicadores educacionais.

No Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, desde a criação em 1997, passa a ser regido por lei a partir do ano de 2002, e em 2011, o Secretário de Educação Danilo de Melo ao assumir a Secretaria de Educação, reedita o *Manual de Gestão de Recursos Públicos por Associações de Apoio às Unidades escolares*, na 4ª edição. A Portaria emitida pela Seduc nº 0731, 19 de maio de 2011, preconiza:

Art. 1º. Aprovar o manual de —Gestão de Recursos Públicos por Associações de Apoio às Unidades Escolares 4ª Edição 2011 – Revisada, que contém instruções para o gerenciamento eficiente e eficaz na aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros repassados às Associações de Apoio às Unidades Escolares da rede estadual de ensino, por meio do Programa —Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (Manual de Gestão de Recursos Públicos por Associações de Apoio às Unidades Escolares, 2011, p. 12).

O referido manual no ano de 2014, voltado essencialmente para a eficiência e a eficácia na gestão de recursos nas unidades escolares, evidencia as ações da escola, registradas nas fichas e relatórios que serão preenchidos com vista à transparência e controle de recursos nas escolas. Novamente, continua sendo o diretor, o responsável, pelas práticas gerencialistas nas escolas.

O governador em seu quarto mandato e a gestão de Danilo de Melo expressam a expansão do ensino de tempo integral, e, essa é uma das prioridades postas no PEC, bem como a qualificação de professores e a introdução de atividades culturais nas escolas estaduais, como as principais preocupações de sua gestão.

2.6.1. Programa Estrada do Conhecimento – PEC práticas e ações na gestão escolar.

Neste item, busca-se analisar comunicados e solicitações da Seduc para as Regionais de Ensino, e, destas, para as Escolas, além das Atas¹⁰⁶ produzidas nas unidades escolares por ocasião da apresentação do Programa Estrada do Conhecimento nas seis Unidades Escolares.

Observou-se também, que os técnicos da Seduc em algumas escolas desenvolvem o Programa Evasão Escolar Nota Zero – PEENZ, juntamente com o PEC. Foram coletadas nas seis escolas, dezesseis atas, de 11 de março de 2011 a 13 de outubro de 2014, referentes ao PEC, que fornecem elementos para elucidar a forma que o Programa chega nas escolas, bem como algumas reuniões posteriores. Percebe-se a similitude da composição das atas, na

¹⁰⁶ Serão tratadas pelo código “X”, quando se referir ao nome da escola, com números de “1-6”.

materialização do PEC nas unidades escolares, por isso apresentamos apenas alguns excertos desses documentos.

Na busca de elucidar como o PEC chega às escolas públicas, tratamos de mais dois documentos, a saber: ofício e informativo que circularam na Seduc, regionais e escolas. Desta forma, a análise se dá por meio desses documentos, imbuída do que Evangelista (2012) alerta na análise dos documentos, que precisamos nos questionar, se conseguimos captar, efetivamente, os sentidos que dão sentido ao texto.

O Programa Estrada do Conhecimento chega às escolas públicas via Seduc, por meio da Diretoria Regional, que envia em 16/11/2011 a solicitação de dados para as seis escolas de ensino médio e uma de ensino fundamental, todas selecionadas, a priori, pela Seduc. As solicitações chegam às escolas por e-mail, e os dados solicitados são: nome da escola, número de alunos, turmas atendidas, descrição das condições da estrutura física, neste item, a solicitação de fotos, ‘se for possível’, fatores que interferem diretamente na aprendizagem dos alunos (situação de vulnerabilidade) e nas necessidades urgentes de reforma.

Conforme veremos a seguir, Informativo nº1/2011 emitido pela Seduc aos Diretores Regionais das Diretorias de Araguaína, Colinas do Tocantins, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Tocantinópolis, com a denominação do assunto: Visita Técnica da Comissão Intersetorial do Programa Estrada do Conhecimento – PEC aos diretores das seis unidades escolares, com o fim de diagnosticar a realidade das escolas para fazerem parte do PEC.

O Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Banco Mundial propõe o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, com o objetivo de apoiar 6 (seis) Unidades Escolares, situadas às margens da Rodovia Belém – Brasília que possuem alto índice de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Diante do exposto, informamos a Vossa Senhoria que entre os dias 05 a 16 de dezembro de 2011, uma equipe de técnicos desta secretaria, que compõem a comissão intersetorial responsável pelo desenvolvimento do programa, realizará um diagnóstico sócio-cultural das possíveis Unidades escolares que serão contempladas com o programa [...]. (Informativo Nº1/Palmas, 30 de Nov./2011).

Logo após, a Seduc solicitou aos diretores uma reunião com a comunidade não só a escolar de pais e alunos, bem como o prefeito da cidade, secretários municipais, entre outros. Com essa agenda, a Seduc e técnicos das Diretorias Regionais de Gestão e Formação – DRGF, realizam as reuniões, com os participantes. Constava da pauta: a apresentação do Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

Assim, todas as Escolas possuem uma Ata constituída no dia da reunião, com os técnicos da Secretaria de Educação, exceto no município de Barrolândia, onde

aparentemente duas escolas haviam sido contempladas com o Programa, sendo nesse município, uma de ensino fundamental – anos finais e outra, de ensino médio. Após realizada uma reunião com as duas unidades escolares, dispõem de uma Ata.

Os documentos, sobretudo, as Atas denotam que a proposta de implantação do Projeto Estrada do Conhecimento – PEC foi uma deliberação da Secretaria de Educação. Um comunicado às DRGFs, foi enviado, informando aos diretores das escolas contempladas, e solicitou providências para a realização do encontro com equipe intersetorial do Programa Estrada do Conhecimento – PEC/Seduc. O documento foi enviado pela Coordenadoria de Programas e Projetos do Ensino Fundamental a todas as Diretorias Regionais contempladas com o PEC: Araguaína, Colinas do Tocantins, Gurupi, Paraíso do Tocantins, e Tocantinópolis, datado de 01 de dezembro de 2011.

Assim, para que as reuniões acontecessem nos municípios, com as autoridades municipais, os diretores tinham a incumbência de convidar a comunidade, bem como as autoridades. Em alguns casos, a própria Diretoria Regional, Gurupi, por exemplo, envia documento ao Prefeito Municipal de Aliança do Tocantins, via diretor, reproduzimos o excerto do ofício.

O governo do Estado através da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Banco Mundial propõe o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, com o objetivo de apoiar 06 (seis) Unidades Escolares, situadas às margens da Rodovia Belém-Brasília que possuem alto índice de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. (Ofício nº 1237/2011/DRE/GAD).

Destaca-se que o assunto refere-se à visita da Equipe Intersetorial do Programa Estrada do Conhecimento PEC/Seduc, “para realizar um diagnóstico sociocultural”. De fato, o que ocorreu, foi à apresentação oral do projeto por técnicos da Seduc para a comunidade, confirmado no registro das Atas das reuniões nas escolas. Soma-se a isso, que nenhuma das escolas até aquele momento, possuía, sequer, uma minuta do Programa, confirmado também pelos gestores escolares, posteriormente.

Selecionamos três atas, que refletem essa condição, por ocasião da implantação do PEC, nas unidades escolares:

“[...] iniciou a apresentação do Programa explicando o motivo que a Escola foi selecionada e especificando o objetivo do PEC que tem por finalidade a partir do componente “0” realizar um trabalho de diagnosticar a realidade do sistema educacional e a situação socioeconômica do município, para iniciar as interferências, o mesmo está localizado a margem da Belém-Brasília onde os jovens estão em situação de vulnerabilidade. Foram apresentados os componentes que norteiam o Programa, como o Componente I que é o apoio ao desenvolvimento da educação infantil, Componente II Diagnóstico da Qualidade da Educação Fundamental, Componente III Relevância da Escola e retorno dos

resultados e Cursos de qualificação. (Colégio Estadual “X 1”, Ata dia: 12/12/2011).

“[...] fez a apresentação da equipe que acompanhara o lançamento do projeto PEC Programa Estrada do Conhecimento Programa criado pela SEDUC em parceria com o Banco Mundial. [...] comentou sobre o objetivo geral que é viabilizar a inclusão social, esplanou um pouco sobre o objetivo específico do projeto e as cidades contempladas. [...] O projeto procura apoiar o desenvolvimento da educação infantil através do diagnóstico da qualidade da educação fundamental, promovendo cursos de capacitações para os professores. [...]. Haverá também a relevância da escola e retorno dos resultados com a expansão do Programa Pioneiros Mirins, expansão da jornada escolar do ensino médio, implantação do ensino integral entre outros. O programa [...] também buscará através de um estudo identificar as principais causas do abandono escolar [...]. Durante as explicações ficou claro que a parceria do município é de primordial importância para que o programa acima citado se torne uma realidade e seja eficaz. (Colégio Estadual “X 6”, Ata dia: 07/12/2011).

“Apresentou a comunidade os objetivos do PEC, da relevância da escola, cursos de qualificação profissional e da poupança do aluno do Ensino Médio”. (Colégio Estadual “X 2”, Ata dia: 30/05/2012).

As atas falam da apresentação do PEC realizada por técnicos da Secretaria de Educação, em condições semelhantes, já que a Seduc se desloca de Palmas até as unidades escolares e expõe o Programa. Há entre as unidades escolares, até mesmo a ata de apresentação, redigida por técnico da Secretaria de Educação. Enquanto um dos técnicos expõe sobre o Programa, outro, redigiu a ata. Percebe-se que os diretores, recebem nas escolas a possibilidade de melhorias, sem intervirem no processo, além de pouco conhecerem sobre o PEC. Em outra ata, que refere-se à implantação do PEC, observa-se particularidades que não foram observadas em outras atas de reuniões nas unidades escolares, na apresentação do Programa.

O objetivo da visita *in loco* foi apresentar o PEC – Programa Estrada do Conhecimento, [...] iniciou apresentando a equipe do PEC. Mostrou a relevância da participação da comunidade. O Programa foi realizado pela Seduc em parceria com o Banco Mundial, a importância do município estar engajado a Unidade Escolar para juntos desenvolverem ações imediatas para melhoria da aprendizagem; diminuição da evasão escolar; aumento de perspectivas de vida para os alunos de Ensino Médio; ofertas de cursos profissionalizantes, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida; melhoria da infraestrutura da escola e demais benefícios apresentados. O Secretário questionou a aplicação do Programa na Unidade Escolar no Colégio visto que na opinião dele tem muitos alunos em situação de risco nas escolas municipais. [...] a professora [...] explicou que estes alunos serão atendidos quando estiverem no ensino médio e seriam beneficiados caso tivessem Cemei. O Secretário municipal de Educação manifestou descontentamento em afirmar que muitas pessoas recebem todas propostas de cima para baixo, que já vem pronta, mas que ele precisa de outra reunião com a Seduc para resolver como será essa parceria, pois segundo ele o Regime de Colaboração é um regime e não um sistema, onde todos podem dar opiniões. O aluno [...] se manifestou a respeito da discussão que foi gerada afirmando que o foco da reunião é o benefício que a comunidade terá e não questões políticas. (Colégio Estadual “X 4”, Ata dia: 13/11/2011).

Na apresentação do Programa na escola estadual, acontece um questionamento por parte do secretário de educação municipal das propostas “de cima para baixo, que já vem pronta”, reforçando que o PEC foi gestado na Seduc e levado para os municípios. A Seduc quando questionada sobre o Programa e o atendimento ao município utiliza-se do argumento que na falta do Centro Municipal de Educação Infantil - Cemei, o município não poderá se beneficiar. A criação dos centros de educação infantil é um dos objetivos do Banco Mundial, dando atendimento às crianças na primeira infância e também, previsto no PEC. Além de que, caso o Secretário de Educação se oponha a parceria, os alunos não serão beneficiados, como se manifestou o aluno na reunião. Assim, resta aos estudantes esperarem pelo investimento apenas quando estiverem frequentando o ensino médio.

Após a visita da Seduc às escolas acontecem outras reuniões, que a exemplo da apresentação do Programa, escolhemos três excertos:

“[...] equipe da Seduc que veio para a Escola com o ‘PEENZ - Programa Evasão Escolar Nota Zero e PEC – Programa Estrada do Conhecimento – Banco Mundial, que desenvolveu atividades nesses três dias”. (Colégio Estadual “X 2”, Ata dia: 03/06/2012).

“[...] passou-se a analisar o PPP da Unidade Escolar verificando as ações de Prevenção, redução da evasão escolar, do abandono, da Repetência e da Distorção idade/série [...]” (Escola Estadual “X 3”, Ata dia: 11/06/2012).

“[...] falou do Programa Estrada do Conhecimento que está sendo implantado na escola, disse que o objetivo do PEC/Banco Mundial é diminuir o vandalismo em nosso estado”. (Escola Estadual “X 4”, Ata dias: 11 e 12/06/2012.)

Ao examinarmos as atas das reuniões, constata-se que estão presentes os elementos tratados no PEC como o abandono e a repetência. Mas também se percebe nesses registros, algumas discrepâncias, como “diminuir o vandalismo em nosso estado” tratado como objetivo do Programa, que atribuímos, naquele momento ainda, era recente, a implantação, no que havia aspectos que não haviam sido elucidados.

Além de que, cada direção escolar encontrou a forma de sensibilizar inclusive o chefe do Poder Executivo em cada município. O documento de uma diretora regional informa ao Prefeito Municipal que o “Colégio Estadual “X” foi à única escola desta Regional, indicada pela Seduc para participar do processo seletivo do referido programa”. Ainda, informa que foi solicitado o encontro com o Prefeito, não diz de quem partiu a solicitação, mais uma vez, percebe-se a Seduc atuando e atendendo aos propósitos do Banco Mundial, “[...] informamos que nos foi solicitado um encontro com Vossa Excelência juntamente com os Secretários Municipais de Saúde e Ação Social para dia 12 de dezembro [...]”, a diretora regional define

inclusive o horário da reunião, bem como o local, neste caso, na sede da Prefeitura do município.

O Programa Estrada do Conhecimento inicialmente propunha reformar o prédio de 6 (seis) escolas estaduais que funcionam o ensino médio em 6 (seis) municípios e uma de ensino fundamental. Mesmo assim, os prefeitos municipais e secretários municipais são atraídos para o que o PEC poderia trazer de benefícios às escolas estaduais. De certa forma, os gestores municipais, pudessem também usufruir desses supostos ganhos e dar o aval para a interferência na concepção de educação dos respectivos municípios, que é de suas responsabilidade, sobretudo na educação infantil.

O empréstimo realizado pelo Estado, para as escolas estaduais e a Secretaria de Educação *Estadual* atua como interlocutora entre os municípios e o Banco Mundial, com vista à participação dos seis municípios, para atuação com as Secretarias *Municipais* de Educação. O que se observa é que os seis municípios já faziam parte, estavam inscritos no projeto do Programa Estrada do Conhecimento, elaborado pela Seduc.

O Programa é destinado para as escolas de ensino médio e uma escola do ensino fundamental, cujo financiamento é para o Estado do Tocantins, mas interfere também no ensino fundamental, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental de reponsabilidade dos municípios. Os gestores municipais são chamados para investir na educação em seus municípios, com a *colaboração* do Banco. Os planos municipais de educação nesses municípios, previstos para serem construídos, bem como o propósito dos centros de educação infantil, que deverão ser criados.

Observa-se que por meio do PEC estão sendo postos em prática os elementos essenciais presentes no *Documento Estratégia de Educação - 2020*¹⁰⁷, Aprendizagem para Todos: Investimento no Conhecimento e nas Aptidões das Pessoas para Promover o Desenvolvimento, um roteiro para os próximos 10 anos, no Relatório anual de 2011.

O Banco Mundial enfocará o trabalho em parceria estratégica para ajudar os países em desenvolvimento a fortalecerem seus sistemas educacionais além de insumos e a construir uma base de conhecimento global para reforma. “Novas ferramentas para avaliar os sistemas educacionais oferecerão um padrão referencial para as políticas educacionais de acordo com os padrões globais baseados em evidências e melhores práticas [...]”. (Banco Mundial-Relatório Aprendizagem para Todos - *Estratégia* (2020), 2011, p.12).

¹⁰⁷ O BM apresenta a colaboração com uma série de parceiros de desenvolvimento, incluindo a de Educação para Todos — Iniciativa por Via Acelerada, Unesco e Unicef, os avanços do compromisso global para alcançar as metas da Iniciativa Educação para Todos. O BM também faz parceria com o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) para fortalecer a base de evidências do que funciona em política educacional e por meio do fundo fiduciário do Programa Russo de Ajuda à Educação para o Desenvolvimento (READ) para fortalecer a capacidade de avaliação de aprendizado. Disponível em: worldbank.org. Acesso em: 12 de abril de 2016.

O Documento *Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - Estratégia 2020* (2011) expressa que os investimentos em educação de qualidade alavancam o crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Nesse Documento o Banco diz que: “[...] a nossa Estratégia para o Sector da Educação 2020 estabelece o objetivo de alcançar a Aprendizagem para Todos. [...]”. (p.8). Os três pilares da estratégia são: investir antecipadamente, de forma inteligente e para todos.

Com enfoque na aprendizagem precoce, a proposta de que aconteça a aprendizagem não fazendo distinção do sistema formal e informal. O objetivo da aprendizagem para todos, para além da escolarização, continua sendo a pobreza, aliando-se a elementos que denotem as transformações e interesses econômicos do Banco, com os países que dependem dos seus empréstimos gastando pouco com educação, como explicitado por Fonseca (2011) e investindo em lucratividade, na lógica empresarial. A “estratégia para a educação apoia e implementa as prioridades-chave [...] ter os pobres e vulneráveis como objetivo, criar oportunidades de crescimento, promover ações coletivas globais e reforçar a governação”. (Banco Mundial, 2011, p. 03).

No documento - *Estratégia 2020* (2011), o Banco Mundial reafirma seus interesses econômicos e se volta para investimento na formação para o mercado fora da escola, em outros ambientes. Os investimentos de *grande monta* na escola não se justificam, no projeto do Banco, já que a aprendizagem para o mercado poderá acontecer em outros espaços que não o da escola. “A nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula”. (Banco Mundial, 2011, p. 03). Além de que: “investir para todos” não significa todos! Significa todos que produzem, que tem potencialidades de rendimentos e lucros. Todos são alguns.

Em síntese, as unidades escolares receberam as visitas da Seduc e do Banco e as Diretorias Regionais serviram e repassaram o que a Secretaria Estadual de Educação acordou com o Banco. Das unidades escolares e dos diretores, é exigido o cumprimento da obrigação do que foi determinado pela diretoria regional que na pirâmide do poder ascendente tem a Secretaria de Educação Estadual, que está junto com o Banco, em uma lógica em que se

cruzam seus interesses, mas ao mesmo tempo, esse organismo internacional, se sobrepõe até mesmo ao Estado, portanto em uma lógica de submissão.

A gestão dos governadores e secretários de educação, notadamente a gestão do sistema estadual de ensino, além dos elementos da dinâmica capitalista presente nesta parte do País, orientam a educação e direcionam as políticas, por meio de programas desenvolvidos para as escolas públicas. Os fundamentos dessas políticas, na aparência se apresentam com preceitos de autonomia e descentralização, quando o que está posto são os ditames da nova gestão pública, na lógica compreendida como gerencialista. Esses elementos atendem as políticas para a educação, no âmbito das políticas oriundas da Reforma do Estado Brasileiro, desde 1995.

A gestão da educação básica pública não é um ato neutro, mas imbuída de pressupostos ideológicos, filosóficos, culturais e políticos, uma ação humana singular. Imbuído da concepção de homens e mulheres como sujeitos históricos, retoma-se as possibilidades de analisar, desvelam as forças políticas desde a formação do Estado, com o foco nos governadores e secretários de educação do Tocantins. Procurou-se evidenciar as diferenças e continuidades nos seus mandatos; a configuração e a definição de continuidade na atuação dos secretários de educação; a materialização da lógica gerencialista nas escolas e a presença do Banco Mundial na gestão das políticas para a educação básica no Tocantins, à chegada e implementação do Programa Estrada do Conhecimento – PEC em seis municípios e unidades escolares públicas. Perseguimos nos documentos, Programas, Planos, Atas, Ofício e Comunicado, as determinações da gestão nas formas de atuação dos governadores e secretários de educação, e, ações que executaram imprimindo um novo direcionamento da educação pública no Estado.

Os caminhos que nos conduziram a viajar foram percorridos neste capítulo com o intuito de desvendar aspectos da educação pública do Tocantins que fizemos a opção criação e implementação do Programa Estrada do Conhecimento, oriundo do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS.

De 1988 a 2014 Siqueira Campos, Moisés Avelino e Marcelo Miranda se revezam ocupando os cargos de governadores eleitos pelo voto direto. E a atuação na gestão da Secretaria de Educação, a alternância de secretários, estão ocultas as mudanças nas políticas para a educação no Tocantins. O mandonismo clientelista, o coronelismo, o patrimonialismo presentes no norte goiano, continuam impregnando as regras autoritárias manifestadas no poder político e econômico, com forte apelo na educação pública.

As oligarquias contemporâneas permanecem nos nomes de famílias, no mando local e no clientelismo, associadas às oligarquias urbanas, que são os donos dos meios de comunicação, empresários da cidade e também do campo. Em contraposição, o Sindicato dos Professores, se mostra avesso aos desmandos do poder político, se põe em luta, em prol dos direitos do movimento docente e, em defesa da escola pública.

A sociedade capitalista burguesa, segundo Fernandes (1979; 1980) produz uma democracia burguesa, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral. É na democracia que estão pautados os governos e a ela inerentes a forte desigualdade econômica, social e cultural, com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras dominantes e por suas elites.

A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que se apresenta no Estado do Tocantins, que as práticas patrimonialistas, dão lugar ao autoritário, e, aparecem como intrínsecas nas práticas dos governos, como estrutural e dinâmica, da preservação e do fortalecimento e da expansão do capitalismo. Uma das estratégias e ação dos governadores, com entidades nacionais e internacionais, a fim de obter cooperação técnica e financeira para a modernização e expansão da educação, foi aproximar do Banco Mundial e dos empresários a rede *hosting* nas ações dos governadores.

O financiamento do Banco Mundial parece um investimento substancial e, que fará diferença na educação pública daquelas comunidades selecionadas. A elaboração do PEC, pela Seduc, com a cooperação técnica do Banco Mundial, ao convencimento aos diretores e a comunidade, são estratégias utilizadas para a implementação do Programa.

O que se evidencia é que o Banco Mundial e a Secretaria de Educação Estadual, empreendem ações nas secretarias municipais de educação, com vista a, firmar acordos fomentando práticas e lógicas mercadológicas, com impacto na gestão escolar, envolvendo a educação estadual e municipal em projetos pilotos. Está em marcha um *modus operandi* sistêmico e orgânico para ocupar ambientes públicos e fomentar medidas empresariais na

educação básica pública. É segundo Duarte (2012) a desvalorização da educação escolar, preconizando uma escola descaracterizada, no qual o conhecimento, passa a ocupar lugar secundário, subordinando as demandas do cotidiano dos alunos.

Nesse cenário, para Araújo e Castro (2011) três elementos se referem diretamente à forma de organização e gestão da escola, os quais se observam no Tocantins: o primeiro está centrado na cultura das escolas, o segundo, na gestão e na flexibilização dos sistemas educativos e o terceiro está no entendimento de que, além da escola, a sociedade também exerce o papel de educadora e a responsabilidade pela educação dos cidadãos não é só do Estado, mas também da sociedade civil.

A lógica da gestão gerencial nas escolas públicas está concentrada no trabalho do diretor escolar, pois as “[...] as eleições para diretores e o planejamento estratégico servem muito mais para legitimar as ações voltadas para implementação da cultura organizacional gerencialista do que para fazer com que as pessoas possam participar, democraticamente, [...]”. (Araújo e Castro, 2011, p.93).

O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, prevê a descentralização como forma de introduzir a lógica competitiva e produtiva na escola. Cabe ao diretor alçado à condição de gerente e líder envolver a comunidade, pois uma das condicionantes para a adesão ao programa é a criação das Associações de Apoio à Escola, em cada unidade escolar, presidida por ele. Se a comunidade não participar, encontra obstáculos para prover os recursos que precisam ser geridos e para viabilizar o que não é suprido pelo poder público para o funcionamento das Unidades Escolares. Observa-se que Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, criado em 1997, em vigência há vinte anos, integra o novo Plano Estadual de Educação - PEE/TO, aprovado em 07 de julho de 2015. O Programa Escola de Gestão Compartilhada se perpetua em todas as gestões, porque ele permite à Seduc viabilizar sob pseudodemocracia, os meios e ferramentas de controle das escolas e ações dos diretores na gestão, com vista a, alocar serviços e ações análogas, às características empresariais.

Do ano de 2011 a 2014, dois governadores que atuaram no poder e mando na lógica patrimonialista e autoritária que Faoro (2012) classifica como a estrutura governamental, “único detentor impõe a comunidade a sua decisão política fundamental, isto é, dita aos destinatários do poder”. (p. 829). Neste caso, os detentores de poder, dois governadores e a forma única de governar, do regime autoritário que convive com a vestimenta constitucional.

Na gestão de Danilo Melo, Secretário de Educação, o acordo do PDRIS foi selado com o Banco Mundial, e na educação do Estado do Tocantins, o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, como se fosse um novo tempo, que se traduz em práticas de continuidade, com nova roupagem, pois observar-se-á nos capítulos subsequentes, que com o PEC, o protagonismo dos diretores escolares se potencializa como o gerente das escolas.

Reafirmamos nossa percepção, de que o Programa Estrada do Conhecimento se apresenta como *porta de entrada* do Banco Mundial para a Seduc. O Banco busca fazer parte da educação, como um agente que está *credenciado* a contribuir com a educação pública. Em seis municípios, seis escolas públicas selecionadas com a perspectiva de cuidar da vulnerabilidade social. O que se configura, é a possibilidade de intervir efetivamente na educação, por meio dos diretores escolares. O PEC que se inicia nos anos de 2011 é implementado na Seduc e levado às escolas por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, que já vinha sendo gestado, como demonstra o próprio PEC. Em 2012, o PDRIS é aprovado é o que estudaremos no próximo capítulo. Assim, continuamos o estudo no Capítulo 3, com o foco nos empréstimos do Banco Mundial para o Tocantins e na concepção do PEC.

CAPÍTULO 3

OS EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL NO ESTADO DO TOCANTINS E CONCEPÇÃO, OBJETIVOS, AÇÕES E ATIVIDADES PREVISTAS NO PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC.

Neste capítulo far-se-á a análise da presença e atuação do Banco Mundial por meio dos empréstimos destinados para o Estado do Tocantins, com foco no Programa Estrada do Conhecimento – PEC. Desta forma, o objetivo do capítulo é analisar como se dá a presença e atuação do Banco Mundial no Estado do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e como se constitui o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, objeto desse estudo.

Na busca de compor o objeto, as questões que norteiam são: quais são os projetos e ações do Banco Mundial no Tocantins, após a constituição do Estado? Que lugar ocupa o Banco no Estado do Tocantins? Que concepção de gestão conduziu a implementação do Programa Estrada do Conhecimento - PEC nas unidades escolares? Houve mudanças? Em que direção?

Nos estudos propomos viajar por caminhos historiográficos que tratam das ações do Banco Mundial e quais interesses defendem, mas também, pelos caminhos da descoberta e do conhecimento de como essa instituição financeira se movimenta no Tocantins após a sua constituição, na educação básica, sobretudo, no terceiro empréstimo contraído pelo Estado, e no Programa Estrada do Conhecimento, oriundo dele.

O capítulo apresenta o Relatório nº 63731(2011) do Banco Mundial e relaciona diretamente com o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins – PDRIS. Além disso, faz ingressões no documento *Estratégia 2020* (2011), para a Educação do Grupo do Banco Mundial. Trata dos Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS. São empréstimos contraídos do Banco Mundial nos anos de 1994 e 2004, bem como o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS selado no ano de 2012 e, deste, o Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

Nos estudos desse capítulo, busca-se as mediações da política e gestão dos agentes públicos ao privado. Assim, com foco no *PEC* a análise percorre os documentos oficiais e agrega registros obtidos de entrevistas realizadas com os gestores no período de junho a setembro de 2016.

Nesse contexto, o Estado do Tocantins contraiu com o Banco Mundial três empréstimos que se concretizaram nos anos de 1994, 2004 e 2012, sendo que este último denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, sobre o qual nos deteremos, porque dele emana o Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

Considera-se, nesta parte, os documentos, que deram origem ao Programa Estrada do Conhecimento ou a ele estão relacionados: Relatório nº 63731 – Estratégia de Parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012-2015, o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e tangencia-se os Projetos de Desenvolvimento Regional e Sustentável dos anos de 1994 e 2004.

Parte-se do Relatório nº 63731 – BR (2011), o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins – PDRIS e do Programa Estrada do Conhecimento – PEC, como o fio estruturante das relações capitalistas, do capital que se produz e reproduz lastreado pelas condições especiais e históricas da propriedade privada, da acumulação e do excedente. O eixo de análise são os financiamentos contraídos pelo Estado com o foco na implantação do Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

3.1. Reflexos - Relatório nº 63731 – Estratégia de Parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012 a 2015 e sua relação com a Educação básica pública.

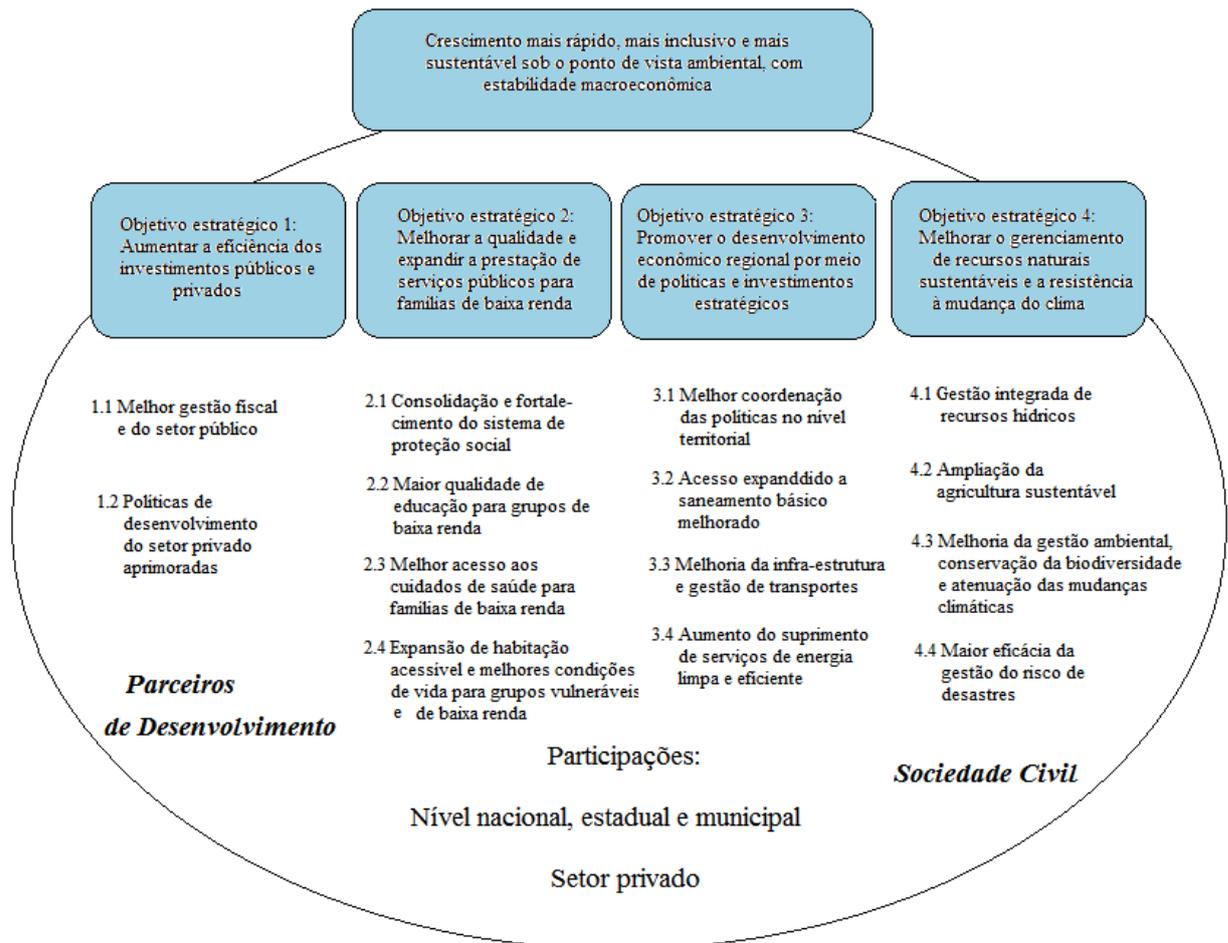
Analisar as proposições do Banco Mundial no documento - Relatório nº 63731 e o Desenvolvimento e Corporação Financeira Internacional - Estratégia de Parceria de País, exercícios fiscais (2012¹⁰⁸ a 2015), justifica-se pelo fato de que o Estado do Tocantins ter contraído empréstimo do Banco e fazer parte desse relatório. Assim, busca-se expor, a partir desse relatório, os elementos de gestão que são inscritos no Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, aprovado para o Tocantins e por meio do Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

¹⁰⁸No ano de 2012 o Banco comemorou 50 anos atuando na educação inaugurada na Tunísia, em escolas secundárias, pode ser constatado no Documento *Estratégia 2020* para a Educação do Grupo BM (2011) é apresentado que o Banco “já investiu globalmente, 69 mil milhões de dólares na educação, através de mais de 1.500 projetos”. Para saber sobre o que significam os Bancos ver: CHESNAIS, François. *As Dívidas Ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas*, 2012.

O Relatório nº 63731 (2012-2015) apresenta o Banco Mundial no Brasil, dele extraímos proposições para educação, gestão da educação básica, focada no ensino médio e também para vulnerabilidade social, que serão tratados nos pormenores nos capítulos seguintes. Esses elementos estão em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, e com o Programa Estrada do Conhecimento - PEC.

A análise prioriza os quatro objetivos estratégicos apresentados no relatório do Banco Mundial, pois esses se desdobram em metas e podem ser visualizados na figura 3. A figura apresenta as áreas e os objetivos estratégicos do Banco Mundial para o Brasil, e, que estão presentes no Tocantins.

Figura 3- Crescimento mais rápido, mais inclusivo e mais sustentável sob o ponto de vista ambiental, com estabilidade macroeconômica.



Fonte: Relatório nº 63731(2011, p. 22). Org. Silva, M. A., (2015).

O programa do Grupo Banco Mundial segundo o Relatório (2011, p.22) contempla 14 áreas, em quatro objetivos estratégicos, em uma estrutura de flexibilidade e adaptabilidade. A meta do Banco, no relatório, é contribuir para que o País consiga apresentar crescimento mais rápido, inclusivo e ambientalmente sustentável, com estabilidade macroeconômica. Os resultados almejados consideram as atividades em andamento e as novas propostas, tendo como parceiros de desenvolvimento a sociedade civil, nos níveis nacional, estadual, municipal e do setor privado.

O Banco Mundial destaca a posição do governo brasileiro em antecipar pagamento das parcelas dos empréstimos, nos exercícios de 2009 e 2011¹⁰⁹. Essa ação significa que o País antecipou o pagamento, com vista a captar mais dinheiro do Banco, para empréstimos estaduais, entre eles, foi contemplado o Estado do Tocantins.

O relatório em questão menciona que: “dando continuidade ao trabalho da Administração Lula, a Presidente Dilma Rousseff definiu metas sociais e econômicas ambiciosas para os próximos anos, em coordenação com os governos subnacionais”. (Relatório nº 63731, p. iii). O Governo federal visa a aumentar consideravelmente o potencial de crescimento do país acima dos atuais 4% a 4,5% no período supracitado, por meio de maiores investimentos, elevação da poupança pública e manutenção da disciplina fiscal. “Para os Programas de Aceleração do Crescimento I e II (PAC I e PAC II), focados no investimento em infraestrutura, foi previsto o investimento de R\$ 1,4 trilhão entre 2007 e 2014, sobretudo em moradia popular”. (Relatório nº 63731, p. i).

Assim, o Banco Mundial expõe que: “busca obter mais realizações, mantendo o foco na geração e transferência de conhecimentos, [...] enfatizando ainda mais, a inclusão social em linha com a meta da Presidente Dilma Rousseff de erradicar a pobreza extrema”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, ii). A “redução de hiatos de infraestrutura, aumento da produtividade do setor privado e melhoria do capital humano”. Um segundo desafio é

¹⁰⁹ Durante o período da atual CPS (**Estratégia de Parceria de País do Banco Mundial**), o Governo do Brasil efetuou dois pagamentos antecipados da sua dívida com o BM. O primeiro pagamento antecipado de cerca de US\$ 866 milhões foi efetuado em dezembro de 2009 e o segundo, de cerca de US\$ 3,1 bilhões, em junho de 2011. Mais recentemente, a Presidente Rousseff aprovou um pré-pagamento adicional de aproximadamente US\$ 2,7 bilhões e a solicitação formal correspondente foi recebida pelo BM no dia 30 de setembro de 2011. Com esse terceiro pré-pagamento, o programa de empréstimos indicativo apresentado na CPS para o EF12-13 é totalmente coerente com a estrutura de limite individual por mutuário – SBL (**Mutuário Único do Banco**). Além disso, no contexto do processo de consulta da CPS nacional, o governo brasileiro expressou sua intenção de solicitar a ampliação do SBL para o Brasil. (Relatório Nº 63731-BR, 2011, p. 41 grifo nosso).

“reduzir a desigualdade e oferecer oportunidades de desenvolvimento humano a todos, incluindo, principalmente às mulheres”. (idem, ii).

Para o Banco, as prioridades do Brasil estão focadas nos problemas de desenvolvimento e exigem soluções inovadoras, tanto em termos de melhoria das estruturas de políticas nacionais quanto na busca de novas formas de implementação de programas com governos estaduais e em nível de empresas.

Como parte integrante da agenda de conhecimento e inovação, capital de gestão, instrução financeira e formalização de empresas, o Banco “está testando o impacto de um programa-piloto de instrução financeira em grande escala sobre conhecimentos e tomada de decisões intertemporais para alunos do ensino médio e seus pais. [...]”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, p.28). Nas palavras do Banco Mundial tem contribuído para

(a) um diálogo nacional transparente sobre resultados e desempenho da educação e (b) a elaboração de instrumentos para criar incentivos para fortalecer as instituições educacionais para obtenção de melhores resultados em todos os níveis. “Além disso, por meio de operações subnacionais, o Banco Mundial tem fornecido um apoio direto aos estados e selecionado municípios para reformas da educação para melhorar a qualidade dos professores, reduzir a repetição e aumentar a qualidade do ensino médio. [...]”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, p.198).

Neste relatório (2012-2015), o “fortalecimento da proteção social, a melhoria do acesso à educação de qualidade, saúde e habitação demonstraram ser os principais instrumentos para promover o desenvolvimento social e econômico do Brasil”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, p.27). O Banco apresenta como condição, pois, se trata, de “meta da Presidente Dilma de erradicar a extrema pobreza, [...], juntamente com o foco nas questões de gênero (idem, p. 27).

No relatório aponta que os governos estaduais fizeram importantes contribuições para a melhoria da posição fiscal do Brasil e o BM apoiou esses esforços, ajudando os estados a cumprir a estrutura de responsabilidade fiscal do país, expandir o espaço fiscal do investimento público em crescimento e melhorar a prestação dos serviços sociais básicos. O Banco Mundial atua junto aos governadores estaduais para

consolidar, disseminar e aprofundar essa primeira geração de reformas da gestão fiscal e do setor público. O Banco Mundial usará investimentos e empréstimos para políticas de desenvolvimento para apoiar as mudanças institucionais e reformas das políticas (p. ex.: em Alagoas, na Bahia, em Pernambuco, no Piauí e no Rio Grande do Norte no Nordeste, no Tocantins na região Centro-Oeste, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro no Sudeste, e no Paraná e Rio Grande do Sul na região Sul). (Relatório nº 63731-BR, 2011, p. 32).

O fortalecimento da capacidade de gestão do setor público foi unanimemente mencionado pelos estados como área de contribuição do Banco que

deveria continuar e fortalecer [...]. Em particular, as áreas de planejamento e desenvolvimento de projetos, qualidade das políticas, controle de despesas e monitoramento e avaliação de investimentos e implementação são mencionadas como as principais. Especificamente, vários estados solicitaram que o Banco Mundial os ajude a profissionalizar a gerência fixa do setor público por meio de planos de carreiras bem-definidos, protegidos da interferência política. [...] seria necessário ir muito além de uma mera capacitação, criando uma cultura gerencial. A gestão para resultados é vista por muitos estados e municípios como o melhor caminho a seguir, mas alguns acham que ainda carecem da capacidade técnica e institucional para optar por esse tipo de programa e que [...] deveria ser mais clara quanto à assistência que pretende dar aos governos que gostariam de adotar essa metodologia, incluindo a geração de capacidades e mudanças culturais entre os funcionários mais graduados. (Relatório nº 6373-BR, 2011, p. 42).

O relatório aponta ainda que “finalmente, o Banco Mundial e o Ministério da Indústria e Comércio estão começando a avaliar uma política para aumentar o conhecimento gerencial nas empresas brasileiras”. (Relatório nº 63731-BR, 2011, p.28)¹¹⁰.

O Banco Mundial e a IFC¹¹¹ prevê expandir apoio para o nordeste, apresentada como a região mais pobre do Brasil e para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, no Cerrado e em outros ecossistemas frágeis.

As parcerias público-privadas primordiais no Relatório Estratégia 2020 para a Educação do Grupo do Banco Mundial continuam sendo prioridade, confirmadas no Relatório 63731, porém a instituição avalia que poucos Estados fizeram progressos em parcerias, nos moldes do Banco.

Assim, os elementos presentes no *Relatório nº 63731-BR* se assemelham às metas e aos objetivos que constam no Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS e também no Programa Estrada do Conhecimento – PEC. E desse modo, percebe-se como o Banco Mundial atua no Tocantins.

O Banco Mundial para executar uma agenda econômica propõe aos governos o que deve ser realizado pelos gestores e pela sociedade civil. Apresenta-se com recursos

¹¹⁰ A essa matéria a Confederação Nacional da Indústria – CNI no documento *Conhecimento e Inovação para a Competitividade*, elaborado pelo Banco Mundial no ano de 2008 afirma que: “as fontes de inovação para as firmas brasileiras e indica que a mais importante não é pesquisa e desenvolvimento, mas a compra de bens de capital e, além disso, que as empresas competitivas e os consumidores são as principais fontes de informação sobre inovação no Brasil”. (CNI, 2008, p.134).

¹¹¹O Relatório nº 63731-BR (2011) aponta que a Corporação Financeira Internacional, extensão do BM, atua no setor privado e tem presença no Relatório Estratégia para o Setor Educacional de 1999, as PPPs e grandes corporações que tratam do setor educacional, em uma ótica mercadológica, pois a IFC é quem tem prerrogativas para cuidar do setor privado no Banco. (Trabalha com parceiros comerciais, investe em empresas privadas sustentáveis dos países em desenvolvimento sem exigência de aval dos governos).

financeiros e capacidade técnica para resolver questões por meio de políticos e empresários. Pela persuasão, defende a nova gestão pública, com facetas meritocráticas, a gestão por resultados e por produção, faz parte das indicações do Banco.

As empresas, colocadas no espaço público, são reconhecidas como eficientes e capazes de conviver sem o conflito. Viabiliza-se a política de manutenção dos empréstimos com o Brasil, no aumento de investimentos públicos e privados no país para vender seus serviços e projetos.

O retrato do Brasil posto no relatório prima pela riqueza de detalhes com que é elaborado, na preservação e exaltação do Banco, apresenta um estudo sobre a aceitação do Banco no Brasil. Nas palavras do Banco o “[...] CPS¹¹² de 2012-2015 desenvolverá e aprofundará a última Estratégia de País com o Brasil. O Grupo Banco Mundial tem sido um parceiro valioso para o Brasil, fornecendo soluções integradas, e de desenvolvimento multissetorial, adaptadas as suas necessidades. [...]” (Relatório nº 63731-BR, 2011, p. i).

No Programa de empréstimos proposto pelo BIRD, para o Estado do Tocantins, constam cinco áreas: gestão fiscal e do setor público; acesso à proteção social, saúde e educação; políticas de desenvolvimento econômico regional; saneamento, transportes e infraestrutura energética e gestão de risco de desastres.

Nas relações do Banco¹¹³ com políticas públicas e programas aceitos e assumidos com governo federal e governos estaduais, são propostas linhas de crédito com vista ao que for mais rentável, para vender para os governos. O que se sobressai é a forma como são firmados esses empréstimos, a contrapartida que os estados assumem nos contratos, e que, depois de firmados, serão fiscalizados pelo Banco.

Ao analisar os documentos e as concepções que orientam as ações do Banco, percebe-se a forma de atuação propositiva, na medida em que se põe como instituição do capital, que tem o dinheiro e a técnica, em busca de outros espaços para vender seus serviços e aplicar suas receitas. Nas suas prioridades estão os projetos econômicos. Os que contraem

¹¹²Estratégia de Parcerias de Países - CPS. Estudos como o de Sônia Kruppa (2000) elucidam que no funcionamento e na organização do Banco destaca-se também o "Country Assistance Strategy" CAS, na prática rege os empréstimos, o CAS descreve a estratégia de assistência do Banco, com base em uma avaliação de suas prioridades no país e, indica o nível e a composição da assistência a ser proporcionada, com base na carteira do país e em seu desempenho econômico.

¹¹³ Os estudos de Leher (1998); Silva (1999); Kruppa (2000), Altmann (2002) e Pereira (2009) demonstram as formas de atuação do Banco Mundial na educação básica pública.

os empréstimos são os Países ou os estados, neste caso, o Estado de Tocantins e nos deteremos nos acordos com o Banco Mundial.

3.2. O Banco Mundial no Estado do Tocantins – após o ano de 1988.

Três financiamentos foram contraídos pelo Estado do Tocantins, após a criação do Estado. Os empréstimos foram realizados com o Banco Mundial, a partir de 1988, e se materializam aproximadamente a cada dez anos. Assim, os financiamentos concretizaram-se nos anos de 1994, 2004 e 2012, com ênfase no Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins – PDRIS, de onde emana o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, objeto desse estudo, bem como as possibilidades de investimento na Educação.

O Estado do Tocantins constituído pela Constituição Federal de 1988 se apresenta em consonância com os demais estados brasileiros que contraíram empréstimos do Banco Mundial. O caminho percorrido para a devida implantação de projetos e programas nos estados brasileiros surge da necessidade dos estados, segundo o Banco Mundial. São os interesses dos governos federal e estaduais em buscar empréstimos externos para realizar a política local e atender aos interesses de uma classe que domina o capital, na venda de serviços e projetos lucrativos.

Nesta linha de conformação, os financiamentos para o Estado do Tocantins, nos três projetos, apresentam características de continuidade. Na sua essência, porém, apresenta uma evolução no que se refere ao volume de empréstimos, como se constata a seguir.

3.2.1. Os Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS nos anos de 1994 e 2004 no Estado de Tocantins: dois empréstimos financeiros.

O Estado do Tocantins contraiu o primeiro empréstimo do Banco Mundial em 1994, voltado exclusivamente para a pavimentação e restauração de rodovias, no valor de US\$ 87 milhões de dólares. O financiamento do “Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual” foi destinado à implantação, pavimentação e restauração de rodovias, prevendo maior integração entre as diversas regiões do Estado e a ampliação das condições de acesso às vias rodoviárias troncais e coletoras.

O segundo empréstimo contraído pelo Estado de Tocantins, com recursos do Banco Mundial, foi selado no ano de 2004, denominado de “Projeto de Desenvolvimento Regional

Sustentável – PDRS”. Foi formulado como uma continuidade do Projeto de Restauração e Gerenciamento de Conservação da Malha Rodoviária do Estado do Tocantins (3714-BR).

O projeto do PDRS foi configurado em consonância com as estratégias, metas e ações definidas no Programa Plurianual do Estado do Tocantins – PPA. Ele constitui o referencial técnico empregado pelo governo do Estado para negociar o financiamento parcial do projeto junto ao Banco Mundial. O PDRS contemplou prioritariamente quatro das regiões que concentram cerca da metade dos municípios do Estado (67 municípios) que registravam os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, na região norte, sudeste, no leste e nordeste do Estado.

O valor do segundo empréstimo foi de US\$ 100 milhões, sendo que 60% foi de financiamento do Banco Mundial e 40% contrapartida do governo estadual¹¹⁴. O detalhamento por regiões, valor e metas, pode ser observado no quadro 9.

Quadro 9 – PDRS: regiões contempladas, municípios, valores e metas.

Regiões	<ul style="list-style-type: none">•Extremo-Norte (Bico do Papagaio- 25 municípios),•Nordeste (14 municípios),•Leste (Jalapão- 08 municípios) e•Região Sudeste (20 municípios).
Valor	<ul style="list-style-type: none">•US\$ 60.000.000,00 do BIRD (60%) e US\$ 40.000.000,00 do Estado do Tocantins (40%), perfazendo um total de US\$ 100.000.000,00 de dólares.
Metas	<ul style="list-style-type: none">•a) eliminação de pontos críticos em rodovias municipais, com a construção de aproximadamente 600 pontes e 9.000 bueiros (US\$42.000.000,00);•b) melhoramento de rodovias estaduais - aproximadamente 200 km (US\$30.000.000,00);•c) aprimoramento do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) com implantação da Gestão Territorial;•d) implantação de unidades de conservação ambiental;•e) fortalecimento institucional do Estado e dos municípios.

Fonte: <http://pdrs.seinf.to.gov.br>. Organização: Souza, N. N. (2014).

O segundo contrato de empréstimo nº 7208-BR com o Banco Mundial, assinado em 29 de outubro de 2004, para o Estado do Tocantins, com prazo de implementação de 2004 a

¹¹⁴O Governo do Estado do Tocantins deu entrada, na Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) (13/12/01), em dois Projetos para serem financiados com recursos do BIRD: Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e Malha Rodoviária – II. Como o Banco Mundial não estava financiando na época Projetos de caráter eminentemente rodoviário, foi criado o Projeto de Infra-Estrutura Rural (PIER), que agregava componentes do PCPR/Malha Rodoviária – II/Meio Ambiente. Em 27 de março de 2002, a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) da SEAIN aprovou a preparação do PIER. No dia 09 de dezembro de 2003 foi aprovado pela Diretoria do Banco o “Tocantins Sustainable Development Project” – Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Tocantins.

2009 no valor de US\$ 60.000.000,00, tinha o objetivo contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades rurais das regiões mais pobres do Tocantins e “reduzir as desigualdades regionais por meio da melhoria do acesso aos mercados, criar oportunidades de trabalho, à infraestrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que previa assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteção de ecossistemas frágeis”. (p.150).

As exigências do Banco de “estratégias governamentais para uma governança eficiente” (Bento, 2003, p.219) coloca a sociedade civil como co-responsável, por meio de representação no desempenho de funções que até então eram exclusivas do estado. O referendo e a iniciativa de participação popular no campo da ação legislativa foi posto como democracia direta, de que ocorram audiências públicas como etapa anterior ao selamento dos acordos.

Nos dois empréstimos dos anos de 1994 e 2004, menciona-se as possibilidades de interação da comunidade e eleger prioridades para desenvolvimento dos projetos e aplicação dos recursos. No documento específico do Plano Estratégico e Projeto Executivo, estão as razões de não terem sido realizadas audiências públicas.

No Tocantins, as decisões relativas às políticas públicas estaduais têm sido centradas basicamente no poder executivo. Essa particularidade deriva da criação recente do Estado e da conseqüente vulnerabilidade do poder público municipal e da própria sociedade civil. Tal modelo demonstrou-se até então efetivo, propiciando queimar etapas no ataque ao subdesenvolvimento típico de regiões deprimidas e que, há muito, estavam fora das prioridades brasileiras. Nessas circunstâncias, o Estado e a sociedade civil têm conseguido manter um relacionamento cooperativo em políticas públicas, em posições distintas - porém complementares. (PDRS - Plano Estratégico e Projeto Executivo, Arquivo 1. p. 2, 2003).

As audiências públicas constam como obrigatórias quando assinados acordos dos Estados com o Banco. Nessas audiências, a comunidade poderia interagir, participar dando opiniões e ser esclarecida sobre dúvidas eventuais. Dois financiamentos realizados e, ainda, a justificativa das decisões concentradas no governador, pela recente criação do Estado. De 1988 a 2004, tem-se dezesseis anos. Observa-se no excerto do documento, que além de negar a população o mínimo de participação, justifica-se como se a sociedade estivesse participando em *posições distintas*. Obviamente que esses movimentos aconteceram com a participação do executivo estadual, mas também com as elites e empresários.

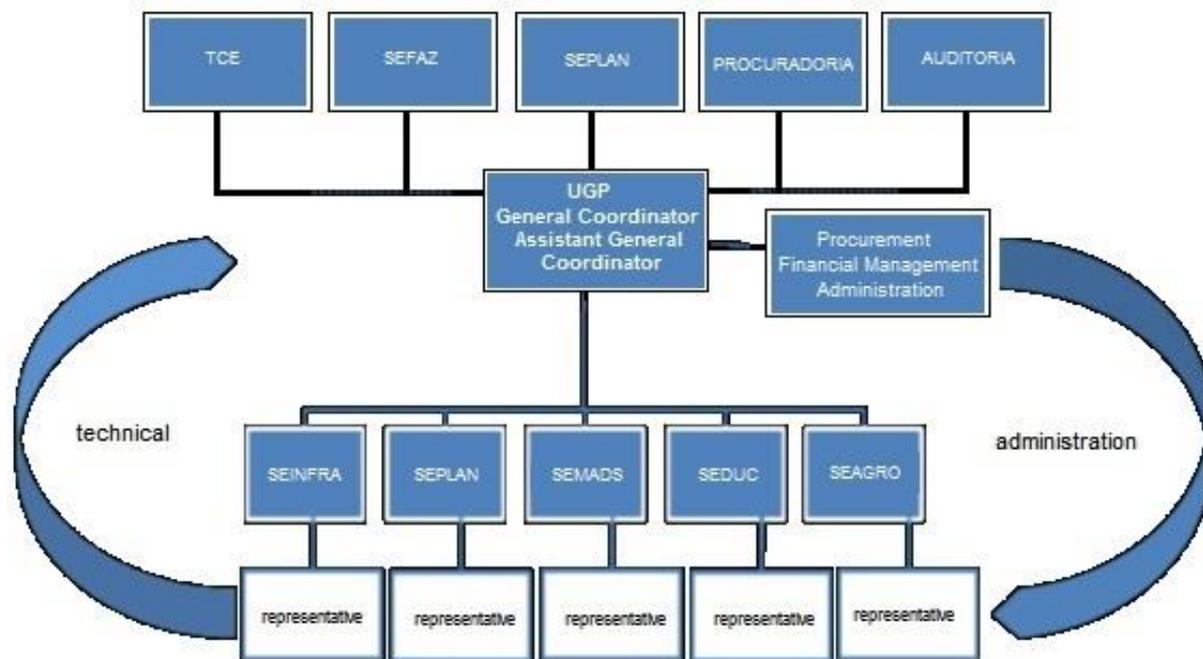
Desta forma, passemos ao terceiro empréstimo realizado pelo Estado do Tocantins com o Banco Mundial, denominado de Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, que abrange a parte Oeste do Estado (72 municípios) com o objetivo

de contribuir para melhorar a eficiência do transporte rodoviário e a qualidade de serviços públicos estaduais em 5 anos.

3.2.2. Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS.

O Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, sob nº de identificação: P-121495, é o terceiro empréstimo contraído pelo Estado de Tocantins e parte da mensagem nº 97 de 05 de novembro de 2012 (nº 496, de 2012, na origem), da Presidente da República (Anexo 4). Propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Tocantins e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar parcialmente o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS¹¹⁵. Para que se entenda a composição do Projeto, ver fig.4.

Figura 4 - Órgãos que compõe o PDRIS.



Fonte: Relatório de Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS). (Relatório N°: 56261-BR. p.49, 2012). Organização Souza, N. N. (maio/2017).

¹¹⁵Exposição de Motivos nº 00224/2012MF, de 31/10/ 2012, do Ministro da Fazenda; os pareceres favoráveis da Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins, da (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; o parecer técnico da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Estado; a Recomendação nº 1.167, de 14/12/2009, da (Cofix), válida até 04/01/2013.

Para dimensionar o financiamento contraído pelo Estado do Tocantins oficializado no ano de 2012 e a sua forma de organização, são demonstrados os órgãos que participam do PDRIS: Tribunal de Contas do Estado, Secretaria da Fazenda, Seplam/UGP, que concentra a coordenação do projeto, a Procuradoria Estadual e Auditoria, além da Seinfra, Semads, Seduc e Seagro.

No âmbito Estadual, já havia sido aprovado o empréstimo no ano de 2009, que por meio da Lei nº 2.271, de 29 de dezembro de 2009, “autoriza o Poder Executivo a contratar a operação de crédito externo, com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo no valor de US\$ 300.000,000.00 (Trezentos milhões de dólares), dos Estados Unidos da América” financiados pelo Bird, sendo US\$ 75 milhões de contrapartida estadual, que apesar de não constarem na referida lei estadual, estão previstos no montante do projeto, o total de US\$ 375,000,000.00 (Trezentos e *setenta e cinco* milhões de dólares) para serem aplicados entre 2012 e 2017 (5 anos), vinculando suas receitas tributárias e as oriundas de transferências constitucionais como contra garantias à União¹¹⁶.

O PDRIS foi inserido no Plano Plurianual do Estado de Tocantins para o período 2012-2015, aprovado pela Lei nº 2.538, de 16 de dezembro de 2011. O representante do Poder Executivo, governador Siqueira Campos, garantiu que constaram da Lei Orçamentária Estadual de 2012 – Lei nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011 – dotações suficientes à execução do Projeto.

A Lei Estadual nº 2.271 de 29 de dezembro de 2009 na sua aprovação tinha como finalidade quatro pontos: I - melhoria da eficiência da gestão pública; II - promoção e fortalecimento do sistema produtivo; III - conservação e uso sustentável dos recursos naturais e a IV - melhoria da eficiência do sistema de transportes.

No projeto aprovado no Senado Federal, o parecer da relatoria do Senador Aécio Neves, consta as despesas com pessoal no âmbito dos três poderes situavam-se dentro limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e da Resolução nº 43, do Senado Federal¹¹⁷. No ano de 2012, a aprovação do projeto no Senado Federal se dá nos seguintes

¹¹⁶A liberação dos recursos da operação de crédito prevista para o período 2012-2017, com amortizações em 40 parcelas semestrais e custo efetivo médio estimado em 3,9% ao ano, coincide com o relatório 2012 -2015 do Banco Mundial.

¹¹⁷Outros documentos considerados para aprovação de projetos internacionais é o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, atestando que o Estado aplica corretamente os recursos em ações de serviços básicos de saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino, em consonância com os arts. 198 e 212 da

termos: para alcançar os objetivos, o projeto está estruturado em dois componentes: 1. Melhoria do transporte rural e 2. Eficiência no serviço público.

O PDRIS prevê estimular o desenvolvimento local e estadual por meio de melhorias nos transportes e de maior oferta de serviços públicos, sendo que 300 mil pessoas serão beneficiadas em 72 municípios. Propõe a eliminação de cerca de 2.600 pontos críticos, que foram mapeados em estradas vicinais municipais; reabilitação e conservação de cerca de 1,6 mil quilômetros de estradas estaduais, construção de pontes, bueiros e drenagem. Também a melhoria da eficiência da gestão pública e na conservação e uso sustentável dos recursos naturais. No quadro 10 apresenta a distribuição dos recursos do empréstimo contraído pelo Estado do Tocantins.

Quadro 10 - Recursos oriundos do 3º empréstimo do Banco Mundial ao Estado do Tocantins - 2012

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS – EM DÓLARES			
COMPONENTE 1 - MELHORAMENTO DO TRANSPORTE RURAL			
	BANCO MUNDIAL (US\$)	ESTADO	TOTAL (US\$)
Subcomponente			
1.1 - Melhoramento das condições de transporte nas redes municipais	70	0	70
Subcomponente			
1.2 - Melhoramento da segurança rodoviária nas estradas estaduais não pavimentadas	0	24	24
Subcomponente			
1.3 - Rejuvenescimento e melhoramento da eficiência do gerenciamento da malha rodoviária estadual	160	0	160
Subcomponente			
1.4 - Melhoramento das condições de transporte na rede estadual	0	40	40
Subcomponente			
1.5 - Melhoramento da capacidade de planejamento e gerenciamento do transporte, da logística e segurança.	5	1	6
Sub - Total do Componente 1	235	65	300
COMPONENTE 2 - MELHORAMENTO DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM UMA SELEÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
Subcomponente			
2.1 - Modernização da administração.	11	2,5	13,5
Subcomponente			
2.2 - Apoio ao desenvolvimento da produção local.	5	1	6
Subcomponente			
2.3 - Melhoramento do gerenciamento meio ambiental	11	2,5	13,5

Constituição Federal e que o Estado exerce plenamente a sua competência tributária, que foi apresentado com vista à aprovação do empréstimo em evidência e o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, com o registro de que a União dispõe de margem para a concessão da garantia solicitada. Ainda, a adimplência do Estado com a administração pública federal, além do Ministério da Fazenda, bem como a formalização do respectivo contrato de contra garantia. Relatório de Gestão Fiscal da União para o 2º quadrimestre de 2012.

Subcomponente			
2.4 - Melhoramento da qualidade na educação	5	1	6
Subcomponente	8	3	11
2.5 - Melhoramento do atendimento dos usuários de serviços públicos e as condições de trabalho			
Sub - Total do Componente 2	40	10	50
DESPESAS FINANCEIRAS E DE GERENCIAMENTO	10		
NÃO ALOCADO	15		
VALOR TOTAL (US\$) (dólares)	375		

Fonte: PDRIS/BM/TO/2012. <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em 20 de abril de 2013. Adaptação da autora (2015).

Segundo os dados do quadro em evidência nesse terceiro empréstimo, contraído pelo Estado de Tocantins, há prazo de vencimento final de 24 anos e meio, com cinco anos de carência, e os componentes estão divididos em: componente 1 - Melhoramento do transporte rural e componente 2 - Melhoramento da eficiência dos serviços públicos numa seleção de serviços públicos. Dessa forma, permite problematizar as formas de atuação econômica e política do Banco Mundial, caracterizado pelo empréstimo de recursos a juros, que majoritariamente são destinados ao melhoramento do transporte rural, da malha viária e uma parcela consideravelmente menor para o melhoramento da eficiência dos serviços públicos. No componente 1, estão os grandes empresários, empreiteiras, evidenciado pelo volume de dinheiro destinado aos grandes investimentos do capital, na indústria, comércio e exploração.

Por outro lado, no componente 2, na gestão pública, a nova lógica meritocrática prevê recursos que são menores que tem o papel de empreender esse novo conceito orientado pelo Banco Mundial. Assim, o subcomponente 2.4 (Anexo 5) refere-se ao melhoramento da qualidade da educação e o valor de seis milhões de dólares, contabilizado nos negócios vendáveis do Banco Mundial.

O PDRIS estava previsto para ser desenvolvido em cinco anos, porém o Estado arca com o projeto de empréstimo e juros contraídos do Banco Mundial em 24 anos e meio, contando com mais 5 anos de carência. A conta que o Estado paga em longa data mantém as rendas do Banco na condição de instituição financeira, que vende produtos aos governos. São essencialmente os juros que o Estado transfere para o Banco, que proporcionam que essas dívidas sejam contraídas para pagamento em longo prazo.

Para o desenvolvimento do projeto, sete órgãos estão envolvidos: a Secretaria do Planejamento e Modernização da Gestão Pública - Seplan, administradora direta dos recursos, a Agência de Máquinas e Transportes do Tocantins - Agetrans, detentora da maior

parcela de recursos, tida como primeiro componente, com gerenciamento de cerca de 80% do valor total do projeto, para melhorar a acessibilidade da população rural em estradas vicinais, as condições de transporte em trechos pavimentados, a conectividade e condições de segurança no trânsito e, ainda, o planejamento e gestão do transporte e logística.

O segundo componente contempla ações que visam eficácia nos serviços públicos. Nesta etapa, para a educação básica pública, os recursos são utilizados no Programa Estrada do Conhecimento – PEC, para seis unidades escolares. Há o envolvimento da Seplan, para modernização e descentralização dos serviços administrativos; Agricultura e Pecuária - Seagro e Instituto de Desenvolvimento Rural - Ruraltins, para realização de atividades voltadas à promoção de negócios rurais e criação de oportunidades para atrair investimentos sustentáveis; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semades e Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, que investirão em prol da melhoria da gestão, do sistema de licenciamento, monitoramento e medidas de execução ambiental, além de estudo de novas políticas públicas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais e desenvolvimento da biodiversidade.

Na análise dos três empréstimos de 1994, 2004 e 2012 que o Estado de Tocantins contraiu desde a sua criação em 1988, buscou-se apreender essa relação complexa, contraditória, desses empréstimos. A essência desse fenômeno se manifesta como um movimento que converge, quando se refere à natureza a que se destinam, e quanto aos lucros esperados pelos homens de negócios.

Pode-se aferir que os três empréstimos foram designados para suprir a malha viária do Estado. Porém, foram concebidos em diferentes momentos, num interstício aproximado de dez anos. No início da criação do Estado, eram poucas estradas pavimentadas. O primeiro financiamento relativamente pequeno em termos de montante de dinheiro foi crescendo no segundo empréstimo, e, consideravelmente no terceiro, com juros consideráveis.

Atingir os elementos reais significa desvelar o capital travestido de necessidades de um Estado que ora se constrói e, evidenciar, como o banco tem um projeto para o capital, sob a alcunha de *ajuda* e cooperação técnica aos países. Nesse movimento, procurando compreender essa realidade, a coisa em si, pode-se afirmar que dinheiro do Banco Mundial

beneficia políticos e empresários na sua forma mais lucrativa, incluindo um histórico de corrupção sem precedentes¹¹⁸.

Nesse sentido, políticos, partidos políticos, os empresários e banqueiros contam também segundo Fernandes (1981) com a desmoralização coletiva e de uma ordem de transição ultra-repressiva e conservadora. No Tocantins desde a criação do Estado, observa-se a atuação das elites nacionais e internacionais nas decisões políticas. São os pequenos grupos e os mesmos, em nome da ocupação do poder, governando em suas próprias causas, onde os trabalhadores tentam insurgir-se.

3.3. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC e a relação com o Banco Mundial para a educação pública.

O intuito, neste item, é analisar o lugar que ocupa o Banco Mundial e como atua na educação e implantação do Programa Estrada do Conhecimento – PEC, extraindo dos entrevistados da pesquisa, os elementos que motivaram o empréstimo dessa instituição financeira na educação básica, no Estado do Tocantins.

No componente 2, está disposto a eficiência dos serviços públicos, apresentado no quadro 10 do PDRIS. A educação básica aparece no melhoramento da qualidade da educação e tem a meta de reduzir a vulnerabilidade de populações pobres. As escolas escolhidas para receberem os recursos do PDRIS estão localizadas no perímetro urbano. Os recursos financeiros são destinados para escolas piloto, destinados às comunidades altamente vulneráveis ao longo da Rodovia BR - 153. O total de investimentos para a educação é 3% do valor total do projeto.

O acordo com o Banco Mundial e o Tocantins prevê empréstimo de trezentos milhões de dólares firmado no PDRIS e a contrapartida do Estado de setenta e cinco milhões de dólares, sendo que dessa quantia, seis milhões foram destinados à Secretaria de Educação

¹¹⁸ A revelação do suposto esquema de corrupção envolvendo políticos, servidores públicos e empreiteiros apontam que o grupo fraudou licitações e contratos de terraplanagem e pavimentação asfáltica em 29 rodovias estaduais, com o fim de abastecer campanhas políticas no Estado. As investigações apontam três núcleos: o **1- Núcleo político**- em 2013 e 2014, o governo do TO, então Siqueira Campos e, posteriormente Sandoval Cardoso recebeu, por meio de empréstimos bancários internacionais R\$ 1,2 bilhão, para custear obras. A União foi a garantidora da operação de crédito.**2- Núcleo de servidores**- do valor total 70% (R\$ 850 milhões) foi repassado para Agetrans para obras de rodovias em 29 municípios. A fraude era dividida em duas partes – na 1ª os servidores direcionavam as licitações para um grupo formado por sete empresas e na 2ª os servidores atestavam medições das obras não realizadas e, aditivos que encareciam as obras em até 25%. **3- Núcleo de empresários** – recebidas as verbas do governo, os empresários, juntamente com os servidores públicos fraudavam a realização das obras. (Jornal do Tocantins, 23/10/2016. Ano 37–Nº 6.901).

do Tocantins. Para a melhoria da qualidade do sistema de ensino voltado a crianças e adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social, o orçamento foi de US\$ 6 milhões de dólares para a Secretaria de Educação desenvolver trabalho de ressocialização por meio da educação, em seis escolas de seis municípios do Estado.

Para entender o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS indagou-se sobre a presença do Banco Mundial nas ações do Estado, no que concerne à educação pública no Tocantins, segue visão de um dos gestores:

o Banco Mundial tem uma visão eu diria assim: muito pragmática, dos objetivos da educação. Para o Banco, em linhas gerais, um segmento do Banco a ideia de que a educação é um instrumento de desenvolvimento econômico. Isso muito baseado na concepção política de alguns dos seus, para a maioria eu diria assim, dos seus associados, dos seus financiadores. Mas há uma corrente de técnicos, de pessoas que se envolvem com essas políticas sociais do Banco Mundial há muito tempo, não só no Brasil, mas em outros lugares, em que se discute que a presença do Banco, pode estar muito mais relacionada ao desenvolvimento social como um todo da comunidade, não só o desenvolvimento econômico, não basta só fazer as pessoas serem mais produtivas, gerarem mais dividendos para as empresas, importa que as pessoas sejam realizadas do ponto de vista dos seus projetos pessoais. (Sujeito, GS1, entrevista, 2016).

Nessa resposta, parece que o entrevistado justifica a ligação do Banco com a educação no estado, mesmo que confusa, na simbiose do econômico e o produtivo na sociedade do capital. Naturaliza as desigualdades para incluir as pessoas. Em outro trecho, outro entrevistado, reafirma a necessidade da parceria do Banco.

Para nós é de altíssima relevância. Porque o Banco, ele tem uma experiência muito grande que pode ser socializada, que pode ser internalizada por nós da Educação. E nesse projeto principalmente porque ele atinge áreas vulneráveis. E é das diretrizes do Banco essas experiências que ele traz pra gente, que é trabalhar nessas áreas vulneráveis. E quando o Banco começou esse trabalho conosco, trouxe outra dimensão da escola como um todo. Desde o que é básico, desde a educação infantil, até o ensino médio. (Sujeito, GSC1, entrevista, 2016).

Neste sentido, o excerto da entrevista não só reconhece a presença do Banco na educação, como o torna imprescindível. A condição do entrevistado em relação à presença do Banco na educação, como se essa instituição financeira trouxesse as possibilidades de apreender a educação do Tocantins de outra forma, a partir do aporte de conhecimento e experiência que o Banco ofereceria.

A Secretaria de Educação e o mérito dos argumentos que originaram o Programa Estrada do Conhecimento – PEC, segundo o entrevistado.

Na verdade foi a gente que disse assim: “Nós queremos”. E nós vemos o seguinte, se vão levar asfalto, e asfalto significa o quê? É só óleo diesel e borracha queimada na estrada? Vocês não precisam levar só sofisticação, precisam levar instrução para o povo e se isso se desenvolver se for realmente uma grande via de desenvolvimento de comércio, as pessoas precisam estar preparadas. Então a garçonete precisa se preparar, o frentista do posto, o gerente, o borracheiro precisa ter acesso a outros equipamentos, máquinas modernas, precisa produzir mais e viver mais dignamente. [...] porque o cara que fica martelando ali necessariamente não é que tem máquinas para fazer. Então assim, como é que vocês pensam que vão desenvolver tudo isso, trazer máquinas e coisas sofisticadas se o povo não se sofisticar? Então como é que essas vendedoras de “Chambari” elas podem fazer cada vez melhor e aproveitar [...] os pontos dos viajantes, enfim. Você precisa pensar nisso, só vem da educação, não adianta. Se não tiver educação, a mocinha bonitinha que está servindo o café, aquela será vítima da exploração, da prostituição que é algo muito forte, muito violento, nessa nossa região, nessa nossa comunidade, nós temos que enfrentar, nós somos um estado novo ainda [...]. (Sujeito, GS1, entrevista, 2016).

A fala do entrevistado revela que a Secretaria de Educação Estadual buscou a parceria com o Banco, utilizando como argumento de que somente as boas estradas e o desenvolvimento, associados ao econômico não bastariam, precisariam de educação para promover a capacitação dos trabalhadores. A Seduc necessita do empréstimo e o Banco mostra-se disposto a aplicação de poucos recursos para a educação pública.

O Banco Mundial impinge a sua ideologia na execução de seu projeto econômico, na forma de *ajuda*, para quem solicita *ajuda*, mas que, efetivamente, no concreto é o que se dispõe, enquanto instituição financeira. Por exemplo, o volume de dinheiro do empréstimo dispensado para as escolas públicas que serão atendidas no Estado com o Programa Estrada do Conhecimento. Isso, nos faz retomar a expressão do Relatório nº 63731 (2011) no dizer dos setores, que o Banco deveria priorizar e se ater às necessidades dos estados para prover seus financiamentos e não a rigidez de seu projeto.

Perseguindo o lugar que o Banco ocupa na educação básica pública, indagou-se como foi constituído o Programa Estrada do Conhecimento?

Bem, primeiro o que nós recebemos na época o “David” que era o que coordenava a missão aqui no Brasil, no Estado do Tocantins, ele esteve reunido conosco e na época também o chefe da missão era “Erick Lancelotti” que veio até ao Brasil, até o Tocantins, mas numa proposta de realizar trabalhos junto à Secretaria da Educação. Quando a gente pensa em Banco Mundial, a gente pensa assim: Dinheiro! Mas quando nós recebemos a visita, nós vimos que a proposta era muito maior, não era só emprestar o dinheiro. Era aplicar esse dinheiro em algumas situações que fossem melhorar a realidade daquela comunidade. Daquela população, daquela escola inserida dentro do município. E o que nós percebemos na época é que o Banco já vinha com alguns dados do Estado [...]. Áreas de vulnerabilidade para o Banco na verdade aqui para o Tocantins são escolas que ficavam às margens da BR-153. Muitas escolas na época foram construídas escolas de placas, até porque o estado estava assim, rápido no desenvolvimento e foram necessárias naquela época. E às margens da rodovia também colocavam nossos alunos em situação vulnerável, que também não era uma preocupação na época que elas foram construídas pelo MEC. (Sujeito, GSC1, entrevista, 2016).

Esse depoimento nos reporta novamente ao *Relatório nº 63731* (2011), em questões nominadas pelo Banco, em termos de acesso “[...] tem apoiado a elaboração e a implementação das políticas de desenvolvimento da primeira infância com um enfoque em: funções básicas normativas e de supervisão (definição de diretrizes de currículos do desenvolvimento da primeira infância, qualidade dos professores e padrões de instalações), [...]” (p. 144), bem como o “[...] trabalho com determinados municípios na implementação de programas inovadores com efeitos potenciais de demonstração. (idem). A vulnerabilidade estava ligada ao que o Banco se propõe realizar as unidades escolares escolhidas, bem como a justificação de que essa instituição financeira não é um ente estranho à educação.

Desse modo, o trabalho “com determinados municípios” é a justificação do Programa Estrada do Conhecimento - PEC em apenas seis municípios. O Banco Mundial propõe projetos pilotos, para demonstrar mudanças, postas como possibilidades de transformação, como *vitrine*, nos lugares que o Banco empreende negócios. Nesses municípios onde sobressaem as carências de todas as ordens, o mínimo que pareça que foi realizado, pode ser potencializado como grandioso. Por outro lado, o que se evidencia é que o estado exibe o empréstimo do Banco para a sociedade como um grande investimento realizado na educação e como se fossem advir mudanças substanciais para a educação pública.

Os estudos de Fonseca (2011) há tempos alertam sobre a necessidade de se questionar a utilização de dinheiro de empréstimo do Banco, considerando o volume e os altos juros. E se aplicando ao Tocantins, devemos considerar o número ínfimo de escolas contempladas com o Programa Estrada do Conhecimento. Além disso, com o empréstimo, o Banco executa o projeto a que se propõe, elevando seu capital com juros e persuadindo os governos na implantação de sua lógica mercadológica na educação pública.

Para a educação básica pública, a prática do Banco Mundial em âmbito nacional, desde 1970, de acordo com Fonseca, (1998, 2014), foi disseminar a expectativa de que a educação brasileira corrigiria os problemas estruturais, não veio a ocorrer, isso se dá também pela “fraca captação de recursos para o setor”. (idem, 2001b, p. 19). A autora pondera que “seria oportuno, também, que o setor educacional considerasse outras formas de cooperação internacional, cujas condições fossem financeiramente mais brandas e que não trouxessem a complexidade operacional própria dos projetos do Bird”. (Fonseca, 2011, p. 182).

Outro agravante, alerta Fonseca (2014), é “visível a intenção do Banco no sentido de dar continuidade ao processo de assistência à educação brasileira é até mesmo de

incrementá-la, visto que o campo estadual abre grandes oportunidades para novos acordos”. (p.118), como é o caso do Tocantins.

Um outro entrevistado apresenta suas impressões sobre a presença do Banco Mundial na educação do Tocantins.

Agora o que eu sei que eu posso falar, é que o Banco Mundial, ele tem interesse na mercantilização da Educação, senão não estaria investindo. [...] uma instituição multinacional e que tem interesses na privatização, na mercantilização da Educação que já é visível nos programas do Estado [...] Mas eu acho que aí o governo entende que aporte, que o Banco Mundial vai aportar mais dinheiro na Educação e que isso pode ser a salvação da Educação, e não é. O que vai ser a salvação da Educação é, quando o governo disser qual é a política pública da Educação do Tocantins. Não é o Banco Mundial. (Sujeito, DS1, entrevista, 2016).

Este relato põe à prova os interesses do Banco e o papel do Estado enquanto provedor de políticas públicas e aferimos que “teremos de aprender a situar claramente os problemas educacionais no próprio cerne de nossas opções políticas individuais e coletivas” (Fernandes, 1966, p. 99), sobretudo quando se trata da educação como direito e dever do estado provê-la. Em Fonseca (2016), a ingerência do Banco, que a autora se refere como a “intensidade da influência internacional [...] - compartilhada ou autonômica – com que os governos interagem [...] tem a ver com a própria orientação político-ideológica de cada governo nacional”. (p.31). São os governos federal e estaduais que propiciam a participação do Banco em todos os setores, sejam da economia ou da educação.

A esse respeito Silva (2002) constata que:

“os créditos concedidos à educação são frações de créditos econômicos e parte deles deve ser destinada aos projetos educacionais aprovados segundo critérios do próprio Banco”. Nesse contexto, o governo federal e os estaduais enfrentam a tarefa de reorganizar a educação básica pública com o propósito de ajustá-la não só às novas demandas sociais, mas, sobretudo, à realidade político-econômica ditada por esses órgãos dirigentes. Através dos ministérios e das secretarias de educação, os governos deliberam sobre a educação nacional, definindo seu sentido, finalidade, forma, conteúdos e imprimem a direção que possa legitimar o modelo econômico e político vigente. (Silva, 2002, p.12-13).

Para os projetos da educação básica pública, bem como das políticas sociais são destinados pequena parcela de financiamento, também confirmado nos estudos de Boschetti, ao afirmar que: “a interferência dos credores, por meio dos acordos firmados entre os governos nacionais e o [...] Banco Mundial, suprime muito de sua soberania nacional e os impõem regras de crescimento, de investimento e de contenção de recursos [...] que possuem implicações para [...] as políticas sociais, os direitos [...]”. (Boschetti, 2012, p.42).

Não cabe a inclusão de instituição financeira como partícipe ou mentora de processos na educação pública, por constituir naturezas adversas do capital, que não coadunam com a

educação pública de qualidade, por estar a serviço do lucro e dos empreendimentos financeiros e vendáveis.

Apresentados os aspectos gerais do Banco Mundial no Estado do Tocantins, essencialmente do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do PDRIS e na educação por meio dos entrevistados, continuemos os estudos do Programa Estrada do Conhecimento, com o intuito de sair da aparência, nesse território permeado de contradições, com foco no *documento* do Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

Apesar dos estudos desta tese referirem-se à gestão, optou-se pela apresentação no próximo item dos aspectos contemplados no PEC como um todo, desde a concepção, gênese, objetivos, recursos e financeiro, bem como os elementos didáticos pedagógicos para que o leitor dimensione o Programa como um todo. Em seguida, nos deteremos nas particularidades da gestão, nas seis escolas públicas estaduais e seis municípios.

3.3.2. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC: concepção, objetivos, ações e atividades previstas.

Neste item, nos deteremos nas particularidades e essência do Programa Estrada do Conhecimento – PEC (2011), que é “parte do acordo de compromisso firmado entre Banco Mundial/Brasil e Governo do Estado do Tocantins e tem como objetivo subsidiar o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável – PDRIS – Banco Mundial” (PEC, 2011, p. 6). O Programa Estrada do Conhecimento – PEC possui caráter intersetorial com a participação de nove Secretarias Estaduais e duas Autarquias: Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins e Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins.

O Programa prevê, ainda, parcerias firmadas com instituições governamentais e não governamentais e também com as prefeituras dos Municípios de Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, “objetivando atender as Unidades Escolares que apresentam índice acentuado de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social” (PEC, 2011, p.6), devendo ser executado no prazo de cinco anos, no período de 2012 a 2017.

Os objetivos do programa estão assim constituídos:

§ Promover educação efetiva e integrada de modo a viabilizar o acesso à qualidade de vida e a inclusão social às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social às margens da Rodovia Belém Brasília;

§ Viabilizar a melhoria da qualidade do ensino mediante a utilização de situações didáticas significativas de forma a garantir a permanência do aluno na escola;

§ Desenvolver estratégias de ensino diversificadas de forma a contemplar as necessidades e as potencialidades dos estudantes;

§ Estimular a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para alunos (as) e famílias em situação de vulnerabilidade social (PEC, 2011, p.7).

O governo do Tocantins apresenta o PEC com o slogan ‘*Cuidar das Pessoas*’

firmando-se, assim, um marco de responsabilidades para todos os propósitos de uma nova gestão das políticas públicas que se instaura como um Novo Tocantins. Nesta perspectiva, a Secretaria de Educação do Estado por meio do **Programa Estrada do Conhecimento** traz à discussão a preocupação com os altos índices de crianças e adolescentes em situação vulnerabilidade social às margens da Rodovia Belém-Brasília.

Essa vulnerabilidade social, caracterizada pelos alarmantes índices de prostituição de menores, tráfico de drogas e de pessoas, acentua-se a incidência de extrema pobreza, o que agrava todo o contexto familiar e também educacional, [...]. (PEC, 2011, p.7).

Em relação aos elementos atinentes à pobreza, o quadro 11 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios contemplados no Programa Estrada do Conhecimento - PEC, à qual acrescentamos o Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM de cada um dos municípios contemplados com o PEC, como pode ser observado no quadro 11 utilizamos o município de Palmas – a capital do Estado, como parâmetro basilar na análise de comparação dos números.

Quadro 11 - Índice de Desenvolvimento Humano e Incidência de Pobreza nos Municípios Contemplados no PEC.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ABSOLUTA	IDH(M)	INCIDÊNCIA DE POBREZA
TOCANTINS	1.383.445	-	41,28%
Palmas	-	0,788	-
Aguiarnópolis	5.162	0,657	68,90%
Aliança do Tocantins	5.671	0,663	44,86%
Barrolândia	5.349	0,642	42,33%
Colinas do Tocantins	30.838	0,701	40,58%
Pugmil	2.369	0,669	42,53%
Wanderlândia	10.981	0,638	37,20%

Fonte: PEC (2010, p.13). IBGE – Censo/2010/Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Org. Souza, N. N. (2015).

Constatando-se entre os municípios apresentados no quadro 11, Colinas do Tocantins é a que detém o maior índice com 0,701 e que o município de Wanderlândia possui o menor IDH com 0,638. Considerado os 139 municípios do Estado, o Município de Palmas possui 0,788%, com o maior índice. Os municípios de Lizarda e Esperantina localizadas no centro norte e norte do Estado, com os menores índices 0,570% no IDHM, bem como a elevada incidência de pobreza na população absoluta.

No Programa Estrada do Conhecimento (2011), a apresentação das *características gerais do Estado*, embasado em Parente (1999), expõe que é na economia¹¹⁹ de subsistência que a população encontrou formas de resistência para se integrar economicamente ao mercado nacional. Na justificativa e apresentação do PEC, foi ressaltado que “este Programa instaura-se por um problema complexo, determinado por desigualdades socioeconômicas e culturais, evidenciado há décadas e que foi acentuando-se ao longo dos últimos anos”. (PEC, 2011, p.9). Com essa realidade a política definida parte de ideias

educacionais inovadoras, as quais englobam novas perspectivas para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem, incorporando ao currículo formas lúdicas e atrativas para os alunos, bem como, ações didático-pedagógicas que possam implementar uma visão de empreendedorismo para suplantar as forças de ganho ilícito que permeiam as crianças e adolescentes nos seis municípios [...], os quais apresentam maior incidência de vulnerabilidade social no ‘corredor’ Belém-Brasília. (PEC, 2011, p.9).

O empréstimo foi concedido ao Estado do Tocantins por meio do PDRIS, e tem um percentual para a Secretaria de Educação, a ser aplicado no Programa Estrada do Conhecimento - PEC, direcionado para os municípios e unidades escolares, que se iniciou no ano de 2012 e pode ser observado no quadro 12.

Quadro 12 - Empréstimo do Banco Mundial para o Tocantins destinado à Educação básica pública.

DISCRIMINAÇÃO	FONTE DE RECURSO	VALOR (US\$)
Banco Mundial	4220	5 000.000
Governo do Tocantins	100	1 000.000
TOTAL	_____	6.000.000

Fonte: (PEC, 2011, p.8).

As fontes de recursos e os valores, referentes à cotação do dólar em US\$ 1.8, quando foi firmado o projeto. O Banco Mundial propunha US\$ 5 milhões de dólares e o Estado do Tocantins, a contrapartida, equivalente a US\$ 1 milhão de dólares, totalizando US\$ 6 milhões de dólares, a serem utilizados na execução do Programa Estrada do Conhecimento - PEC. Com esse aporte de recursos, o Programa Estrada do Conhecimento

¹¹⁹ No PEC, de acordo com dados do IBGE (2010) “quanto à economia, o Tocantins é conhecido como uma terra nova, de novas possibilidades e oportunidades, atrativa para novos investimentos”. Está assentada em um modelo expansionista de agro exportações, cerca de 89% de sua pauta de exportação é soja em grão, cerca de 10% é carne bovina e 1% outros, revelando sua forte inclinação agropecuária. Acrescenta-se a estes a exportação de minérios e seus recursos naturais. No setor terciário (comércio e serviços) suas principais atividades estão concentradas na capital, Palmas, e também nas cidades que estão localizadas à beira da Rodovia Belém-Brasília (BR's 153 e 226). Faz-se importante frisar a relevância dessa rodovia para o Tocantins, pois ela corta o estado de norte a sul e possibilita um melhor desempenho no crescimento econômico das cidades localizadas às suas margens, servindo como entreposto de transportes rodoviários e de serviços a viajantes. Além disso, a Rodovia Belém-Brasília também facilita o escoamento da produção do Tocantins para outros estados e para portos no litoral. (PEC, 2011, p.11).

traz a vulnerabilidade social e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, como fatores preponderantes abordados no PEC.

Desta forma, urge a necessidade de implementar ações que possam configurar a busca de alternativas, colocando a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins à frente da definição de políticas públicas, impulsionadas por diversos segmentos governamentais, formalizando-se por um regime intersetorial, principal proposta metodológica do Programa Estrada do Conhecimento. (PEC, 2011, p.9).

Assim, no quadro 13, observam-se a descrição das obras e os respectivos valores em cada Unidade Escolar, na concepção do PEC.

Quadro 13 – Itens financiáveis nas reformas das escolas - Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

MUNICÍPIOS	ESCOLA	DESCRIÇÃO DAS OBRAS	VALOR
Pugmil	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros.	475.000,00
Aliança do Tocantins	1	Ampliação e adequação do laboratório de informática, sala de vídeo, sala dos professores. Reforma e ampliação de refeitórios/cozinha.	475.000,00
Barrolândia	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros.	475.000,00
Wanderlândia	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros.	475.000,00
Colinas do Tocantins	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros.	475.000,00
Aguiarnópolis	1	Ampliação e adequação de laboratórios, reforma e ampliação de refeitórios/cozinha, reforma e ampliação de banheiros, cobertura da quadra.	750.000,00
TOTAL	6	Previsto em R\$	3.100.000,00
		Previsto em US\$	1.823.529,00

Fonte: (PEC, 2011, Anexo 5, p. 7). Org. Souza, N. N. (2015).

Na elaboração do PEC, ano de 2011, foi previsto R\$ 475.000,00 (Quatrocentos e setenta e cinco mil reais) para cada unidade escolar destinado a reforma, exceto o Colégio Estadual Nazaré Nunes da Silva, no município de Aguiarnópolis, que consta no Programa o valor de R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais), atribuído à cobertura para a quadra de esportes, diferenciando-o do investimento das demais unidades escolares.

Além disso, a operacionalização do Programa exalta que “a proposta parte de ideias educacionais inovadoras de modo a dinamizar o processo de ensino e aprendizagem”. (PEC, 2011, p.23). Mesmo que nosso estudo não se detenha no processo de ensino e aprendizagem, nos propomos à apresentação do PEC, motivo pelo qual expomos neste item que o PEC traz também a realização da reformulação dos currículos escolares, “o desenvolvimento de ações

didático-pedagógicas capazes de vislumbrar nos alunos de perspectivas empreendedoras”. (idem). Como intervenção na realidade o Programa prevê: apoio à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, expansão do Programa Pioneiros Mirins, reestruturação Curricular do Ensino Médio e Estudo Longitudinal.

- a) **Apoio à Educação Infantil** Diagnosticar a qualidade do ensino, elaborar um plano municipal de educação, com metas específicas para esta etapa da educação básica, como também, elaborar um guia de orientações pedagógicas para auxiliar o trabalho do professor;
- b) **Apoio ao Ensino Fundamental** Diagnosticar a qualidade do ensino, avaliar o conhecimento que o professor possui sobre os conteúdos que ministra, observando aspectos didáticos e pedagógicos de sua atuação e oferecer formação continuada específica conforme as necessidades identificadas;
- c) **Apoio à expansão do Programa Pioneiros Mirins** Oferecer material didático pedagógico para os alunos e formação específica para os professores;
- d) **Apoio à Reestruturação Curricular do Ensino Médio** Viabilizar o desenvolvimento de ações tais como: Reforma da Infraestrutura das Unidades Escolares, Expansão da Jornada Escolar no Ensino Médio, implantação do Programa Nacional Observatório do Adolescente, Projeto Poupança do Futuro, realização de cursos de orientação profissional mediante demanda identificada e cursos específicos de prevenção à saúde.
- e) **Implementação do Estudo Longitudinal** – Acompanhar um grupo de alunos por um determinado período para identificar as causas que levam ao abandono escolar. (PEC, 2011, p.23).

O Programa destaca que todos os níveis de ensino terão um currículo articulado, de forma adequada à realidade de cada município. “O Ensino Médio será reestruturado tendo em vista agregar aos componentes curriculares outros saberes da realidade cotidiana do jovem”. (p. 23). Também, serão oferecidos cursos de orientação profissional e cursos de promoção à saúde, à segurança e à qualidade de vida conforme, as necessidades identificadas em cada município.

No objeto desta tese sobre como se constitui o PEC e implicações na gestão escolar, observe que o oferecimento desses cursos serão definidos considerando aspectos intersetoriais, a partir do apoio de diversos segmentos governamentais, tanto no âmbito Estadual quanto no âmbito Municipal e o setor privado.

A estrutura do apoio intersetorial será definida de acordo com as especificidades de cada órgão, os quais deverão firmar parcerias com a Secretaria de Educação e apresentar projetos especiais para atender à situação problema que envolve o Programa. Para tanto, serão indicados os órgãos que deverão compor as devidas parcerias, após estudos em cada Município beneficiado. (PEC, 2011, p.24).

São as nove secretarias mencionadas no início deste item, a saber: 1) Secretaria da Cidadania e Justiça; 2) Secretaria do Trabalho e Assistência Social; 3) Secretaria da Ciência

e Tecnologia; 4) Secretaria da Cultura; 5) Secretaria do Desporto; 6) Secretaria da Juventude; 7) Secretaria da Agricultura; 8) Secretaria da Saúde e 9) Secretaria do Turismo. O PEC propõe também firmar parcerias com as Prefeituras dos respectivos municípios e com órgãos institucionais tais como: a) Ministério Público; b) Associação dos Conselheiros Tutelares; c) Juizado de Menores e d) União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime; além das duas autarquias destacadas anteriormente: Ruraltins e Naturatins, e ainda, outras instituições não governamentais e órgãos que compõem o Sistema “S”, como Sesc, Senac, Sesi, Senar, e Sebrae. (idem).

No PEC (2011) a gestão do Programa foi prevista em dois eixos e estruturada em quatro componentes. O primeiro eixo refere-se ao diagnóstico da realidade local e, o segundo consiste no desenvolvimento de ações preventivas, enquanto que os componentes ancorados na perspectiva da ecopedagogia têm a função de nortear o trabalho a ser desenvolvido, conforme especificação a seguir:

COMPONENTE – 0

Diagnóstico do sistema educacional e da realidade socioeconômica dos respectivos municípios, verificando os aspectos gerais da gestão escolar, aspectos didático pedagógicos, como também as características econômicas e sociais da comunidade local.

COMPONENTE – I

Apoio ao desenvolvimento da Educação Infantil – Elaboração do Plano Municipais de Desenvolvimento da Educação Infantil – Diagnóstico da qualidade do ensino em duas etapas, sendo uma no início e outra no final do programa; elaboração de plano municipal de educação infantil em conformidade com os municípios, capacitação de professores, elaboração e distribuição de guia de orientações didático-pedagógicas para a Educação Infantil.

COMPONENTE – II

Diagnóstico da qualidade da Educação Fundamental/Formação de Professores – análise do contexto da sala de aula e avaliação dos conhecimentos específicos dos professores em relação ao conteúdo que ministra e a metodologia adotada. Esta avaliação será realizada em duas etapas, sendo uma no início e outra no final do programa, e realização de cursos de formação continuada para professores.

COMPONENTE – III

Redução do abandono/Relevância e retorno na escola (permanência do aluno e a melhoria da aprendizagem) Expansão e melhoria do Programa Pioneiros Mirins, ampliação da jornada escolar do Ensino Médio, Reforma da Infraestrutura da escola, implantação do Programa Observatório dos Adolescentes, Projeto Poupança do Futuro, Cursos qualificação profissional e Cursos específicos de prevenção à saúde (PEC, 2011, p.25-26).

No componente III está previsto como ação do Programa, a implementação de um estudo longitudinal, que consiste em acompanhar um grupo de alunos a partir do 9º ano do ensino fundamental, com vistas a verificar o quantitativo de alunos, que concluem o ensino médio, além de ter o propósito de identificar as causas que levam os alunos a abandonarem a escola. A operacionalização das atividades previstas no PEC, no quadro 14.

Quadro 14 - Indicadores de atividades previstas no PEC – 2011.

ATIVIDADE	INDICADOR INTERMEDIÁRIO	INDICADOR DE RESULTADOS
Componente 0 (até dezembro de 2011)	Preparar instrumento único; Visita <i>in loco</i> realizada; Resumir resultados num relatório; Reunião com parceiros.	Apresentar resultados para o Secretário; Termos de adesão assinados com os Parceiros.
Componente 1 – Desenvolvimento infantil		
Diagnóstico de qualidade (1ª rodada – jul. 2012; 2ª rodada jul. 2015).	TdR* ¹²⁰ preparado, licitação, contratação de consultoria empresa Relatório da pesquisa (2 rodadas); Disseminação dos resultados as comunidades; iniciar diálogo sobre planos de melhoria	Melhoria no resultado avaliação da educação infantil.
Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento da Educação Infantil (jan./ mai. 2013).	Realizar reuniões adicionais para a elaboração dos planos municipais de educação; Plano de desenvolvimento único com orientações específicas para os 6 municípios; Plano preparado.	Melhoria no resultado avaliação da educação infantil.
Materiais e formação (2ª metade 2013).	Guia preparado; Formação realizada (número de professores formados).	Melhoria na metodologia do professor; Capacitar 250 professores.
Componente 2 – Qualidade de educação		
Avaliação da qualidade; Observação na sala de aula (1ª rodada - nov. 2012; 2ª rodada - nov. 2015); Avaliação de conhecimento dos professores (1ª rodada - fev. 2013; 2ª rodada - fev. 2015).	TdRs finalizado, licitar, contratar; Visitas de sensibilização; Termo de Adesão; Relatório das observações (2 rodadas); Relatório da avaliação de conhecimento realizado (2 rodadas).	Disseminação para as comunidades; Melhoria entre as observações em sala de aula.
Formações especializadas (Set 2013 - Out. 2014)	Professores formados (250).	Melhoria entre avaliações de conhecimento.
Componente 3 - Relevância e retorno na escola		

¹²⁰ Termo de Referência.

Expansão e melhoria do Programa Pioneiros Mirins; Complementar com melhor formação, mais materiais (Início de 2013).	TdRs finalizado, licitar, contratar e adquirir.	Taxa de abandono (Censo Escolar).
Ensino Médio Renovado ou outra reforma de jornada ampliada ou tempo integral no Ensino Médio; Reforço no núcleo comum (bens e serviços). Observatório do Adolescente; Educação Financeira na Escola (bens e serviços); Cursos com interesse especial para meninas (mas abertos para todos), (consultoria, bens e serviços); Saúde (bens e serviços); (Desenvolver / organizar – Jul./Dez 2012); (Implantar – Início 2013).	Adequação curricular concluída; Número de professores formados no curso de Educação Financeira. Número de alunos atendidos no curso de Educação Financeira; Número de professores formados em cursos de interesse especial; Número de alunos atendidos pelos programas de Saúde.	Resultado de desempenho no SALTO; Taxa de ausência dos alunos (SGE).
Reforma da infra - estrutura limitada (fev. 2013 – Fev./2015).	TdRs finalizado, licitar, contratar e adquirir.	
EM – Poupanças do Futuro (Desenho – 2013; Implantar –2014 - 2016).	Desenhar e implantar o programa Poupança do Futuro.	Programa implantado.
Estudo longitudinal (Ago/ 2012).	TdR preparado, licitação, contratação de consultoria/ empresa; Relatório da pesquisa de todo o estudo; Disseminação dos resultados para secretaria e a comunidade.	Resultado do estudo.
Monitoramento do Programa (mar 2012).	Elaborar as ordens de serviço; Aplicar instrumento de monitoramento.	Divulgar os resultados para a Secretaria da Educação e comunidade escolar.
Kit Divulgação do Programa (jan. 2013).	Contratar serviços; Preparar logomarca.	Materiais preparados e distribuídos: Mochila e camiseta para alunos e equipe.

Fonte: PEC (2011, Anexo 6, p. 8-9).

O quadro 14 de indicadores, prevendo as atividades, indicador intermediário e indicador de resultados, nos componentes 1, 2 e 3, na educação infantil, qualidade da educação e relevância e retorno na escola, respectivamente, apresentam as particularidades das ações, tempo e formas de concretização. Nos Capítulos 4 e 5, percebe-se empiricamente que as ações e datas estão aquém do que foi planejado. A incompatibilidade se dá pelo que não foi desenvolvido no Programa. Vejamos.

As metas no PEC (2011) são previstas para a elaboração de *Planos Municipais de Educação*, para acontecerem nos seguintes moldes: previstos para serem elaborados nos anos de 2013 (1 plano), 2014 (2 planos) e, 2015 (3 planos), além de “pelo menos 4 monitoramentos em sala de aula”. (p.10). Constata-se que até o primeiro trimestre do ano de 2017 ainda não foram concretizadas essas ações.

Outro fato emblemático é quando se refere a *reduzir o abandono* dos alunos na escola: são previstas ações para serem realizadas reduzindo 3% em 2013; 8% em 2014; 13 % em 2015; 19% em 2016;25 % em 2017. Para reduzir o abandono dos alunos, as ações previstas para iniciarem no ano de 2013 necessitariam vir em um crescente, para chegar ao ano de 2017 em 25 %. Constata-se no empírico que nenhuma ação foi realizada até o primeiro trimestre de 2017.

Posto a concepção, gênese, objetivos e recursos financeiros do Programa Estrada do Conhecimento, - PEC, recorremos a Fernandes (1966) de que não há dúvida de que a educação modela o homem. "Mas é este que determina socialmente a extensão das funções sociais construtivas da educação em sua vida". (p. 71). Além de que,

existe uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual: 1) a educação forma o homem; 2) o homem define o valor social da educação. É preciso ter sempre em mira esses dois pólos do problema; [...] a importância da educação como técnica social e as funções que ela chega a desempenhar na formação da personalidade dependem estreitamente do modo pelo qual os homens entendem socialmente, por causa de suas concepções do mundo e das suas condições de existência, as relações que se devem estabelecer entre a educação e a vida humana. (Fernandes, 1966, p.71).

Assim, entendemos que temos elementos para a análise da implementação, discutindo a educação na escola pública nas contradições inerentes ao capital, na perspectiva da emancipação, mesmo que essa lógica esteja na contramão, no contexto do capital que considera as questões econômicas, tanto quanto a atuação das forças políticas em decorrência de recursos financeiros advindos de empréstimo internacional, para reconstrução da malha viária. Uma pequena parcela desses recursos foi dispensada para programa piloto voltado

para a educação básica pública. As mudanças empreendidas no sistema de educação básica pública do Estado estão imbuídas das orientações fornecidas pelo Banco Mundial implementado com aporte técnico, recursos financeiros e colaboração dos gestores locais.

A realidade social investigada exhibe e esconde suas complexidades, nos documentos, relatórios, projetos e programas do Banco Mundial para o Brasil do Estado do Tocantins. Analisa como se materializam as contradições no consentimento e conformam nas práticas da educação pública, na lógica do Banco, com a anuência dos governantes, a partir dos documentos do Banco Mundial e da Secretaria de Educação Estadual, bem como, o campo empírico com os sujeitos entrevistados. Analisou-se o Relatório nº 63731 – Estratégia de Parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012 - 2015, pois nele estão contidos os elementos fundantes do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Integrado do Tocantins – PDRIS, e desse, as bases para o Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

No Relatório nº 63731 (2011) despegam-se todas as proposituras e materializam-se no PDRIS, um dos projetos para o Tocantins que envolve nove órgãos majoritariamente as secretarias do estado, ficando a maioria dos recursos com a Agetrans, com as obras de infraestrutura de grande monta. A gestão pública, racional, uma das metas do Banco, com a implantação da meritocracia, os resultados previstos em todos os setores, mede o desempenho no setor público.

A motivação que conduz a implantação do PEC nas unidades escolares se mostra em acordo da Secretaria de Educação Estadual com o Banco Mundial. A Seduc busca a possibilidade de investimento em educação e para às escolas. Por outro lado, o Banco com parte de seu projeto, inclusive inscrito no *Relatório nº 63731 - BR (2011)* “tem fornecido um apoio direto aos estados e selecionado municípios para reformas da educação”. (p.198). Reforçado no mesmo Relatório nº 63731- BR (2011), que o Banco desenvolve em alguns municípios a implantação de “programas inovadores com efeitos potenciais de demonstração”. (p.144). Esse é um dos escopos do projeto do Banco em curso para os estados e municípios, materializado no Programa Estrada do Conhecimento.

O Banco Mundial passa de emprestador de dinheiro a atuar dentro das instituições, como precursor de ideias, confirmado nos estudos de Kruppa (2000), Fonseca (1998; 2011),

Leher (1998) e Silva (2002) que o Banco Mundial se põe à frente dos projetos como articulador e executor de todas as ações por ele promovidas.

Seis Unidades Escolares Estaduais integraram o Programa Estrada do Conhecimento pela Secretaria de Educação, gestora do Programa, conclamou a comunidade a participar. Na mesma ocasião, por meio das Diretorias Regionais e dos Diretores Escolares das escolas estaduais, mobiliza prefeitos e secretários municipais dos seis municípios, que foram atraídos para supostamente se beneficiarem das possibilidades oferecidas pelo Banco Mundial. Nessa lógica, o Banco Mundial se dispõe a *apoiar* as mudanças que o município acredita que sejam necessários para a educação. Cabe à Secretaria de Educação do Estado consolidar as relações entre o Banco e os municípios.

Assim, pode-se afirmar que as formas de atuação do Banco Mundial na educação do Tocantins se dão na implementação de seu projeto, por meio de consultoria e assessoria, com vista a imprimir um projeto hegemônico e conservador. Implantam-se os projetos pilotos, preparado para aos poucos, a nova lógica da gestão pública busca alcançar muito.

O empréstimo é uma parcela do todo, que se apresenta como promotor de mudanças na educação. Na prática são projetos de pequena monta, em termos de recursos, porém a repercussão nesses municípios é grande, sobretudo, para reforma e ampliação dessas escolas que, nessas cidades, aparentemente, serão transformadas.

O Programa Estrada do Conhecimento implementado no terreno de lutas no Estado do Tocantins, envolve a educação básica pública e o Banco Mundial, continuemos nessa busca, para desvendar o PEC. Nos capítulos 4 e 5 subsequentes, no *continuum* tratando da essência do Programa Estrada do Conhecimento, no campo empírico.

CAPITULO 4

O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO – PEC E AS FORMAS DE ATUAÇÃO NAS SEIS ESCOLAS ESTADUAIS PÚBLICAS - TO

Nos estudos desta tese foram percorridas várias cidades e localidades do Estado através de seu principal rio, o Tocantins. No entanto, nesta fase da viagem, continuamos e pela BR-153, rodovia que secciona o país de norte a sul, que na materialidade do asfalto, permitiu a condução e descortinar o Programa Estrada do Conhecimento.

O PEC, introduz outra concepção na gestão escolar, por exemplo por meio da avaliação, parcerias, reformas nas unidades escolares e a jornada escolar. Com esses elementos, neste capítulo, temos dois objetivos: o primeiro compreender como a *avaliação* medida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, foi um critério de escolha das escolas. No segundo objetivo, analisar como as parcerias, reformas e a jornada escolar modificam a gestão das escolas.

Assim, elegemos as seguintes questões: a) Como se apresenta nas escolas a avaliação, um dos condicionantes para a implementação do PEC? b) Como ocorrem as reformas nas seis escolas partícipes do PEC? c) Em que termos funcionam as parcerias nas seis escolas? d) O que significa a escola de tempo integral na concepção do PEC; e) Como se materializam os recursos financeiros para a manutenção das escolas?

Na busca de elucidar os elementos fundamentais da pesquisa realizada em um Estado permeado de contradições, formado nas lutas sociais e políticas com interesses antagônicos, na seara do campo e da cidade, recorremos as análises de Fernandes (1966), ao afirmar que depende da educação como fator social construtivo. O que nos parece que “mesmo os recursos materiais, humanos ou técnicos, mobilizados efetivamente, acabam sendo explorados de maneira extensamente irracional e improdutiva”. (Fernandes, 1966, p.351).

Este capítulo trata essencialmente do *Programa Estrada do Conhecimento* no seu documento, no *Relatório nº 63731- BR* (2011), oriundo o relatório o *Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS*, que dele deriva o PEC, além do documento *Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial, o documento Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento* (2011). Sigamos para demonstrar como da concepção passou-se à implementação do PEC nas seis escolas públicas situadas dentro de uma totalidade.

4.1. No Estado do Tocantins: o sistema de avaliação.

Para prosseguir e relembramos que o Programa Estrada do Conhecimento traz a avaliação, os resultados do Ideb, como prerrogativa para a escolha das unidades escolares participantes. Nessa seara não há consenso quando o assunto é avaliação, muito menos quando se refere ao campo educacional. Trata-se de fenômeno complexo, que escapa à teoria e intervém no campo político, social e na dinâmica da organização e gestão das escolas, penetrado de valores. Assim, propomos uma discussão na busca de compreender como se apresenta nas escolas a avaliação¹²¹, já que ela é um dos condicionantes para a implementação do PEC.

A exposição do *Relatório nº 63731* (2011) dos dados do aumento do Brasil¹²² de 52 pontos em matemática de 2000 a 2009 foi um dos maiores em termos de pontuação média do País nas três disciplinas testadas (línguas, matemática e ciências) “aumentou 33 pontos durante a década, de 368 para 401”. (idem, p. 145). O Banco Mundial diz que tem contribuído para a melhoria da qualidade na educação no Brasil

[...] abrangendo as principais questões da qualidade da educação que não são totalmente abordadas pelas políticas atuais, principalmente: a) qualidade dos professores, b) índices de repetição e distorção de idade-ano escolar, que continuam, de longe, os mais elevados na América Latina; e c) qualidade do ensino médio. [...] aumentou a capacidade do Ministério de apoiar uma avaliação rigorosa das promissoras reformas e programas nos níveis estadual e municipal, e modo a apoiar a disseminação das políticas baseadas em evidências. (Relatório nº 63731, 2011, p. 145).

Nessa complexidade da avaliação, o Banco Mundial, no *Relatório nº 63731- BR* (2011), apresenta a Estratégia de parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012 a 2015, aos dados das avaliações das escolas. O Banco diz que a qualidade da educação no Brasil está melhorando e uma maior atenção foi dada ao monitoramento dos resultados. “A qualidade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb nos primeiros anos do ensino fundamental melhorou de 3,8 em 2005 para 4,2 em 2007 a 4,6 em 2009. O Ideb do ensino médio também melhorou de 3,4 em 2005 para 3,6 em 2009”. (Relatório nº 63731, 2011, p. 144).

Apesar do Banco Mundial apresentar dados satisfatórios sobre a avaliação no *Relatório nº 63731- BR* (2011), a contradição expressa, ao analisar o Relatório *Estratégia*

¹²¹ No Brasil alguns estudiosos que trazem contribuições sobre o tema da avaliação: Dias Sobrinho (2000; 2002), Souza; Bonamino (2012), Freitas (2013).

¹²² O Relatório apresenta que esses dados representam o terceiro maior progresso de qualquer país no período, após Luxemburgo (aumento de 38 pontos) e Chile (aumento de 37 pontos). (Relatório nº 63731, 2011, p. 144).

2020 (2011), os dois relatórios datados do mesmo ano, observa-se que o Banco Mundial diz que “os níveis de aprendizagem que têm sido medidos em muitos países em desenvolvimento são, no entanto, alarmantemente baixos, especialmente entre as populações desfavorecidas”. (Estratégia 2020, 2011, p.3).

Percebe-se que o Banco atua junto aos órgãos governamentais influenciando avaliações como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, para aferir o desempenho do sistema educacional brasileiro, com os resultados estratificados da unidade de ensino, município, estado, regiões geográficas até o âmbito da União. Nas propostas de intervenção, segundo o *Estratégia 2020* (2011) estão presentes as novas ferramentas para avaliar os sistemas educacionais, no oferecimento de um padrão referencial para as políticas educacionais de acordo com os padrões globais baseados em evidências e melhores práticas, para a educação em todos os níveis.

Isto posto, sigamos com a questão da avaliação no Tocantins.

A avaliação da rede escolar pública do Tocantins estabelecida pelo Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins – sisAPTO/Salto e a Lei 2977/2015, que aprovou o PEE/TO (2015-2025) no Art. 10, preconiza que o Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica do Tocantins, “coordenado pela Secretaria da Educação, em colaboração com os Municípios, constitui fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas deste nível de ensino”. Até o ano de 2025 está posto na Lei nº 2.977/2015§1º que o sistema de avaliação a que se refere o Art. 10 produz, no máximo, a cada dois anos:

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos alunos, apurado em exames nacionais e estaduais de avaliação, com participação de, pelo menos, 80% dos alunos de cada ano escolar, periodicamente, avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo Censo Escolar da educação básica;

II - indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão.

§2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do §1º deste artigo não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§3º Os indicadores mencionados no §1º deste artigo são estimados por etapa, estabelecimento de ensino e rede escolar, em âmbito estadual, sendo amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma, que fica admitida, exclusivamente, para a comunidade do respectivo estabelecimento e para a Secretaria da Educação.

§4º Cabem ao SAETO, coordenado pela Secretaria da Educação, a elaboração e o cálculo dos resultados e dos indicadores referidos no §1º deste artigo. (DOE/TO, nº 4.411, PEE/TO (2015-2025, Lei nº 2.977/2015).

Para a Seduc (2015) a partir dos resultados do Saeb e dos indicadores apontados pelo Censo Escolar busca-se acompanhar a evolução do desempenho dos estudantes ano a ano, definir ações e destinar recursos que vão contribuir para consolidar uma Educação Integral e Humanizada¹²³.

Também para a Seduc (2015) o Sistema de Avaliação da Aprendizagem Permanente do Estado do Tocantins visa reconhecer as potencialidades e deficiências dos estudantes e auxiliar professores e alunos na preparação para as avaliações internas e externas. A Secretaria de Educação distribuiu os Guias de Aprendizagem¹²⁴ para as escolas estaduais das 13 Diretorias Regionais de Ensino. Nestes termos, percebe-se que “esse processo se manifesta em práticas de estímulo ao sucesso individual, ao culto ao mérito e à competitividade entre alunos e entre as instituições de ensino”. (Araújo, 2012, p. 128-129).

O Sistema de Avaliação da Aprendizagem do Tocantins foi criado em 2011, conforme apresentado no capítulo 2, para avaliar a qualidade de ensino e aprendizagem na Educação Básica das Redes Municipal e Estadual de Ensino, conforme podemos verificar a partir do excerto a seguir:

nós tínhamos um sistema de avaliação no “Salto” e tínhamos um sistema de desenvolvimento da aprendizagem baseado nas avaliações que íamos fazer. Nós montamos, construímos os cadernos de ensino, os cadernos de aprendizagem. (Sujeito, GS1, entrevista, 2016).

A partir de então a avaliação, de maneira censitária, no que concerne às turmas de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio nas escolas públicas da rede estadual, são aplicadas avaliações das disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, Biologia, Química e Física.

¹²³ As provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2015 foram aplicadas no Tocantins no período de 9 a 20 de novembro. Participaram do exame, cerca de 48 mil alunos de escolas das redes públicas e particulares. Cada uma das avaliações do Saeb envolve dois tipos de instrumentos. Os testes de desempenho, a serem aplicados aos alunos e os questionários contextuais, direcionados aos estudantes, professores e diretores. Há ainda o questionário específico da escola. Os testes de desempenho abrangem as disciplinas de língua portuguesa e matemática, contendo cada prova dois blocos de cada área do conhecimento. Disponível em: <http://secom.to.gov.br>. Acesso em: 01 de março de 2016.

¹²⁴ A Seduc visando o fortalecimento da prática pedagógica e, com base no Referencial Curricular do Ensino Fundamental, Proposta Curricular do Ensino Médio e Matriz de Referência da Prova Brasil, que norteiam as avaliações do Sistema de Avaliação Permanente da Aprendizagem do Estado do Tocantins – sisAPTO, confeccionou o Guia de Aprendizagem, destinado aos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins. Os Guias de Aprendizagem, por meio de itens elaborados, objetivam contribuir para o seu desenvolvimento educacional e melhorar a qualidade do ensino com foco em uma educação integral de forma humanizada. Disponível em: <http://seduc.to.gov.br>. Acesso em: 01 de março de 2016.

Segundo a Seduc (2011), a avaliação realizada pelo Estado serve como termômetro para os exames nacionais. Consta-se que o processo das avaliações pressiona os alunos para o *bom* desempenho. A avaliação ocupa espaço e destaque, sobretudo como uma exigência do Banco Mundial. A escolha das 6 (seis) unidades escolares para comporem o PEC se dá a partir dos resultados apresentados no Ideb.

Assim, reforça-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o Censo Escolar foram apontados como os balizadores para a implantação do Programa Estrada do Conhecimento que coloca a

Secretaria da Educação do Estado do Tocantins à frente da definição de políticas públicas, impulsionadas por diversos segmentos governamentais, formalizando-se por um regime intersetorial, principal proposta metodológica do Programa Estrada do Conhecimento. É importante ressaltar que este Programa instaura-se por um problema complexo, determinado por desigualdades socioeconômicas e culturais, evidenciado há décadas e que foi acentuando-se ao longo dos últimos anos. Diante de tal realidade a política definida, parte de ideias educacionais inovadoras, as quais englobam novas perspectivas para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem, incorporando ao currículo formas lúdicas e atrativas para os alunos, bem como, ações didático-pedagógicas que possam implementar uma visão de empreendedorismo para suplantar as forças de ganho ilícito que permeiam as crianças e adolescentes nos seis municípios [...] os quais apresentam maior incidência de vulnerabilidade social no ‘corredor’ Belém-Brasília. (PEC, 2011, p.9).

Consta no Programa Estrada do Conhecimento, um dos requisitos para a seleção dos municípios e das unidades escolares foram os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Ideb, conforme especificação no quadro 15.

Quadro 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (4º ao 9º ano).

MÉDIA NACIONAL 4º e 5º ANO	MÉDIA NACIONAL 8º e 9º ANO	MÉDIA POR MUNICÍPIO	4º e 5º ANO	8º e 9º ANO
4,9	3,8	Aguiarnópolis	4,1	3,9
		Aliança do Tocantins	4,5	3,8
		Colinas do Tocantins	5,0	4,0
		Barrolândia	4,1	4,0
		Pugmil	3,9	3,3
		Wanderlândia	4,3	3,2

Fonte: PEC (2011, p. 16).

Dentre os seis municípios indicados para participarem do Programa Estrada do Conhecimento, verifica-se que o município de Pugmil apresenta o menor índice na fase inicial do ensino fundamental, com média de 3,9, ficando abaixo da média nacional, de 4,9. Além disso, ocupa o segundo lugar no mesmo grupo na etapa final do referido nível de ensino, com média de 3,3 atrás apenas do Município de Wanderlândia, com média de 3,2. Observa-se que o PEC (2011) não apresentou o Ideb do ensino médio no período.

Na categorização apresentada, em relação às dificuldades na gestão da escola pública, pelo menos três sujeitos, expuseram as avaliações e preocupações com os índices.

Porque são dificuldades que eu até falei anteriormente. Eu tinha propostas que muitos do meu grupo não aceitavam, então não estavam dispostos. Então eu tinha proposta de elevar índices, de elevar nossas notas do Ideb, porque nossa nota estava muito ruim, a gente estava com 2.8 (dois ponto oito) no Ideb. Daí a minha proposta era da gente aumentar esse 2.8, nem que fosse um pouquinho, mas a gente queria aumentar. Trabalhei muito com a questão de previsões, de meta, a gente tem uma meta pra cumprir, a nossa meta tem que ser essa, o Ideb tem que ser essa, no Salto que é uma avaliação que a gente tem no Tocantins tem que ser essa, no Enem tem que ser essa. “Então, e assim, eu acho que eu talvez tenha pecado porque eu tenha cobrado demais para que a gente conseguisse alcançar essas metas, o nosso número de evasão tem diminuído pra tanto, a nossa promoção tem que subir pra tanto e aí em função disso eu encontrei muitos obstáculos em relação a alguns colegas, que me criticaram, que não aceitaram, e isso foi me deixando aborrecido [...]”. (Sujeito, GD6, entrevista, 2016).

Que seria bom pra gente avaliar, refletir sobre nosso trabalho e em relação aos índices de nossa escola. Acredito que na gestão, uma novidade é que nosso tinha caído no ano de 2013, que fizeram avaliação e nós iniciamos um trabalho com a equipe, juntos aí, engajados pra melhorar essa situação e agora em julho disponibilizou no site do INEP os índices, os dados, não foram índices no nível geral, mas já vimos que a escola deu uma subida, uma subida até relevante. Falta ainda, somar ainda com a parte dos dados de reprovação e evasão. Mas nas disciplinas de língua portuguesa e matemática na avaliação, o que eles fizeram, eles saíram até bem, bem melhor do que 2013, 2011, já foram analisados os dados. Isso é um trabalho de conscientização, um trabalho com o aluno, um trabalho com o professor, um trabalho da coordenação pedagógica que acompanha o professor de perto, principalmente em 2015 que foi o ano que foi realizado a prova, e era uma coordenadora dando um apoio bom (professora de língua portuguesa), professora não era da área, era pedagoga, e novata também, mas ela fez um trabalho assim, em cima dos descritores da avaliação da Prova Brasil. E esse trabalho também foi feito com a turma desde 2014. A turma do 8º (oitavo) ano de 2014, eles foram avaliados em 2015, aí nós trabalhamos, reunimos na biblioteca, equipe pedagógica, professor, coordenadora pedagógica, com a direção e reunimos com eles na biblioteca pra ver o que seria feito pra melhorar esses índices. E pensamos por bem, vamos trabalhar os descritores com os alunos desde o 8º (oitavo) ano, que eles vão ser avaliados em 2015 na turma do 9º (nono), e o que... Nós fizemos isso e graças a Deus deu certo! Com esse trabalho... Estamos aí, bem confiantes de a média geral ser uma média boa, saiu o resultado preliminar e até acredito que outubro deve sair o definitivo. (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

E o governo [...]. Eu acho que deixa muito a desejar na qualidade, porque eles cobram índices e a qualidade num, num... Porque se nós fizermos uma prova com um aluno e a professora falar assim: “Essa prova vale tanto...” Aluno tira dois, vale quatro, aí tira dois, três, um e pouco, aí chega no Conselho de Classe, mais outros seis e pouco que ele tem lá com trabalho, com outra prova, com participação, ainda tira nota muito baixa, ainda chega no Conselho, notas baixas, nota baixa... O professor reluta: “Não vou ajudar”. A gente: “ajuda!”. Porque se for realmente pelo... Pelo o que o menino fez... Muitos ficam abaixo do esperado. Então o índice cai. Cai assim, eu não sei.... [...]. Você acaba dando nota pra aluno, pois senão o índice da escola cai. Nós somos chamados atenção... Por que vocês fizeram? Por que vocês deixaram de fazer? Por que deixaram chegar nesse ponto? Então é assim... A gente fica entre a cruz e a espada... E não só na nossa escola, porque a gente sabe que é em todas as unidades é assim. Então... E olha que nosso estado não é dos piores. [...]. Então, acho que o governo tinha que levar mais a sério essa questão da educação. (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

Os depoimentos dos entrevistados demonstram preocupações e ações no cotidiano da escola, estritamente voltados aos resultados das avaliações. As escolas estão pressionadas pelos índices. Os diretores atuam para que as escolas estejam entre as melhores no ranking, pressionados por uma lógica que faz com que trabalhem intensiva e exaustivamente, com foco exclusivo nas avaliações.

Por outro lado, alerta Dias Sobrinho (2002), que a cultura das avaliações desintegra currículos, estruturando os conteúdos em divisões e compartimentos que proporcionam uma maior facilidade para os alunos realizarem as avaliações, porém “com a repetição, isso vai criando e promovendo a mentalidade do ensinar e aprender para o sucesso nos exames”. (p.183).

De acordo com Freitas (2013), as escolas estão sendo forçadas a empreender todo seu esforço na produção da nota do exame, como se a nota alta no Ideb fosse sinônimo de boa educação. O autor sinaliza ainda que o sistema pode estar entrando em exaustão, pondo as escolas e seus profissionais sob suspeita permanente, incentivando fraudes, treinando para responder a testes, pois os resultados dos exames não podem explicar a realidade das escolas. A atenção terá de ser não às técnicas de medição ou controle, mas ao conjunto do projeto na lógica da responsabilização e privatização, que segundo o autor, “caminham juntas”.

A própria pressão sobre as escolas públicas feitas pelos estados com suas políticas de responsabilização tem seu limite na realidade concreta das escolas. Para Freitas (2013), o que está em jogo é a concepção de como se organizar e promover a educação pública. A meritocracia tornou-se o ingrediente básico desse processo, pelo qual se pretende legitimar perante a opinião pública as ações de controle dos profissionais da educação, bem como a forma de gestão.

Tem-se a legitimação de vários interesses sob o manto da objetividade científica das avaliações. “[...] se juntam os objetivos dos políticos interessados em apresentar resultados aos seus eleitores, com os objetivos das corporações empresariais interessadas em garantir o controle ideológico da educação, e com os interesses da indústria educacional [...]”. (Freitas 2013, p. 64).

Para o Banco Mundial no Relatório 2020 (2011), “os níveis de aprendizagem que têm sido medidos em muitos países em desenvolvimento são, no entanto, alarmantemente baixos, especialmente entre as populações desfavorecidas”. (World Bank, 2011, p.7). Com essa constatação o documento propõe para a educação: prioridade nos resultados; peso das

avaliações; sobretudo, as de larga escala; como melhorar as aprendizagens e técnicas inovadoras.

Essa prática desconsidera o cotidiano da escola para colocar peso sobre as avaliações em que os diretores escolares têm a determinação de atuarem no fortalecimento voltado aos resultados. Os diretores são pressionados para que os resultados sejam satisfatórios e estejam previstos dentro de uma escala que necessita ser alcançada, sob a condição de manutenção ou alcance de índices, mesmo que para isso seja necessário que as menções atribuídas aos alunos sejam forjadas.

O trabalho pedagógico nas escolas do Tocantins prioriza resultados, obtidos por essas avaliações de larga escala. Assim, as cartilhas produzidas para os professores e alunos denominadas de material de apoio, aliadas aos prêmios pelo desempenho, na lógica do Banco Mundial, simulam parecer como necessidade de estudos dos estudantes.

Assim, a nova gestão pública tem na avaliação as formas de regulação. Segundo Oliveira (2015) a avaliação proporciona o controle sobre a eficiência e eficácia, no caso da educação, tomada como sinônimo de qualidade. “A qualidade da educação tem posto no centro das políticas educacionais, a avaliação do desempenho acadêmico, como único critério de verdade e mecanismo de distribuição dos bens sociais, comprometendo o direito à educação de importantes segmentos populacionais”. (Oliveira, 2015, p.640).

Elementos como esses distanciam da educação problematizadora que deve propor às pessoas dimensões significativas de sua realidade. Nesse sentido, Freire (1978) diz que é preciso superar as ‘situações-limites’ em que os homens se acham quase coisificados e as avaliações, sobretudo, as de larga escala, são elementos de coisificação do ser humano. As avaliações se tornaram um dos condicionantes nas escolas, é quase um currículo designado aos resultados, em que os diretores desempenham a função de *líder* ou *cobrador*, aquele que atribui aos professores, por meio do coordenador pedagógico, ou diretamente, diuturnamente, a importância do trabalho, na lógica dos *melhores* índices.

4.2. Mecanismos de atuação: parcerias e reformas nas Escolas Públicas.

Neste item, apresentamos as parcerias e reformas das seis escolas públicas, no Programa Estrada do Conhecimento, o seu caráter intersetorial com a participação de nove Secretarias Estaduais e duas Autarquias, instituições governamentais e não governamentais e também com as prefeituras dos Municípios selecionados para participarem do PEC.

Com vistas a revelar as parcerias¹²⁵, buscamos dados nas entrevistas dos participantes. Observemos os seguintes depoimentos;

[...] nós temos parcerias. Nós temos parcerias com a Prefeitura, inclusive nós funcionamos muito tempo com a extensão, naquela de extensão com os municípios, então a gente tinha parceria, ele cedia motoristas, tinha coletivo pra levar alunos, trazer alunos, levar professores também. A gente normalmente trabalha em parceria com o povo da Saúde, quando tem algum problema, ou quando tem alguma campanha, a gente está sempre junto com eles. Com os alunos tentando fazer... ajudá-los. Em contrapartida, sempre que a gente precisa está aqui ajudando a gente. E a gente tem parceria com a própria comunidade. A comunidade acaba ajudando quando a gente precisa. Eles não têm esse problema de dizer que não ajudam. A gente tem essas parcerias. Tivemos também parcerias... Era de quê? Com aqueles policiais que vieram dar aulas aqui. Na verdade, foi um programa que o Estado implantou. Mas era uma parceria de certa forma, foi com a Polícia Militar... A Polícia Militar, eles vinham dar aulas para os meninos. Aí... então, assim, a gente procura sempre que possível... A gente estar em parceria com alguma instituição, com alguém para poder ajudar a escola. Em contrapartida, a gente também acaba ajudando eles. [...] a questão econômica na verdade é um pouco crítica, a gente tem uma cidade muito grande vizinha, Araguaína, então meio que todo mundo opta por fazer tudo em Araguaína e não aqui. Aí não sei se por raiva, os comerciantes tenham disso, eles não são muito de se envolverem nessas parcerias com escola ou... se bem quando a gente necessita deles, por exemplo, dias de mães, dias de pais, a gente pede brindes pra eles e algumas vezes a gente acaba ganhando. Não deixa de ser uma certa parceria. (Sujeito, GD6, entrevista, 2016).

Faz, ela faz parceria com a Prefeitura Municipal, com a Secretaria Municipal de Educação, Secretária Municipal de Saúde, sempre que a gente solicita palestrante da área da saúde eles estão dispostos a ajudar. O Cras, que a gente pede pra acompanhar um aluno, manda pra escola acompanhado, pra fazer... Tem a Polícia Militar, que ajuda a escola, é um parceiro da escola. Ruraltins[...] privada não, nós não temos. (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

Olha... Parceria, parceria sim. A gente... Não é uma parceria, é assim, a Saúde, por exemplo, faz movimento sobre Campanha sobre Violência contra a Mulher, contra a Criança, aí sempre convida a escola pra participar. Palestras que tem lá, essas.... Isso eu posso dizer assim, que é quase que uma parceria, porque quando eles fazem o movimento se a escola não participa aquilo lá não funciona, porque quando a escola tá envolvida, a rua enche, há passeata, é uma caminhada aqui substancial. Agora quando é eles sozinhos, eles não conseguem aglomerar o pessoal. Então a escola tem um poder muito grande para aglomerar e expressar um.... Como é que eu vou dizer? Talvez os anseios que eles esperam, resposta nos programas deles. (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

A escola sempre manteve parceria com Secretarias, Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social. Esse consórcio que esteve aqui durante o tempo da construção da barragem, eles[...] O consórcio é o Ceste, de trens e energia. O plano de compensação deles. Do município.... Eles trabalhavam diretamente aqui dentro da escola conosco. Então, foram vários profissionais, psicólogos, médicos que trabalharam a questão aqui, juntos, fortalecendo as ações da escola, do próprio PPP da escola que contemplava essas ações. Através de palestras, de seminários, dramatizações e, em datas comemorativas pela escola. “[...] Nós temos um parceiro muito forte que é o Conselho Tutelar da nossa

¹²⁵ O PEC criado em 2011 no Tocantins, faz parte da conjuntura nacional do governo da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014), que aderiu as Parcerias Público-Privadas - PPPs.

cidade”. E nós às vezes nós nos reunimos e conversamos e sentimos essa falta dos pais aqui dentro da escola. E se de 2014, 2015 e 2016 nós tivemos um índice altíssimo de meninas, adolescentes grávidas... foi alto o índice de meninas que tiveram bebês. Alunas nossas aqui, de 14, 15, 16 anos. Então é uma preocupação muito grande para a escola. Se não tiver uma parceria mesmo efetiva dos poderes junto com a escola... A escola sozinha não surte efeito não. Não, não conseguimos! No momento o que nós temos é o poder municipal, aqui do nosso município. Por exemplo, a Secretaria de Saúde, os profissionais do NASFE nos dão um suporte muito grande. O NASFE é aquele programa do governo federal que tem os profissionais que trabalham em todos os municípios. Lá eles têm educador físico, eles têm a nutricionista, eles têm o psicólogo... É uma equipe multidisciplinar. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Não. Não na escrita. Não assim que tenha obrigação. Mas a Polícia, quando a gente chama pra palestra, eles já vieram. A questão da Secretaria de Saúde, se você chamar eles vem. O Cras. Não é nada assim no papel que eu falo essa questão que eu falo pela obrigação. Mas todas as vezes que a escola [...] precisou, graças a Deus assim nós fomos atendidos. Nós tivemos esse privilégio de ser atendidos, sabe? O comércio ajuda a gente, quando tem uma festa junina, ou se vai ter uma festa para os professores ou se vai ter alguma coisa para as mães, a gente pede e eles ajudam. Mas assim, não tem nenhum oficial, particular para ajudar não. Só nesse sentido de... você sai pedindo e eles ajudam, sabe? Talvez eles estejam cansados de ajudar! (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).

Observa-se que os sujeitos foram unânimes em afirmar a existência das parcerias nas seis escolas estudadas. Estas foram, em sua maioria, firmadas com órgãos públicos nomeados pelos entrevistados: prefeitura municipal, secretaria de saúde, Cras¹²⁶, e Ruraltins. Ademais, percebe-se que as escolas também dão a contrapartida nos municípios com ajuda mútua e a integração das unidades escolares com as comunidades a qual estão inseridas.

As parcerias acontecem com o comércio local, mas são escassas, concretizam-se em festividades comemorativas quando as escolas recebem doações, por meio de brindes. Essa ajuda do comércio às unidades escolares não se traduz em colaborações substanciais, devido ao fato, de que, o comércio nesses municípios é, em sua maioria, de pequeno e médio porte.

Na realidade nas seis escolas, a presença do Estado ocorre de duas formas: 1) omissivo, no que se refere às responsabilidades com a escola e aquelas comunidades, sobretudo, aos investimentos nas estruturas físicas e manutenção das escolas e 2) interventor, em uma lógica de mando e autoritarismo nas ações propostas pela Secretaria de Educação, que aportam nas escolas para serem efetivadas pelos diretores.

O Programa Estrada do Conhecimento obteve anuência política da Seduc para, agir nos negócios econômicos como um catalisador, explorando oportunidades de investimento para a educação. Pensada a partir do Banco, propôs em termos de recursos para reformar as

¹²⁶Centro de Referência de Assistência Social - Cras.

escolas por meio dos editais¹²⁷ suscetíveis a negócios comerciais numa simbiose entre o Banco e o Estado. Nos lembra Fernandes (1979) que a “intervenção do Estado, a administração da economia opera dentro dos quadros do capitalismo, com vistas a consolidar os lucros capitalistas, ou pelo menos aqueles setores essenciais dos monopólios capitalistas”. (p.48).

Os recursos que as empresas poderão usufruir, nas obras das escolas são tímidos, se considerado o valor total do financiamento do PDRIS. No quadro 16, apresentamos o montante de dinheiro previsto nas obras, bens de serviços e consultoria constante no Programa Estrada do Conhecimento.

Quadro 16- Planilha de Custos utilizados no PEC – 2011.

PLANILHA DE CUSTOS		
TAXA DE CAMBIO: US\$ 1.00Reais		R\$ 1.8 – Dólar
Categoria	R\$	US\$
Obras	3.100.000,00	1.823,529, 00
Bens e Serviços	5.762.080,00	3.389.458,80
Consultoria	1.337.920,00	787.011,80
		5.999999,60
TOTAL	10.200.000,00	6.000.000,00

Fonte: PEC (2011, Anexo 1, p. 1).

No quadro 16, nessa planilha de custos observa-se que na sua elaboração no ano de 2011 o PEC previu taxa de 1.8 dólares, para cada real. No ano de 2016, a atualização dos valores, na fala do entrevistado:

Hoje a gente trabalha com o dólar a 2.4 (dois, ponto, quatro). E isso não vou dizer que é o dólar que está no mercado não, é o dólar que foi definido pelo Banco a 2.4 (dois ponto quatro). Então, esse valor é que foi alterando, porque teve alterações do dólar, então nós fizemos uma revisão de “meio termo” que a gente fala onde as ações são reprogramadas. O banco acompanha muito a execução. Nós temos hoje em Real R\$ 49.668.736,27 (Quarenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e seis e vinte e sete centavos). Esse é o montante geral que nós temos para trabalhar as ações na Educação. (Sujeito, GSC1, entrevista, 08/07/2016).

O montante de recursos para o Programa Estrada do Conhecimento no ano de 2011¹²⁸ foi em moeda nacional de R\$ 10.200.000,00 (Dez milhões e duzentos mil). Por outro lado, quando examina o financiamento do Banco Mundial para o Brasil, Fonseca (2009), diz que:

¹²⁷ Diário Oficial Nº 4.178, 25 de julho de 2014 e Diário Oficial Nº 4.482, 21 de outubro de 2015.

¹²⁸O PEC (2011) apresenta os limites adotados para as despesas, por método de aquisição, que requerem a revisão prévia pelo Banco Mundial: Bens/Obras/Serviços: USD 500.000 - Consultorias: USD 200.000 e as duas primeiras de cada modalidade, considerando-se a Taxa de cambio de US\$ 1.00 = R\$ R\$ 1.8, valores condizentes na elaboração do PEC no ano de 2011. Todas as contratações diretas/Todas as seleções de fonte única (consultoria)/Todos os termos de referência para a contratação de consultores deverão ter a não objeção prévia do Banco Mundial. (PEC, 2011, Anexo 3, p. 4).

“os projetos do ponto de vista de sua eficácia para a correção dos problemas estruturais da educação brasileira, [...] apresentaram efeitos pouco significativos no que se refere ao desempenho escolar, especialmente no nível do ensino fundamental” (p. 246).

O Banco rege-se por regras próprias da instituição financeira, como pode ser constatado:

[...] nós trabalhamos com as diretrizes do Banco. Nós temos a Lei do Estado que é a 8666, mas dentro da lei do Estado tem o item e tem um artigo que deixa bem claro: “Quando se trabalha com projetos com o Banco Mundial as diretrizes são do Banco”. Quando for financiamento os recursos são do banco, as diretrizes são do Banco. Então o quê que acontece? Nós seguimos todas as diretrizes do Banco, [...]. (Sujeito, GSC1, entrevista, 2016).

A efetiva execução das “diretrizes do Banco” está amparada em Lei Federal nº 8.666/1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências e especialmente no Art. 42. “Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes”.

Das ações previstas no Programa Estrada do Conhecimento consta a reforma das unidades escolares na estrutura física.

O patrimônio do Estado, isso é pesado porque é máquina! Aumenta o patrimônio e você não tem condições de manter. Hoje o estado do Tocantins tem muito pouco à necessidade de construção de novas escolas, ele tem a necessidade real é de reformas das escolas existentes, e o Programa Estrada do Conhecimento traz é essa possibilidade. Então, 6 (seis) escolas serão reformadas nesse primeiro momento. Com a possibilidade de se reformar mais um tanto. (Sujeito, GS2, entrevista, 2016).

Durante o trabalho empírico constata-se a necessidade premente de reformas em todas as unidades escolares do Estado,

porque a infraestrutura é muito ruim. É construída de placa, é uma coisa provisória e hoje tem praticamente trinta anos. Vinte e oito. Essa escola é de setenta e oito. Ela foi construída quatro salas pra atender o ensino médio e aí foi ampliada por quem? Pela comunidade. Não tem dinheiro de governo nessa ampliação de quatro salas pra sete, oito salas na verdade, com a biblioteca. Então o governo construiu quatro pra atender clientela da época e pronto. Aí foi surgindo, aumentando a clientela. Na necessidade, *bora* construir uma sala. Juntava a comunidade e dava de tijolo a mão de obra, e construía uma sala, funcionava sem piso no primeiro ano, depois colocava piso e, assim foi. Então é uma escola construída praticamente pela comunidade. O salão lá dos fundos também a comunidade é que ajudou e então cadê o investimento do governo em praticamente 30 anos? (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

A necessidade das reformas registrada e confirmada na fala dos entrevistados, desde os prédios, as instalações físicas, demonstra: omissão do governo estadual, e desconcentração de serviços para a comunidade.

Ao analisar os documentos e entrevistas constata-se os interesses econômicos: do banco em ampliar os negócios, da Seduc de captar recursos e dos diretores o cumprimento do que é designado pelas escolas.

Diante dessa realidade a pergunta que não quer calar: vale a pena aguentar toda a complexidade de um empréstimo internacional, em dólar para realizar itens de infraestrutura (ainda que fossem boas)? Assim, continuamos os questionamentos no próximo item.

4.3. Dos editais às reformas em seis escolas públicas.

Para as reformas pretendidas no PEC, os avisos de licitação em dois momentos: nos anos de 2014 e 2015 respectivamente. Também os acordos se traduzem nessa lógica cronológica. Assim, o “*Acordo de Empréstimo nº: 8185-0 BR Edital NCB n.º 003/2014*”, publicado no Diário Oficial nº 4.178, da parte correspondente à educação e os recursos destinados às seis escolas, eleitas dos seis municípios a ver:

1. O Estado do Tocantins recebeu/solicitou um empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), em diversas moedas, no montante de US\$ 300 milhões para o financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, Acordo de Empréstimo nº 8185-0 BR, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 3 (três) escolas da região norte - Grupo I, que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia e Aguiarnópolis. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco, unificado em 01 (um) grupo com 03 (três) lotes. As empresas poderão apresentar propostas para o grupo, ou para o lote, à opção da empresa. As empresas que desejarem participar deverão apresentar proposta individual para cada lote. (Diário Oficial Nº 4.178, Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 25 de julho de 2014, p.18).

Trata-se de dois avisos de licitação (1.e 2./2014), denominados no edital de Grupo I, um seguido do terceiro, em que a licitação e a concorrência, como constatado no PEC (2011). Observa-se que a aprovação depende do Banco Mundial, inscrito como “*não objeção*” (PEC, 2011, Anexo 5, p.7), confirmado também no campo empírico. No número 2 efetivamente aparece a discriminação da licitação e a contratante Seduc:

2. A Comissão de Licitação de Obras Civis e Rodoviárias da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, licitando para a Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Tocantins - SEDUC, doravante denominado Contratante, convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 3 (três) escolas da região norte - Grupo I, que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia e Aguiarnópolis. As obras a serem executadas envolvem basicamente reforma geral de blocos de edifícios existentes e a construção de cobertura de quadra poliesportiva (somente nas cidades de Colinas do Tocantins e Aguiarnópolis), salas de aula, refeitório, banheiros, guaritas e gradis. Complementarmente, serão executadas as instalações elétricas, hidros sanitárias e o paisagismo. (Diário Oficial nº 4.178, Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 25 de julho de 2014, p.18).

O Acordo de Empréstimo nº: 8185-0 BR, Edital NCB n.º 004/2014, no excerto de duas partes do edital, para as escolas denominadas de Grupo II, na região sul:

O Estado do Tocantins recebeu/solicitou um empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), em diversas moedas, no montante de US\$ 300 milhões para o financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, Acordo de Empréstimo nº 8185-0 BR, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 3 (três) escolas da região sul - Grupo II, que correspondem aos municípios de Barrolândia, Pugmil e Aliança do Tocantins. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco, unificado em 01 (um) grupo com 03 (três) lotes. As empresas poderão apresentar propostas para o grupo, ou para o lote, à opção da empresa. As empresas que desejarem participar deverão apresentar proposta individual para cada lote. (Diário Oficial nº 4.178, Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 25 de julho de 2014, p.18).

A instituição financeira por meio das secretarias estaduais autoriza a contratação da empresa para obras que serão realizadas nas escolas:

2. A Comissão de Licitação de Obras Civis e Rodoviárias da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, licitando para a Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Tocantins - SEDUC, doravante denominado Contratante convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 3 (três) escolas da região sul - Grupo II, que correspondem aos municípios de Barrolândia, Pugmil e Aliança do Tocantins. As obras a serem executadas envolvem basicamente reforma geral de blocos de edifícios existentes e a construção de salas de aula, refeitório, banheiros, vestiários, salas administrativas, passagens cobertas e guaritas e gradis. Complementarmente, serão executadas as instalações elétricas, hidrossanitárias e o paisagismo. (Diário Oficial Nº 4.178, Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 25 de julho de 2014, p.18).

Observa-se que o meio de atuação do Banco Mundial continua por empréstimos do Estado. O que há de diferente? O Banco atua dentro da ordem. Fazer licitação é a forma convencional para selecionar as construtoras para participarem dos empreendimentos. Para a população, a presença do Banco Mundial nesses municípios é controversa, ao mesmo tempo que dizem que vem dinheiro *de fora*, parecem, por vezes, não assimilarem o que é esse organismo.

No segundo momento, no ano de 2015, o Governo do Estado do Tocantins, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – Dertins, lança novamente o Aviso de Licitação¹²⁹, referente ao Acordo de Empréstimo n.º: 8185-0 sobre

¹²⁹3. O Edital e cópias adicionais poderão ser adquiridos na Comissão de Licitação de Obras Públicas e Serviços do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Tocantins - Dertins, [...]por meio de solicitação por escrito e o pagamento sem direito a restituição de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por Edital. 4. As propostas deverão ser entregues no (a) [...] Dertins, [...] Palmas - TO até as 09:00 horas do dia 25 de novembro de 2015.5. O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante

o Edital n.º NCB 004/2015/Obras Financiadas com 100% de recurso do BIRD, nos termos do edital de 2014:

1. O Estado do Tocantins recebeu um empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (doravante denominado "Banco"), em diversas moedas, no montante de US\$ 300 milhões para o financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, Acordo de Empréstimo nº 8185-0 BR, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 6 (seis) escolas compreendidas entre a região norte e sul, que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia, Aguiarnópolis, Barrolândia, Pugmil e Aliança. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco, unificado em 01 (um) grupo com 06 (seis) lotes que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia, Aguiarnópolis, Barrolândia, Pugmil e Aliança. As empresas poderão apresentar propostas para até 2 (dois) lotes (duas escolas).

2. A Comissão de Licitação de Obras Públicas do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Tocantins - DERTINS, licitando para a Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Tocantins - SEDUC, doravante denominado Contratante, convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a construção de Execução de obras civis de reforma e construção em 6 (seis) escolas a região norte e sul, que correspondem aos municípios de Colinas do Tocantins, Wanderlândia, Aguiarnópolis, Barrolândia, Pugmil e Aliança. As obras a serem executadas envolvem basicamente reforma geral de blocos de edifícios existentes e a construção de cobertura de quadra poliesportiva (somente nas cidades de Colinas do Tocantins e Aguiarnópolis), salas de aula, refeitório, banheiros, guaritas e gradis. Complementarmente, serão executados as instalações elétricas, hidrossanitárias e o paisagismo. (Diário Oficial Nº 4.482, Estado do Tocantins, 21 de Outubro de 2015, Seção 3. p.184).

Conforme apresentado no ano de 2011, no capítulo 3, a previsão total de investimentos com a reforma de seis escolas era de R\$3.100.000,00 (Três milhões e cem mil reais) e na fala de um dos entrevistados em meados do ano de 2016, podemos observar o seguinte:

o valor que tem sido destinado para a reforma dessas escolas é o valor aproximado de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil). Dá pra construir uma escola nova, com R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil), imagine fazer uma reforma? [...] eu acho que chegou o momento de o Estado fazer um esforço e isso aqui é uma coisa interessante, que é de dialogar no MEC e no FNDE situações de reforma das estruturas escolares e não de novas construções. Uma construção hoje de uma escola é... Modelo de tempo integral... ela não fica menos do que de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões), na verdade entre 10 (dez) a 15 (quinze) milhões de reais uma escola nova, o valor exato atualizado. Ao passo que uma reforma imperativa fica em torno de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio), no máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões). Então é muito mais interessante para o FNDE hoje, financiar reformas do que financiar novas construções. Não se criar tanto patrimônio que será obviamente subutilizado. (Sujeito, GS2, entrevista, 2016).

de um Consórcio. Em 20 de outubro de 2015. Maurício Mattos Mendonça. Superintendente de Licitação. Secretaria de Planejamento e da Modalidade da Gestão Pública.

Assim, a contradição sobre o mesmo fenômeno, que deixa de ser o mesmo, a partir das constituições objetivas dos gestores e diretores, sujeitos esses, que vivenciam a concretude das escolas, mas em diferentes patamares. Enquanto verificamos nos depoimentos dos gestores, os argumentos dos quais se sobressai potencialidades de lucro também nota-se a ausência de recursos do governo federal, para a recomposição das escolas públicas. No argumento dos diretores a expectativa de melhorias para essa escola pública, que convive diuturnamente com todo tipo de carência. A expectativa das comunidades escolares de que essas seriam as primeiras escolas a serem reformadas e, posteriormente, a expansão das melhorias para a rede pública escolar.

No projeto de reforma do PEC, a Escola Estadual Paulina Câmara, situada no município de Barrolândia com as obras em andamento em 2016, tem acesso aos investimentos disponibilizados com a reforma, que são da ordem de R\$ 1.760.718,50 (Hum milhão, setecentos e sessenta mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta centavos).

O diretor recebeu na escola a planilha de custos especificada e a empresa contratada (Anexo 6). Nesse movimento, cabe ao Diretor organizar os alunos, professores, funcionários e a comunidade para a convivência, neste novo cenário que é de poeira, barulho e trabalhadores da construção civil. Os espaços precários adaptados parecem não incomodar a comunidade escolar, pois o que almejam é a escola reformada. A transição necessária para a “escola nova”, ou mesmo “ficar bonita”, termos utilizados na euforia do cotidiano da escola, com a movimentação das obras.

Assim, a Escola Estadual Paulina Câmara, que atende os anos finais do ensino fundamental, é a *única unidade escolar* com as obras em andamento no mês de outubro de 2016. E ainda, todas as outras escolas selecionadas para participar do PEC funcionam com o Ensino Médio, em 2016 não havia iniciado a reforma, as obras, até março de 2017.

No entanto, para as seis escolas, dos cinco diretores, dois deles expressam que não conhecem o projeto, e nem mesmo os recursos que serão aplicados, três dizem ter conhecimento do projeto sobre a reforma. Responderam o seguinte:

Esse montante na verdade sempre foi um enigma aqui na escola. E eu não sei assim direito qual é o montante correto. Porque eles falaram de muito dinheiro e realmente eu não sei se é esse dinheiro todo que vai chegar até aqui. Mas era um investimento bastante alto. (Sujeito, GD6, entrevista, 2016).

Eu vi esse projeto, [...] participei de uma capacitação que teve do lançamento do projeto, que fez junto com o PDRIS. Que é a reforma das estradas. Essas e outras partes. Eles apresentaram, mas eu não tenho o projeto. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

Não. Nós não tivemos acesso ao projeto. Nós não sabemos ainda quantas dependências, realmente. Se a questão da quadra, se vai ser coberta. Nós ainda não sabemos. Nós não vimos ainda o projeto. Pelo que tivemos acesso às informações através do nosso regional. São dois milhões, e, parece que duzentos mil reais. É muito dinheiro! É só dizer que nossas expectativas são grandes! Com o Programa “Estrada do Conhecimento”. E que ele chegue logo de uma vez pra tirar essa euforia que nós estamos! Esperando aí há muito tempo. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Acho que 2 (duas) salas. Essa sala, essa secretaria e mais uma, 3 (três) salas. [...] De lá pra cá vai diminuir uma sala, um pedaço, porque eles querem aumentar um corredor que tem... Que eu não sei pra quê, que se explica aquilo... E aí o telhado também vai mexer, e vai aproveitar o material. Aí vão mexer... Então depois que terminou isso aqui, aí passa para o outro lado de lá. São passarelas assim... Calçadas em redor dela aqui no meio. Tem arborização, bicicletário, tem mesas de ping-pong, e não sei... Acho que são 6 (seis) mesas de ping-pong parece que na pracinha e lá na frente na área da quadra de areia vai ter mesinhas pra jogar xadrez. Aí eu já falei não, não pode mexer na quadra de areia não. Não vão coloca debaixo das árvores, vão colocar no meio do tempo, coloca na sombra, não é mesmo? E deixa a quadra de areia. Não vai atrapalhar em nada. [...]. Não vai aumentar efetivamente o número de salas de aula, permanecerão as sete salas, a mesma coisa. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

O número de salas vai ficar o mesmo número de salas. O que vai mudar? São os telhados, as fiações, vão mexer em tudo. A reforma... A escola vai ficar linda! Vai ser outra escola. Nós vamos ter agora o refeitório, os banheiros. [...] É assim, o projeto é muito lindo, sabe? O projeto é muito bonito mesmo. Mas vai mudar. Tipo assim, essas salas que já são de tijolos vão permanecer, eles só vão aumentar. A fiação vai mudar. O telhado vai mudar e aquelas de placas, tudo que é de placa, inclusive a secretaria que você esteve lá vai mudar tudo. Vai mudar tudo “Graças a Deus!”, é outra coisa. Mas o número de salas é o mesmo. O número de salas é o mesmo... Vai ter refeitório, vai ter a sala... A quadra que não é coberta vai ser coberta. Agora... Os banheiros vão mudar, entendeu? São 10 (dez) salas no caso. São 10 (dez) salas... Entendeu? A sala dos professores o tanto que vai ficar bonita. Vai... Vai ficar tudo, até a orientação que nós temos, não tem lugar pra orientação, é tudo junto. Mas vai ficar perfeito. Não vejo a hora. (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).

Depreende-se dos depoimentos dos diretores que ainda não iniciaram as obras em cinco escolas, além de desconhecer o que será aplicado e o projeto a ser desenvolvido. Até mesmo para os dois entrevistados que expressam que conhecem o projeto, apresentam na superficialidade o que será desenvolvido na escola. “*Eu vi esse projeto*” ou “*o projeto é muito lindo, sabe? O projeto é muito bonito mesmo*”. As informações que possuem sobre o Programa Estrada do Conhecimento são genéricas e vazias.

O que sobressai é a “euforia” registrada na expressão dos diretores, na expectativa que a escola fosse beneficiada com as melhorias propagadas. Mas afinal o que ocorre nas seis escolas após a chegada do PEC? Quais foram às mudanças nas escolas? Os entrevistados respondem:

a gente cria uma expectativa melhor eu acho. Eu esperava que... O pessoal falava assim que vai ter uma mudança em tudo. Como... como é que eu vou explicar isso? O ensino médio vai ser remodelado. E aí até agora a gente não viu nada ainda da Secretaria da Educação. Eu não sei se nós entendemos isso errado ou eles não tomaram nenhuma medida para melhorar isso. Aí essa questão de ser protelado muito tempo, empurraram isso. Aí ano passado foi licitado e depois acabaram derrubando porque foi superfaturado. Aí teve que fazer outra... teve que fazer outra licitação, que então foi divulgado no Diário Oficial [...]. (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

Não teve, porque a gente está só na expectativa. A verdade é essa. Expectativa mesmo! Não teve mudança no sentido porque, eles vieram, fizeram uma entrevista com os alunos, mas o programa parou. Então, se o programa foi desenvolvido do jeito que foi desenhado, acredito que vai ter mudanças. Olha.. Nós temos muita expectativa. Primeiro, a reforma da escola, querendo ou não a gente está apostando muito nisso, porque a nossa escola nunca passou por uma reforma. [...]. A escola tem 18 (dezoito) anos. E a gente nunca passou por nenhuma reforma só aqueles pequenos reparos que a gente faz pela gestão. Além disso, a gente aposta muito na questão do investimento que eles vão fazer com os alunos. Além da formação com os professores. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

Ainda não... Nós estivemos ansiosos aguardando. Agora já foi publicado no Diário Oficial. A licitação, tudo. “Estamos aguardando aí as adequações físicas para o começo das obras [...]”. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Esse projeto, a discussão sobre ele, parece se não me engano desde 2011 que se arrasta nesse processo, houve mudança em relação à concretização desse projeto na Unidade Escolar. Que os pais perguntavam bastante, os alunos pela reforma, pelo processo, que iria acontecer e aquele anseio. De ver a escola com... Mais bonita, reformada, com um processo de educação integral implantado, então os pais procuravam a escola, os alunos também chegavam e procuravam... Aí em todas as reuniões nós debatíamos isso também, mas houve mudanças significativas devido à expectativa. Expectativa da implantação desse projeto. (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

Não. Porque só ficou até então, só ficou falando que vinha, que vinha, que vinha e nunca veio. Tanto é que hoje, quando no dia, que fui contar pros meninos, eles já: “Não, eu vou terminar a faculdade e ainda não vou ver essa reforma”. Mas assim, todo mundo ficou feliz, não teve mudança, que mudança? Porque não chegou nada, a escola continuou ainda do mesmo jeito como está até hoje. (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).

Bem... O programa só foi implantado. Mas não teve nada ainda de recursos ou formações ou qualquer coisa parecida que esse programa possa trazer para a escola. Então só teve a implantação dele. Vieram algumas pessoas aqui na escola, falaram como elas mesmas queriam funcionar, que alunos teriam bolsas para poder estudar, que a gente passaria por uma reforma, a própria escola, os professores teriam que trabalhar com mais afinco, com mais dedicação, porque os alunos teriam que ter notas boas e teriam que mostrar isso nas avaliações externas. Então tudo isso foi falado na implantação do programa, mas nada ainda foi feito em relação a isso. Então assim, mudanças ainda não aconteceram. Esperamos que aconteça quando ele realmente chegar de vez na escola. (Sujeito, GD6, entrevista, 2016).

Note-se que os entrevistados manifestam algumas expectativas, com a chegada do PEC na escola e as mudanças que viriam. Detecta-se durante a coleta de dados, que esperanças de melhorias foram se esvaindo nesses anos em que o Programa não cumpriu o que foi propagado.

O Programa aportou nas escolas trazendo a exigência de mudança de postura com protocolos de que “*os professores teriam que trabalhar com mais afinco, com mais dedicação, porque os alunos teriam que ter notas boas e teriam que mostrar isso nas avaliações externas*”. Esse sentimento da responsabilidade com a avaliação comum a todas as escolas pesquisadas revela como o Banco Mundial e a Seduc atuam nas escolas.

As escolas públicas são precárias e não há disposição política dos governos Federal Estadual de investir na mudança dessa realidade; ao mesmo tempo, o Banco Mundial cria ilusões de transformações das escolas, por meio das reformas. Estas melhorias não chegaram, mas potencializou-se a necessidade dos melhores resultados, nos índices das escolas. Além de que, os estudos de Fonseca (2011) elucidam:

a análise dos resultados financeiros suscita a indagação sobre a real necessidade do financiamento externo à educação brasileira, tendo-se em conta as despesas decorrentes dos empréstimos e a fraca captação de recursos para o setor. [...]. Uma outra questão merece ser colocada quanto à adequação do financiamento do banco ao setor educacional. Em decorrência da vinculação aos acordos comerciais, as ações de cooperação técnica à educação são caracterizadas pelo formalismo próprio aos acordos econômicos e a seus corolários de inflexibilidade financeira e condicionalidades políticas e econômicas. Por outro lado, os projetos do Bird definem *a priori* uma racionalidade própria (modelos de gestão e de organização) que irá provocar incompatibilidades de ordem administrativa e financeira em seu confronto com a organização local. (Fonseca, 2011, p. 181).

Assim, situamos o Programa Estrada do Conhecimento e o PDRIS, como parte de uma totalidade de exploração do modo de produção capitalista que se apresenta com *mote* a vulnerabilidade social, mas busca alterar a gestão da escola, forçando racionalidade técnica.

4.4. A reorganização da escola.

Este item trata da suposta escola de tempo integral¹³⁰ por ser mais um dos critérios na escolha para implementação no Programa Estrada do Conhecimento. A legislação a Lei nº 9394/96, no Art. 34 que diz: “a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. E no parágrafo 2º do mesmo artigo: “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”.

Nesse sentido o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb dispõe, para fins de distribuição dos

¹³⁰ Sabe-se o quanto os termos: educação integral, jornada ampliada e educação de tempo integral são polêmicos. Não se trata de analisá-los aqui, mas como foi utilizado na proposta do PEC. Ver Setubal; Carvalho (2012).

recursos que considera para a “educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola, ou em atividades escolares [...]”. (Decreto nº 6.253/2007, art. 4º).

No âmbito das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em abril de 2007, é instituído o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, regulamentado pelo Decreto 7.083/10. Constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino, na ampliação da jornada escolar nas escolas públicas. O Programa Mais Educação é coordenado pela Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação.

Desta forma, a operacionalização do Programa Mais Educação foi feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE¹³¹ e pelo Programa Escolar Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Os territórios do Programa foram definidos inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentavam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, situadas em capitais e regiões metropolitanas.

No Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005/2014, que determina diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais no decênio 2014-2024, na meta 6 prevê “oferecer educação de tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica, de forma a atender, pelo menos 25% dos estudantes desse nível de ensino”. No que requer claro delineamento sobre o que se entende por educação em tempo integral, para além da ampliação da jornada escolar.

Na visão de um dos entrevistados, a educação humanizada e a educação integral foram descritas, da seguinte forma:

A primeira coisa é a seguinte: a distinção básica que as pessoas precisam fazer é uma distinção conceitual, existe uma política, na verdade existe uma teoria, uma utopia que nós chamamos “educação integral”. Uma utopia que se será alcançada e existe uma realidade incidente que é de “escola de tempo integral”. Qual é a distinção básica entre as duas coisas? Primeiro, quando nós falamos de educação integral nós estamos falando de uma formação plena do ser humano, que é a formação integral. É o ser humano que no processo de escolarização, ele não é

¹³¹ Criado em 1995, o PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. Disponível em: [http://. portal.mec.gov.br/pdde](http://portal.mec.gov.br/pdde). Acesso em: 14de novembro de 2016.

alijado de dimensões formativas fundamentais para o seu processo de humanização. Nós partimos do conceito, da ideia de que o ser humano está em constante processo de formação, em constante processo de humanização. A humanidade não está simplesmente dada naquilo que a gente nasce, nas nossas características apenas de nascimento. Humanização implica num avanço constante do processo civilizatório. [...] A ideia da educação integral passa por essa conquista constante da humanidade do ser humano, enquanto que a escola de tempo integral para aquele processo de integralidade, de formação plena do ser humano é um adjetivo. Eu preciso do tempo integral na escola funcionando, para quê? Para que se garantam todas as dimensões formativas da educação integral estejam presentes. Somente num turno, isso é difícil porque nós temos um currículo em que o conteúdo é muito marcante, muito presente na escolarização. Então, o conteúdo que está disseminado em tantas disciplinas, aí o turno passa a ser um tempo curto. Para poder se trabalhar numa formação que seja mais robusta, numa formação que seja mais urgente. Então é preciso se estender um “contra turno” e o contra turno então é que permitiria a gente de desenvolver o aspecto da educação integral. As escolas por seu turno precisam estar preparadas fisicamente para poder receber essa experiência. Aqui no Tocantins isso é um problema muito sério. [...] nós tínhamos quarenta e poucas escolas que eram de tempo integral. Por incrível que pareça na rede eram as mais despreparadas pra isso, do ponto de vista da infraestrutura. [...] Tinha um absurdo de uma escola de tempo integral que é uma escola que tem 4 (quatro) salas de aula apenas, num terreno mínimo e com salas multisseriadas e era de tempo integral. Aquilo era um extermínio de todo desejo e vontade da criança e do adolescente de viver a escola, porque num lugar completamente desestruturado como aquele, você forçar a criança e o adolescente ficar o dia inteiro, desprovido de situações básicas que lhe dão conforto para poder viver aquela relação, não tem como aquela criança ou aquele adolescente gostar da escola. [...]. (Sujeito, GS2, entrevista, 2016).

Ao percorrer as escolas públicas percebeu-se a distância que elas estão em relação à educação integral. O conceito de educação integral definido como ampliação do tempo diário e permanência na escola no percurso educativo, “tem em seu bojo o reconhecimento do papel do Estado e de sua responsabilidade em relação à educação pública, à qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, indissociada da realização dos direitos sociais”. (Leclerc e Moll, 2012, p.22).

O que as autoras expõem sobre a responsabilidade do Estado não coaduna com o que podemos constatar na expressão do entrevistado, na realidade das escolas do Tocantins. O que sobressai, nesse depoimento, são as condições e estruturas precárias, inclusive funcionando com salas de aula multisseriadas¹³². A isso se agrega a falta de espaço para comportar os alunos e o número reduzido de professores. O campo empírico nos fornece elementos para pensar a educação, mas não se esgota, assim nos deteremos em duas indagações subjacentes: Que escola quer a população, às famílias das crianças? Que concepção de educação está oculta na escola pública que o governo oferece?

¹³²Salas de aula multisseriadas ou classes multisseriadas, são salas com alunos de diversas idades e níveis educacionais.

Para descortinar o PEC e a escola de tempo integral e/ou jornada ampliada, faz-se necessário uma parada breve e algumas pontuações, para discutir o *locus* da escola. A jornada de tempo integral pressupõe minimamente dois turnos na escola, para isso é necessária estrutura física que comporte as atividades pedagógicas, lúdicas e esportivas, além da biblioteca e laboratórios, refeitório e alimentação, condizente com as necessidades das crianças. Precisa de corpo docente e técnicos, desempenhando as funções na sua área de formação. Esses deveriam ser os requisitos mínimos para o funcionamento das escolas.

As condições de educação pública que o governo oferece estão nos limites da ordem democrática, na regulação e no aproveitamento de aptidões, no ideal apenas, de oferecer “distribuição equitativa de todas as condições e oportunidades essenciais para a conquista de posições na estrutura de poder na sociedade de classes”. (Fernandes, 1966, p.101).

Nesse movimento de pensar a escola pública para a classe trabalhadora¹³³, na lógica da emancipação e a serviço da coletividade, deve ser garantido o acesso à sociedade do conhecimento, mesmo que pelos limites impostos no capitalismo. Ainda assim, estaremos nos preparando e utilizando de reformas na educação, apenas como elemento de transição. Pois as necessidades vitais da escola emancipadora não coadunam com os princípios do capital, da escola burguesa, que essencialmente exclui, na lógica perversa da competição e do individualismo. Fernandes (1966), Mészáros (2007), Saviani (2011, 2012, 2015).

Em seus estudos Marx, preocupou-se sobremaneira com a educação a ponto de em uma das teses a Feuerbach dizer que o educador precisava ser educado, na defesa de que as mudanças e os conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção do modo capitalista são antagônicas. Por isso,

assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir da sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (Marx, 1982, p.25-26).

A escola pública tornou-se objeto de luta dos trabalhadores dentro do capitalismo. Enquanto nossas forças não nos permitirem termos outro regime, as reformas na educação terão que ocorrer como forma de preparação para a superação essencialmente, da espoliação e do autoritarismo a qual a escola é submetida.

¹³³ No que se refere à escola para a classe trabalhadora, a universalização da escola unitária proposta por Gramsci, no entendimento que a educação se torna dimensão estratégica na luta pela transformação social, que tem como pilar na escola pública a gratuidade. Atente-se que é também a escola reivindicada pelas forças do capital, mas que não coaduna com a propriedade privada dos meios de produção.

Para Fernandes (1966) os vícios de um sistema educacional montado para atender as necessidades sócio-culturais de uma “sociedade aristocrática e patrimonialista, movida por [...] interesses rurais e altamente empenhado em perpetuar as bases tradicionalistas das formas de dominação, de concepção do mundo e de organização da vida, perpetuaram-se de maneira ostensiva ou disfarçada”. (p. 73). Fernandes assevera que a escola opera como um agente de solapamento da ordem social preexistente, em que se inclui, mas não se tem forças para desencadear inovações essenciais ao aproveitamento prático das potencialidades construtivas e poder para remodelar o meio social circundante. Os escritos de Fernandes (1959) denunciavam os principais problemas da educação que residiam na falta de recursos e de medidas modernizadoras de intervenção na realidade da escola, que não se diferenciam dos problemas educacionais atuais.

Assim, apresentamos a seguir o quadro 17, com a descrição dos bens e serviços propostos no Programa Estrada do Conhecimento, como forma de propiciar o conhecimento de como se deu no PEC os bens e serviços, como mais um elemento para a continuidade da discussão sobre a escola e a jornada escolar de tempo integral.

Uma *observação* sobre dois pontos do quadro se refere a bens e serviços. Percebe-se que o valor mais alto é para os bens e serviços relacionados aos materiais para formação e implantação para a expansão do *Programa Pioneiros Mirins* e, em segundo lugar, no montante de recursos o *Projeto Poupança do Futuro EM*.

O *Programa Pioneiros Mirins* foi criado no governo Siqueira Campos no ano de 1989. É um programa de bolsa voltado para assistência social, com o objetivo de atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que estivessem matriculados na escola e a renda familiar não ultrapassasse dois salários mínimos. No atual governo de Marcelo Miranda, está suspenso. A contradição e a harmonização posta, no Programa Pioneiros Mirins nos anos “2000”, de acordo com dados oficiais, o programa atendia a aproximadamente 35.000 (trinta e cinco mil) crianças e adolescentes, em idade de 7 a 14 anos, nos 139 (cento e trinta e nove) municípios. (Tocantins, 2000). Em 2011, o PEC formulado para atender seis municípios, em seis escolas, totalizando 2.296 alunos.

O *Projeto Poupança do Futuro*, ligado umbilicalmente com a educação financeira que é proposta do Banco, que deve ser desenvolvido nos currículos das escolas, nos dimensionamentos propostos para a educação, previsto no *Relatório nº 63731* (2011, p.65). Um outro elemento que converge, o *Programa Pioneiros Mirins* e o *Projeto Poupança do*

Futuro é que os recursos para prover o Programa Pioneiros Mirins desde a sua criação, são oriundos do governo estadual e podem ser ainda provenientes de órgãos federais, estaduais, municipais e outras instituições nacionais e estrangeiras. (Tocantins, 1996). Já se anunciava no Programa Pioneiros Mirins as possibilidades de financiamentos com instituições estrangeiras, como é o caso do PEC. Nesse sentido, observa-se no quadro 17 os bens e serviços propostos no Programa Estrada do Conhecimento.

Quadro 17 - Bens e serviços: Programa Estrada do Conhecimento – PEC.

TIPO CONTRATAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
Bens e serviços	Publicar os guias de formação	50.000,00
Bens e serviços	Publicar os planos de desenvolvimento	50.000,00
Bens e serviços	Materiais para formação e implantação para a expansão dos Pioneiros Mirins	3.601.600,00
Bens e serviços	Materiais para expansão da jornada no EM	168.000,00
Bens e serviços	Materiais para reforço no núcleo comum EM	30.780,00
Bens e Serviços	Materiais para o observatório do Adolescente	100.000,00
Bens e Serviços	Projeto Poupança do Futuro EM	750.000,00
Bens e Serviços	Desenvolvimento dos cursos especiais	161.700,00
Bens e Serviços	Cursos relacionados com saúde EM	200.000,00
Serviços	Monitoramento do Programa (servidores da SEDUC)	350.000,00
Bens e Serviços	Kit para Divulgação do Programa	300.000,00
	TOTAL EM US\$ (Taxa de cambio: US\$ 1) = R\$ 1.8	
TOTAL	PREVISTO EM R\$	5.762.080,00
	PREVISTO EM US\$	3.389.458,80

Fonte: (PEC, 2011, Anexo 4, p. 5).

A estreita relação do Estado com o setor privado na sociedade capitalista, passa pelo entendimento do capital como processo de reprodução da vida social e em constante transformação. Esse capital que se apresenta com novas faces da mesma moeda, nas formas de organização e reorganização, para sustentar-se em suas crises. No confronto busca acomodar, as relações público e privado¹³⁴, na lógica do mercado pressupondo a supremacia do econômico e do lucro sobre a educação. (Mészáros, 2009), (Harvey, 2010, 2011).

4.4.1. Funcionamento das escolas em tempo integral.

Na discussão da escola pública, retornemos a análise sobre a *escola de tempo integral*. Nela os *Materiais para expansão da jornada no EM*, segundo o Programa Estrada do Conhecimento, passarão a atender os alunos em tempo integral. Sobre as escolas suposto *tempo integral*, os diretores disseram:

¹³⁴ Essa discussão pode ser conferida em Peroni (org.) 2013, na obra: *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a educação*. Sobre o capitalismo: Mandel (1982); Harvey (2012, 2013); Harnecker (1978); Hobsbawm/Parain/Lefebvre (1975).

Não. Não, não falam nada de tempo integral. Pois é, porque se é um projeto de melhoria, esse PEC, essa PEC, então tinha que ter uma coisa melhor. Um investimento maior de tempo integral. Não sei, pode até ser que eles vão construir o refeitório com intenção disso. Do aluno ficar o dia todo, mas até agora a gente não sabe de nada não. (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

Não. Não falaram isso pra gente. A princípio o que houve... Porque não chegou ninguém da PEC e disse: “Olha [...], vai ficar assim e assim, lá, lá, lá...”. Não, ninguém chegou. A princípio é para escola ficar integral. Que vai ser pra mim, vai ser um dos grandes méritos pra gente, entendeu? Porque o nosso bairro... Eu moro aqui no bairro. Então, assim, é uma questão que vai ser muito importante pra esses meninos não ficarem rodados por aí. Não é isso? Mas a princípio é, mas não tem nada confirmado, não tem nada no papel, não tem nada falando. Entendeu? Mas é pra ser. (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).

A primeira proposta não deixou bem claro. Quando começou a segunda e terceira visita ficou mais ou menos definido. Então como a cota do pessoal começou a vir pra visita pra ver como que vai ser a reforma tudo indica que vai ser. Porque eles vão construir vestiário, refeitório, um lugar pra fazer almoço direito. Então acredito que se transforme, até mesmo pra se ter os cursos integrados. Técnicos. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

Sim, a proposta é essa. Foi feito reunião com os pais pra analisar a aprovação dos pais em relação a essa implantação, e eles, a grande maioria aprovaram essa implantação. E os alunos também foram ouvidos na época [...]. (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

O projeto é para se transformar em tempo integral. Assim que as instalações forem reformadas. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Nos depoimentos, sobressaem as necessidades prementes de que as escolas públicas atendam em tempo integral, aliado às expectativas da comunidade. Ao mesmo tempo, percebe-se a indefinição quanto ao fato das unidades serem transformadas, com vistas a esse atendimento. Os diretores demonstram esperança, porém convivem com a insegurança do que poderá vir. As escolas serão mesmo reformadas? Como ocorre a participação dos diretores nas reformas das escolas públicas? Primeiro, o diretor não participa, porque as reformas não aconteceram. Na escola que se materializa a reforma, ela se dá à revelia do diretor, a não ser para alocar espaços para a escola continuar funcionando, durante a reforma.

Assim, faz-se necessária a problematização sobre a escola pública e sua função social na reprodução dos negócios do capital, pois é nesse contexto que se dá o PEC. A discussão sobre a escola pública, se acirra a partir da década de 1990 com a reforma do Estado e imposição de uma postura do mercado e administração dos recursos públicos, por meio de uma nova forma de gestão pública. Os movimentos internacionais, sobretudo, das conferências, colocam a alcinha da pobreza e da educação dos menos favorecidos.

Nessa entrevista, aliado ao anseio da comunidade, expectativa e indefinição nas escolas, percebemos a insatisfação e a contradição expressa porque,

parece que a salvação da educação vai ser o dinheiro do Banco Mundial para a sociedade, porque vai ter contra turno, porque não vai poder contratar professor e porque não sei o quê... E o governador se exime de fazer política pública para atender a população, criar escolas de excelência porque o dinheiro do Banco Mundial não é todo para a educação, é para escolas pilotos. Aí cria as escolas de excelência para os filhos de alguns e os filhos dos outros continuam na *quentura*, continua sem merenda escolar, continua com as carteiras ruins, e assim vai. (Sujeito, DS1, entrevista, 2016).

Neste trecho, o entrevistado expõe a visão de outras pessoas, do que parece se manifestar no consciente coletivo. O Banco Mundial é uma instituição financeira e econômica que utiliza a educação como um negócio. Por outro lado, nota-se a visão da ausência do Estado no cuidado das escolas públicas e revisita a velha dualidade do ensino brasileiro.

O que o entrevistado relata está nos estudos de Libâneo (2012) a escola do conhecimento e a do acolhimento social que pressupõe a escola inclusiva como caricata a inclusão social, alinhada a lógica dos organismos internacionais, que afronta princípios democráticos, e escola do conhecimento para poucos privilegiados.

Neste sentido, Arroyo (1986) defende que a luta por uma escola pública para todos deve se dar na apropriação e na definição do projeto a serviço dos interesses da classe trabalhadora. Se a educação tem como objetivo a formação do ser humano, são as necessidades deste ser que determinam os objetivos da educação, segundo Saviani (2012; 2005b). Para isso a escola como espaço de luta, que tem os limites da sociedade do capital, mas nas suas determinações, a importância da educação deve estar fincada na socialização do conhecimento. Dessa forma, faz a mediação entre as relações e a prática social, possibilitando a compreensão crítica e histórica da realidade. Essa é a educação no espaço de luta que emancipa.

4.5. Os recursos financeiros na manutenção das escolas públicas.

As preocupações com a manutenção mensal das escolas estão expressas nos seguintes depoimentos:

Nós temos a gestão compartilhada. É aquele repasse da própria SEDUC. E nós temos o PDDE. Nós temos os recursos do “Mais Educação”, para pagar monitores e fazer aquisição de material didático, pedagógico. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Os recursos vêm da Gestão, três mil e quatrocentos reais e também vinha do Mais Educação. (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

O que tem hoje é pra manter a escola que é o Gestão Compartilhada, que é da gestão. Então recebe três mil e quinhentos a quatro mil por mês que é pra pagar mil e tanto de energia, quatrocentos de água, quatrocentos de telefone, aí torneira quebrada toda semana, é um conserto aqui, um conserto ali, quando vê só dá pra passar um mês [...]. (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

Temos o Mais Educação, temos o Proemi, se bem que agora a gente não tem mais, já foram extintos os dois, o Mais Educação e o Proemi. O Proemi ainda teve até o ano passado, mas o Mais Educação teve até esse ano, até o mês de maio. Então assim, entra dinheiro desses programas. E além desses temos o dinheiro do Tesouro e às vezes o Estado faz as suas contrapartidas. Vem em parcelas. Todos eles vêm em parcelas. É pela Gestão Compartilhada. A escola administra esse dinheiro. Às vezes vem, às vezes não vem. Tem época que a gente está bastante apertado. Tem dia que não tem como pagar nem a energia e nem a água. [...]. Mas como Diretor, vi muitos outros Diretores dizendo que não tinham dinheiro pra pagar nem a energia, porque a energia seria cortada porque não tinha dinheiro suficiente. Faltando algumas parcelas porque eles deixavam de depositar nas escolas. (Sujeito, GD6, entrevista, 2016).

[...] A gente paga R\$ 1.000,00 (mil reais) de energia, 500 (quinhentos) de água, cento e pouco de telefone, porque tem que ter, porque é básico. E tem todas as despesas de limpeza, que vai mais uns R\$ 500 (quinhentos reais). Aí vem cento e pouco mais alguma coisinha, então seria uma faixa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pra manter a escola, se fosse pra manter ela com o mínimo de qualidade. [...] Eu digo que com R\$ 3.800 (três mil e oitocentos) a gente não consegue manter a escola. E sem o dinheiro federal não conseguimos sobreviver. Porque essa é a verdade. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

O lanche de uma criança eu pagar R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) por criança e um lanche da cadeia é 10 (dez) e tantos reais por criminoso. Isso significa que eu valorizo mais o criminoso do que quem está estudando. (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).

A educação “tornou-se um problema social em todas as sociedades que compartilham da moderna civilização, associada à economia de mercado, ao regime de classes sociais [...]. Aumentam as exigências de uma economia de mercado nos vários setores do ensino são bem conhecidas”. (Fernandes, 1966, p.101).

Em termos de recursos, as escolas pesquisadas recebem em torno de três mil e quinhentos reais a quatro mil e duzentos reais do governo estadual. Estas escolas, até o ano de 2015, assim como outras escolas, até o início do ano de 2016, recebiam dinheiro do governo federal via PDDE, nos programas “Mais educação¹³⁵” e Programa de Ensino Médio Inovador - Proemi. Cada um desses programas, em média, segundo depoimento dos

¹³⁵ Programa Mais Educação - criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do MEC para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino, que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macro campos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

entrevistados, triplicava a receita da escola. A respeito desses fatos, os entrevistados foram unânimes em relatar as dificuldades da gestão da escola, já que as receitas são destinadas ao pagamento de energia, água e telefone, tendo que contabilizar ainda pequenos reparos.

Os recursos que as escolas recebem servem apenas para a manutenção de serviços essenciais no limite das carências, observado nos depoimentos dos diretores entrevistados, conduziram à problematização sobre a fonte de recursos as escolas participantes do PEC. Entre os questionamentos, buscamos entender porque exaltam o dinheiro da *Gestão*? Esse dinheiro as escolas recebem do Estado e está em consonância com a responsabilidade pública prevista na legislação, independente do governante do estado.

O montante da Gestão é substancial se comparado aos outros programas de repasse de dinheiro promovidos pelo governo federal, que por vezes são interrompidos. Os recursos do Banco Mundial destinados são recursos indiretos, já que advêm dessa instituição, por meio de empréstimos, seja para o País ou Estado e daí a destinação.

Uma constatação! Os recursos financeiros do PEC para as seis escolas públicas foram destinados para reformar as instalações físicas. Estas ainda não ocorreram (2017), mas se observa alterações na gestão escolar: a) as escolas públicas convivem com recursos federais, estaduais de forma direta; b) as reformas significam recursos indiretos; c) há muito desconhecimento sobre os recursos advindos do Banco e principalmente quanto sua origem por parte das comunidades e dos diretores.

Nesse sentido, o movimento que a escola produz está circunscrito nos Decretos nº 6.253/2007 e Decreto 7.083/10, o primeiro se refere ao Fundeb e o segundo o Programa Mais Educação, que preveem os recursos para educação integral, quando os alunos permanecem por período igual ou superior a sete horas diárias ou em atividades escolares¹³⁶.

As seis escolas pesquisadas no Tocantins aderiram ao Programa Mais Educação do governo federal com atividades diárias e os alunos, nas atividades em dias alternados, portanto, atende a jornada ampliada. A maioria das experiências ocorre no contraturno escolar, essa forma de organização tem um turno que funciona como escola regular e outro com jornada ampliada. Assim,

¹³⁶As escolas elegiam e se comprometiam desenvolver a cada ano, seis das atividades propostas no Programa Mais Educação, sendo que o *acompanhamento pedagógico* necessita fazer parte do plano de ação, e as outras cinco podem ser escolhidas de acordo com as preferências da escola, nos eixos supracitados.

o entendimento de que as matrículas associadas ao tempo integral fazem jus a recursos diferenciados do Fundeb, é de se esperar que as instâncias subnacionais, especialmente aquelas com menor arrecadação tributária, venham percebendo o Fundo como uma possibilidade para viabilizar, pelo menos em termos financeiros, a implantação do tempo integral nas suas escolas. Essa possibilidade conjugada ao Programa Mais Educação, que em certa medida oferece assistência técnica e financeira a escolas públicas de educação básica que atendam a um determinado perfil, potencializa a oportunidade de Estados e municípios constituírem sua política de educação integral. (Menezes; Leite, 2012, p.60).

A escola que as comunidades desejam é de tempo integral. Nós defendemos que as escolas precisam se constituir na educação integral. Com esse entendimento, a população nos municípios aguarda com expectativa essa possibilidade de que as crianças permaneçam na escola por pelo menos dois turnos, sendo assistidas inclusive com refeição de qualidade. Reforce-se que todas as escolas estão necessitando de reformas ou necessitam de construção de novos prédios, para suprir a questão do espaço físico e infraestrutura.

Durante o trabalho empírico, constata-se também que as seis escolas participantes do PEC recebem recursos do Fundeb e do Programa Mais Educação. A condição para receberem esse recurso é contarem com a classificação de jornada ampliada e/ou tempo integral. Portanto, todas elas utilizavam o recurso que supostamente viria como ganho, a partir da implementação efetiva do PEC.

Assim, todas as escolas do Tocantins funcionavam com o Programa Mais Educação. As unidades escolares aderiram ao Programa Mais Educação para serem classificadas como escolas de jornada de tempo integral. Essa foi a estratégia das unidades escolares para garantir maior aporte de recursos na sustentação das escolas¹³⁷.

Na gestão no Programa Estrada do Conhecimento estão os motivos para implementação do projeto do Banco Mundial no Tocantins, com poucos recursos para a educação se considerarmos o montante de dinheiro do empréstimo realizado pelo Estado. De fato, o que está em questão são ações para consolidação de conceitos preponderantes da reforma do estado brasileiro, introdução das proposituras do Banco Mundial, com a

¹³⁷A partir do ano de 2017, o governo federal implementa o Programa *Novo Mais Educação*. O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Res. FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Em 2017, o Programa será implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-novo-educacao>. Acesso em: 20 de março de 2017.

concordância da Seduc, com destaque para a avaliação e desempenho. Nós reafirmamos a escola pública como um direito social e conquista dos trabalhadores.

Assim, reafirmamos nossa *tese* de que o Banco Mundial se insere na Educação básica pública, com a anuência e mediação da Secretaria Estadual de Educação, com propósito de reafirmar a nova forma de gestão nas escolas, via diretores escolares.

Neste capítulo buscou-se analisar a realidade como espaço contraditório em uma sociedade de classes em movimento, em transformação, e na busca das múltiplas determinações no Programa Estrada do Conhecimento – PEC, no que tange a avaliação, parcerias, reformas das escolas e escola de tempo integral, partes integrantes da composição do PEC.

Efetivamente o PDRIS se apresentou como uma possibilidade de investimento nas escolas públicas que se encontram necessitadas de revitalização, sobretudo, nas estruturas físicas. Constatar que todas as escolas necessitam de reforma não foi o suficiente para o investimento, para o empreendimento, de recursos dispensados para a educação.

Assim, o Programa Estrada do Conhecimento tratado neste capítulo, elaborado pela Seduc com assessoria técnica do Banco Mundial, nos reporta ao documento Estratégia de Educação 2020 do Banco Mundial (2011). Nele a estratégia do Banco procura alcançar o objetivo de: “*Aprendizagem para Todos*, promovendo reformas nos sistemas de educação dos países e criando uma base global de conhecimento suficientemente forte para liderar estas reformas”. (World Bank, 2011, p.5). Diz ainda: “o Banco irá concentrar-se em apoiar reformas dos sistemas educacionais”. “O termo ‘sistema educacional’ [...] inclui programas formais ou não formais, [...]”. (World Bank, 2011, p.9). Esse documento é emblemático quando analisa o projeto de País em curso e essencialmente as reformas promovidas na educação, que convergem para a agenda do Banco.

A privatização posta em dois moldes: *a da educação e na educação*, no primeiro é o incentivo à proliferação da rede privada e no segundo introduzir na gestão a lógica empresarial e gerencialista, regulado pelas regras de mercado.

O Banco Mundial realiza com o Estado o financiamento do PDRIS. A Seduc vê a possibilidade de dinheiro para a educação e o Banco diz onde deve ser empregado o dinheiro,

já que todos os prédios escolares, como um dos entrevistados afirmou, padecem da falta de estrutura. É o *destróçamento* das escolas, nestes termos, todas necessitam de reforma. A reforma nesse caso seria oportuna para toda e qualquer escola do Estado.

O que essas seis escolas públicas têm em comum, além de se localizarem às margens das rodovias? Estruturas físicas precárias, no ambiente físico maltratado e inadequado. As reformas trazem pouca perspectiva de ampliação, no máximo duas novas salas. As escolas suportam as dificuldades que precisam ser trabalhadas diuturnamente, os índices das avaliações precisam ser traduzidos em resultados e o desafio de administrar as escolas diante dos recursos de que dispõem.

Assim, os entrevistados apontam que são os índices e a busca para se atingir as metas, sobretudo as previstas nas avaliações de larga escala como o Ideb, avaliação em âmbito nacional, ou mesmo o Salto promovida pela Seduc que orientam as escolas. Os diretores assumem na lógica da gestão pública trabalhar diuturnamente em prol dos resultados e ganhos que as escolas poderão ter a partir dos resultados do Ideb.

Um outro agravante, na similaridade das escolas, se deve aos recursos financeiros para a manutenção desses estabelecimentos de ensino. As salas de aula continuam sem climatização, o aumento do espaço construído é mínimo. Além disso, a qualidade da merenda discutível, sem o aporte de recursos para que os alunos recebam alimentação de qualidade.

O *Programa Mais Educação* ligado umbilicalmente à suposta escola de tempo integral, apontada como uma das possibilidades de promover e cuidar das crianças em situação de vulneráveis. No entanto, o que se observa é que a permanência dos alunos em dois turnos nas escolas pode ser dificultada pelo restrito espaço físico de algumas dessas unidades. Além disso, os projetos de reforma se apresentam sem considerar as peculiaridades da região, sobretudo climáticas, a exemplo de instalação de mesas de jogos de xadrez sem cobertura, até mesmo quadra de esportes removidas e expostas ao tempo, que nos relatos externam a preocupação com “a chuva e a *quentura*”. Como as crianças serão acolhidas nesses espaços? Porque empresas contratadas e engenheiros não previam condições mínimas de permanência dos alunos na escola? Certamente as razões não são os estudantes, mas sim, ser atrativo para o capital e empresas construtoras abrindo outros mercados por exploração de negócios.

Constata-se que a escola de tempo integral prometida no PEC, já desenvolvida nas escolas estaduais do Tocantins, com a denominação de jornada ampliada, tem às sete horas mínimas de atividades escolares promovida com recursos do Fundeb, materializada no *Programa Mais Educação*. Maioria das escolas, não conta com professores, mas com monitores, por vezes despreparados e isso em conformidade com a lei. Outro agravante, é que no horário do almoço as crianças se deslocam para suas casas, o que contraria os preceitos básicos de manutenção e subsistência das crianças com vulnerabilidade social. Portanto, nas condições que é oferecida, não se inscreve como educação integral.

Apesar das adversidades e contradições demonstradas no estudo na relação público e privado as escolas ainda parecem pouco atrativas aos empreendimentos. O Estado é o investidor e os rendimentos rentáveis dos empresários estão nas estradas. As escolas atraem investimentos de pequena monta, se comparados ao da revitalização da malha viária. É um movimento de exploração e abertura para construtoras, de reforma da estrada, para a reforma das escolas públicas no Estado. Nesse terreno, surgem as possibilidades de ganhos ilícitos, mercados e exploração de mão de obra barata.

Nesse movimento situamos o PEC, como projeto político e econômico nas relações do Estado do Tocantins com o Banco Mundial que dispensa uma pequena parcela de recursos para as escolas.

O PEC é o meio da Seduc e do Banco para chegar às escolas públicas com algo novo, que necessita parecer novo, esperança de mudança: escolas reformadas; alunos terão possibilidade de bolsa de estudos; permanecerão na escola de tempo integral, apresentam-se como soluções mágicas para aquelas comunidades e escolas muito carentes.

A história do Estado do Tocantins evidencia as relações com as construtoras, ligadas aos benefícios econômicos, para as grandes empreiteiras. Na atualidade com o PDRIS, as empresas são contratadas para revitalizar as estradas municipais e estaduais, com o fim de que os produtos cheguem a BR-153 e por ela conduzidos aos mercados.

Mas efetivamente o que aconteceu nas seis escolas escolhidas para implementação do PEC? Uma das escolas vem sendo reformada. As outras cinco estão, à espera da reforma e, nas falas dos diretores, não mudou nada desde 2011, a não ser a expectativa e, por vezes, a desesperança de que não se concretize as mudanças esperadas nas escolas. E em relação aos diretores? É o que continuaremos a ver no capítulo 5, na continuidade dos estudos no PEC.

CAPÍTULO 5

AS FORMAS DE PROVIMENTO E ATUAÇÃO DOS DIRETORES NA GESTÃO ESCOLAR.

Neste capítulo continuamos nossa viagem pela BR-153. O objetivo é compreender a gestão das escolas partícipes do Programa Estrada do Conhecimento em situação de vulnerabilidade social. Nessa viagem, impõe-se uma parada para outras reflexões. Aportamos no asfalto quente e nos ancoramos nas questões que nos conduzem na composição do objeto do estudo: a) Como os diretores das escolas selecionadas tiveram seu provimento no cargo? b) Como a vulnerabilidade social na estrada serviu de mote para o Programa Estrada do Conhecimento nas seis escolas públicas?

Para analisar as determinações que envolvem o Programa Estrada do Conhecimento e as implicações para a educação básica no Tocantins, os diretores como agentes determinantes nesse processo gerado no seio do capital, recorre-se a Marx & Engels (1986) e a produção da vida real, na relação dos homens e da natureza, como parte de uma história constituída, não apenas nas ações políticas do Estado, como única força determinante, mas também nos aspectos sociais, econômicos e culturais, que reverberam nos caminhos dos estudos da gestão.

A análise que aqui empreendemos toma a gestão escolar na busca da mediação do concreto e nela os diretores escolares, sob a ótica da nova gestão pública, além da vulnerabilidade social. A análise pressupõe ir além da aparência do fenômeno e situar o campo complexo da nova gestão pública no concreto e no contraditório. Nas relações de produção capitalista na mesma proporção que produz a riqueza, também produz a miséria; onde há o desenvolvimento das forças produtivas, há também forças produtoras de repressão; “estas relações só produzem a *riqueza burguesa*, ou seja: a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes desta classe e produzindo um proletariado sempre crescente. (Marx, 1985, p.117).

Seguindo o propósito de apreender as múltiplas determinações e complexidade, sobre os *diretores escolares* ainda buscamos neste capítulo, a análise sob três lentes, a partir do campo empírico: a) curso para exercer a função de diretor; b) concurso para diretor e c) ingerência política, nas quais se impuseram três questões: 1) Participou de alguma formação para diretor? 2) Participou de concurso para diretor? 3) Considera que tem ingerência política na escola, de que forma?

Assim, o capítulo retoma aspectos do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada - PECGC aos diretores escolares nas escolas selecionadas para participarem do PEC e a vulnerabilidade social, como condicionante para a implementação do Programa Estrada do Conhecimento.

5.1. Os marcos legais da gestão democrática.

A gestão democrática da Educação tem seu *locus* privilegiado na escola e dela emana. Segundo Cury (2009) “a transmissão de conhecimento é um serviço público, por si só, por princípio está associada à democracia. [...] está implicada uma noção de participação na *gestio rei publicae*. [...] o termo gestão vem de *gestio*, que, por sua vez, vem de *gerere* (trazer em si, produzir), [...] a gestão não só é o ato de administrar um bem fora de si (alheio) [...], nele está contido”. (Cury, 2009, p. 201). Para o autor o conteúdo deste bem é a própria capacidade de participação, sinal maior da democracia. Assim retomamos a gestão democrática e os elementos de sustentação dos marcos legais.

A Constituição Federal de 1988, no seu Cap. III, da Educação, no art. 206, no inciso VI, prevê a “gestão democrática do ensino público”. Segundo Cury (2009), a formulação deste princípio democrático legal da gestão está adstrito ao ensino público, na qual os educadores têm a responsabilidade.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os artigos nº 12, 13, 14 e 15 preconizam as responsabilidades dos sistemas de ensino, as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, a incumbência dos docentes e progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão inclusive a financeira, observadas as normas gerais de direito público.

No Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), constata-se na Meta 19 (dezenove) que estabelece o prazo de 2 (dois) anos para os Estados na “efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União”. (p. 63).

Ademais, constata-se que a Lei que prevê o Plano Estadual de Educação – PEE/TO (2015-2025) no “Art. 8º O Estado e os Municípios devem aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos

respectivos âmbitos de atuação, no prazo de dois anos [...], adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade”. (Lei nº 2.977/2015, p.4).

No Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE, aprovado um ano após o PNE na Meta 22 (vinte e dois) prevê que aconteça em regime de colaboração com a União, “recursos e apoio técnico, para, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PEE/TO, efetivar a gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e a consulta pública a comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas estaduais”. (PEE – DOE/TO, nº 4.411, 2015, p.17).

Assim, para tratar na concretude do marco legal, entendemos que a gestão democrática da educação pressupõe como previsto no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira (1997) como a imprescindibilidade da autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania, não constituindo-se como fim em si mesma, “mas um objetivo estratégico no processo de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades socioeconômicas.” (p.34). Na defesa de que as escolas parte da comunidade, estejam imbuídas da construção conforme prevê o PNE da “sociedade fundada na justiça social, na igualdade e na democracia”. (idem).

Assume-se a gestão democrática como nos estudos de Gracindo (2015) prática que preconiza o diálogo e a discussão dos problemas reais da escola, tendo no diretor escolar o elo de ligação com todos os segmentos da escola; diferente da nova gestão pública que personaliza o líder, o gerente da escola, para obter desempenho eficiente.

5.2. Os diretores das escolas públicas: formação, eleição e atuação.

Essa parte do estudo se dedica aos *diretores* nas escolas do Programa Estrada do Conhecimento. “É indubitável que a realização de eleições diretas para escolha de dirigentes escolares representa um avanço democrático, uma conquista social; que é um exercício de liberdade, no sentido do livre arbítrio, da manifestação da opinião e da vontade coletiva [...]”. (Souza, 2009, p.205).

Para responder a indagação se os diretores das escolas que integraram o PEC haviam feito algum curso voltado para o exercício da função de gestor, dois deles apresentam o curso e suas impressões sobre o que foi realizado, no Progestão¹³⁸:

¹³⁸ A Formação Continuada de Gestores Escolares (Progestão) é um Programa da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, que integra o PDE “surgiu da necessidade de construir um processo de formação de

PróGestão. O Prógestão dá uma visão ampla, o professor, ele passa a conhecer a escola como um todo. Na parte financeira, a parte de recursos humanos, onde você lidar com a parte pessoal, com a pedagógica, que mais necessita, e é muito bom o curso. Fiz esse curso, concluí em 2009, mas até hoje a gente ainda recorre aos livros porque é muito bom. Material bom! (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

Do Progestão. Foi o melhor curso de gestão que eu já fiz. Foi o Progestão. Quando eu... Nós fizemos o Progestão, já foi na nossa segunda gestão nossa aqui frente à escola. Que já foi de dois mil e três. Já acredito que foi já mesmo quando eu entrei, já no ano de dois mil e três, nós já participamos do Progestão. Mas, foi um curso que trouxe um embasamento tanto pedagógico, todos os aspectos do Progestão nela se ligou na questão da gestão aqui na escola, com os alunos, com professores, com os pais, com a comunidade geral, na questão dos recursos financeiros, tudo. Foi um curso completo o Progestão. Eu achei. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Constata-se que cinco diretores realizaram o Progestão, e, somente um dos diretores das seis das escolas selecionadas para o PEC não realizou o curso de Gestão Escolar - Progestão. Os dois depoimentos expressam a satisfação com o curso e o embasamento teórico que proporcionou, com vistas ao desempenho das ações na escola¹³⁹.

Sobressaem dois entendimentos: o primeiro a implementação do PEC tornou-se um meio de inserção do Banco Mundial na educação pública do Tocantins e na gestão escolar; o segundo a vulnerabilidade social e as seis escolas estaduais e os seis municípios são o subterfúgio para inserção do Banco na educação pública e nos negócios econômicos e comerciais. Neste processo os diretores indicados das escolas também estão na cadeia produtiva que viabiliza o econômico. No fundo, está posto a luta de classes nas relações entre negócios do Banco Mundial e direitos dos trabalhadores.

gestores escolares, que contemple a concepção do direito à educação escolar em seu caráter público de educação e a busca de sua qualidade social, baseada nos princípios da gestão democrática, olhando a escola na perspectiva da inclusão social e da emancipação humana”. (MEC, 2009). O Progestão é um programa de formação continuada, organizado na modalidade a distância, para gestores escolares que se encontram em exercício nas escolas públicas do país. O Programa propõe a discussão entre membros do colegiado escolar sobre temas como sucesso e permanência de alunos na escola, projeto pedagógico, avaliação institucional, gerenciamento financeiro, espaço físico, patrimônio da escola, avaliações externas, recursos humanos, entre outros. O curso é oferecido pelas Secretarias Estaduais de Educação no formato semipresencial com material impresso ou na plataforma online. Disponível em: consed.org.br. Acesso em: 13 de setembro de 2016. Sobre conteúdo do Progestão, nos cadernos, conferir: Dourado (2001); Fernandes (2001).

¹³⁹ Os diretores escolares sempre estiveram *na mira* dos políticos, gestores públicos e empresas. Mais um dos elementos compondo as múltiplas determinações é a matéria intitulada: *Parceria com Fundação Lemann promoverá bons índices para Educação, afirma governador*. Em solenidade realizada 25/01/2017, no Palácio Araguaia, o governador Marcelo Miranda assinou um Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Tocantins e a Fundação Lemann, para realização de cursos de capacitação de gestores e coordenadores pedagógicos da rede estadual de ensino. Por meio do Projeto Gestão para a Aprendizagem, da Fundação Lemann, será ofertado o curso *Gestão Escolar: Desafios e Perspectivas para a Efetivação da Autonomia na Gestão Democrática da Escola*. A iniciativa é uma das ações do Programa Estrada do Conhecimento (PEC), desenvolvido no Tocantins com apoio do Banco Mundial. A cooperação técnica vai permitir que 458 diretores escolares, 458 coordenadores pedagógicos das escolas estaduais e 91 técnicos da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Seduc) participem do curso. Os encontros presenciais serão realizados nos polos de Araguaína, Dianópolis, Guaraí, Gurupi e Palmas. Disponível em: <http://t1noticias.com.br>. Acessado em: 26 de janeiro de 2017.

Por outro lado, a cada pleito eleitoral poderão trocar os diretores escolares. E aos políticos locais interessa a permanência do diretor enquanto forem seus aliados. Além disso, nesse bojo estão também os funcionários das escolas, indicados a cada nova eleição. As estruturas opressoras e sua reprodução nos gestores públicos conduzem concepções voltadas para o individualismo e racionalidade, características da nova gestão pública. As mudanças empreendidas possibilitam a inserção do Banco Mundial, por meio do Programa Estrada do Conhecimento com a anuência dos poderes estaduais e gestores da Seduc.

As políticas para a educação básica pública da Seduc, sobretudo a partir do Programa Escola Comunitária Gestão Compartilhada - PECGC¹⁴⁰, caracterizam-se pela busca da excelência na lógica gerencialista. O PECGC, gerenciado pela Seduc e executado por meio de convênios com as escolas públicas, segundo Dourado (2004) difunde a democratização da gestão escolar, em um simulacro de garantia de autonomia financeira, administrativa e pedagógica da escola. Essa autonomia refere-se à desconcentração dos processos decisórios nas escolas, no fortalecimento do diretor e na participação da comunidade.

Outro elemento que está presente nas escolas desde o PECGC e o Prêmio Gestão (Anexo 7). Em um dos depoimentos o diretor exibe o *Prêmio Gestão* que a escola recebeu pelo trabalho realizado com a questão da “diversidade homem x mulher, do negro, do *bullying*”. Essa premiação, meritocrática na prática de resultados, alinhada aos preceitos da nova gestão pública, em uma lógica submetida à prestação de contas. Além de que a premiação em dinheiro significa recursos adicionais para a escola.

5.3. A gestão democrática na Rede Pública Estadual de Ensino do Tocantins e a ingerência política.

No Estado do Tocantins o processo democrático nas escolas públicas desde sempre foi conflituoso no que se refere à eleição para diretor nas unidades escolares estaduais. Na década dos anos 2000, em dois momentos, como foi tratado no capítulo 2, aconteceram os processos de eleição para diretor, organizados e controlados pela Seduc¹⁴¹. No ano de 2015,

¹⁴⁰ Conforme tratado no Cap. 2, o Programa de Escola Autônoma de Gestão Compartilhada - PEAGC foi criado em 1997 e, em 2002 a mudança do nome, que passa a denominar-se Programa de Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – PECGC. Programa que perdura como o fio condutor até 2017.

¹⁴¹ Edital nº 0058/2015, percebe-se o que ocorreu no concurso do ano de 2001, apresentado no Capítulo 2, se repete no certame em evidência, pois o professor para concorrer o Edital no ponto 3, do item II é condição “estar lotado na sede da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins, nas diretorias regionais de educação ou nas unidades escolares da rede pública estadual” (idem, p. 5). Portanto, não necessita vivenciar a realidade da escola, basta construir um projeto de gestão contemplando os 12 itens do edital, que necessitam de dados

o *Edital do Processo de Efetivação da Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino do Tocantins nº 0058 publicado no dia 01 de dezembro de 2015*¹⁴² também é parte das contradições das relações entre Seduc e escolas.

Sobre o processo democrático, vale um apontamento, embasada nos estudos de Souza (2009) nas experiências de que não podem ser apreendidas “[...] como uma concessão política, como um privilégio de classe, [...], no sentido de ser delegada ou de ficar na dependência de iniciativas individuais por parte de quem ocupa postos hierárquicos no governo ou na administração institucional escolar. (p.203).

Dessa forma, compreender esse processo de proposição e materialização da eleição para diretor faz-se necessário, buscar a apreensão das várias forças que atuam nesse universo e que permeiam tal dinâmica do campo educacional, histórico e político. A esse respeito, é singular a afirmação de Marinho (2016) em artigo com o título “Quem tem medo de eleição para diretor de escola?” Referindo-se ao Decreto 211/2015¹⁴³, coloca em questão, que os políticos que conseguem mandatos, não teriam dificuldade para influenciar os resultados das eleições para direção nas escolas. Mas, se é assim, então, qual o receio?

O que causa temor as nossas oligarquias políticas é o precedente [...]. O ápice do processo eleitoral para a escolha dos diretores de escola é a votação, mas, existem algumas coisas que antecedem e que a maioria de nossos políticos teme, quais sejam: a discussão, o debate de ideias e, sobretudo, a organização do povo em torno de projetos. Na atual situação das escolas do estado, [...] se as comunidades comessem a se organizar para debater os problemas e comessem a direcionar as cobranças às lideranças políticas? [...] Esse precedente eles/as não podem permitir, pois fazê-lo, significaria decretar o fim dos currais eleitorais. [...] a dor de cabeça que o governo teria se as comunidades comessem a discutir o porquê da péssima qualidade da merenda, *por exemplo*. (Marinho, 01/03/2016, p. 4. *Grifo nosso*).

Nesse excerto, referindo-se ao Tocantins e ao poder das forças oligárquicas e políticas, indagou-se: se existe ingerência política nas escolas? Observe os depoimentos de seis dos entrevistados.

da escola, que podem ser obtidos na Seduc e apresentar sua candidatura, a uma unidade escolar, mesmo que não tenha vivenciado a escola que concorrerá.

¹⁴²**Etapa I** - Avaliação de Competência Técnica (prova objetiva); **Etapa II** - entrega do Plano de Gestão Escolar e da documentação comprobatória dos requisitos exigidos para participação; **Etapa III** - avaliação do Plano de Gestão Escolar e da documentação comprobatória dos requisitos exigidos para participação; **Etapa IV** - eleição direta e secreta nas unidades escolares. 1.6.1. A etapa de Avaliação de Competência Técnica (prova objetiva) será executada pela Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, por intermédio da Comissão Permanente de Seleção - Copese. (DOE/TO, Ano XXVII – 1º de dez. de 2015. Nº 4.510, p. 04).

¹⁴³ Finalidade era barrar a realização de eleição de diretores das escolas do estado, o que se concretizou como apresentaremos posteriormente.

“Foi deputado tal que me indicou”, “Deputado tal que me indicou”. Então a interferência política é só o que há. [...]. Olha, a escola o governador Marcelo Miranda, ele doou para os deputados. E tem casos muito... Muito... Tem casos muito típicos! Por exemplo, hoje a escola aqui é do deputado fulano de tal, amanhã Pelo menos à nível de contrato... Hoje no Estado do Tocantins chega a 80% o número de contratos na Educação. E aí, a maioria desses são os subsalários, porque são ASG’s, que os deputados... Aquele povo pobre que os deputados colocam lá pra ganhar um salário mínimo pra votar. A escola é o cabo eleitoral dos deputados. É a escola... E o governador doou. Então já temos casos de professores que entraram aqui, dizendo: “Professor, eu perdi o meu emprego”. Falei: “Mas como assim?”. “Ah não, é porque a outra escola é do deputado fulano de tal, hoje a escola já é do outro, todo mundo que era do deputado fulano de tal saiu”. Que era contrato... Nós temos escola que só o Diretor é concursado. Nós temos escolas que são 5 (cinco) concursados, todos os 5 (cinco) estão na coordenação ou estão numa coisa, os demais todos são contratados. E nós temos escolas que 100% são contratados, inclusive o diretor. [...] E aí o contrato aceita qualquer coisa. E nós temos contratos que recebem R\$1.000,00 (mil reais) na sala de aula. [...] no plano de monitores, que tem estágio, que faz o mesmo trabalho que faz o professor P3, professor de Ensino Médio, de ensino básico que a gente chama. Mas ele ganha 1000 (mil) e poucos reais, ele se sujeita a qualquer coisa. Por emprego... (Sujeito, DS1, entrevista, 2016).

E muita... Olha.... Eu falo pessoalmente, eu vou falar da realidade do nosso município. Nós temos professor efetivo em sala de aula 1 (uma) professora, todos os outros são contratos na escola. Nós temos 1 (uma) professora efetiva. Temos 10 (dez) contratos. São 27 (vinte e sete) funcionários. Acho que são uns 20 (vinte) contratos. [...] A gente tem pouca autonomia, principalmente quando a gente vai definir... Professora até que a gente tem uma escolhazinha porque senão não funciona. Mas se deixar eles colocam, desde ASG até a Direção. E aí quando mudar governo? Muda tudo. E não só pra governo, mas pra prefeito. A gente já está imaginando quem vai ganhar e quem vai colocar as pessoas aqui dentro, quem vai ficar... Porque funciona assim, político local indica. E o deputado vem em cima, assina e o governador decide quem vai assumir e quem não vai assumir. É dessa maneira que funciona, é dessa maneira! É muito infeliz a política mesmo. Eles interferem nesse sentido. Aqui como a gente tem um número pequeno de efetivo eles querem decidir os cargos. Aí eles mandam alguém que vai assumir o cargo de fulano. Se você falar, mas o fulano ano passado tinha mais competência, eles não querem saber. Mas deputado de fulano quer fulano, que nunca mexeu, não sabe nem pra onde vai... manda que assuma, tem que assumir. Pelo menos na nossa escola, não sei se nos outros municípios tem a mesma interferência. Aqui sempre foi forte a interferência política. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).
Tem, querendo ou não. [...]. Aqui você é meu parente, filho do meu primo não sabe lá das quantas, está precisando... Até com professor. Todo mundo serve para ser professor, não é? Não é verdade? Ninguém serve pra ser médico, mas professor qualquer um que saiba qualquer canto é professor, isso eu não gosto. (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).

Tem sim! Começa pela indicação do Diretor. Qualquer professor você não tem muitas possibilidades... Pra indicar um professor você tem como articular, mas é dentro de algumas possibilidades. Dependendo! Dependendo do professor, muitas vezes ele pode ser aceito ou não. Aí, além disso, tem todo o certame do contrato, o diretor não tem indicação nenhuma. É por indicação política. Em tudo! Diretor não tem essa autonomia. Está decidido.... Se a pessoa, por exemplo, a merendeira, pra ela desenvolver um bom trabalho, se ela tem aquele... o dom de fazer uma alimentação boa pros alunos. Aí você não tem nenhuma forma de segurá-la... se eles quiserem... (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

Infelizmente. O que é lamentável e não é só aqui.... As escolas tenham isso. A gente tem algumas indicações e assim, quando o diretor na verdade ele consegue estratégias pra poder meio que não deixar as interferências chegar tão forte, tão latente dentro da escola tudo bem. Eu mesmo procurei sempre não deixar, principalmente em relação a professores. Quando era exigido outro cargo até que eu permitia, tudo bem, sem problema. Agora quanto a professor, prefiro EU escolher, prefiro EU ver se a pessoa dá conta ou não, porque quando manda, às vezes manda uma pessoa que não tem competência o bastante pra ocupar aquele determinado cargo, aí a escola fica perdendo. Os alunos ficam perdendo e aí vira uma coisa que não tem mais solução depois. Mas a gente tem sim, esses casos de vaga político e o político fala que pode, aí manda pra gente, aquela coisa toda. (Sujeito, GD6, entrevista, 2016).

[...] Acompanhamos que tem ingerências grandes. Mas aqui da nossa graças a Deus... não! Nós temos acompanhado aqui na nossa região onde há ingerências políticas na questão de contrato de professores, por exemplo. Nós temos escolas que não tem profissionais concursados. Então tem que contratar. Fazer aqueles contratos temporários de professores. Mas acompanhamos vários Diretores. Tinha o profissional habilitado, testado, que já havia feito um bom trabalho, mas que de certa forma o político local, esse professor não comungava com o político local e tinha que botar o que o político queria. É muito complicado. Aí como é que vai ter qualidade. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Os entrevistados quando perguntados explicitaram muitas formas de ingerência política nas escolas. Parte deles indicados por políticos e, assim, se submetem à dominação e à ingerência política. A condição dos entrevistados de assumirem por indicação política, ao mesmo tempo em que se põem a serviço da lógica dominante, se contrapõe quando reconhecem a condição de ocupar o cargo de gestor escolar, não como direito, mas como concessão, fruto das práticas patrimonialistas e autoritárias anunciadas no capítulo 1, vigentes no Tocantins.

Na correlação de forças, o Sintet defende a eleição direta para diretores escolares como um direito dos trabalhadores em educação, garantido em lei, conquistado através de luta da categoria. No dia 18 de novembro de 2015, o Sintet (2015) lança nota sobre eleição para Diretor de Escola, com o seguinte teor, o:

SINTET informa que a eleição direta para diretor de escola foi pauta da última greve, mediante ofício ao Governador nº 223/2015 de 01.06.2015, item 8, pois estava garantido na nova lei do PCCR (Lei nº 2.859/2014) a instalação de uma comissão destinada a indicar critérios para a elaboração de normas aplicadas ao processo de eleição direta de dirigente escolar (art. 37, III da lei).

Nas negociações que puseram fim à última greve ficou acertado a instituição da comissão, publicação do edital e eleição tudo ainda em 2015, para que a posse dos eleitos se desse em janeiro de 2016. A comissão encerrou os trabalhos ainda em setembro do corrente ano deixando o edital pronto. A UFT via COPESE, irá organizar o certame, porém até o presente momento o governo não divulgou o edital, nem deu mais notícia, mantendo-se silencioso. O SINTET já encaminhou os Ofícios nº 361/2015 de 13.10.15 e Ofício nº 385/2015, de 04.11.15 endereçados ao secretário de educação e ao governador, respectivamente, cobrando informações quanto ao processo da eleição, porém sem resposta até o presente momento. O SINTET continua tencionando o Governo para que o mesmo cumpra o acordo da greve e inicie de imediato o processo eleitoral. (Sinet, 2015, p. 1).

As lutas travadas pelo sindicato para que as eleições se tornassem uma prática, rompendo com velhos padrões, sobretudo das indicações de diretores das unidades escolares pareciam trazer algum alento. A partir de 01/12/2015, com a publicação no Diário Oficial do TO nº 4.510¹⁴⁴, no edital que versava sobre a eleição de diretores. Acenava como uma nova história contada na rede escolar pública Estadual.

Entretanto, em meados de dezembro de 2015, a eleição para diretores ocupa espaço na Assembleia Legislativa com o seguinte *slogan* do Sintet (2015) “Deputados planejam derrubar Eleição de diretores”.

O presidente do Sintet, [...] convida os (as) trabalhadores (as) em educação da rede estadual para comparecerem a assembleia legislativa nesta quinta, 17 de dezembro, às 15 horas, a fim de cobrar dos deputados, informações acerca de um decreto legislativo a ser votado na Casa de Leis. O decreto tem por finalidade derrubar a eleição de diretores de escola da rede estadual. A eleição de diretores de escola é uma reivindicação antiga da categoria, recentemente conquistada, que visa principalmente acabar com as ingerências políticas nas escolas, resultado na maioria dos casos, de indicações políticas, de pessoas não capacitadas para gerir as unidades escolares. O decreto é de autoria do dep. José Bonifácio (PR). (Sintet, 2015, p.1- grifo nosso).

Assim, com matéria intitulada - Deputados votam contra a Educação e anulam eleição de diretores de escola – o Sintet comunicou aos trabalhadores em educação que o legislativo havia votado no dia 17 de dezembro de 2015, o Decreto nº 211/2015 da Assembleia Legislativa do TO e anularam a eleição direta de diretores de escola da rede estadual.

Quando perguntamos sobre a participação no concurso para diretor escolar, os entrevistados revelaram as seguintes respostas.

Foi, teve o edital. Mas eu não cheguei nem a fazer a inscrição porque logo o deputado Bonifácio entrou lá com... Não sei se foi um projeto lá na Assembleia. Tornando inconstitucional esse projeto Esse... O projeto da eleição pra Diretor. E aí logo foi suspenso o processo. Nós não chegamos a nem fazer essa pré-inscrição. Ou inscrição mesmo. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Teve o edital. Eu me candidatei. [...] Eu fiz a inscrição sim. Eu tava acreditando que ia sair, [...] disse que vai voltar novamente. Estou apostando nisso... Porque eu acredito que seja uma forma mais justa de estar escolhendo um Diretor. Não de ficar político lá discutindo, brigando, se é você ou se não é, você está aqui e o outro político está lá brigando pra tirar você. E aí não olha a competência, olha qual que você está acompanhando, qual que você não está acompanhando. [...] (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

Sim, mas os deputados fecharam o processo. (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

¹⁴⁴ Nos termos do Edital, participam do processo os servidores efetivos integrantes do quadro do magistério da educação básica, da rede pública estadual de ensino, com título de licenciatura ou de bacharelado com complementação pedagógica e experiência mínima de 03 (três anos) em docência.

É meu sonho. Meu sonho de consumo. Por que... E outra coisa... Acho que politicagem não pode ser envolvida com escola. Porque nós não temos política no Brasil, nós temos politicagem. Então acho assim, a questão do... Não, acho que não funciona não. Essa corrupção aqui.... Acho que corrompe até quem vai se candidatar, corrompe compra de voto, acho que acontece tudo. Mas eu acho que o certo seria a eleição. Eu acho que sou a favor. Teve o edital ano passado..., mas eles não vão fazer isso. Não tem interesse. Como é que a gente chama? Um curral eleitoral ainda. Então eles não têm interesse. Qual interesse eles vão ter de fazer eleição. Porque se eles fizerem eleição como é que eles vão garantir emprego para as pessoas que vão votar neles? Então a escola aí vira essa questão de política. (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).

Eu não era candidato. Quando eu saí da Secretaria eu falei que não queria mais nenhum cargo assim de confiança, mas eu não sei porquê eu quando eles me convidaram.... Assim, a gente fica lisonjeado, porque de todo jeito você... “Se você é escolhido é porque você prestou algum serviço ou porque a pessoa confia em você. [...]”. (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

Os entrevistados se mostram incomodados com a condição a que são submetidos. Com o concurso para diretor cancelado, foi adiada uma das possibilidades dos diretores desvencilhar das relações autoritárias, no poder de mando e da ingerência política a que estão submetidos, tão difíceis de mediar.

O princípio que defendemos é o concurso¹⁴⁵ para diretor, tendo como base a historicidade composta por múltiplas determinações, fruto das forças contraditórias que ocorrem no interior dessa realidade,

“como se sabe o processo de eleição de diretores não é algo alheio ao que ocorre no bairro, na cidade e mesmo no país”. Isso significa que esse processo é influenciado e muitas vezes determinado pelas forças políticas que atuam na região. [...] isso se dá diretamente pela atuação dos famosos líderes políticos locais. [...] é preciso entender a dinâmica de funcionamento da política nas pequenas cidades do Estado *do Tocantins* [...]. [...] eleição para diretor (a) é condição necessária, mas, não suficiente para o fim do uso das escolas como cabide de emprego. (Marinho, 2016, p. 4. *Grifo nosso*).

Raízes patrimonialistas permeiam os nexos constitutivos dessa realidade e propor não só saídas individuais, mas o campo de luta e resistência pode ser fortalecido, via Projeto Político Pedagógico da escola, pautado nos princípios da gestão democrática.

Pode-se dizer que a interferência política reduz a escola à condição de subserviência ao poder dos partidos políticos e das oligarquias, bem como os parlamentares a utilizam a serviço da manutenção do poder. “Não é *atoa* que o governo do Estado não divulga onde há vagas nas escolas, assim fica mais fácil alocar os contratados e, assim, cumprir compromissos dos aliados”. (Marinho, 2016, p.4). Nos escritos de Fernandes (1980), uma

¹⁴⁵ Aliado a eleição de diretor nas escolas, estão as ausências dos concursos públicos, para professor e técnico administrativo, que também são parte do processo que propiciam às *indicações* nas escolas, renovadas a cada pleito eleitoral e, as práticas autoritárias sofridas pelos gestores/diretores das unidades escolares.

elucidação desse processo: “ora, está se falando pura e simplesmente em manter a burguesia no poder. Qual é a burguesia que abre o seu Estado, que abre a democracia constitucional e representativa para a conquista do poder pelas classes trabalhadoras?” (Fernandes, 1980, p.59).

A educação básica pública e nela a gestão do sistema de ensino e escolar nas seis escolas que integraram o Programa Estrada do Conhecimento, com o aporte de recursos financeiros do Banco Mundial e anuência da Secretaria de Educação Estadual, tem na indicação de diretores a garantia da execução das ações designadas pela Seduc, pautada por relações autoritárias e ações gerencialistas. Para Saviani (2005a) sobressaem os interesses privados em detrimento do público e as mudanças para as escolas públicas propagadas no PEC são um simulacro de melhorias, nada que altere o *status quo* de concentração de renda nas mãos das oligarquias.

Assim, para prosseguir no Programa Estrada do Conhecimento, fez-se necessário descortinar nas múltiplas determinações e abordar a vulnerabilidade social, porque é dela e por ela que o Programa se justifica, portanto imprime alterações na gestão escolar.

5.4. A Vulnerabilidade Social preponderante na implementação do PEC.

De acordo com o método adotado, tratar da educação básica, com o foco na gestão escolar, pressupõe descortinar as múltiplas determinações desse Programa e as contradições nele presentes, por ser um dos elementos que dão suporte para a implementação do Programa. Nesse movimento, Kosik (1976) nos ampara quando nos permite viajar embalada pela dialética e no pensamento crítico buscar a compreender a ‘coisa em si’ e chegar à compreensão da realidade? Indagamos: como a vulnerabilidade social na estrada serviu de mote para o Programa Estrada do Conhecimento nas seis escolas públicas?

Assim, este item traz uma incursão pela temática da vulnerabilidade social¹⁴⁶, por constar como um dos elementos *expressivos* que justificam a elaboração do PEC. O conceito

¹⁴⁶Neste estudo a vulnerabilidade social numa perspectiva, efetivadora de direitos, como adverte, Monteiro (2011) que essa é uma temática, que apesar de não ser um tema novo, caracteriza-se como um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade. Assim em uma perspectiva ampliada, optamos pelo conceito de vulnerabilidades sociais referenciadas pela política não se restringem às condições de pobreza, mas abarcam, igualmente, vitimizações, fragilidades e contingências que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, em decorrência de imposições sociais, econômicas e políticas. “Assim compreendidas, as vulnerabilidades sociais vinculam-se a situações de empobrecimento da classe trabalhadora, relacionadas a dificuldades materiais para a manutenção da sobrevivência [...]”. (Semzezem e Alves, 2013, p.144). *Na verdade a vulnerabilidade social esse é um termo adotado pelo Banco Mundial para justificar o que chama de ajuda aos países, na justificação de empréstimos.* (grifos da autora).

de vulnerabilidade social¹⁴⁷ é complexo e contraditório, tendo sua origem nos organismos internacionais, em substituição ao conceito de exclusão social, ligado à pobreza, sobretudo, a partir da década de 1990. Neste sentido “tem sido amplamente difundindo como orientação para intervenção dos Estados na consolidação de políticas públicas”. (Monteiro, 2011, p.36).

Ao realizarmos aproximação com o tema, percebemos diversas interpretações, sobre a vulnerabilidade social. Assim, para localizar esta parte do estudo, Monteiro (2011) adverte para não incorrer em análises que não demonstrem a estrutura social do sistema capitalista e esteja atrelada aos sujeitos individuais. O risco é atribuir à vulnerabilidade ao sujeito vulnerável, em vez de se analisar a vulnerabilidade. Além disso, é necessário problematizar as contradições, na perspectiva de superação, mas essencialmente como produto das desigualdades sociais na sociedade capitalista.

A vulnerabilidade social, condição dos grupos de pessoas que estão às margens da BR-153, excluídas da sociedade, onde se interpõem os fatores econômicos, políticos e sociais. Quando perguntado sobre os motivos para a adesão ao programa, um dos entrevistados responde:

como em educação todo centavo faz a diferença, eu procurei me informar dos propósitos do Banco junto a Secretaria de Planejamento do Estado, SEPLAN, e realmente, o grosso dos recursos era estrada, infraestrutura, [...]. Um conjunto de ações muito focadas. Mas havia um espaço para algum tipo de política social, algum tipo de política compensatória, e aí, eu [...] sabendo que nós temos o contexto da Belém-Brasília, uma das maiores rotas de tráfico humano do planeta, de maior prostituição infantil, que é algo que nós temos que lutar de maneira muito forte para romper com isso, que é uma cultura inclusive, criminosa [...]. [...]. Esse descaso com essas crianças, ao longo da Belém-Brasília, nós identificamos algumas das escolas e cidades que tinham esse, digamos assim, esse impacto tão negativo e pensamos vamos fazer alguma coisa para de uma forma piloto atuar nessas comunidades, nessas unidades. [...] seis cidades, seis escolas estaduais. (Sujeito, GS1, entrevista, 2016).

Os problemas sociais relatados pelo entrevistado estão em consonância com o documento do *Programa Estrada do Conhecimento*, que na Apresentação, cita os seis municípios, e diz que: “objetivando atender as Unidades Escolares que apresentam índice acentuado de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social”. (PEC, 2011, p.7).

Ao percorrer a BR-153, percebi as mazelas sociais manifestadas nas pessoas, no seu modo de vida, no quase completo estado de abandono e miséria, a fome que ronda aqueles

¹⁴⁷ Para o Banco Mundial a situação de pobreza é naturalizada e interfere na economia dos países como consumidores.

municípios pobres, a falta de perspectiva de vida, que inevitavelmente se impõe. A questão que nos move nesta parte é: que razões movem e atraem o capital para a BR-153? Para responder a essa questão fazemos outra pergunta: quais são os elementos econômicos que interessam ao capital e às empresas e estão situados ao longo da BR-153?

Prosseguimos. A BR-153 se destaca como corredor de circulação e vias de acesso para transporte, de mercadorias de longa distância, bem como caminho para integrar as localidades para reduzir os custos, com vista ao agronegócio, na fronteira agrícola denominada de Matopiba¹⁴⁸, nos mercados de *commodities* agrícolas, nacionais e internacionais. O avanço do capital é tão avassalador, nessa última fronteira agrícola, que os estudos demonstram que dos 139 municípios do Estado, na sua totalidade, serão impactados. São as reservas indígenas, quilombolas, os conflitos de terra, permeados com as antigas práticas, pessoas ameaçadas e mesmo as mortes e miséria.

O Estado do Tocantins, anterior a 1988, era denominado de *corredor da miséria* pelos empresários. Era quando os ribeirinhos viviam do rio, os pequenos proprietários da plantação de lavoura, ou mesmo do cultivo de hortaliças. Em 2015, os grandes empreendimentos no Estado o apontam como estado promissor. O solo, clima, ventos, água tudo em abundância, são riquezas para os grandes empreendimentos, sobretudo comércio de grãos, a monocultura da soja e do gado são transportados e comercializados, mas não se revertem em bens sociais.

Há também ao longo da rodovia, os pequenos comércios, maior parte deles eram os que viviam da pesca, mas o rio foi privatizado, foi transformado em lago e os que tinham suas pequenas plantações, não podem mais cultivar os seus produtos. Para os que ainda não foram arrancados de seus pedaços de terra, o avião sobrevoa a lavoura de soja espalhando os agrotóxicos, em prol dos grandes investidores, que só vislumbram o lucro. Tudo isso em nome de um projeto econômico, hegemônico e conservador das oligarquias.

Os excluídos são os pais que tinham a terra ou viviam do rio, agora montam suas barraquinhas de comida, às margens da rodovia, preferencialmente próximo aos postos de gasolina com seus filhos e filhas. São estes que se prostituem, vendem e compram drogas.

¹⁴⁸Presidente Dilma Rousseff – Decreto 8.447 de 06/05/2015 - Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. O Matopiba é a última fronteira agrícola em expansão do país. “Esses quatro estados têm um imenso potencial de crescimento. Essa é uma das poucas grandes regiões que restam no mundo como fronteira agrícola a ser explorada. Aqui temos o que há de melhor, solo adequado e uma infraestrutura que está em conclusão”. Os estados que compõem o Matopiba são: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Disponível em: <http://agricultura.gov.br>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

As mulheres e as meninas são numerosas duplamente excluídas: da educação e dos direitos sociais.

As situações de exclusão das escolas públicas à beira da estrada formam as razões de escolha para integrarem o Programa Estrada do Conhecimento.

Essas [...] escolas estão onde? Em áreas urbanas, ou em distritos urbanos, em municípios às margens da BR 153. Qual foi o elemento considerado para se fazer essa escolha? Situação de vulnerabilidade social. A BR-153 é o grande eixo adutor do processo de urbanização porque a circulação de mercadorias traz as pessoas para próximo dela e é ali que tem de fato a principal economia do Estado hoje concentrado, movimentando pessoas, articulando pessoas. E nessas situações é que de fato, então, a vulnerabilidade vai se incidindo. E as escolas escolhidas são aquelas... A pesquisa foi feita, dirigida pelo Banco Mundial, era para identificar aquelas onde de fato algumas situações relativas à transgressão de direitos aconteciam de forma mais veemente. A população envolvida na escola, então, tinha essa situação. E aí se escolhia essas [...] escolas, quer dizer, são escolas com infraestrutura degradada por um lado e, por outro lado, com o contexto social vulnerável. Perfeito! (Sujeito, GS2, entrevista, 2016).

Primeiro... Escolas às margens da BR, que era um critério que precisava ser atendido, que o Banco também se colocou nesse posicionamento. Nós criamos... Nós queremos que sejam nessas áreas vulneráveis. Então foi à margem da BR o primeiro critério, segundo critério escolas de placa¹⁴⁹, terceiro critério escolas com baixo Ideb e IDH. Então isso! Aí essa parte de baixo Ideb e IDH nós fizemos os levantamentos entendeu? No nosso projeto original foi feito onde escolas na “beiragem” da BR, escolas de placa, escolas onde tinham baixo Ideb e IDH, na época. Então, as mais vulneráveis onde tinha muita evasão no ensino médio, porque tinha uma ação que direcionava exclusivamente pra isso, porque essa evasão no ensino médio? Então esses foram os critérios na época. (Sujeito, GSC1, entrevista, 2016).

No texto do PEC e nas respostas das entrevistas, verifica-se que as questões relacionadas à escolha das unidades escolares contempladas com o Programa são, dentre outras, situações advindas da vulnerabilidade social. Também se perguntou aos entrevistados: como e porque as seis unidades escolares foram selecionadas para ser partícipes do Programa Estrada do Conhecimento? Assim, os relatos de seis dos sujeitos pesquisados.

Eu vou te falar a verdade, [...]. Na verdade nem eu, não sei. Acho que são critérios que o governo usa pela vulnerabilidade social. E “Estrada do Conhecimento”, eu não tenho assim certeza, mas eu acredito que “é” as escolas que estão na beira da BR 153, então acho que é porque fica na estrada do conhecimento e eles querem melhorar investimento nessas escolas que estão com vulnerabilidade e prostituição, aí envolve tudo na verdade. Então, acho que são esses os critérios que o governo tem elegido pra criar... E são só seis escolas no Estado e acho que são todas na beira da Belém-Brasília. (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

¹⁴⁹ Escolas construídas com placa de cimento, estilo tapumes de obras.

A Seduc fez um levantamento das cidades onde apresentava alto índice de vulnerabilidade das crianças e adolescentes. E analisou a cidade [...], onde acontece muito esse problema em relação às drogas, a prostituição e o que a escola se encontrava num bairro periférico, num setor que tem alto índice de consumo de drogas, e eles viram por bem que a escola deveria ser selecionada pra contemplar aí o Programa Estrada do Conhecimento. (Sujeito, GD4, entrevista, 2016).

Esse programa ele já chegou aqui chegando na escola. A gente não teve nenhum comentário ou alguma coisa falando pra gente, que a gente poderia participar desse programa ou coisa parecida. E o que eles alegam é justamente que a escola ficava à margem da BR e a questão do índice de prostituição que era muito alto. Então, essa é a alegação que todo mundo sabe, esse é o porquê da escola ter sido selecionada. (Sujeito, GD6, entrevista, 2016).

O nosso município, ele está localizado às margens da BR, da Belém-Brasília e faz divisa [...]. O fluxo é muito grande, de pessoas que transitam de norte a sul do país, e [...] o índice de prostituição infantil é muito grande. Foi não, continua sendo ainda. Então daí, eles fizeram estudos e vários estudos, e resolveram contemplar o município com o programa. A gente, nós achamos interessante que o programa vai ser bem vindo porque ele vai trazer ações para cá, trabalhadas justamente em cima dessa fragilidade do nosso município. (Sujeito, GD3, entrevista, 2016).

Foi assim, a nossa Escola [...] tinha aquele “Posto Mil” ali que funcionava, e o índice de prostituição era muito grande, entendeu? Ai por isso, por ser uma escola que fica na Rodovia que esse é um dos propósitos do PEC, então por ela ficar à margem da BR 153 e ter aquele posto, da questão da prostituição, nossa escola foi selecionada e por estar num bairro também vulnerável, [...]. (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).

De acordo com a primeira visita a escola foi selecionada. Como nós estamos à beira, à margem da BR 153 e por apresentar um grande índice de prostituição infantil e de uso de drogas. Esse foi o motivo da seleção da escola. Na época nós ficamos em primeiro lugar no ranking de prostituição infanto-juvenil. Então esse foi um dos critérios utilizados pelo governo na época pra estar selecionando. A escola não participou de nada. Eles pegaram a cidade, viram o lado social da cidade e escolheram em cima desse critério. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

As falas dos entrevistados confirmam o que está circunscrito no Programa, de que a vulnerabilidade social foi o elemento determinante para adesão ao Programa Estrada do Conhecimento. Entretanto, acreditamos ser necessária uma análise criteriosa e dialética da realidade e dos dados, para que se possa ir além da pseudo concreticidade e observar as múltiplas determinações e contradições que compõem o Programa Estrada do Conhecimento.

Esse programa é uma proposta elaborada pela Secretaria de Educação em 2011. Porém, o que se observa na fala de três entrevistados é que o Banco participou ativamente desde o diagnóstico para confecção do PEC e sinaliza com a utilização de recursos financeiros, aplicados à educação, constantes também do *Relatório nº 63731* (2011), que prevê “maior qualidade da educação para grupos de baixa renda”. (p. 22).

A vulnerabilidade social faz parte da rotina dos entrevistados e foi naturalizada nas expressões destacadas nos excertos: *“esse programa ele já chegou aqui, chegando na escola”*, *“eles viram por bem que a escola deveria ser selecionada”*, *“na verdade nem eu, não sei”*.

Entretanto, é necessário enfatizar que a vulnerabilidade social às margens da BR - 153 é decorrência do modelo econômico vigente, concentrador, explorador e patrimonialista. Elementos do capital. Com esses elementos muitas escolas estão em condições similares em suas estruturas físicas, como pode ser percebido pelos trechos selecionados dos entrevistados.

A primeira coisa é a seguinte, a rede estadual de educação no Tocantins tem 510 (quinhentos e dez) escolas hoje, funcionando. 510 (quinhentos e dez) escolas é um número muito significativo. A grande parte dessas escolas encontra-se em situação de “destróçamento” de infraestrutura. Não dá cada vez que uma escola se encontra em uma situação como essa, construir uma nova escola, porque nós vamos construindo, a gente vai aumentando. (Sujeito, GS2, entrevista, 2016).

O que foi posto como condição para o financiamento pode ser confirmado na fala do entrevistado, o

Programa Estrada do Conhecimento nós identificamos na verdade, ele é adjacente, ele não é o foco principal, o foco principal é o PDRIS, é a interligação do Estado através das estradas e o PEC implica nessa revitalização (vou chamar assim) revitalização de escolas em situação de vulnerabilidade. Não foi feito nenhum condicionamento contundente no que diz respeito à imposição de determinadas lógicas que agridam uma concepção de educação libertadora, muito pelo contrário, o que se intencionou no programa era fazer a recuperação das escolas, da infraestrutura das escolas [...]. (Sujeito, GS2, entrevista, 2016).

Reafirma-se o que está circunscrito no PEC, de que o financiamento é para a estrada, para o capital. No PDRIS constam as obras previstas para revitalização da malha viária do Estado. O PEC foi criado a partir do PDRIS para a reforma de seis escolas. Neste ponto se entrelaçam os interesses das empresas que atuarão nas estradas e nos prédios escolares, a serviço dos grandes empreendimentos, com o fim de obter lucro. Esses aspectos não ditos estão subjacentes na resposta do gestor.

Há uma discrepância em relação aos números do PDRIS e do PEC: enquanto a revitalização da malha viária prevê beneficiar 72 (setenta e dois municípios no Estado), o PEC no que concerne a estrutura física contempla apenas 6 (seis) municípios e 6 (seis) unidades escolares públicas estaduais, selecionadas para revitalização da estrutura física.

Desse modo, a necessidade de entender a gestão pública na dinamicidade da escola, em um complexo de situação de relações hierárquicas e de constrangimento. Segundo

Oliveira (2015), as medidas descentralizadoras vieram acompanhadas da noção de democracia participativa, contraditoriamente, o que está subjacente são as ideias difundidas, nessa lógica da descentralização, pois a escola subordinada a uma Regional de ensino e, por consequência, à Secretaria de Educação, tem no diretor o elo de comunicação com a escola, carregado de preceitos, por vezes, de um autoritarismo velado e explícito, que gestam as ações na Secretaria e, para as escolas, o que deve ser cumprido.

Nas entrevistas, as narrativas de ações autoritárias sofridas na gestão das escolas, porém os depoimentos não puderam ser registrados na íntegra. Com o compromisso do anonimato, pois os relatos de alguns seriam inevitavelmente reconhecidos. Por isso escolhemos apenas excertos de quatro entrevistas para expressar essa perspectiva:

Não. Assim... cobra muito, mas não dá condições para as escolas. Aí eu acho assim que você pode.... Você tem que cobrar, mas tem que ter condições de trabalho. (Sujeito, GD1, entrevista, 2016).

Nossa, está complicado falar isso... Nossa.... Às vezes a gente sente isso. É como eu falei [...]. Nós temos, eu não sei nenhum senso, se eu deveria falar, mas nós temos [...]. “Pra você mudar fulano de lugar você tem que me ligar viu”. Então há autoritarismo. Interferindo diretamente... na gestão da escola. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

As pessoas têm mais é medo, não é? Por ser um cargo, por ser indicação, a pessoa já tem medo de falar, a verdade... (Sujeito, GD5, entrevista, 2016).
Essa questão do “autoritarismo” acho que ela nunca vai deixar de existir. (Sujeito, GD7, entrevista, 2016).

Nas entrevistas percebemos a condição dos diretores, pois, alguns, sequer conhecem o PEC, mas põem em prática em escolas públicas as suas concepções. Também se constata a condição de autoritarismo, quando decisões externas são impostas às escolas públicas associadas ao recebimento de recursos financeiros. No que Fernandes (1979) elucida que essas relações autoritárias são normalmente incorporadas às instituições, tendendo, inclusive, a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes dominantes, ao nível institucional.

Assim, a vulnerabilidade social e econômica é gerada no capitalismo, na sociedade de classes, produto das desigualdades sociais no estado capitalista. Resulta da divisão da sociedade em classes e se reproduz de forma constante, no estado capitalista.

Por outro lado, a vulnerabilidade se expressa no abandono escolar e analfabetismo. Nessa busca questionamos: o que reverbera com o abandono da escola, nessas comunidades? Assim partimos do Plano Nacional de Educação – PNE.

Considerada a aprovação da nova Lei nº 13.005/2014-2014, apresenta-se a Meta 3 do PNE/2014-2024, que propõe “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%”. Essa Meta dispõe de quatorze estratégias com vista a sua implantação que destacamos a 3.8 que prevê:

“estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. (PNE/2014-2024, p.23).

Além das estratégias 3.9 na busca ativa da população em idade escolar e da estratégia 3.10 que dispõe fomentar programas, para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem escolar. Com o Plano, as metas se referem não só às matrículas na idade recomendada, mas também à conclusão. A partir de elementos do novo PNE, que data de 2014, e a observação que a partir do ano de 2016, por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, portanto, anterior a data de aprovação do novo PNE, a educação básica passou a ser obrigatória para todos dos 4 aos 17 anos.

Com elementos da legislação, atinente ao abandono, passemos aos dados relativos a Pugmil e sobre o abandono da escola e as condições de sobrevivência, observe o depoimento de um entrevistado, referindo-se ao município de Pugmil¹⁵⁰,

hoje o jovem não quer sair da cidade pra trabalhar de diarista nas fazendas, porque são tudo pequenos proprietários. Então eles não vão trabalhar. Se tivesse grandes fazendas poderia ter uma visão melhor pra ir pra lá, mas pra isso eles vão trabalhar roçando de diarista e eles não querem. É serviço pesado, de verdade! Então, eles vão para o posto passar “pretinho”, na maior parte. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

O entrevistado expõe o abandono e as dificuldades do jovem em conseguir trabalho, as carências das comunidades na luta pela manutenção das necessidades básicas e a sobrevivência. Nos escritos de Castro (1957) a “história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão nosso de cada dia. Parece, pois, difícil

¹⁵⁰ No município de 2.369 hab. (Censo IBGE/2010) a estimativa de jovens trabalhando “formalmente deve ter uns 10 (dez), porque tem 1 (um) que tem no lava jato que eles registram em carteira também e, informal deve ter uns 30 (trinta), 40 (quarenta), tem dia que tem mais por lá. Por causa do “pretinho”. Porque lá eles conseguem movimentar todo o mercado em si”. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

explicar e, ainda mais difícil compreender o fato singular de que o homem, [...] até agora não tenha obtido uma vitória decisiva nesta luta, por sua própria subsistência”. (p.45).

Buscando suprir as carências básicas de sobrevivência, os jovens encontram poucas alternativas na cidade, o emprego, às margens da rodovia.

Eles vão trabalhar no posto que, é o “posto foco”. E além de trabalhar no posto pela empresa mesmo, eles trabalham no lava-jato. [...] E tem o famoso “pretinho”, [...]. A gente fala “a turma do pretinho”, aqui. E quase todos lá além de passar o pretinho que é aquele que eles passam nos pneus dos carros, dos caminhões... Eles vendem drogas para os caminhoneiros. E pegam droga dos caminhoneiros. Então eles rendem muito. Se tiver um aluno jovem, começa a trabalhar lá, com 2 (dois) ou 3 (três) anos eles tem um carro. Entendeu? E a gente escuta isso. E eles falam prá gente: “Professora, a gente ganha mais do que a senhora”. E a gente sabe que passando “pretinho” nos pneus nos carros eles não vão ganhar isso. “Então pra passar pretinho eu não preciso terminar o ensino médio”. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

A fala do entrevistado pode ser confirmada, à luz do dia, com os jovens que trabalham no posto de gasolina, ou mesmo os que permanecem na companhia de pessoas que frequentam aquele estabelecimento comercial.

O abandono da escola está ligado diretamente às condições econômicas, da sobrevivência, na expressão de Martins (2008), onde o descompasso entre o econômico e o social na sociedade capitalista, expressa o avanço do econômico, em relação ao social. Para o autor, o econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou se a faz é com atraso. E Marx (1982) indicou como contradição fundamental da sociedade capitalista, a contradição entre a produção social e a apropriação privada dos resultados da produção.

Segundo Martins (2008), na reinterpretação de Lefebvre, “a pobreza é pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível”. (p.103).

Assim, a educação como direito nos documentos oficiais está garantida na Constituição Federal de 1988, incluindo a PEC 42/2008, PEC da Juventude, aprovada em 7/7/2010 - inclui o termo juventude na Constituição, na LDB nº 9394/1996, no ECA nº 8.069/1990, nas Leis que instituíram os PNEs 10. 172/2001 e 13.005/2014 e, ainda assim, a escola pública presente no dia a dia continua distante para os estudantes e famílias.

Nessa luta “para analisar se o direito à educação das crianças, dos adolescentes e jovens populares tem avançado, teremos de aprofundar sobre, se seus direitos à vida justa e digna, a teto, renda, alimentação, à terra, às identidades de gênero, raça, classe e etnia [...]”. (Arroyo, 1986, p.32). Contudo, precisamos prestar atenção, que:

“não se trata, também, de sujeitos sem rosto, sem história, sem origem de classe ou fração de classe”. Os sujeitos a que nos referimos são predominantemente jovens e, em menor número, adultos, de classe popular, filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, [...] e com particularidades socioculturais e étnicas. “É sob essa realidade de tempos e espaços diversos de sujeitos coletivos (jovens e adultos) reais que poderemos construir na relação Estado e sociedade, Estado e movimentos sociais, uma política de ensino médio que resgate o direito de continuação do processo de escolarização para aqueles a quem isso foi negado até o presente [...]”. (Frigotto; Ciavatta, 2004, p.57).

Na pobreza e suas diferentes formas de perversidade, produzida em um sistema de classificação social, moral, política, cultural e pedagógica, que oprime, necessita criar espaços e possibilidades de permanência na escola. Apesar de a legislação garantir os direitos educacionais “é contraditório esperar que um Estado que reprime as lutas populares por direitos assuma seu dever de garantir o direito à educação dos coletivos que são reprimidos”. (idem).

A preocupação com a questão do abandono da escola pelos jovens foi demonstrada na fala do entrevistado e na ação, na busca de intervir nesse problema social.

Uma vez até conversamos com o gerente do posto aqui pra ele não ficar pegando jovens que não terminaram o ensino médio, para estar incentivando, para ser frentista tinha que ter pelo menos o ensino médio. Mas não se cumpre isso. Pra poder estar incentivando... Então se o maior foco de emprego é o posto “por que é que eu vou terminar o ensino médio? Se eu consigo entrar lá com o ensino fundamental”. (Sujeito, GD2, entrevista, 2016).

A condição de exclusão segundo Freire (1978) desumaniza as pessoas. As promessas e retórica de autoridades e políticos quando se refere a educação para os mais necessitados, são carregados de interesses que geralmente não atendem a lógica da escola que emancipa. Em Arroyo (2015) a reflexão de que é preciso considerar, a maioria dos alunos das escolas, vem das classes populares e nesse quadro a escola desafiada, necessita de novos procedimentos, para que estas classes possam ter condições de permanecer nela.

O abandono da escola pelos jovens em situação de vulnerabilidade social, pela necessidade de se manter e, devido ao fato de ingressarem no caminho das drogas, como observado nos depoimentos anteriores, é objeto de estudos e análise do Banco Mundial, que afirma ser os homens com maior “probabilidade de abandonar a escola, ingressar na força de trabalho mais cedo, [...] e utilizar substâncias tóxicas. O abandono da escola e o emprego precoce podem estar conectados, uma vez que os jovens do sexo masculino têm mais probabilidade de conseguir trabalho remunerado do que os do sexo feminino”. (World Bank, 2012, p. 32).

No documento *Estratégia de Educação 2020* (2011) “a nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula”. (World Bank, 2011, p.8). Não convêm ao Banco expor a complexidade do que significa a relação da escola com as estruturas que geram a pobreza, por isso atribui ao indivíduo o seu fracasso.

O *Estratégia 2020* (2011) defende a aprendizagem por competências e não a valorização da escola, mas a aprendizagem nos espaços informais, que pode preparar o trabalhador resiliente e dar respostas ao mercado produtivo. No PEC a vulnerabilidade social, os dados sobre o abandono e o analfabetismo nas escolas são apontados como a falência da escola pública, exigindo outros mecanismos de inserção do trabalhador na produção. Diante dessa complexidade observe como o entrevistado vê o Banco:

o Banco veio com alguns dados, principalmente do município de Pugmil, com relação às questões vulneráveis. Com relação às drogas e abuso sexual de crianças e adolescentes. Então, assim, eles já vieram com esses dados, então eles já tinham toda uma pesquisa anterior do Estado onde eram necessários os investimentos e tiveram essa conversa conosco a princípio. (Sujeito, GSC1, entrevista, 2016).

Nessa fala, reforça-se as relações entre o Banco e os governos estaduais e federal, observando inclusive o momento político e eleitoral, como pode ser observado no excerto do Relatório, a seguir.

A preparação da CPS do Brasil para o EF12-15 coincidiu com o primeiro semestre no poder da Presidente Dilma Rousseff e de todos os governadores dos Estados brasileiros. Consultas para a CPS foram realizadas durante o período no qual as novas autoridades estavam desenvolvendo planos de investimento de quatro anos (PPAs). Isso permitiu ao WBG alinhar suas estratégias com aquelas das autoridades recém-eleitas, garantindo que a integração, a inovação e o conhecimento pudessem ter o máximo de impacto. (Relatório nº 63731, 2011, p.1).

Na continuidade do texto do documento, a comprovação do que o Banco propõe em seu projeto.

A CPS proposta está alinhada com as estratégias regionais do Banco Mundial e da IFC na América Latina e Caribe (LCR) e com a estrutura estratégica do WBG para países de renda média (MICs). As estratégias do Banco Mundial e IFC para LCR visam à criação de oportunidades para redução da pobreza e da desigualdade definindo como meta os pobres e vulneráveis, apoiando o crescimento e a criação de empregos, fortalecendo a governança, promovendo uma ação coletiva global, estimulando a inovação e a competitividade no setor privado e abordando a mudança climática. A CPS é coerente com a abordagem do Grupo Banco Mundial em relação aos MICs, que chama o BIRD e a IFC para serem ágeis, flexíveis e inovadores. Isso requer que eles trabalhem com os MICs, à medida que assumem um papel cada vez mais importante em uma variedade de questões globais, incluindo a mudança climática. (Relatório nº 63731, 2011, p.1).

Esses elementos contribuem para demonstrar que o Programa Estrada do Conhecimento implementado no Tocantins está em sintonia com o Projeto do Banco Mundial. Percebe-se que para a educação, a vulnerabilidade social ocupa destaque conforme constatado no Relatório nº 63731 (2011), e que as carências do Estado são o terreno fértil para a implantação dos negócios econômicos das empresas.

Feitas essas constatações, voltemos ao entrevistado e ao município de Pugmil, no concreto, naquele município apesar de todos os problemas sociais, as drogas são o problema recorrente entre os meninos e o que será tratado no Programa Estrada do Conhecimento são as meninas com as questões atinentes a gênero.

Assim, as metas previstas no Programa Estrada do Conhecimento para redução do abandono: 3% em 2013; 8% em 2014; 13 % em 2015; 19% em 2016; 25 % em 2017. (PEC, 2011, p. 26). Constata-se que nenhuma ação referente às metas com vista a reduzir o abandono de alunos foi desenvolvida nas unidades escolares.

O campo empírico revela ainda as profundas desigualdades sociais e econômicas das famílias que se deslocam em busca de trabalho, como pode ser constatado a partir da entrevista:

na questão da vulnerabilidade social é uma questão muito complicada porque já foge da nossa... do nosso controle, digamos assim. Porque é um município pobre, onde em função da vulnerabilidade social as crianças às vezes se afastam da escola, porque precisam trabalhar com o pai, às vezes o pai vai pra roça ou pra qualquer um outro lugar, ele precisa ir também, e a gente fica de pés e mãos atados, porque o que nos resta é procurar o pai, conversar, tentar trazer pra cá, pra escola. Às vezes procura até a Justiça, procura o Conselho Tutelar, sabendo inclusive que o pai não está fazendo isso não por maldade, mas é porque ele também precisa trabalhar e não tem onde deixar esse menino ou essa criança e aí tem que levar, porque vai ficar morrendo de fome aqui também. Então assim, a gente... o que a gente trabalha é isso, é com a família, conversando, às vezes procurando ajuda de Conselho pra ajudar a própria Justiça, agora a gente não tem nenhuma ação voltada pra essa questão, até porque essa questão seja uma questão política mais do que da gente mesmo enquanto profissional da Educação. Porque a gente não tem como dar emprego. A gente não tem como fornecer uma quantia de renda pra essas pessoas para que não precisem sair e levar seus filhos consigo. Então é uma situação bastante complicada, mas a gente faz o possível pra tentar amenizar. (Sujeito, GD6, entrevista, 2016).

Nesta sociedade capitalista classificatória e excludente cabe a nós perguntarmos o que a escola, no cumprimento da tarefa de educar, pode fazer para que os menos favorecidos tenham possibilidade de sobressair nessa sociedade? Buscamos em Fernandes (1966) algum alento. Diz ele: “enquanto se pensou que a escola constituía o fator por excelência do ‘progresso do gênero humano’, supunha-se que a mudança social representava os ganhos obtidos pelo homem no cultivo de sua inteligência através da educação formal (p. 84), mas

para isso “as instituições escolares precisam estar aptas a permitir um uso ‘ótimo’ sem precedentes dos recursos educacionais”. (p.86).

Portanto, o Programa Estrada do Conhecimento (2011) de um lado: “parte de ideias educacionais inovadoras de modo a dinamizar o processo de ensino e aprendizagem. [...] propõe uma reformulação curricular tendo em vista o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas capazes de vislumbrar nos alunos o desenvolvimento de perspectivas empreendedoras” (p.23); de outro lado, incentiva a lógica de mercado como fator de eficiência dos sistemas de ensino, difunde a ideia de que famílias são consumidoras de um serviço, na lógica do cliente. Eis, portanto a concepção de educação como a prestação de um serviço e não como um direito de todos, difundida pelo Banco Mundial e acatada pela Seduc.

Assim, o Programa Estrada do Conhecimento (2011-2017) nos impõe retomar o PEAGC (1997) e o PECGC (2002) previsto no PEE/TO (2015-2025). Se o PEAGC previa difundir preceitos de autonomia na escola pública, o PECGC amplia na perspectiva da participação da comunidade. Nos dois Programas, a feitura dos documentos prima pelos preceitos da escola pautada em princípios da gestão democrática. Os preceitos legais presentes nos documentos não se traduzem propriamente em práticas democráticas.

O PECGC apresenta-se como o fio condutor de todas as gestões, apresentado no capítulo 2. O que sobressai é a finalidade que o conduz, previsto como um programa que trata da totalidade da escola, mas o que sobressai é a descentralização das atribuições do Estado e os recursos para administrar as escolas, nos diretores indicados e na comunidade, a responsabilização nesse processo.

Certamente que a eleição para os diretores das escolas é incontestável como uma das partes fundamentais, para o exercício democrático, mas por si só não garante a democracia. Além de que nas escolas do Tocantins, um agravante é que grande parte dos professores são contratados. Desses contratos, a renovação dos quadros de professores nas escolas a cada pleito eleitoral tem nos políticos a dependência de quem assumirá. A isso independe de competência, ou mesmo as afinidades com a escola, pois muitos não têm a formação para o exercício de ser professor.

Nos idos da implantação do PECGC precisava criar as condições para que a escola funcionasse na lógica gerencialista, assim como o diretor devia promover o funcionamento das escolas. Sob este aspecto, no PEC a reafirmação de que, com a nova gestão pública, é como se fosse *mais do mesmo*. No PECGC, consta por princípio a gestão democrática, mas

o que reverbera são as práticas centralizadoras no diretor, o medo, a submissão, a coerção. Essas são as referências patrimonialistas, nas práticas autoritárias, elementos que são reafirmados na indicação dos diretores. No PEC os diretores indicados por políticos, que além de atenderem os eleitores com um emprego, em alguns lugares, as elites daqueles municípios capitaneadas por fazendeiros e empresários fornecem os nomes que serão contratados pelo governador.

A interface entre o PECGC e o PEC mostra que esses dois programas estão focados na escola e na figura do diretor. Assim, a educação básica pública e, nela, a gestão escolar nas unidades escolares partícipes do Programa Estrada do Conhecimento. O PEC introduz o Banco Mundial na educação pública do Tocantins na gestão escolar com a anuência da Seduc. A vulnerabilidade social, nos seis municípios, tornou-se um dos mecanismos de inserção do Banco na educação básica pública. O foco do Banco Mundial está nos diretores, não só das seis escolas do PEC, mas da totalidade das escolas de educação básica pública.

Assim, o capítulo apreende a educação básica pública e nela a gestão escolar nas unidades escolares partícipes do Programa Estrada do Conhecimento. O PEC enquanto programa se dispõe a cuidar de seis escolas com alta vulnerabilidade social.

Neste capítulo, no Programa Estrada do Conhecimento, buscou-se identificar as suas múltiplas determinações entre o capital e as pessoas exploradas. Neste cenário, sobressaem a riqueza e a força do explorador. Nas seis escolas que foram escolhidas para a reforma, entre as mais de cinco centenas de escolas estaduais existentes no Estado, são latentes as contradições entre a Secretaria de Educação e o Banco Mundial, na lógica da empresa e do lucro, que tem nos diretores os agentes de execução. O PEC é um dos exemplos de ações que são levadas às escolas por interlocutores que gestaram o programa no gabinete e que a escola deverá operacionalizar.

A anuência do Estado representado pela Seduc leva aos diretores escolares as políticas que serão cumpridas na escola, pensadas pela Secretaria de Educação e no Programa Estrada do Conhecimento, capitaneado pelo Banco Mundial, na implementação de seu projeto, aos que se submetem aos empréstimos. Referindo-se aos empréstimos do Banco Mundial, Fonseca (2014) elucida que o Banco “sempre foi o principal interessado, visto que a assinatura dos acordos com os países membros era condição para sua

sobrevivência como instituição financeira [...]” (p.98). E, nesse estudo, se mostram as evidências do governador na busca de catalisar esses financiamentos, inclusive em *agradar* ao Banco nas suas condicionalidades.

Se nos atos e discursos do PEC seduz pelo que propõe, por outro lado, permanece a ilusão dos *contratos* de professores/diretores que naquelas localidades indicados para exercerem o cargo possuem poucas possibilidades de contrapor ao que pode ser transformado nas escolas. Nesse movimento, nas escolas do Tocantins, o diretor e parte dos professores são indicados por políticos. O concurso público para professores e funcionários não acontece desde o ano de 2009 e a eleição para diretores das escolas, que aconteceria em 2015 não se concretizou.

Faz-se necessário ressaltar que há entre essas escolas, aquelas que tem apenas um professor é concursado, o diretor, todos os demais docentes e funcionários não docentes são nomeados a cada pleito eleitoral. Além disso, há escolas no Tocantins que nem mesmo o diretor da escola é do quadro de servidores efetivos.

Os diretores omissos são também os que querem desprender-se do jugo das elites dos municípios. Elites contemporâneas que são também os políticos, empresários que governam na base da imposição e do autoritarismo. São esses diretores oprimidos que desejam o concurso para diretor, para poderem trabalhar em prol da educação e não de políticos. Especialmente deputados e vereadores que nos municípios *loteiam* as escolas e indicam professores e funcionários, renovando os quadros, a cada pleito eleitoral.

O concurso para diretor escolar que aconteceria pela primeira vez sem o controle da Secretaria de Educação foi aprovado na Assembleia Legislativa e os mesmos deputados, quinze dias após, vetam o referido concurso. O agravante é que no Tocantins o que proporciona que os políticos imponham as indicações é a falta de concurso público. Os *ditos* contratos são em maioria nas escolas reforçando as práticas patrimonialistas. Os diretores submissos ao sistema, oprimidos na sua própria condição de trabalhadores, sendo o trabalho a atividade privilegiada no processo de mediação da relação dos homens com a natureza.

Os diretores não ignoram que são espoliados nos seus direitos e nas possibilidades da escola, quando dizem: “*vai ter reforma, mas vai continuar na quentura*”, porque não vai ter ar condicionado, ou contraditoriamente outro diz: “*não posso pedir aparelhos de ar condicionado para a Seduc, vou solicitar ventilador, se não, não dou conta de pagar a energia*”.

Assim, a vulnerabilidade social tornou-se o *mote* para o Banco e o financiamento em um terreno propício para um estado omissivo da responsabilidade com o social. Os dois, Banco e governos, propagam realizações, que se assemelham à transferência dos serviços públicos para entes privados, quando quem está sendo responsabilizado são as comunidades e os cidadãos. A vulnerabilidade social tratada pelo governo e pelo Banco, na lógica do sujeito individual, no limite, para reduzidos grupos e não tratada como problema social. A busca é para ampliar as possibilidades para o capital empresarial.

O Programa Estrada do Conhecimento é um programa travestido da preocupação com a vulnerabilidade social, projeto constante do Banco Mundial, mas que, de fato, se propõe a introduzir a nova gestão pública na conformação da desconcentração, racionalização, flexibilização e indicadores por resultados. Essas características são observadas desde o Programa de Gestão Compartilhada (1997), traduzidas no gerencialismo, assentadas em lógicas de mando e autoritarismo, com foco nos diretores escolares, no cumprimento desse projeto.

Os problemas estruturais, as carências dessas escolas localizadas às margens da BR-153, das crianças e jovens e as drogas, principalmente entre os meninos e a prostituição infanto-juvenil, decorrentes da pobreza extrema, são problemas estruturais enfrentados pelos jovens, não só desses municípios.

No campo empírico, confirma-se o *autoritarismo* como um dos elementos de afirmação da *nova gestão pública* centrada na busca da eficiência privada e da regulação mercantil. Com essas lentes, há uma situação de conflito e de tensões da sociedade de classe, para uns mais lucros e para a maioria, ampliação de direitos sociais.

Esse é um projeto desenvolvido dentro da lógica do Banco Mundial, negligenciado, nesse processo, particularidades presentes em todos os municípios. A isso, se confirma em nossos estudos de que o PEC é uma forma de inserção do Banco na educação do Tocantins, não tratando das necessidades da educação no Estado, mas implementando o seu projeto econômico.

A complexidade de se tratar o abandono, objeto inclusive da legislação, porém o que se pode apreender é as condições objetivas com que os alunos são expostos e confrontados, necessitam de ações efetivas de acolhimento e compromisso social com essa parcela de jovens e adolescentes, no Programa Estrada do Conhecimento as medidas efetivas de comprometimento ainda não foram efetivadas.

O Banco Mundial para as pessoas simples nesses municípios é muito importante! A maioria das pessoas não tem clareza que o Banco além de formular as condicionalidades, que são verdadeiros programas de reformas das políticas públicas, também os implementa, gerenciando os projetos que funcionam em consonância com o Estado.

O que se apresenta é que a Secretaria de Educação juntamente com o Banco estão com sua atenção voltada aos diretores escolares, os quais, compromissados com o projeto de educação que não é deles, vislumbram a possibilidade de mudanças nas escolas. Neste sentido, a gestão das escolas é conduzida pela Seduc com a *pecha* de democrática. A democracia é presente nos documentos, mas na concretude das escolas se assenta nas práticas patrimonialistas, nos diretores indicados, que são obrigados a submeter-se aos mandos e práticas autoritárias.

O cotidiano dos diretores se dá em ambientes escolares com estruturas físicas precárias, na administração de poucos recursos financeiros. Esses recursos, dispensados basicamente para pagamentos de contas de água e energia elétrica, comprometendo até mesmo os pequenos reparos que necessitam ser feitos constantemente nas escolas.

Pode-se afirmar que a materialização do Banco Mundial na escola acenando com investimentos, é a possibilidade que os diretores vislumbram para as mudanças nos ambientes escolares. Em alguns casos, as preocupações dos diretores traduzem-se em euforia, pois mesmo que as mudanças não sejam as quais a escola necessita, de um projeto que desconhecem, mas é o que é possível, essa é a novidade do PEC, por isso tendem a acolhê-lo.

Percebe-se desde o PECGC ao PEC a centralização das decisões na Seduc, que impõe as metas que as escolas devem cumprir. A mudança de concepção de gestão, associada às características empresariais, é observada desde 1997, com o PEAGC e foi se acirrando com o passar dos tempos. É a tônica da Seduc, posta em todas as gestões no Estado que se manifestam desde o treinamento de diretores, sem considerar a rotina e a prática nas escolas, até mesmo na ausência de concursos, seja para professores e como consequência para os diretores escolares, permitindo o loteamento e indicações de políticos para suprir as lacunas de profissionais nas escolas.

A materialização da lógica privada e mercadológica, que reside no investimento nos diretores, persiste na política e gestão pública, visando à adequação e reafirmação da nova gestão pública no sistema e na gestão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisa o Programa Estrada do Conhecimento – PEC voltado para a educação básica pública no Tocantins e a gestão escolar, em seis escolas, em seis municípios às margens da BR-153.

Nesse sentido o estudo pautou-se nos seguintes objetivos específicos: 1- *Apreender* a constituição do sertão goiano, a configuração histórica e formação do Estado de Tocantins; 2- *Analisar* se as formas de atuação e ação dos governadores e secretários de educação apresentam consonância com os ditames da nova gestão pública com o foco na descentralização do Estado no sistema de ensino público do Tocantins; 3- *Analisar* como se dá a presença e atuação do Banco Mundial no Estado do Tocantins por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS e como se constitui o Programa Estrada do Conhecimento – PEC; 4- a) *Compreender* como a avaliação medida por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb foi utilizada como um critério para as escolas que foram escolhidas para a implementação do PEC; b) *Analisar* como as parcerias, reformas e a jornada escolar modificam a gestão das escolas; 5- *Compreender* a gestão das escolas partícipes do PEC, em situação de vulnerabilidade social.

Com vista a alcançar esses objetivos, as questões de investigação que fundamentam este estudo e orientaram a construção dos cinco capítulos que compõem esta tese: 1. Como foi constituído o Tocantins, sua história, riquezas e a população que habitam essa parte do País? 2- a) Como se apresentam as forças econômicas e políticas após 1988, com o foco nos governadores e secretários de Educação do Tocantins, quanto à gestão da educação? b) Como foi concebido o Programa Estrada do Conhecimento - PEC em seis escolas públicas do Tocantins? 3- a) Quais são os projetos e ações do Banco Mundial no Tocantins, após a constituição do Estado? b) Como se constituiu e foi implementado o Programa Estrada do Conhecimento - PEC no Tocantins? 4- a) Como a avaliação se apresenta nas escolas, já que ela é uma das condicionantes para a implementação do PEC? b) Como se dão as reformas nas seis escolas partícipes do PEC? 5- a) Como a vulnerabilidade social na estrada serviu de mote para o Programa Estrada do Conhecimento nas seis escolas públicas? 6- a) Como se configura a gestão escolar, especialmente a atuação do diretor após a implementação do PEC? b) Considera que há ingerência política na escola? Em que direção?

Ao assumir a linha teórica no materialismo histórico-dialético, essa permitiu problematizar e analisar os elementos na educação básica pública e na gestão escolar. A

categoria contradição, permitiu ver as práticas patrimonialistas e autoritárias, bem como a mediação, dialogar com os gestores que são participantes da formulação de políticas para a educação e os diretores das escolas. Assim, surgiram do real concreto da pesquisa, dessa relação dialética, as categorias de conteúdo que são: gestão, nova gestão pública como uma derivação do gerencialismo, patrimonialismo, autoritarismo e diretores escolares.

Desde a década 1990, se introduz ações para aproximar a educação pública da lógica empresarial, adoção de índices externos e valorizando resultados em detrimento do processo pedagógico e coletivo. A mudança não se evidencia e, sim, a continuidade e aperfeiçoamento de acordos com as políticas gerencialistas, pois o que se observa, são políticas implantadas que, além da continuidade, aperfeiçoam suas práticas de acordo com os ditames da lógica do capital e das empresas, reconfigurando a gestão das escolas públicas e a regulação dos procedimentos e do trabalho dos diretores escolares.

A política da continuidade nos mandatos dos secretários de educação se mostra nos documentos analisados e o Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada criado em 1997, que se notabiliza como a principal ação na continuidade dos governos, na educação do Tocantins/Seduc. O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (2002), é o programa que envolve as escolas públicas e a cada gestão, tornou-se o fio condutor que perpassou todos os governos desde 1997 e perdura até 2017, articulando a forma de fazer o gerenciamento das escolas, como parte, inclusive, da agenda do Banco Mundial. Os documentos e relatórios analisados demonstram a disposição desde a constituição do Estado de *contar*, com a colaboração dos organismos internacionais.

A lógica da gestão gerencial nas escolas públicas está concentrada no trabalho do diretor escolar. Selecionado num processo pseudo democrático, recebe tarefas e expedientes que muitas das vezes, a sua escola, não participou. O imperativo é levar esse diretor a agir como gerente que presta contas numa cadeia de resultados similar às empresas. Como na empresa, o gerente precisa ser competente, a escola passa essencialmente a administrar recursos, ou a falta deles. Por meio do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, a Seduc controla as escolas públicas, introduzindo formas de liderança que na aparência necessitam parecer democráticas, são forjadas no âmbito escolar.

Assim, outro Programa, o Programa Estrada do Conhecimento, criado em 2011, objeto do estudo. Reafirmamos nossa percepção de que esse apresenta-se como instrumento para o Banco Mundial poder fazer parte da educação, como um agente que está credenciado

a contribuir com a educação básica pública. Em seis municípios, as escolas municipais e seis escolas estaduais selecionadas com a perspectiva de reduzir a vulnerabilidade social, o que se apresenta é a possibilidade de intervir efetivamente na educação, por meio dos diretores escolares. O fortalecimento das políticas assentadas no gerencialismo, tem suas bases, na lógica empresarial, pois atribuem aos diretores à execução eficiente de políticas pensadas fora dos muros das escolas. Nesse processo que vem sendo aperfeiçoado o Estado capitalista regulador e fiscalizador fomenta novas formas de gestão pública, inclusive nos sistemas e nas escolas públicas.

Observa-se que os projetos e ações do Banco Mundial no Tocantins, após constituição do Estado, materializam-se nos anos de 1994, 2004 os PDRS e, no ano de 2012, o PDRIS. Os três financiamentos são destinados a reconstrução da malha viária do Estado. Na análise, constatam-se os elementos políticos, econômicos e sociais que ora se escondem e, por vezes, se mostram, materializados na contradição da extrema pobreza local e na ganância do capital. Dos empréstimos com o Estado extraem rendimentos para servir ao capital e ao lucro, sobretudo aos bancos, empreiteiros e suas empresas, que com a concordância de políticos e funcionários públicos, encerram um cerco de condições que beneficiam oligarquias que sempre ocuparam os espaços de poder e mando, lastreadas no autoritarismo, enraizadas nas relações patrimonialistas no Estado.

Somente no empréstimo firmado no ano de 2012, por meio do Programa Estrada do Conhecimento – PEC, se observa uma parcela de investimento para a educação. Na educação básica pública, com foco nas seis escolas, de um total de 510 escolas públicas. Questiona-se não só o quantitativo de dinheiro designado para a educação, mas, sobretudo, o quantitativo de unidades escolares atendidas. A motivação que conduz a implantação do PEC nas unidades escolares se mostra de acordo com a Seduc e o Banco Mundial. A Seduc busca a possibilidade de investimento em educação e nas escolas. Por outro lado, o Banco como parte de seu projeto, inclusive inscrito no Relatório nº 63731- BR (2011), fornece *apoio direto aos estados e realiza a seleção de municípios para reformas da educação*. E mais, no mesmo Relatório o Banco afirma desenvolver em alguns municípios a implantação de *“programas inovadores com efeitos potenciais de demonstração”* (p.144).

A visibilidade que o banco impinge é o de implementador de políticas, apresentado no Relatório nº 63731 (2011), inclusive como o mediador entre o governo federal e os

estaduais. Comprovadamente esse é um dos escopos do projeto do Banco em curso para os estados e municípios, materializado no Programa Estrada do Conhecimento.

Sobressai-se o *modus operandi* do Banco Mundial, da gestão pública. Uma condição para o empréstimo ao Tocantins, assinado no ano de 2012, circunstanciado no Relatório nº 63731- BR (2011), são os objetivos estratégicos de “aumentar a eficiência” e a racionalidade dos investimentos públicos, com medidas para reduzir gastos da administração pública, implantação da meritocracia, com o foco nos resultados. Outro objetivo proposto no Relatório é o de “melhorar a qualidade e expandir a prestação de serviços públicos para famílias de baixa renda”, com o foco na pobreza, e na vulnerabilidade social, estes dois aliados, são o *carro chefe* do PEC.

Para a educação pública, notadamente, designou uma pequena parte dos recursos advindos do Programa Estrada do Conhecimento evidenciado, nas práticas, como o Banco atua sobre os órgãos estaduais. Percebe-se a anuência revelada dos governantes e gestores que acatam as proposições do Banco Mundial, desde que, contraem os empréstimos com altos juros. O Banco Mundial passa de prestador de dinheiro a atuar dentro das instituições, como precursor de ideias, para a organização e funções da escola pública.

Na realidade do Tocantins, vive-se um paradoxo entre as práticas patrimonialistas e autoritárias que imperam na gestão pública, mas os discursos e programas apresentam-se como democráticos. Ao mesmo tempo, práticas democráticas e ativas levantam suas vozes, pois onde há opressão, por outro lado, a luta dos que são oprimidos, insurgem-se de alguma forma. Presente nessas práticas também o poder do atraso e o poder do progresso, na ausência de limites entre interesses privados, beiram a usurpação do Estado.

De fato, evidencia uma relação de interesses econômicos entre oligarquias locais e internacionais, pois governos estaduais, municipais, empreiteiras e construtoras agem para explorar negócios rentáveis, sob a aparência de eficiência, competitividade e crescimento econômico.

A atuação do Banco Mundial se materializa a partir do financiamento contraído pelo Estado, tendo como garantidor o Brasil, de praxe, a anuência dos gestores públicos, que inicia com o governador e, aprovação do financiamento na Assembleia Legislativa. Na Secretaria de Educação, a criação do Programa Estrada do Conhecimento e o acompanhamento realizado por técnicos do Banco, como uma espécie de assessoria e

consultoria. Nas unidades escolares os diretores recebem o Programa. Há que se considerar também a instrumentalização dos dirigentes locais no poder de convencimento e persuasão.

Assim, pode-se afirmar que o Banco Mundial está presente no Estado do Tocantins, não mais só como um Banco, mas sim fazendo parte das decisões políticas, naturalizado e internalizado como necessário para o progresso e desenvolvimento do Estado. Tem anuência dos poderes Executivo e Legislativo para aplicar o seu projeto, com alterações às normas, adoção de preceitos de suposta melhoria na qualidade e na gestão das escolas públicas. O ideário dos dominantes, Banco Mundial, Governo e Secretaria de Educação, tornou-se hegemônico, sendo conduzido pelas elites, como se fossem ideias de todos, seja na necessidade de empréstimos e, dele resultante, seja na melhoria da qualidade da Educação Básica advir, dos financiamentos que o Estado realize com os organismos internacionais.

Efetivamente o PDRIS se apresentou como uma possibilidade de investimento nas escolas públicas que se encontram necessitadas de revitalização, sobretudo, nas estruturas físicas. Constatar que todas as escolas necessitam de reforma não foi o suficiente para o investimento, já que com volume de recursos para a educação, não seria possível tal empreendimento na justificção da vulnerabilidade social às margens da rodovia.

Nos documentos e na análise do material empírico coletado também procurou situar a dinâmica histórica do que significa os empréstimos do Banco para a aplicação na educação básica. Em termos dialéticos, emerge a necessidade de dinheiro para sustentação das escolas públicas; a Seduc como propulsora das mudanças empreendidas no projeto do Banco cria a ilusão de que recursos chegam à escola; e o Banco Mundial tem perspectiva de obter espaço para juros significativos. Já as empresas têm a possibilidade de potencializar seus negócios, o exemplo foi reformar as seis escolas públicas. Nesse processo, ocorrem as contradições das relações pública e privada e, dessa forma, interesses empresariais são assumidos como públicos.

No campo empírico, constatou-se as dificuldades nas escolas públicas em alcançar os *índices das avaliações*. Os índices precisam ser traduzidos em resultados. Assim, uma dificuldade fundante nas escolas relatadas pelos entrevistados, são os índices que necessitam ser constantemente trabalhados, na busca de atingir as metas, sobretudo, as previstas nas avaliações de larga escala como o Ideb, avaliação em âmbito nacional, ou mesmo o Salto promovida pela Secretaria de Educação do Estado.

Os diretores na lógica da nova gestão pública, trabalham diuturnamente em prol dos resultados. Neste cenário, o Ideb tornou-se referência da qualidade, na educação básica pública. Nas seis escolas essa avaliação se apresenta como uma das condicionantes para a implementação do PEC. Nos documentos do Banco, não como coincidência, mas é a instituição financeira que se posiciona a favor dos *ganhos que as escolas poderão ter*, a partir dos resultados do Ideb, constituinte da agenda do Banco Mundial, no que o Banco se propõe ao *empenho, em ajudar* a educação.

Um outro agravante, na similaridade das escolas, deve-se aos recursos financeiros e, as dificuldades de administrar as escolas, diante dos *recursos de que dispõem*, para a manutenção desses estabelecimentos de ensino, segundo os diretores. Constata-se no empírico e nos dados oficiais, que apesar de as escolas receberem recursos federais por meio de programas que aderem, o que sustenta, efetivamente as instituições escolares, são os recursos estaduais, vinculados pela legislação. É o dinheiro da *gestão!*

Se no passado à escola de tempo integral esteve associada aos grandes investimentos de infraestrutura e tempo de permanência nas escolas. No PEC, a lógica do investimento na reforma das escolas, porém, tímidos. O suficiente para garantir ganhos às empresas. A economia dos investimentos na educação apoia-se como suporte na sociedade. Os espaços escolares tomam nova forma, sua ampliação se dá nas redes sociais, ou mesmo o uso de outros espaços públicos, a exemplo de praças e áreas verdes. O Estado economizando, na medida que não desagrade as empresas, pressupõe a responsabilização da escola, juntamente com a sociedade, e o diretor escolar, o agente e elo nessa nova reconfiguração.

Se por um lado, o Programa Estrada do Conhecimento altera a educação básica pública no Tocantins, pois: i) imprime na escola a concepção nova gestão pública, a face do gerencialismo, por meio dos diretores das escolas; ii) exige resultados decididos fora da escola; iii) as cobranças e a responsabilização dos diretores e da comunidade se tornam parte da agenda da Seduc; vi) cria expectativas de reforma nas escolas públicas, distante de concretizarem-se; v) centraliza as decisões na Seduc.

Por outro lado, no PEC essas alterações na educação no Estado são insuficientes em termos de melhorias para as escolas, pois: i) somente uma das escolas iniciou a reforma; ii) as salas de aula, continuarão sem climatização; iii) o aumento do espaço construído é mínimo; além do mais, iv), a qualidade da merenda é discutível, sem o aporte de recursos para que os alunos recebam alimentação de qualidade. Os diretores são os responsáveis por

reforçar os ditames impostos pelas empresas, para as escolas, no modelo da nova gestão pública.

Além disso, na realidade das escolas, o direito ao concurso, de diretor se apresentava como uma possibilidade de superação do autoritarismo e da inibição da ingerência política que rondam as escolas. As práticas patrimonialistas observadas desde a criação do Estado perduram nas escolas, com roupagens autoritárias, por meio da ingerência política. São as mesmas oligarquias que capitanearam a criação do Estado, presentes na educação há aproximadamente três décadas. *Os de baixo* levantam suas vozes, mas ainda são silenciados, numa lógica perversa da intimidação. Nesse contexto impera ainda o sentimento do medo, as incertezas, as perseguições.

Portanto, as formas de atuação do Banco Mundial na educação básica do Tocantins se dão nos empréstimos de recursos financeiros ao estado; na definição de critérios econômicos voltados essencialmente para o financiamento de grandes empreendimentos, como é o caso da reconstituição da malha viária; na definição de projetos educacionais que moldam na gestão pública, os preceitos da eficiência na lógica privada, regulada pelo mercado, e dirigida pelo gerente nas escolas, personificados nos diretores. O PEC é uma dessas ações que são levadas às escolas por interlocutores que gestaram o programa no gabinete e que a escola deve cumprir e os diretores são os agentes de execução.

Reafirma-se que o Banco atua por empréstimo na definição de programas e projetos traduzidos por meio de relatórios. Nesses documentos produzidos pelo Banco, são expostas as necessidades dos países e estados. O que o Banco propõe para os estados como se fossem carta de intenções e, desses documentos para o selamento dos acordos, sobra muito pouco para os estados ávidos pelo empréstimo, de ter a capacidade de negociação com o Banco. Por outro lado, o Estado do Tocantins, por meio da Seduc, numa relação de consentimento e acolhimento ao que o Banco se propõe, conduz o Programa Estrada do Conhecimento voltado para alterações na gestão da educação servindo-se dos diretores. A esses, o que for designado cumprir, sujeitos a práticas autoritárias. O que se evidencia é a centralização das ações e decisões na Secretaria de Educação, em uma gestão burocrática, que precisa parecer democrática, na acomodação da funcionalidade da escola.

Nisto, as características da nova gestão pública observadas no PECGC, como o gerencialismo, em uma lógica meritocrática, em práticas autoritárias, como relatada pelos diretores. Desde o PECGC, percebe-se os simulacros da gestão democrática e o diretor

gerente, para as escolas do Tocantins. No PEC, os diretores e seis escolas. Constatase que, para além do PEC, os diretores escolares, serão capacitados. O PEC representa uma *porta de entrada* para as reais intenções do que o Banco com a anuência da Seduc, deseja implantar na educação pública.

O PEC traz a vulnerabilidade social em seis municípios e aporta em seis escolas, que reafirmamos a inserção do Banco Mundial na Seduc, para essas escolas e para todas as escolas públicas do Estado. As seis escolas têm como *mote* a vulnerabilidade social, para a inserção do Banco na Seduc, quando o que está em questão são os diretores de todas as escolas, na lógica do gerencialismo, uma das faces da nova gestão pública. Em suma, o PEC é um programa do capital para o capital. Sobre o manto da vulnerabilidade, o que de fato se vê é o processo de expropriação das terras e exploração dos trabalhadores.

Assim, reafirma-se que os recursos financeiros do PDRIS, destinado à educação no Tocantins, materializado no PEC é um simulacro de ganhos que trazem na aparência vantagens para as escolas do Tocantins. São apenas seis escolas as escolhidas para modelo do que o Banco pode empreender no Estado. E o governo, por sua vez, propaga investimentos na educação pública. O PEC é um programa do capital para o capital.

Neste movimento, a *tese* que este estudo defende é que o Banco Mundial se insere na Educação básica pública, com a anuência e mediação da Secretaria Estadual de Educação, com propósito de reafirmar a nova forma de gestão nas escolas, via diretores escolares. O Programa Estrada do Conhecimento – PEC instrumento, elaborado pela Seduc, orientado pelo Banco Mundial, implementado em conformidade a dar curso ao projeto econômico do Banco, com investimento de recursos para a educação, utilizando como *mote* a vulnerabilidade social em seis municípios do Tocantins.

REFERENCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. *Reforma do Estado e Políticas Educacionais: Entre a Crise do Estado-Nação e a Emergência da Regulação Supranacional*. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 75, p.15 a 32. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v.22>. Acessado em 30 de nov. de 2015.

ALTMANN, Helena. *Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdfep/v28n1/11656.pdf>. Acesso em 12 de março de 2016.

ANTUNES, Ricardo. *Apresentação*. In: MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

AQUINO, Napoleão Araújo. *A Construção da Belém-Brasília e suas implicações no Processo de Urbanização do Estado do Tocantins*. In: A (trans)formação histórica do Tocantins. GIRALDIN, Odair. (Org.). Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

ARAUJO, Adilson Cesar de. *Gestão, avaliação e qualidade da educação: políticas públicas reveladas na prática escolar*. Brasília: Liber Livro, FE/UnB, 2012.

ARAÚJO, Suêlde de Araújo; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático? Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas da Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 81-106, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

ARROYO, Miguel G. *A escola possível é possível?* In: ARROYO, M.G (org). Da escola carente à escola possível. São Paulo, Ed. Loyola.1986.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. *A Educação como Política Pública*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BANCO MUNDIAL – <http://worldbank.org>.

_____. CNI. *Conhecimento e inovação para competitividade*. Tradução: Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 2008.

_____. *Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento* (2011). The Word Bank Group. 2011.

_____. PDRS - Plano Estratégico e Projeto Executivo, Arquivo 1. p. 2, 2003. Disponível em: <http://pdrs.seinf.to.gov.br>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

_____. PDRIS/BM/TO/2012. Recursos oriundos do 3º empréstimo do Banco Mundial ao Estado do Tocantins – 2012. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

_____. *Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável – PDRIS*, 2011. Disponível também em: <http://www-wds.worldbank.org/>. Acesso em: 16 de junho de 2013.

_____. Projeto de desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS - Nº de identificação do PDRIS – P-121495/2012. Disponível em: www.worldbank.org. Acessado em: 13 de janeiro de 2013.

_____. Projeto de desenvolvimento Regional e Sustentável - PDRS - Nº 7208-BR/ 2004. Disponível em: <http://pdrs.seinf.to.gov.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

_____. *Projeto de desenvolvimento Regional e Sustentável - PDRS* - Nº 3714-BR/1994. Disponível em: <http://pdrs.seinf.to.gov.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2013.

_____. *Relatório nº 63731 – Estratégia de Parceria de País para o Brasil – exercícios fiscais de 2012-2015* (2011).

_____. *Relatório do Departamento de Avaliação das Operações do Banco Mundial (1995)*.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2012: Igualdade de gênero e desenvolvimento (RDM 2012)*.

_____. *Relatório de Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável -PDRIS*. Relatório Nº: 56261-BR. 2012. Disponível em: <http://worldbank.org>. Acesso em: 08 de janeiro de 2013.

_____. *Relatório - Education sector strategy*. Washington: The World Bank Group, 1999.

_____. *Relatório - Prioridades y estrategias para la educación, 1995*.

BRITO Bastos, R. *Banco Mundial: aprendizagem para todos até 2020 – Breves notas sobre uma obstinada estratégia*. Contribuciones a las Ciencias Sociales, Noviembre 2014, Disponível em: www.eumed.net/rev/cccsc/30banco-mundial.html/. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

BEHRING, Eliane Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e historia*. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, Leonardo Valles. Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização. São Paulo: Manole, 2003, p.219.

BOSCHETTI, Ivanete. *América Latina Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento?* In SALVADOR, Evilázio. (Org.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de Campo: a antropologia como alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: Senado Federal. 1988. 292 p.

_____. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional nº 14, de 1996*. Bsb, 1996. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 12 de dez. de 2013.

_____. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009*. Bsb, 1996. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 12 de dez. de 2013.

_____. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006*. Bsb, 2006. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 12 de dez. de 2013.

_____. *Decreto nº 6.094/2007 de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados. Brasília, 2007.

_____. *Decreto nº 6.253/2007*, art. 4º. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

_____. *Decreto nº 2.829/10/1998*, conjunto de programas com gerenciamento intensivo para produzir resultados e reduzir custos.

_____. *Decreto 8.447 de 06/05/2015*. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor.

_____. *Emenda Constitucional nº 26, do ano de 2000*. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal.

_____. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB -Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Dec.nº6253/2007, art.4º)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em 10 de março de 2014.

_____. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF -Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acessado em 10 de março de 2014.

_____. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)*. Disponível em: www.fnde.gov.br/. Acesso em: 20 de julho de 2015.

_____. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/básica-censo>. Acessado em: 13 de fev. 2015.

_____. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*– INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acessado em 15 de junho de 2013.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – IBGE, 1991/1999. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acessado em 10 de abril de 2013.

_____. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Pensamento Estratégico, Planejamento Governamental & Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo*. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acessado em: 15 de março de 2016.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE – Censo/2010/Atlas Brasil 2013* – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em: 12 de fevereiro de 2016.

_____. *Lei que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017*. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil, 2017.

_____. *Lei nº 12.061/27/10/2009*, altera Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos ao ensino médio público. www.planalto.gov.br/civil. Acessado em 01 de dezembro de 2013.

_____. *Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 de março de 2014.

_____. *Lei nº 8.069/1990*, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

_____. *Lei nº 8.666/1993* – Normas para licitações e contratos da Administração Pública.

_____. *Lei nº 4.504/1964*, no Art. II, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

_____. *Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 junho de 2014.

_____. *Lei nº 11.947*, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 de novembro de 2016.

_____. *PDDE. Programa Dinheiro Direto na Escola. Ministério da Educação – MEC*. Disponível em: portal.mec.gov.br/pdde. Acessado em 14 de novembro de 2016.

_____. *MEC: O Plano de Desenvolvimento da Educação – razões, princípios e programas*.

Brasil, Governo Federal, 2007.

_____. *Plano Decenal de Educação para Todos*. MEC/SEF. - Brasília: MEC/SEF, 1993.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs*. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acessado em 10 de julho de 2013.

_____. *Portaria nº 06 de 1º de maio de 2004*, o Governo Federal, através da Fundação Palmares, reconheceu como remanescentes de Quilombos 25 comunidades tocantinenses.

_____. *Programa Mais Educação*, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/programa - mais-educacao](http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao). Acesso em: 12 de outubro de 2016.

_____. *Programa Novo Mais Educação*, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016. Disponível em: portal.mec.gov.br/programa-novo-mais-educacao. Acesso em: 20 de março de 2017.

_____. BRASIL. MEC: INEP. Portaria nº 304, de 21 de junho de 2013. Estabelece a sistemática para a realização das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. DOU de 24/06/2013 (nº 119, Seção 1, pág, 33). Brasília, 2013d.

_____. MEC. Portaria nº 931, de 21 de março de 2005. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. DOU de 22/03/2005 (nº 55, Seção 1, pág, 17). Brasília, 2005.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

CAMPOS, Rinaldo. *O Ditador do Cerrado*. Anônima, 5ª ed., 2005.

CHAUL, Nasr Fayad (Org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos de famílias*. Goiânia: UFG, 1998.

CARVALHO, Roberto Francisco de. *Gestão escolar autônoma e compartilhada: gerencialismo ou democratização?* Goiânia: UFG, 2009.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina*. RBP AE – v.24, n.3, p. 389-406, set./dez. 2008. p. 389-406. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*. Vol. 1, Ed, Brasiliense, Rio de Janeiro, 1957.

CASTRO, Maria Duarte Araújo. *Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar*. In: NETO, Antônio Cabral; CASTRO, Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna. (Orgs.). *Pontos e Contrapontos da Política Educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília: Liber Livro, 2007.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. *As elites políticas e o discurso separatista do norte goiano nas primeiras décadas do século XX*. Estudos – Revista da Universidade Católica de Goiás, vol. 23, Goiânia, jul. - dez.1996.

_____, Maria do Espírito Santo. *O Discurso Autonomista do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2004.

CHESNAIS, François. *As Dívidas Ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas*. Copyright Éditions Raisons d'Agir. Tradução: Artur Lopes Cardoso. 1ª Ed. Fevereiro de 2012.

CORAGGIO, José Luis. *Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção*. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (Orgs.) *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CURY, Jamil. *O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática*. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). *Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

_____, Carlos Roberto Jamil. *Educação e categorias*. In: *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Carlos Roberto Jamil. *Formação em política e administração da educação no Brasil*. Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2., 2001, Braga/PT. Palestra... Braga/PT: Universidade do Minho, 2001.

DALVA, Gercina; SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. *A Política Educacional Brasileira com o foco na Gestão Descentralizada: uma estratégia para participação e autonomia da gestão escolar?* Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simpósio_2009/125b.pdf. Acesso em: 18 de novembro de 2015.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação institucional: das perspectivas tecnológicas às políticas e sociais*. In: DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação da educação superior*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____, José. *Avaliação – Seleção, medida, formação*. In: *Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado*. Florianópolis, Insular, 2002.

DOMINGOS, João. *Tocantins, o paraíso para donos do poder*. Política. Bsb, 17 nov.1991. In: GALDINO, Edmundo. *Tocantins: corrupção, fraude e violência*. Câmara dos Deputados. 49ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa, nº 185/91: Brasília, 1992.

DOURADO, Benvinda Barros. *O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e suas implicações na organização e gestão da escola pública do Tocantins*. Goiania: UFG, 2002. Dissertação de Mestrado, 137p.

_____, Benvinda Barros. *A Educação no Tocantins: mudanças na lógica de gerenciamento do sistema e da organização e gestão da escola*. Revista Linhas Críticas, Brasília, v. 10. nº 18, jan./jun. 2004. Pp.145-156.

_____, Benvinda Barros. *Educação em Porto Nacional: uma perspectiva histórica*. Porto Nacional, TO: O Paralelo 13, 2013.

_____, Benvinda Barros. *A educação primária no Tocantins: das escolas isoladas aos grupos escolares*. In: MACHADO, M.M; SANTOS, J. S. (Org.). *Percursos históricos da educação no cerrado*. 1º ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012, v. 1, p. 191-271.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Progestão: Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de Gestão escolar?* Módulo II / Brasília: CONSED Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

DUARTE, Newton. *Luta de Classes, Educação e Revolução*. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*; tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

EVANGELISTA, Olinda. *Apontamentos para o trabalho com documentos em política educacional*. In: ARAUJO, R.M.L.; RODRIGUES, D.S. (orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. *Todos pela Educação e o Episódio Costin no Mec: A Pedagogia do Capital em ação na Política Educacional Brasileira: trabalho necessário*. <http://www.uff.br/trabalhonecessario>; Ano 10, nº 15/2012. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2012. (1ª reimpressão, 2013).

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 2014.

FERNANDES, Florestan. *Introdução*. In: *Contribuição à crítica da Economia Política*. MARX, Karl. Ed. Flama Limitada, São Paulo, 1946.

_____, Florestan. *Ensaio de Sociologia geral e Aplicada*. Pioneira. São Paulo, 1959.

_____, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. Difusão Epopéia do Livro. São Paulo, 1960.

_____, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. Dominus Editora. São Paulo, 1966.

_____, (a) Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____, (b) Florestan. *Capitalismo Dependente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____, Florestan. *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979. Apresentação de Heloisa Rodrigues Fernandes.

_____, Florestan. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____, Florestan. *Que tipo de República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, Florestan. *Memória viva da educação brasileira*. Brasília: INEP, 1991.

_____, (a) Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: (o legado da raça branca)*. Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____, (b) Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: (no limiar de uma nova era)*. Vol. II. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Maria Estela Araújo. *Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola?* Módulo IX. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

FLORES, Kátia Maia Flores. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Goiânia: UCG, 2009.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. *Ensino médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização*. In: Revista Linhas Críticas, vol.17, n.34, set/dez. 2011.

FONSECA, Marília. *O projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar*. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 302-318, 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 12 de agosto 2014.

_____, Marília. Planejamento educacional no Brasil: um campo de disputas entre as políticas governamentais e as demandas da sociedade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi e FONSECA, Marília. (Orgs.). *Política e Planejamento Educacional no Brasil do século 21*. Brasília: Liber Livro, 2013.

_____, Marília. O Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão*. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____, Marília. *O Banco Mundial como Referência para a Justiça Social no Terceiro Mundo: evidências do caso brasileiro*. Rev. Fac. Educ. Vol. 24 nº1. São Paulo Jan./Jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 10 dez. 2013.

_____, (a) Marília. *A experiência de cooperação entre o Brasil e o Banco Mundial: redefinindo o papel da educação e do professor*. Linhas Críticas, Brasília v.7, n.12, jan/jun. 2001. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas. Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

_____, (b) Marília. *O Banco Mundial e a justiça social no terceiro mundo*. Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Vol. 1, nº 23, Ano X, Brasília (DF), 2001.

_____, Marília. *A gestão da educação básica na ótica da cooperação internacional: um salto para o futuro ou para o passado?* In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (Orgs.). *As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola*. 6ª ed. São Paulo: Papirus, 2008.

_____, Marília. *Planos de Governo e educação brasileira: do regime militar aos tempos atuais*. RBPAAE – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, vol. 30, nº 2, Goiânia, 2014, pp. 251-268.

_____, Marília. *O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional*. In: TOMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. (Orgs.). 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____, Marília. *Concepções e práticas de planejamento educacional: reflexões a partir da experiência brasileira*. In: SCAFF, Elisângela Alves da Silva. FONSECA, Marília. (Organizadoras). *Gestão e planejamento da educação básica nos cenários nacional e internacional*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREITAS, Luis Carlos de. *Responsabilização, Meritocracia e Privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?* In: PINO, I. R.; PACHECO, D. D. e ZAN (Organização); SOUZA, A. N...[ET al.]. *Plano Nacional de Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos*. Brasília, DF: Inep, 2013.

_____. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Educação e Sociedade, Campinas, S. P., v. 33, nº 119, p. 379-404, abr./jun., 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, nº 82, p. 93-139, abr. 2003.

_____, Gaudêncio. *Sujeitos e conhecimento: os sentidos do ensino médio*. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004. p. 53-70.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GALDINO, Edmundo. *Tocantins: corrupção, fraude e violência*. Brasília: Câmara dos Deputados, 49ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa, nº 185/91: Brasília, 1992.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias*. 2ª Ed. Chapecó-SC: Argos, 2012.

GARDNER, George. *Viagens ao Brasil*. Série 5ª. Vol. 223. São Paulo: Brasiliana, 1942.

GATTI, Bernardete Angelina. *A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GEWIRTZ, Sharon; BALL, Stephen J. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre a gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 11, p. 311-361, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 15 de julho de 2015.

GRACINDO, Regina Vinhaes. *O gestor escolar e as demandas da gestão democrática Exigências, práticas, perfil e formação*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135-147, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 19 de ago 2015.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. ed./tradução. Coutinho, Carlos Nelson. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HADDAD, Sérgio; SILVA, Camila Croso; AZZI, Diego; BOCK, Renato. *Banco Mundial em foco: sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a iniciativa Via Rápida na América Latina*. In: HADDAD, Sérgio. [et al.]. (Org.). Banco Mundial, OMC e FMI. São Paulo: Cortez, 2008.

HARNECKER, Marta. *O Capital: conceitos fundamentais*. São Paulo: Global Editora. 1978.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. 3ª Ed. São Paulo: Loyola, 2012.
_____. David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSBAWN Eric; PARAIN; LEFEBVRE, Henri. *História do Capitalismo: transição*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

HOBBSBAWN, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. (a) Eric. *A era das revoluções 1789-1848*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. (b) Eric. *A era do capital 1848-1875*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KAUTSKY, Karl. *O Caminho do Poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KOPNIN, Pável Vasílievich. *A Dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho – educação e o papel social da escola*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 7ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lúcia. *Uma perspectiva histórico-sociológica da reforma Educacional na América Latina - Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990*. Brasília: Liber Livro, 2012.

KRUPPA, Sônia. *O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. *Educação integral em jornada ampliada: universalidade e obrigatoriedade?* In: Políticas de Educação Integral em jornada ampliada. INEP, Brasília, v. 25, n° 88, 2012. pp. 17-52.

LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza*. Tese de Doutorado apresentada à faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP, 1998.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre os sindicatos*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. José Carlos. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n° 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. *A crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*, São Paulo: Ensaio, 1990.

_____. Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, Edilson. *Nós do Araguaia: Dom Pedro Casaldáliga, bispo da teimosia e da liberdade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Karl e Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 7ª Ed. São Paulo: Global, 1988. (Coleção Universidade Popular).

_____, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Flama, 1946.

_____, Karl. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Estampa, 1973.

MARINHO, Rodrigo Mota. *Quem tem medo de eleição para diretor de escola?* In: *Jornal do Tocantins*. Ano: 36 – Nº 6697. 01 de março de 2016.

MELLO, Hivy Damasio Araújo. *O Banco Mundial e a Educação no Brasil: Convergências em torno de uma Agenda Global*, Campinas, Unicamp, Tese de Doutorado, 2012.

MENEZES, Janaína Specht da Silva; LEITE, Lúcia Helena Alvarez Leite. *Ampliação da jornada escolar em municípios brasileiros: políticas e práticas*. INEP, Brasília, v. 25, nº 88, pp. 53-68.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____, István. *O Desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____, István. *A educação para além do capital*. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, M. *Revista Cidades do Brasil*, nº 43, agosto de 2003. Disponível também em: <http://cidadesdobrasil.com.br>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. *O marco conceitual da vulnerabilidade social*. *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

NETO, Antônio Cabral. *Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional*. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 42, nº 28, p.7-40, jan./abr. 2012. Disponível em: www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao. Acesso em: 17 ago 2015.

NETO, Antônio Cabral; RODRIGUEZ, Jorge. *Reformas Educacionais na América Latina: cenários, Proposições e Resultados*. In: (Orgs.) [et al.]. NETO, Antônio Cabral.... *Pontos e Contrapontos da Política Educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília: Liber Livro, 2007.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. José Paulo. *Posfácio*. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no limiar do século XXI*. (Org.). 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. *Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil*.

In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). Educação superior no Brasil – 10 anos pós- LDB. Brasília: Inep, 2008, p. 71-88. Disponível também em: www.oei.es/pdf2/educacaosuperiorbrasil.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza Seabra. *O programa Fundescola: concepções, objetivos, componentes e abrangência – a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas*. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 127-147, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>. Acessado em: 20 de jan. de 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Rosy de. *A “invenção” do Tocantins*. In: A (trans)formação histórica do Tocantins. GIRALDIN, Odair. (Org.). Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação*. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set. 2015.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática*. 17ª ed. Campinas, São Paulo, 2011.

PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás: 1722 - 1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4ª ed., Goiânia: Editora da UCG, 1994.

_____, Luis. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____, Luís; MORAES, Maria Augusta de Santanna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG. 2001.

_____, Luis; MORAES, Maria Augusta de Santanna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Vieira, 2008.

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de Diretores*. 2ª Ed. São Paulo: Xamã, 2003.

_____, Vitor Henrique. *Diretor Escolar: educador ou gerente?* São Paulo: Cortez, 2015.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, Série 5ª, Brasileira, Vol. 248, 1945.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Administração Pública Brasileira entre o gerencialismo e a Gestão Social*. Rev. adm. empres, vol.45, nº.1, p.36-49. ISSN 0034-7590, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFT, 1999.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. 382 f. Niterói-RJ, UFF. Tese de Doutorado, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013.

_____, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

PINHO, Maria José de. *De Província de Goiás a Estado do Tocantins: o camponês no bico do papagaio e o conflito de terra na década de 1980*. In: FIRMINO, Eugênio Pacelli de Moraes. (Org.). *Tocantins do Passado (Re) construído e do Presente em Construção: história, escola, universidade e conhecimento*. Goiânia: UCG, 2009.

PNE. Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira. Consolidado na Plenária de Encerramento do II CONED, II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 09 de novembro de 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *Dialética do Conhecimento*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____, Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RÊSES, Erlando; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Kátia Augusta Curado Cordeiro da. *O Materialismo Histórico Dialético e o Estudo de Políticas Públicas de Educação: questões de método*. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. *Investigação em política e gestão da educação: método, temas e olhares*. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

RODRIGUES, Jean Carlos. *Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocaninense*. São Paulo: Blucher, 2010.

ROSALDO, Zimbalist; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Joana D'Arc Alves dos. *Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada: a descentralização como Estratégia da Gestão Democrática na Escola*, 2009. Disponível em: <http://repositório.fjp.mg.gov.br>. Acessado em: 09 de junho de 2015.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. *Planejamento da Educação e Cooperação Internacional: uma análise dos programas Monhangabara e Fundescola*, São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 2007.

_____, Elisângela Alves da Silva. *Diretrizes do Banco Mundial para a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras*. In: PARO, Vitor Henrique. *A Teoria do Valor em Marx e a Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 1991.

_____. (a) Dermeval. Transformações do Capitalismo, do Mundo, do Trabalho e da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

_____. (b) Dermeval. *História da escola pública no Brasil: questões para a pesquisa*. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *A escola pública no Brasil: memória e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

_____. Dermeval. *Educação Brasileira: estrutura e sistema*. 10ª ed. Campinas, Autores Associados, 2008.

_____. Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2011.

_____. Dermeval. *Escola e democracia*. 42ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

_____. Dermeval. *História do Tempo e Tempo da História: estudos de historiografia e história da educação*. São Paulo: Autores Associados, 2015.

SANFELICE, José Luis. Prefácio. In SILVA, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____, José Luis. Apresentação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *A escola pública no Brasil: memória e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

SANTANA Jocyléia dos Santos. *O Sonho de uma Geração: o movimento estudantil - Goiás e Tocantins*. Ed. UCG, 2007.

SEMZEZEM, Priscila; ALVES, Jolinda de Moraes. *Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social*. Revista de Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 16, n.1, p. 143-166, jul./dez. 2013.

SHIROMA, Eneida Otto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. *Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos*. 2005. Disponível em: www.gepeto.ced.ufsc.br. Acesso em: 13 de novembro de 2016.

SETUBAL, Maria Alice; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *Alguns parâmetros para educação integral que se quer no Brasil*. In: LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. *Políticas de Educação Integral em jornada ampliada*. INEP, Brasília, v. 25, nº 88, 2012. pp. 113-123.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da; CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014.

SILVA, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____, Maria Abádia da. *Política para a educação pública: a intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional*. 330f. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, SP, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____, Maria Abádia da. *Agências, instituições e organizações internacionais atuam nas decisões de políticas para a educação básica pública?* In: *Política e Governança Educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania*. Universa, Brasília, 2012.

_____, Maria Abádia da. *Implicações do modelo gerencialista racional na verificação do desempenho dos alunos e da escola pública*. In: *Cadernos do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação – ANPAE*. Eixo-6. Porto-Portugal, 2014.

SILVA, Mauricio Alves da. *Geotecnologia aplicada ao ordenamento territorial do município de Porto Nacional-Tocantins*. 268f. Tese de Doutorado, Uberlândia – MG: UFU, 2013.

SILVA, Otávio Barros da. *Breve História do Tocantins e de sua Gente: Uma luta secular*. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins. Brasília: Solo Editores, 1996.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. *Gestão Democrática e Eleição de Diretor Do exercício da autonomia à realização do direito*. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 199-209, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>. Acesso em: 09 de agosto de 2016.

SOUZA, Sandra Zákia; BONAMINO, Alicia. *Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/>. Acesso em: 08 de agosto de 2016.

SUESS, Paulo. *Medellín, Puebla, Aparecida e Santo Domingo: a luta pelos pobres e pela libertação*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

TEODORO, Antônio; JEZINE, Edineide (orgs.). *Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais*. Brasília: Liber Livro, 2012.

TOCANTINS, Governo do Estado (TO). *Constituição do Estado do Tocantins*, Palmas, 1989.

Censo Escolar da SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Disponível em: http://www.seduc.to.gov.br/seduc/index.php/programas_projetos/censo-escolar/dados-escolares-2009. 08 de julho de 2015.

_____. *Censo Escolar* da SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Disponível em: http://www.seduc.to.gov.br/seduc/index.php/programas_projetos/censo-escolar/dados-escolares-2014. 02 de março de 2015.

_____. *Conselho Estadual de Educação - CEE*. (2014). Lei nº 05, de 23 de janeiro de 1989.

_____. *Diário Oficial/TO* nº 4. 411, p.20, 09/07/2015). Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br/seduc/index.php>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

_____. *Diário Oficial/TO* Ano XXVI, nº 4.178. *Edital NCB n.º 003/2014*, de licitação para reforma nas escolas do PEC. p.18, sexta-feira, 25 de julho de 2014.

_____. *Diário Oficial/TO* nº 4.482, Edital de licitação para reforma nas escolas do PEC. Ano XXVI - Estado do Tocantins, sexta-feira, 21 de outubro de 2015.

_____. *Diário Oficial/TO*, nº 4.411, aprovação do PEE/TO (Plano Educação Estadual) 2015-2025, sob a Lei nº 2.977/2015.

_____. *Diário Oficial/TO*, nº 4.510, edital para a eleição de diretores, das escolas estaduais do Estado.

_____. *Diário Oficial TO* nº 1.347, Anexo Único, *Lei nº 1.360/2002*, p. 30-31.

_____. *Diário Oficial TO* nº 2.024, Lei nº 1.616, de 13 de outubro de 2005.

_____. *Decreto Estadual* nº 1.100 de 04/01/2001. DOE nº 1015/2001, eleição para diretor das escolas estaduais.

_____. *Decreto Estadual nº 211/2015*, da Assembleia Legislativa do Tocantins, que anulou a eleição direta de diretores de escola da rede estadual.

_____. Edital nº 01/2001 da Comissão do processo de seleção de diretores das escolas estaduais do Tocantins.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2016. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 01 de março de 2016.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2015. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 11 de junho de 2015.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2011. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 30 de março de 2014.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2015. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 11 de junho de 2015.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 2005. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.

_____. *Educação no Tocantins*. Palmas, Seduc, 1997. Disponível em: <http://www.seduc.to.gov.br>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.

_____. *Instrução Normativa nº 7/2002*, definiu o processo de seleção e o perfil para os cargos de Supervisor Pedagógico e Coordenador Pedagógico das unidades escolares.

_____. *Informativo nº1/2011*, emitido pela Seduc aos Diretores Regionais das Diretorias de Araguaína, Colinas do Tocantins, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Tocantinópolis.

_____. *Lei Estadual/TO nº 351*, de 13 de janeiro de 1992. Institui a carreira do magistério público estadual do ensino fundamental e médio. Palmas, Seduc, 1992.

_____. *Lei Estadual nº 1.360*, de 31 de dezembro de 2002 do Programa Escola de Gestão Compartilhada - PEGC.

_____. *Lei Estadual/TO 1038/1998 - Sistema Estadual do Ensino*. Disponível em: <http://www.al.to.gov.br>. Acesso em: 04 dez. 2014.

_____. *Lei Estadual/TO nº 1859/2007* que institui o Plano Estadual de Educação – PEE (2006-2015).

_____. *Lei Estadual/TO nº 351/92*, que instituiu a carreira do magistério público estadual do ensino fundamental e médio.

_____. *Lei Estadual/TO nº 1616, de 13/10/2005*, que regulamentou o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

_____. *Lei Estadual/TO nº 2.139/2009* que institui o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, na Secretaria de Ciência e Tecnologia.

_____. *Lei Estadual/TO nº 2.601/2012*, institui a obrigatoriedade dos símbolos nacionais e do Estado.

_____. *Lei Estadual/TO nº 255/1990*, regulava o Estatuto do Servidor Público do Estado.

_____. *Lei Estadual/TO nº 05, de 23 de janeiro de 1989*, regulamentada pela Lei Complementar nº 08, de 11 de dezembro de 1995. Lei que cria e regulamenta o CEE respectivamente.

_____. *Lei Estadual/TO nº 2.538/2011*, que insere o PDRIS no Plano Plurianual do Estado e o Programa Estrada do Conhecimento (2011). Disponível em: www.cge.to.gov.br/leis-estaduais. Acesso em: 30 de janeiro de 2014.

_____. *Lei Estadual/TO nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011* – Garantia de dotações orçamentária suficientes à execução do PDRIS/2012.

_____. *Lei Estadual/TO nº 2.271, de 29 de dezembro de 2009*. Publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins – DOETO nº 3.046.

_____. *Lei Estadual/TO nº 977, de 30 de abril de 1998, oficializa o Hino do Tocantins*.

_____. *Of. nº 167/2007*, comunica as escolas sobre o processo de escolha para diretor das unidades escolares

_____. *Of. nº 1237/2011/DRE/GAD*, a um chefe do executivo municipal do PEC.

_____. *Plano Estadual de Educação, (2006-2015)*. Palmas, Seduc, 1997. Disponível em: www.cge.to.gov.br/leis-estaduais. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

_____. *Plano Estadual de Educação, (1997-2006)*. Palmas, Seduc, 1997. Disponível em: www.cge.to.gov.br/leis-estaduais. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

_____. *Programa Estrada do Conhecimento – PEC, 2011*. Documento fornecido pela Seduc em jan. 2013 (impresso).

_____. *Portaria Seduc nº 0731, de 19 de maio de 2011*. Institui o *Manual de Gestão de Recursos Públicos por Associações de Apoio às Unidades Escolares*, Seduc, 2011.

_____. *Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Tocantins – Sintet*. Disponível em: www.sintet.org.br/. Acesso em: 05 de setembro de 2014.

_____. *Governo mais perto de você*. Jornal do Tocantins, nº 6.994 - 09/02/2017 p.4.

_____. *O Tocantins é para todos nós*. Disponível em: www.brasil.com.tocantins. Acesso em 20 de setembro de 2014.

_____. *Empréstimos efetuados por dois governadores do Tocantins*. Jornal do Tocantins, 11/07/2015.

_____. *Governo pode perder recursos do PDRIS*. Jornal do Tocantins, Nº 6.925 - 20/11/2016, p.6.

_____. *Revelação do suposto esquema de corrupção*. Jornal do Tocantins, 23/10/2016. Ano 37 – nº 6.901.

_____. *O Tocantins nasce com a marca da União Democrática Ruralista*. Folha de São Paulo, 27/06/2013.

_____. *Observatorioidaimprensa.com.br*. (11/10/2005 na edição 350). Acesso em 27 de novembro de 2014

TOMMASI, Livia de. *Financiamento do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos e fases de implementação*. In: O Banco Mundial e as políticas educacionais.

TOMMASI, Livia de. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio. (Orgs.). 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo. *Método Científico: Uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TEODORO, Antônio. *A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais*. Brasília: Líber Livro, 2011.

TORRES, Carlos Alberto. *Estado, Privatização e Política Educacional. Elementos para uma crítica do neoliberalismo*. In: Gentili, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: O neoliberalismo e a crise da escola pública*. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TORRES, Rosa Maria. *Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial*. In: O Banco Mundial e as políticas educacionais. TOMMASI, Livia de. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio. (Orgs.). 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

UNESCO. Proyecto Principal de Educación. *Declaración de Quito*. Santiago do Chile. Boletín n. 24, abr/1991. Disponível em: <http://www.fronesis.org>. Acessado em: 14 de fev. 2015.

_____. *Declaración Mundial sobre Educación para Todos*. Aprobada pela Conferência Mundial de Educação para Todos Jontiem, Tailândia. 1990. Disponível em: www.unesco.org. Acessado em 20 de julho de 2014.

_____. *Declaración de Nova Delhi de Educación para Todos*. Índia: Nova Delhi, 1993. Acessado em: 13 de fev. 2015.

_____. *Declaración/Compromiso Nacional de Educación para Todos*. Brasil: Brasília, 1993. Acessado em: 13 de fev. 2015.

_____. *Declaración de Brasília. Grupo de Alto Nivel de Educación para Todos*. Brasil: Brasília, 2004. Acessado em: 14 de fev. 2015.

_____. *Declaración de Dakar. Educación para todos, 2000*. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acessado em: 14 de fev. 2015.

_____. *Declaración de Quito*. 24 de julho de 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/dhesc/>. Acessado em: 14 de fev. 2015.

_____. Proyecto Principal de Educación. *Declaración de Santiago*. Santiago do Chile. Boletín n. 31, ago/1993. Disponível em <http://www.fronesis.org>. Acesso em: 14 de fev. 2015.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina. V. *A rodovia Belém-Brasília: Estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: Vozes, 1967.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Educação Básica política e gestão da escola*. Brasília: Liber Livro, 2009.

ANEXO 1 – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

	Faculdade de Educação – FE Programa de Pós-Graduação em Educação Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação	 Programa de Pós-Graduação em Educação
---	--	--

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
RG nº _____ concordo em participar por minha livre e espontânea vontade da pesquisa *Política e Gestão da Educação Básica: o Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins – PEC* a ser apresentada como Tese de Doutorado para a Universidade de Brasília, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Abádia da Silva.

Declaro estar esclarecido (a) e informado (a) que a pesquisa visa estudar *o Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins – PEC*. De livre e espontânea vontade responderei às perguntas referentes à minha experiência e atuação como _____ de Política e Gestão da Educação Básica. Estou ciente que esta pesquisa tem caráter estritamente acadêmico, estando totalmente desvinculada de quaisquer interesses partidários ou governamentais.

Estou ciente de que esta entrevista será gravada, transcrita e analisada pela pesquisadora e que os CDs contendo o arquivo referente à gravação e/ou documento da transcrição da gravação serão arquivados após a finalização do estudo. Além disso, estou ciente que não serei identificado (a) no trabalho escrito ou apresentado, e que na pesquisa será utilizado um código de anonimato quando houver referência à pessoa entrevistada. Tenho garantia do sigilo aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e minha participação está livre de qualquer remuneração ou despesa.

Declaro também estar ciente de que durante a pesquisa, se houver dúvidas, serei esclarecido (a) pelo pesquisador responsável pelo telefone (63) 9971 2276 ou 3363 7830 ou pelo correio eletrônico: neilasouza@uft.edu.br.

Por fim, terei a liberdade de recusar a responder às perguntas que me causarem constrangimento, a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

O termo foi assinado por mim e pela pesquisadora

Entrevistado (a): _____

Pesquisadora: _____

Tocantins, ____ de _____ de 2016.

ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista

	Faculdade de Educação – FE Programa de Pós-Graduação em Educação Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação	
---	---	---

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Orientadora: Profa. Dra. Maria Abádia da Silva

Doutoranda: Neila Nunes de Souza

Data: _____

1) Dados de Identificação

- Identificação do entrevistado:

- Sexo: Idade:

- Nível de formação/cursos:

- Função e ano de ingresso na função: Tempo na função:

- Outras ocupações antes do cargo:

2) Questões

1. Como a escola foi selecionada para participar do PEC?

2. A partir do PEC, quais mudanças ocorreram na escola?

3. como é tratada na Escola a vulnerabilidade social? Há ações desenvolvidas na escola a partir do PEC de modo a viabilizar o acesso à qualidade de vida e a inclusão social, às crianças, adolescentes e jovens?

4. Poderia comentar se a partir do PEC ocorreram mudanças que contribuíram na melhoria da qualidade da educação que é desenvolvida na escola?

6. Quais são as parcerias que a escola possui? Comente como elas acontecem? E os recursos para gerir a escola?

7. Que mecanismos são essenciais para que a gestão democrática aconteça nas escolas públicas de TO?

8- Você se propôs a participar de eleição para diretor? Você participou de alguma formação de gestor? Comente? Quais/

9- Você acha que tem ingerência política na escola? De que forma ela acontece?

10- Sobre autoritarismo, você poderia comentar?

11- Na gestão da escola quais as dificuldades que você encontrou?

	<p>Faculdade de Educação – FE Programa de Pós-Graduação em Educação Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação</p>	
---	--	---

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Orientadora: Profa. Dra. Maria Abádia da Silva

Doutoranda: Neila Nunes de Souza

Data: _____

1) Dados de Identificação

- Identificação do entrevistado:
- Sexo: Idade:
- Nível de formação/cursos:
- Função e ano de ingresso na função: Tempo na função:
- Outras ocupações antes do cargo:

2) Questões

1. Como caracteriza a presença do Banco Mundial nas ações do Estado no que tange a educação pública?
2. Como ocorreu a elaboração e a implantação do PDRIS? Fale sobre a questão dos recursos para a educação (PEC)?
3. Como o Programa Estrada do Conhecimento – PEC foi concebido e como se desenvolve na educação básica pública de Tocantins?
4. Na sua visão, o que o PEC proporcionou para a educação nas escolas públicas de Tocantins?
5. Como são tratadas no PEC a vulnerabilidade social? Há ações desenvolvidas na Escola a partir do PEC modo a viabilizar o acesso à qualidade de vida e a inclusão social, às crianças, adolescentes e jovens? Quais?
6. Explícite quais as alterações que ocorreram na gestão do sistema nas escolas contempladas com o PEC?
7. Como ocorrem as parcerias na educação pública?
8. Que mecanismos são essenciais para que a gestão democrática aconteça nas escolas públicas de TO?

	<p>Faculdade de Educação – FE Programa de Pós-Graduação em Educação Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação</p>	
---	--	---

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Orientadora: Profa. Dra. Maria Abádia da Silva

Doutoranda: Neila Nunes de Souza

Data: _____

1) Dados de Identificação

- Identificação do entrevistado:
- Sexo: Idade:
- Nível de formação/cursos:
- Função e ano de ingresso na função: Tempo na função:
- Outras ocupações antes do cargo:

2) Questões

1. Como caracteriza a presença do Banco Mundial nas ações do Estado no que tange a educação pública?
2. Você conhece o Programa Estrada do Conhecimento?
3. Na sua visão, o que o PEC proporcionou para a educação nas escolas públicas de Tocantins?
4. Que alterações que ocorreram na gestão do sistema nas escolas contempladas com o PEC?
5. Como ocorrem as parcerias na educação pública?
6. Quais são os entraves para que a eleição para diretores ocorra nas escolas públicas estaduais?
7. Que mecanismos são essenciais para que a gestão democrática aconteça nas escolas públicas de TO?
8. Nas escolas públicas de Tocantins, há interferência política? Como se apresenta?

ANEXO 3 – Carta aos Tocantinenses

Carta aos Tocantinenses

Do meu supremo amor pelo Tocantins e pelo povo tocantinense. Meus amigos e minhas amigas, Todos vocês sabem do amor que nutro pelo nosso Tocantins.

Tudo começou há cinquenta anos atrás quando, no dia 10 de julho de 1963, cheguei a Colinas de Goiás como empresário rural. A absoluta ausência do poder público na região marcou-me profundamente. Sofri perseguição dos poderosos de então e indignei-me com o descaso aos menos favorecidos. Doía-me ver jovens mulheres morrendo de parto por falta de assistência médica. Minha mãe, dona Regina, falecera por esse motivo no interior do Ceará aos 37 anos de idade.

Faltava de tudo no então norte goiano: os lares eram iluminados por lamparinas. Os grupos geradores movidos a óleo diesel instalados em poucas cidades da região funcionavam, quando muito, até as 22:00 horas. Não havia estradas. A construção da Belém-Brasília estava apenas começando. As grandes vias de integração eram os rios Tocantins e Araguaia e a aviação aérea regional. Havia agências bancárias apenas em Pedro Afonso-GO e Carolina-MA.

Tudo isso me motivou a ser candidato a deputado federal em 1970 após ser eleito vereador da recém emancipada Colinas de Goiás com o maior número de votos em 1965. Na época, fui escolhido para ser o presidente da Câmara Municipal.

Retomamos a luta pela criação do Estado do Tocantins, paralisada à décadas. Por 23 anos (de 1971 a 1988), encampamos este movimento na Câmara dos Deputados e junto ao povo nortense até a vitória final com a inclusão da criação de nosso Estado nas Disposições Transitórias da Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988. Nossa luta não foi em vão.

Eleito Governador, o primeiro do Tocantins para um mandato tampão de 1º de janeiro de 1989 a 15 de março de 1991, realizamos vinte anos em dois, criando e consolidando as Instituições do Estado, implantando a sua malha viária asfaltada, estruturando a saúde pública (em 1989 havia apenas 43 leitos públicos em toda a região), expandindo os serviços de energia elétrica com a construção de 70 mil quilômetros de rede distribuição e o fornecimento de água tratada à grande parte de nossa população, além de promover ações que fizeram levar o Ministério de Minas e Energia realizar as licitações das hidrelétricas do Lajeado, Peixe Angical, Santa Isabel no rio Araguaia, Estreito e São Salvador.

Construímos também Palmas, a última cidade planejada do século XX, que entreguei com todos os poderes públicos nela instalados.

Nos dois outros governos que tive a oportunidade de exercer, de 1995 a 2002, estruturamos de vez os caminhos para que o Tocantins se desenvolvesse com a força da Livre Iniciativa e com a prática da Justiça Social por parte do Governo do Estado.

Deixamos dezenove hospitais públicos estaduais implantados atendendo a todas as regiões do Estado, agora com mais de dois mil leitos. É bom lembrar que eram apenas 43 em 1989, em apenas 2 hospitais, um em Araguaína e outro em Porto Nacional, com apenas um médico em cada e atendimento

precaríssimo. Deixamos grandes programas econômicos agora em funcionamento nas diversas áreas, especialmente no agronegócio, e investidores importantes preparados para vir para o Estado, aguardando apenas o sinal verde da administração pública, com um programa de incentivos fiscais e política ambiental das mais avançadas do país.

Mais de seis mil quilômetros de estradas asfaltadas colocaram o Tocantins em primeiro lugar no Brasil no setor. O aproveitamento hidrelétrico do Rio Tocantins está avançado com a Usina Luis Eduardo Magalhães em funcionamento e outras usinas licitadas. Também há os Pioneiros Mirins, os médicos cubanos, a energia rural. Hoje esse é um Estado com índices recordes de crescimento apesar das dificuldades do Brasil e do mundo.

Sentia-me um homem realizado, com doce sensação do dever cumprido. Enfim teria tempo para dedicar aos filhos, aos pássaros e paisagens do nosso Tocantins que tanto amo.

Entreguei o Estado ao sucessor por mim apoiado com a esperança que os tempos de progresso continuariam pelo bem de nosso povo, mas o total descompromisso do governo estadual que me sucedeu, com o bem público e com a população mais humilde nos indignou novamente. Foi uma grande decepção, a maior decepção da minha longa vida pública.

Durante oito anos, nenhum novo hospital; a educação, tal qual deixáramos; cidades paradas no tempo; projetos e boas ideias deixadas de lado. Não se falava mais em desenvolvimento. Só em política. O povo descuidado e manipulado pelo clientelismo deplorável.

Com a força do povo voltei ao Governo para cuidar das pessoas, compromisso que tenho e renovo a cada momento da minha vida com Deus nosso a quem sirvo e servirei por toda a minha trajetória de vida material e espiritual.

Encontrei uma situação de terra arrasada, mais do que uma irresponsabilidade, um crime, no limite da intolerância. Dívidas com o Banco Mundial, dívidas com o PIS/PASEP, uma política de pessoal desastrosa que nos faz passar a maior parte do tempo administrando a folha (a qual não atrasamos um dia sequer em todos os nossos governos), mas com a consciência tranquila de que mantivemos e até ampliamos as conquistas dos servidores públicos.

Além desses desafios, enfrentamos uma política econômica caolha do Governo Federal que impôs um ônus insuportável aos Estados e Municípios, especialmente aos mais pobres, nos três últimos anos. Só nos restava erguer a cabeça, reunir forças, planejar o futuro e seguir em frente.

Recuperamos a credibilidade do Estado perante as instituições nacionais e internacionais e fomos em busca de recursos para retomar o processo de desenvolvimento do Estado, que passa pelo fortalecimento dos municípios. Passada a tempestade, nosso esforço por um Tocantins melhor mais desenvolvido e próspero está se concretizando.

Pegamos a educação com crianças estudando no chão, dividindo carteiras e em salas instaladas em tendas de lona. Adquirimos logo no início mais de duzentas mil carteiras escolares para equipar nossas escolas. Hoje, temos mais da metade de nossos alunos estudando em tempo integral (muito acima da média nacional), construímos novas escolas, ampliamos muitas das existentes e equipamos todas elas. Mais de

oitenta mil tablets e notebooks foram distribuídos aos professores e alunos da rede estadual de ensino, incluindo-os na era da informática.

O Tocantins é o Estado brasileiro que mais investe em saúde, segundo comprova o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. As ampliações do Hospital Geral de Palmas, de Paraíso, de Miracema, de Augustinópolis (em processo de construção avançado), de Alvorada e do Hospital Materno-Infantil de Palmas foram licitadas, e a construção dos novos hospitais gerais de Araguaína e Gurupi com obras iniciadas. Um anexo com cem leitos climatizados foi construído no Hospital Geral de Palmas, proporcionando melhores condições de atendimento aos pacientes. Centenas de novos equipamentos médicos foram adquiridos para a rede de saúde pública do Estado.

As Carretas da Saúde da Mulher já atenderam mais de quarenta mil pacientes nas diversas regiões do Tocantins. Os médicos estrangeiros voltando a atender bem pertinho das pessoas, por mais longe que elas estejam.

Na área social, mais de 250 mil famílias foram beneficiadas com os programas Tocantins sem Fome, Pioneiros Mirins (hoje migrando para as escolas de tempo integral) e Troca Solidária.

A seca no sudeste está sendo combatida de forma definitiva com a instalação de mais de doze mil cisternas, e a chamada seca verde em outras regiões está sendo enfrentada com poços artesianos e sistemas de água tratada e encanada onde, pasmem, até hoje não existia.

A face municipalista de nosso Governo está presente no PAM – Programa de Apoio aos Municípios. Esse programa disponibiliza patrulhas mecanizadas que já recuperaram mais de onze mil quilômetros de estradas vicinais. Com o Pró-Municípios, serão construídos, ou reconstruídos, cinco milhões de metros quadrados nas cidades tocantinenses, adquiriu e entregou 390 ônibus escolares para atender os estudantes das zonas rural e urbana e concedeu o ICMS ecológico, que premia os municípios que investem na preservação do meio ambiente, incentivo criado pelo meu Governo em 2002.

A infraestrutura rodoviária do Estado foi totalmente destruída nos oito anos anteriores à nossa Administração. Mais de dois mil quilômetros foram recuperados já no primeiro ano deste Governo em 2011. O trecho entre Dianópolis e Campos Belos-GO, beneficiando a região sudeste, está sendo reconstruído pelo Exército Brasileiro a serviço do Governo do Estado. Mais de três mil quilômetros serão reconstruídos em todo o Estado a partir do término da estação chuvosa brevemente.

Em breve, também, teremos a homologação da licitação para construção da nova ponte de Porto Nacional. Nestes três anos, centenas de quilômetros de estradas asfaltadas em diversas regiões do Estado foram construídas, e as pontes sobre o rio Tocantins em Lajeado e Barra do Ouro concluídas.

Pela primeira vez na história do nosso Estado do Tocantins e, de forma inédita no Brasil, vamos construir ou reconstruir 100% da malha viária urbana em todas as cidades tocantinenses com recursos garantidos. A economia do Tocantins tem crescido o dobro da média nacional nos últimos três anos, e o setor agrícola é o grande exemplo. Nossa safra de grãos praticamente dobrou no período e deverá continuar se expandindo fortemente com a implantação de projetos de agricultura irrigada como os projetos Prodoeste, São João, Gurita e Manoel Alves. Grandes indústrias veem se instalando, como a Itafós, em Arraias, a

Petrobrás e a esmagadora de soja da Granol, em Porto Nacional, e a maior planta de beneficiamento de arroz da América do Sul, do arroz Tio João, em Lagoa da Confusão; ou se expandindo, como a fábrica de cimento da Votorantim, em Xambioá.

A hidrovía Tocantins começa a ser tornar realidade. A ferrovia já se movimentou. A Belém-Brasília enfim será duplicada no sentido Sul-Norte.

Nossa capacidade de transformar discursos e lutas em realidade não pode mais ser questionada. Um olhar no tempo revela que nada parece ser impossível quando se tem um olhar para o futuro e quando se coloca o interesse público em primeiro lugar.

Lutei mais uma vez com dedicação para recuperar o Tocantins e deixá-lo novamente em condições de seguir o seu belo caminho de desenvolvimento econômico com inclusão social, exemplo para o Brasil. O Tocantins voltou a falar em projetos. Voltou a sonhar e falar de futuro, que estamos construindo.

Deixo o Governo na certeza de que o entrego em mãos comprometidas com o desenvolvimento do Estado e com o bem-estar de nosso povo, na confiança de que junto com seus nobres pares, haverá de tomar as melhores decisões com a responsabilidade de quem tem compromisso com Deus para construir o futuro, com os grandes projetos que estão encaminhados, como as regiões metropolitanas de Palmas, Araguaína e Gurupi e o metrô elevado de Palmas, que integrará no futuro toda a região através de rodovias duplicadas a partir de Porto Nacional, Paraíso, Miracema/Miranorte e Aparecida do Rio Negro.

Vou agora me energizar física, mental e espiritualmente para disputar com honra a nova batalha que se aproxima. Deixo o governo, mas não deixo a política até ver cada um desses sonhos realizados e a nossa gente bem cuidada ou até ser chamado pelo Deus que sempre abençoou esta terra. Com o coração compassivo, resplandecente de amor de nosso irmão e messias Jesus Cristo e a luz urgidora do Espírito Santo de Deus, integro-me à luta, sem lenço nem documento, mais inteiro nos meus compromissos, para mais uma vez me colocar à disposição daqueles inconformados que não aceitam viver e conviver com o estado de pobreza, de desigualdade, de atraso e injustiça que ainda castigam parte do nosso nobre e generoso povo.

Sonhar e lutar são as marcas entranhadas nos nossos ideais, nos nossos sentimentos.

Tocantinenses, a luta continua.

Palmas, TO, 04 de abril de 2014.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

ANEXO 4 – Contrato - PDRIS



LOAN NUMBER 8185-BR

Guarantee Agreement

(Tocantins Integrated Sustainable Regional Development Project)
(*Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável no Estado do Tocantins-PDRIS*)

between

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

and

**INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION
AND DEVELOPMENT**

Dated *December 6*, 2012



LOAN NUMBER 8185 - BR

GUARANTEE AGREEMENT

AGREEMENT, dated December 6, 2012, entered into between the FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ("Guarantor") and the INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT ("Bank") ("Guarantee Agreement") in connection with the Loan Agreement of same date between the Bank and the State of Tocantins ("Borrower") ("Loan Agreement"). The Guarantor and the Bank hereby agree as follows:

ARTICLE I – GENERAL CONDITIONS; DEFINITIONS

Section 1.01. The General Conditions (as defined in the Appendix to the Loan Agreement) constitute an integral part of this Agreement.

Section 1.02. Unless the context requires otherwise, the capitalized terms used in this Agreement have the meanings ascribed to them in the General Conditions or in the Loan Agreement.

ARTICLE II – GUARANTEE

Section 2.01. The Guarantor hereby unconditionally guarantees, as primary obligor and not as surety merely, the due and punctual payment of all Loan Payments payable by the Borrower pursuant to the Loan Agreement.

ARTICLE III – REPRESENTATIVE; ADDRESSES

Section 3.01. The Guarantor's Representative is its Minister of Finance.

Section 3.02. The Guarantor's Address is:

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 8º andar
70048-900 Brasília, DF
Brazil

Facsimile: (55-61) 3412-1740



Section 3.03. The Bank's Address is:

International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America

Cable:	Telex:	Facsimile:
INTBAFRAD Washington, D.C.	248423 (MCI) or 64145 (MCI)	(202) 477-6391

AGREED at Buen'ia, Federative Republic of Brazil, as of
the day and year first above writ en.

FEDERATIVE REBUBLIC OF BRAZIL

By 

Authorized Representative

INTERNATIONAL BANK FOR
RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

By 

Authorized Representative



ANEXO 5 – Unidade Executora

Pág. 4. . Diário Oficial do Estado do Tocantins (DOETO) de 19 de Abril de 2012

Página 4 • 19/04/2012 • DOETO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Secretário: **DANILO DE MELO SOUZA**

Portaria-SEDUC N° 0933, DE 13 DE ABRIL DE 2012.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, parágrafo 1º, inciso IV, da **Constituição do Estado**, e com fulcro na Lei n° 2.271, de 29 de dezembro de 2009 e no Decreto n° 4.388, de 1º de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Instituir a Unidade Técnica Executiva do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável UTE/SEDUC-PDRIS, com a finalidade de coordenar e executar as ações do subcomponente 2.4 Melhoria da Qualidade da Educação, integrante do componente Melhoria da Eficiência dos Serviços Públicos Selecionados do projeto.

Parágrafo único. A UTE/SEDUC-PDRIS é supervisionada permanentemente, pela Unidade Gerenciadora do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável UGP-PDRIS.

Art. 2º Compete à UTE/SEDUC-PDRIS -PDRIS:

I - elaborar e monitorar a programação e planejamento das ações de execução do subcomponente 2.4 Melhoria da Qualidade da Educação, em consonância com o contrato de empréstimo a ser firmado, definindo as etapas das atividades (licitação, contratação, e execução), seguindo as diretrizes da UGP-PDRIS, o prazo de execução e fontes de recursos a serem utilizados;

II - acompanhar e controlar a execução dos serviços, nos aspectos físicos, financeiros e qualitativos, procedendo às projeções necessárias quando pertinente;

III - efetuar o controle, monitoramento e assessoria ao processo licitatório;

IV - assessorar a Comissão Permanente de Licitações Internacionais na confecção de especificações técnicas, editais e Termos de Referência necessários à contratação de serviços de consultoria, outros serviços e aquisição de bens;

V - analisar as solicitações de alterações contratuais dos serviços propostas pela Consultora, emitindo pareceres técnicos;

VI - dar suporte técnico ao longo da execução dos serviços e compras;

VII - acompanhar o avanço físico serviços contratados;

VIII - analisar as solicitações de alterações contratuais e emissão de parecer técnico;

IX - elaborar relatórios periódicos (mensais e semestrais) de acompanhamento e controle físico-financeiro do Projeto, incluindo proposições de medidas corretivas na ocorrência de desvios na implantação do Projeto, e emití-los à UGP-PDRIS. Deverão constar nos relatórios mensais os serviços concluídos até aquele mês e os previstos para o mês seguinte. No caso dos relatórios semestrais, estes deverão conter os serviços concluídos até aquele semestre e os previstos para o semestre seguinte;

X - elaborar os relatórios periódicos previstos no contrato de empréstimo, bem como quaisquer outros relatórios relativos às informações que vierem a ser solicitados pela UGP-PDRIS, durante o período de execução do Projeto;

XI - manter atualizado o Plano de Aquisições do subcomponente 2.4 Melhoria da Qualidade da Educação;

XII - cumprir todas as obrigações decorrentes do acordo de empréstimo com o BIRD e aquelas integrantes dos ?Aide Memoire? (Ajudas Memórias);

XIII - mobilizar e adequar os recursos humanos e materiais necessários a coordenação e execução do subcomponente 2.4 Melhoria da Qualidade da Educação;

XIV - monitoramento das condicionantes socioambientais do subcomponente;

Art. 3º Designar para compor a Unidade Técnica Executiva do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável - UTE/SEDUC-PDRIS os seguintes servidores desta Secretaria:

Sandra Lima Rezende das Neves Coordenadora do Programa Estrada do Conhecimento PEC/Coordenadora de Programas e Projetos do Ensino Fundamental matrícula n° 833093-0;

Ângela Maria Matos Rodrigues Botelho Superintendente de Administração do Sistema Educacional matrícula nº 39780-6;
Carla Raquel Isernhagen Centeno Técnica Pedagógica do Programa Estrada do Conhecimento - PEC matrícula nº 897987-1;
Estela Maria Farias Maia Técnica Pedagógica do Programa Estrada do Conhecimento - PEC matrícula nº 63363-1;
Graziane Pacini S. Rodrigues Técnica Pedagógica do Programa Estrada do Conhecimento - PEC matrícula nº 871416-9;
Josimária Luiz Tavares Técnica Pedagógica do Programa Estrada do Conhecimento - PEC matrícula nº 833369-6;
Kátia Cilene Rodrigues Farias Assessora Técnica da Superintendência de Desenvolvimento da Educação matrícula nº 565539-1;
Cleidiana Santana Parente Líder de Grupo de Trabalho da Coordenadoria de Programas e Projetos do EF matrícula nº 833033-6;
Ruth Holanda da Silva Técnica Pedagógica da Coordenadoria Programas e Projetos do EF matrícula nº 864321-1;
Sandra Franklin Rocha Viana Líder de Grupo de Trabalho da Coordenadoria Programas e Projetos do EF matrícula nº 18317-2;
Sônia Maria Soares Técnica da Diretoria de Educação Profissional matrícula nº 145564-8;
Lorena Santos da Silva Coordenadora de Programas e Projetos do Ensino Médio matrícula nº 416266-8;
Rosangela Souza Terreço Assessora Pedagógica da Diretoria de Ensino Médio matrícula nº 845205-9;
Marcimeire Vieira dos Santos Noletto Supervisora Escolar da Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento do Ensino Fundamental matrícula nº 823280-6;
Luciene Alves Pereira Coordenadora de Gestão Educacional matrícula nº 90190-3;
Ludmila Patrício Cerqueira Técnica de Gestão da Coordenadoria de Gestão Educacional matrícula nº 81622-1;
Maria do Socorro Soares Coelho Líder de Grupo de Trabalho da Diretoria de Educação Indígena e Diversidade matrícula nº 109967-1;
Jardireth Maria Rodrigues Machado Técnica Pedagógica da Diretoria de Inclusão matrícula nº 79766-9;
Soraia Tomaz Marques Técnica Pedagógica da Superintendência de Ensino Integral matrícula nº 292079-4;
Tereza Luiza Dias Wanderley Nunes Técnica da Superintendência de Ensino Integral matrícula nº 147206-2;
Elisabete Chaves dos Santos Terra Técnica da Assessoria de Estatística Educacional matrícula nº 670146-9;
Cleivon Rodrigues de Sousa Coordenador de Planejamento e Orçamento matrícula nº 864312-1;
Leonardo Castro de Oliveira Coordenador de Contratos e Convênios matrícula nº 844464-1;
Sara Ferreira Barros Arquiteta e Urbanista da Diretoria de Padrões Mínimos Educacionais matrícula nº 856416-7;
Amanda Cavalcante Rodrigues Líder de Grupo de Trabalho da Assessoria aos Sistemas Municipais de Ensino - ASMET matrícula nº 512494-8;
Maximiliano José de Souza Marcuartu Membro da Comissão Permanente de Licitação matrícula nº 896804-7;
Nilson Raimundo Almeida da Cunha Coordenador de Fiscalização do Núcleo Setorial de Controle Interno matrícula nº 872946-8.

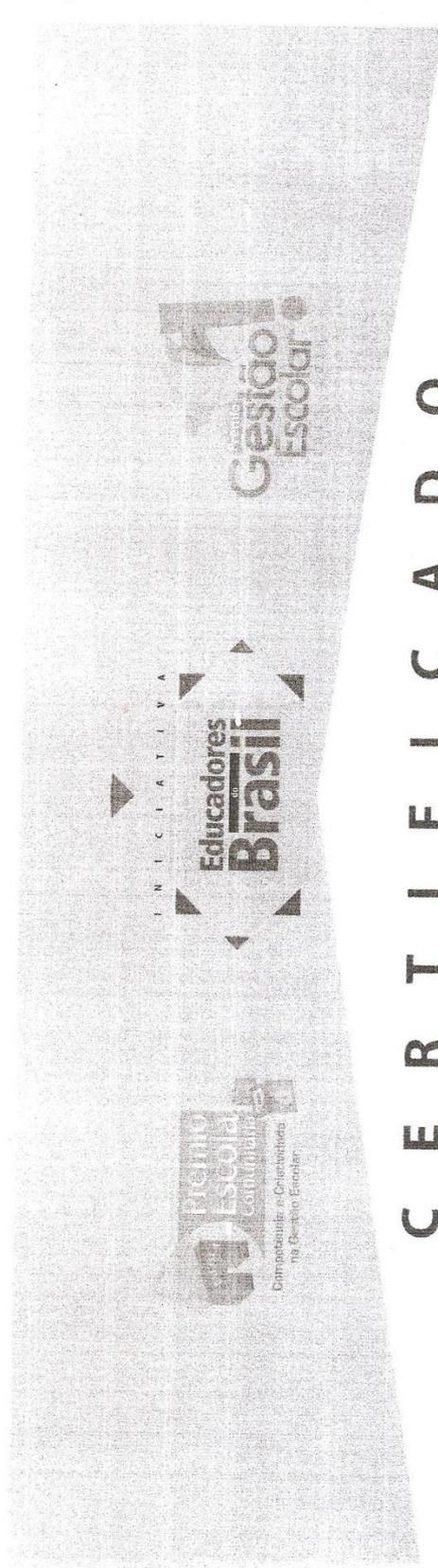
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ANEXO 6 – Planilha de Custos

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																				
Código	DESCRIÇÃO	Valor Item s/ BDI	Valor Item c/ BDI 20%	Preço (%)	1º MES		2º MES		3º MES		4º MES		5º MES		6º MES		7º MES		TOTAL Valor	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		Valor
REFORMA																				
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 39.988,12	R\$ 47.997,74	2,73%	47.997,74	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.997,74	
2	INFRAESTRUTURA	R\$ 3.380,84	R\$ 4.057,00	0,23%	2.028,50	50%	2.028,50	50%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.057,00	
3	SUPERESTRUTURA	R\$ 20.695,35	R\$ 24.834,42	1,41%	-	-	24.834,42	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.834,42	
4	VEDAÇÃO	R\$ 7.706,90	R\$ 9.246,28	0,53%	-	-	2.774,48	30%	6.473,80	70%	-	-	-	-	-	-	-	-	9.246,28	
5	ESQUADRIA	R\$ 4.180,25	R\$ 4.992,30	0,28%	-	-	-	-	4.992,30	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	4.992,30	
6	REVESTIMENTO	R\$ 13.242,72	R\$ 15.891,26	0,90%	-	-	-	-	15.891,26	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	15.891,26	
7	FORRO	R\$ 4.354,23	R\$ 5.225,07	0,30%	-	-	-	-	5.225,07	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	5.225,07	
8	PINTURA	R\$ 63.863,83	R\$ 76.636,59	4,35%	-	-	-	-	37.551,93	48%	39.084,66	51%	39.084,66	45%	43.389,30	55%	43.389,30	55%	76.636,59	
9	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 65.741,45	R\$ 78.889,74	4,48%	-	-	-	-	56.001,52	20%	61.091,68	22%	61.091,68	22%	50.401,37	18%	-	-	78.889,74	
10	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 233.339,68	R\$ 280.007,61	15,90%	-	-	-	-	56.001,52	20%	61.091,68	22%	61.091,68	22%	50.401,37	18%	-	-	280.007,61	
CONSTRUÇÃO																				
11	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 4.141,84	R\$ 4.970,21	0,28%	-	-	4.970,21	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.970,21	
12	INFRAESTRUTURA	R\$ 40.214,81	R\$ 48.257,77	2,74%	-	-	48.257,77	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.257,77	
13	SUPERESTRUTURA	R\$ 33.562,26	R\$ 40.022,74	2,27%	-	-	8.004,55	20%	32.018,19	80%	-	-	-	-	-	-	-	-	40.022,74	
14	VEDAÇÃO	R\$ 29.912,72	R\$ 35.895,26	2,04%	-	-	7.179,05	20%	28.716,21	80%	-	-	-	-	-	-	-	-	35.895,26	
15	COBERTURA	R\$ 115.860,33	R\$ 139.188,28	7,81%	-	-	-	-	55.676,31	40%	48.715,90	35%	34.797,07	25%	34.797,07	25%	34.797,07	25%	139.188,28	
16	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS	R\$ 79.751,69	R\$ 95.702,03	5,44%	-	-	-	-	23.925,51	25%	33.465,71	35%	36.290,61	40%	36.290,61	40%	36.290,61	40%	95.702,03	
17	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 100.635,32	R\$ 120.763,98	6,88%	-	-	-	-	10.560,27	15%	17.583,78	25%	17.583,78	25%	18.990,49	27%	23.210,59	33%	120.763,98	
18	REVESTIMENTO	R\$ 59.612,81	R\$ 70.335,13	3,99%	-	-	-	-	-	-	38.153,74	45%	38.153,74	45%	46.632,35	55%	46.632,35	55%	70.335,13	
19	PISO	R\$ 70.855,07	R\$ 84.786,09	4,82%	-	-	-	-	-	-	6.716,23	40%	6.716,23	40%	11.550,07	46%	11.550,07	46%	84.786,09	
20	LAJE/FORRO	R\$ 13.992,14	R\$ 16.790,57	0,95%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.790,57	
21	ESQUADRIA	R\$ 21.333,46	R\$ 25.630,15	1,45%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.630,15	
22	PINTURA	R\$ 37.451,04	R\$ 44.941,23	2,55%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.941,23	
23	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 16.099,13	R\$ 19.318,96	1,10%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.318,96	
URBANIZAÇÃO																				
24	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 9.029,39	R\$ 10.834,07	0,62%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.834,07	
25	INFRAESTRUTURA	R\$ 3.930,13	R\$ 4.716,16	0,27%	-	-	4.716,16	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.716,16	
26	SUPERESTRUTURA	R\$ 15.202,63	R\$ 18.243,16	1,04%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.243,16	
27	VEDAÇÃO	R\$ 606,74	R\$ 728,09	0,04%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	728,09	
28	COBERTURA	R\$ 7.584,88	R\$ 9.101,86	0,52%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.101,86	
29	REVESTIMENTO	R\$ 11.220,50	R\$ 13.464,80	0,76%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.464,80	
30	INSTALAÇÃO DE GRADES	R\$ 19.541,53	R\$ 23.449,84	1,33%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.449,84	
31	PINTURA	R\$ 1.996,77	R\$ 2.396,12	0,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.396,12	
32	ADEREÇOS	R\$ 4.681,18	R\$ 5.617,42	0,32%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.617,42	
33	PLANTAS	R\$ 68.408,79	R\$ 79.690,55	4,53%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.690,55	
34	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$ 104.965,17	R\$ 125.959,20	7,19%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125.959,20	
ADMINISTRAÇÃO LOCAL																				
35	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 145.472,00	R\$ 172.166,40	9,78%	6.890,60	4%	18.938,30	11%	37.676,61	22%	48.206,09	28%	48.206,09	28%	24.103,30	14%	18.938,30	11%	172.166,40	
TOTALS POR MÊS																				
VALORES ACUMULADOS		R\$ 1.487.265,42	R\$ 1.760.716,50	100,00%	112.914,42	6,41%	172.988,30	9,82%	309.672,91	17,59%	370.512,81	21,04%	370.512,81	21,04%	371.711,92	21,11%	168.104,21	9,60%	253.913,43	14,42%
PERCENTUAIS ACUMULADO		R\$ 1.487.265,42	R\$ 1.760.716,50	100,00%	112.914,42	6,41%	285.902,22	16,24%	595.576,13	33,83%	966.088,94	54,87%	966.088,94	54,87%	1.337.800,86	75,98%	1.508.905,07	85,58%	1.760.716,50	100,00%
VALOR TOTAL DA REFORMA																				
VALOR TOTAL DA REFORMA		R\$ 547.780,01	R\$ 647.780,01	#NOME?																
VALOR TOTAL DA CONSTRUÇÃO																				
VALOR TOTAL DA CONSTRUÇÃO		R\$ 746.572,02	R\$ 896.572,02	#NOME?																
VALOR TOTAL DA URBANIZAÇÃO																				
VALOR TOTAL DA URBANIZAÇÃO		R\$ 294.200,07	R\$ 348.200,07	#NOME?																
VALOR TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL																				
VALOR TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		R\$ 172.166,40	R\$ 209.166,40	#NOME?																
VALOR TOTAL		R\$ 1.760.716,50	R\$ 2.103.716,50	#NOME?																

LOCAL: COLÉGIO ESTADUAL PAULINA CAMARA
MUNICÍPIO: BARROLIANDA-TO
OBRA: REFORMA GERAL E CONSTRUÇÃO

ALEX QUINTINO MORESCHI
ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 203269/D-10



C E R T I F I C A D O

O Governo do Tocantins, por meio da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes certifica a *Escola Estadual* [redacted] - DRE Paraíso do Tocantins/TO como *“Escola Destaque em Gestão Escolar – Ano Base 2014 do Prêmio Escola Comunitária do Tocantins”*.

Palmas, 13 de abril de 2016.

Uma Pátria Educadora se faz com educadores de verdade!

Adão
Adão Francisco de Oliveira
Secretário da Educação, Juventude e Esportes

Luciene
Luciene Alves Pereira
Coordenadora Estadual da Iniciativa Educadores do Brasil

